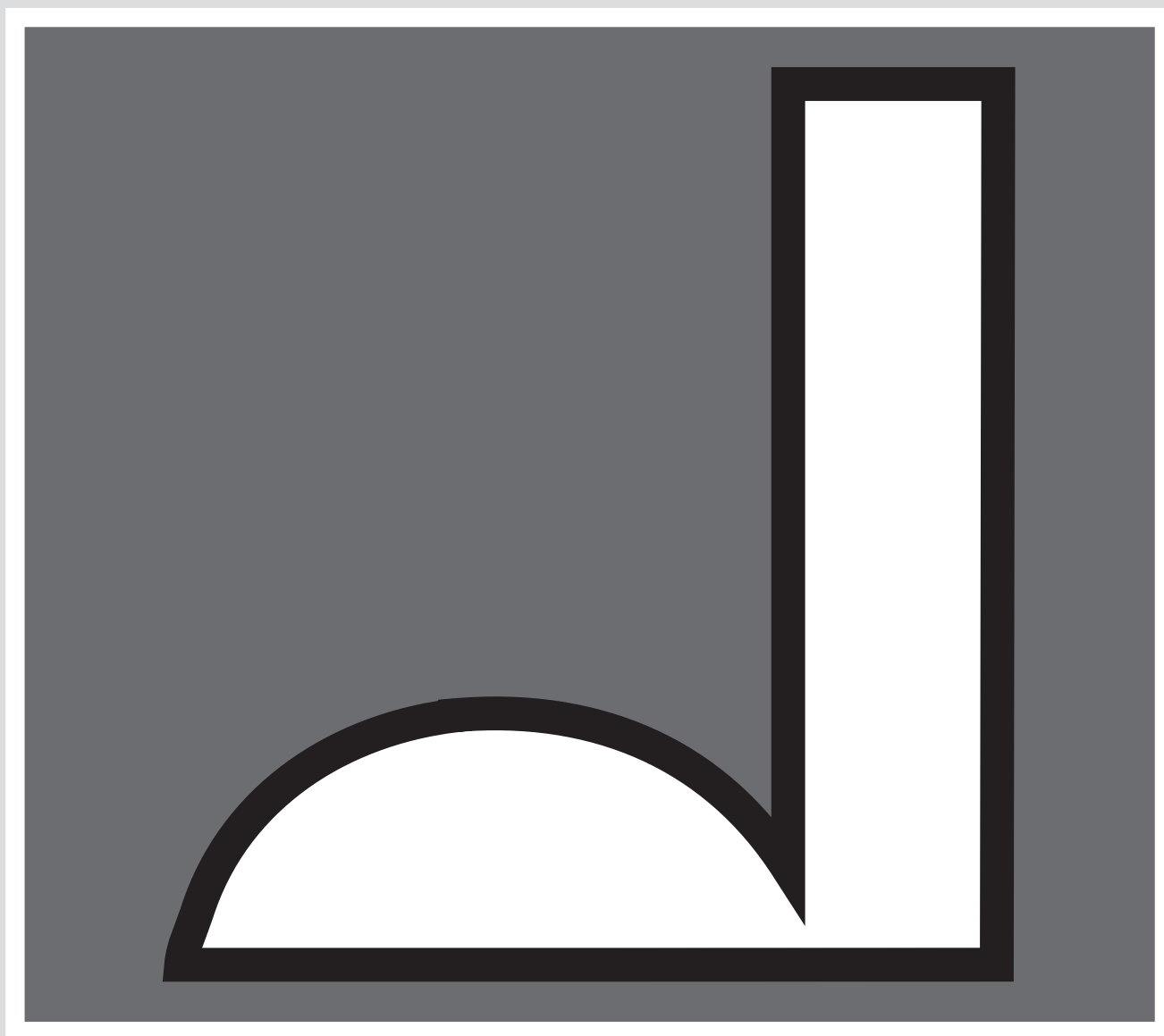




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 141 - TERÇA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
 Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
 Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
 Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
 João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p align="center">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p align="center">Líder Humberto Costa - PT</p> <p align="center">Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p align="center">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p align="center">Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lidice da Mata</p> <p align="center">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p align="center">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28</p> <p align="center">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p align="center">Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p align="center">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia</p> <p align="center">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p align="center">Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p align="center">Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p align="center">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p align="center">Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p align="center">Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾</p> <p align="center">Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾</p> <p align="center">PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p align="center">PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p align="center">Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lidice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p align="center">PR - 6 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade</p>

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

<p align="center">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p align="center">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 147ª SESSÃO ESPECIAL, EM 29 DE AGOSTO DE 2011	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o sexagésimo aniversário de fundação do jornal O Dia , ocorrido em 5 de junho último, nos termos dos Requerimentos nºs 720 e 770, de 2011, do Senador Marcelo Crivella e outros Senadores.	35393
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
1.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia	35394
Senador Geovani Borges.....	35396
Senador Marcelo Crivella.....	35436
Sra. Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos (Presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística Econômico S.A. – EJESA e Editora do Jornal O Dia).....	35438
Senador Wilson Santiago (art. 203 do Regimento Interno)	35438
Senador Renan Calheiros (art. 203 do Regimento Interno)	35439
1.2.3 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATA DA 148ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE AGOSTO DE 2011	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – EXPEDIENTE	
2.2.1 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 563, de 2003; 264 e 318, de 2007; 654, de 2009; 610, 700, 702, 703, 705 e 706 de 2010; e 2, 20, 32, 35, 52, 57, 64, 69, 87, 110, 113, 114 e 172, de 2011.....	35441
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008 – Complementar. ...	35442
Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 110 e 188, de 2010.	35442
Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011.	35442
Arquivamento do Requerimento nº 804, de 2011.	35443
2.2.2 – Mensagens da Presidente da República	
Nº 328, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010 (nº 5.203/2009, na Casa de origem), sancionado e transformado na Lei nº 12.466, de 2011.....	35443
Nº 126, de 2011 (nº 338/2011, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. <i>Dirceu Brás Aparecido Barbano</i> para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.	35443
Nº 85, de 2011-CN (nº 339, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 27, de 2011-CN, que <i>abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências</i>	35464
2.2.3 – Comunicação da Presidência	
Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Projeto de Lei nº 27, de 2011-CN. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria</i>	35464
2.2.4 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.068, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 489, de 2008; 150 e 408, de 2009; 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; e 106, de 2011.....	35480
Nº 1.069, de 2011, de autoria do Senador Armando Monteiro, solicitando a oitiva da Comis-	

são de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011.	35480	<i>ra o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como causa de aumento de pena o cometimento de crime de homicídio se servidor público no exercício de suas funções, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir como crime hediondo esse tipo de homicídio.</i>	35494
Nº 1.070, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	35480	Projeto de Lei do Senado nº 521, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que “dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências”, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.	35496
Nº 1.071, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.	35481	Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que “dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências”.	35497
Nº 1.072, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.	35482	Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, que estabelece Programa de abatimento no IRPF do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências.	35499
Nº 1.073, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior no período de 12 a 16 de setembro próximo.	35482	2.2.8 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça	
Nº 1.074, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando auditoria do Tribunal de Contas da União nos gastos da construção do petroleiro João Cândido.	35483	Nº 1.906, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 793, de 2011, de informações, do Senador Sérgio Petecão.	35500
Nº 1.075, de 2011, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia.....	35483	2.2.9 – Discursos do Expediente	
Nº 1.076, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Rodolfo Fernandes.....	35484	SENADORA ANA AMÉLIA – Registro da realização da Expointer 2011, importante evento para a agropecuária brasileira, em particular para o Rio Grande do Sul; e outros assuntos.	35500
Nº 1.077, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Walmor Bergesch.....	35484	SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Relato dos temas em discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, órgão presidido por S. Ex ^a	35508
2.2.5 – Comunicações		SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Considerações acerca do Código de Defesa do Consumidor; e outro assunto.	35510
Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ofício nº 237/2011, de 26 do corrente). Designação do Senador Sérgio Souza, como titular, para ocupar a referida Comissão.....	35484	SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Relato da participação de S. Ex ^a na reunião, realizada hoje, do Conselho Político da Presidente Dilma Rousseff.	35513
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 107/2011, de 29 do corrente).....	35484		
2.2.6 – Leitura de proposta de emenda à Constituição			
Nº 82, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que altera o art. 134 da Constituição Federal.	35484		
2.2.7 – Leitura de projetos			
Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para estabelecer que a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, com o intuito de expô-lo a vexame, configura abuso de autoridade.	35493		
Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que alte-			

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Denúncias contra o atual Governo de Roraima, especialmente na área da Saúde..... 35515

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Alerta para a crise na educação e na saúde do Estado do Amapá. 35519

SENADOR *LUIZ HENRIQUE* – Apelo em favor da aprovação da Emenda Constitucional que aumenta a idade da aposentadoria compulsória para servidores públicos..... 35522

SENADOR *HUMBERTO COSTA*, como Líder – Discussão dos limites de atuação da imprensa, citando matéria da revista **Veja** desta semana..... 35522

SENADOR *JOÃO ALBERTO SOUZA* – Homenagem aos químicos por ocasião da proclamação do ano de 2011, pela ONU, como o Ano Internacional da Química. 35523

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Indignação com a situação da educação no país e com a falta de políticas públicas para o setor..... 35524

SENADOR *ATAÍDES OLIVEIRA* – Defesa da diminuição de tributos pagos sobre folhas salariais pelas empresas brasileiras. 35527

SENADOR *JORGE VIANA* – Denúncia de problemas na travessia do Rio Madeira, entre Rio Branco e Porto Velho, cuja ponte não está construída; e outro assunto. 35531

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Comentários sobre o anúncio, pelo Governo Federal, das razões do aumento do superávit primário..... 35534

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro da realização da 34ª Expointer, no período de 27 de agosto a 4 de setembro, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, no Município de Esteio, no Estado do Rio Grande do Sul; e outros assuntos..... 35536

SENADOR *RANDOLFE RODRIGUES*, como Líder – Esclarecimentos acerca do projeto de lei de autoria de S. Exª que dispõe sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados; e outros assuntos. 35541

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Considerações acerca do ciclo de debates sobre o salário mínimo regional, do qual S. Exª participou recentemente..... 35546

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES*, como Líder – Considerações acerca das medidas anunciadas pelo Governo Federal que visam a atenuar o impacto da crise econômica internacional; e outro assunto. 35548

SENADOR *ANIBAL DINIZ* – Registro da importância do ensino do xadrez nas escolas brasileiras, por ocasião da participação de S. Exª em evento que contou com a presença do campeão mundial da modalidade, o russo Garry Kasparov; e outros assuntos. 35552

SENADOR *EDUARDO AMORIM*, como Líder – Homenagem à cidade de Itabaiana, no Estado de Sergipe, cidade natal de S. Exª. 35555

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Registro da escolha do Rio de Janeiro como a cidade que acolherá a próxima Jornada Mundial da Juventude, em 2013..... 35557

2.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Homenagem ao cineasta Glauber Rocha pelo transcurso de seus 30 anos de seu falecimento, ocorrido no dia 22 do corrente..... 35559

2.2.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 30, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 35559

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 29-8-2011

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 147ª Sessão, Especial, em 29 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

(Inicia-se a sessão às 11 horas 18 minutos e encerra-se às 12 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o sexagésimo aniversário de fundação do jornal **O Dia**, nos termos dos **Requerimentos nºs 720 e 770, de 2011**, do Senador Marcelo Crivella e outros Senadores.

Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa ou em seus gabinetes que compareçam ao plenário, pois estamos iniciando a sessão de comemoração do sexagésimo aniversário do jornal **O Dia**.

Quero convidar para compor a Mesa o primeiro signatário da presente sessão, o Exmº Sr. Senador Marcelo Crivella; quero convidar para compor a Mesa a Embaixadora da Filipina, Exmª Srª Eva Betita, e, principalmente, a Presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística e Editora do Jornal **O Dia**, Srª Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos. *(Pausa.)*

Quero também convidar o Sr. Nuno Vasconcellos para compor a Mesa, um dos editores do jornal **O Dia**; o Diretor-Executivo da Empresa e Chefe de Redação do Jornal **O Dia**, Sr. Alexandre Freeland, e a Diretora de Relações Institucionais da Empresa Jornalística, Srª Evanise Santos.

Agradeço a presença das Exmªs Srªs e Srs. Membros do Corpo Diplomático que aqui se encontram, dos senhores profissionais de comunicação que estão presentes a esta sessão, também o Embaixador de Cuba, Sr. Carlos Zamora.

Minhas senhoras e meus senhores, a liberdade de pensamento e de expressão está assegurada pela nossa Constituição em vários dispositivos, especialmente no artigo 5º do Título II, denominado Dos Direitos e Garantias Fundamentais. O exercício responsável e criterioso desse direito é o desafio da comunicação social em nossos dias em qualquer base material ou mídia. Tão importante quanto a prática do bom jornalismo é assegurar-se de que as informações cheguem ao

receptor da maneira mais clara, mais direta e possível. Com efeito, essa tem sido a marca de **O Dia**.

O jornal foi fundado em 1951, pelo Deputado Carlos Chagas, posteriormente alçado à condição de Governador do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo dessa trajetória de sessenta anos, o diário passou por várias fases, teve seu controle acionário modificado, assumiu novos perfis, sofreu remodelações importantes, mas manteve sempre uma marca: a sua proximidade com o leitor, o que lhe garantiu o grande apreço popular que tem.

Em maio de 2010, após longa direção do jornalista Ary de Carvalho e seus familiares, o jornal passou para o controle da Ejesa. A partir desse momento, sob a direção competente da Srª Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, o grupo encabeçado pelo **Diário Carioca** tem-se robustecido, alcançando, na atualidade, mais de 3,5 milhões de leitores diários, o que é um feito notável, acho mesmo que singular no jornalismo brasileiro.

Em solenidade que ocorreu no Rio de Janeiro, a nossa Presidente Dilma Rousseff bem lembrou que o jornal **O Dia** vive um momento especial, convergente com o bom momento do Rio de Janeiro e do Brasil. O evento, que transcorreu no Museu Histórico Nacional, contou com a presença também do Governador Sérgio Cabral, do Prefeito Eduardo Paes e dos Senadores Dornelles e Lindbergh Farias, além de diversas autoridades.

Considerando a importância da data comemorativa, a relevância do jornal e sua imensa popularidade, o Senado não poderia abster-se de prestar esta homenagem a esse diário inovador e essencialmente carioca.

Devemos esta sessão solene ao requerimento do Senador Marcelo Crivella e, com ele, surge a oportunidade de parabenizarmos cada um dos funcionários e dirigentes de **O Dia**.

Saibam os senhores e as senhoras que os sessenta anos do jornal possuem elevado valor, condensam muita história e que o seu sucesso deve ser, em boa medida, atribuído a todos que o fazem.

Contudo, o mais importante talvez seja destacar os profissionais que fazem de **O Dia** um meio de comunicação voltado para o futuro, com qualidade aprimorada e cada vez melhor.

Confesso que tenho uma satisfação pessoal de ter conhecido o fundador do jornal **O Dia**, Chagas Freitas, meu colega aqui no Congresso Nacional, e hoje presenciar e testemunhar o desenvolvimento, a importância que o jornal teve sob a direção de D. Maria Alexandra Vasconcellos.

Quero desejar ao jornal **O Dia** mais sessenta anos, e não só mais sessenta, que não nos limitemos à vontade do Criador estabelecendo só sessenta anos mais à frente, mas também que, por muito e muito tempo, marque a imprensa brasileira com o estilo que ele tem, com os leitores que tem e com a importância que tem na história da imprensa brasileira.

Muito obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente José Sarney, que, além de presidir o Senado e o Congresso Nacional, também está presidindo esta sessão especial comemorativa dos sessenta anos do jornal **O Dia**; Senador Marcelo Crivella, primeiro signatário desta sessão; Embaixadora das Filipinas, Sr^a Eva Betita; Presidente do Conselho de Administração da empresa jornalística Brasil Econômico S.A. e da editora do jornal **O Dia**, Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos; Diretor-Executivo da empresa Ejesa, Alexandre Freeland; Diretora de Relações Institucionais, Evanise Santos; Sr. Nuno Vasconcelos; demais autoridades presentes a esta cerimônia, cheguei a esta Casa na Legislatura presente, vinda de uma experiência de quase quarenta anos na área da comunicação multimídia. Por representar nesta homenagem o meu Líder, o Líder do nosso Partido no Senado, o grande político Francisco Dornelles, Senador pelo Rio de Janeiro, é muito honrosa para mim esta oportunidade.

Talvez, até as pessoas que não tinham convivência, como eu, com a direção dessa grande empresa jornalística também estejam, como eu, felizes, porque no comando dessa empresa estão algumas mulheres, Sr. Presidente, José Sarney. O senhor valoriza muito a presença e o empoderamento das mulheres – portanto, o nosso empoderamento – em todas as atividades do País. Isso não deixa de ter relevância significativa.

Portanto, como eu disse, represento aqui o Senador Francisco Dornelles, que não pôde comparecer à sessão e que, por isso, pediu-me que o representasse. Lembro que, no último mês de junho, o Senador Dornelles teve a oportunidade de participar da cerimônia de comemoração do 60º aniversário do jornal realizado no Rio de Janeiro, numa grande festa no Museu Histórico Nacional, evento que, como disse o Presidente Sarney, contou com a presença da Presidenta Dilma Rousseff. O Senador me contou, naquela ocasião,

que pôde constatar o clima geral de reconhecimento a tudo que representou e segue representando para o Rio de Janeiro e para as comunicações – portanto, para o Brasil também – essa publicação inovadora, extremamente popular e altamente comprometida com os mais legítimos interesses da sociedade carioca, fluminense e do Brasil, que convive com essa cidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, sobre a importância da imprensa para a cidadania, penso que não resta muito a dizer. Talvez, possamos sintetizá-la no conhecidíssimo e, por isso mesmo, sempre repetido dilema proposto e respondido por Thomas Jefferson em 1787, quando escreveu e disse: “Se eu tivesse de decidir entre uma sociedade com governo e sem jornais e uma sociedade com jornais e sem governo, eu não hesitaria, nem por um momento, antes de escolher a segunda opção”. Exagerada ou não, o fato é que a frase dá a medida exata do que significa para as pessoas, especialmente no mundo de hoje, no século XXI, o direito e o acesso à informação, principalmente aquela oriunda de fontes independentes da máquina governamental.

O direito à informação, Sr. Presidente, senhores representantes do veículo homenageado hoje, os antigos romanos já o exercitavam nos tempos de Júlio César, quando a Acta Diurna Populi Romani, ou seja o relato diário ao povo de Roma, era publicada em grandes placas brancas expostas nos locais públicos mais frequentados. Por meio da Acta Diurna, os cidadãos eram informados sobre os eventos políticos e sociais, sobre as guerras em andamento àquela época, sobre as sentenças judiciais prolatadas e, é claro, para não haver novidade, sobre os escândalos de governo da época. A sociedade vai apenas sofrendo mutações.

Correram os anos, correram os séculos, e os meios de comunicação foram sendo aperfeiçoados, com destaque para o grande salto representado pela prensa de Gutenberg, que inaugurou a era moderna da disseminação das informações. Desde então, os avanços foram formidáveis e se fizeram sentir ainda com mais força no século XX, quando passaram a ser alcançados em progressão geométrica e atingiram, com essa maravilha do mundo contemporâneo, que é a Internet, um ponto quase inimaginável pelos nossos ancestrais.

De qualquer maneira, Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, representantes do jornal **O Dia**, homenageado hoje, não há como negar que, entre todos os veículos de informação, existe um, o jornal, que se destaca por atributos quase mágicos. Todas as previsões que se faziam com o advento da Internet não se confirmaram. Ao contrário, temos a necessidade de tocar, de pegar o jornal. Temos a convivência,

eu diria, quase familiar com o cheiro do jornal, que foi mudando também com a modernização da impressão gráfica, mas sabemos perfeitamente, naquele jornal diário que chega à nossa porta, onde está a editoria política, onde está a editoria de economia, onde está o esporte, onde está a área de segurança, tudo isso nós sabemos, pela representatividade essencial que é a informação diária quando recebemos o jornal. Eu imagino que os assinantes de **O Dia** também sintam isso, como todos os brasileiros que gostam de estar atualizados, porque quem tem informação, de alguma forma, tem poder.

Para grande parte da população, Sr. Presidente, para diversas gerações de brasileiros – a minha incluída, é claro –, o jornal representa bem mais do que um mero transmissor de informações. Representa, na verdade, um companheiro muito querido, indispensável, insubstituível que todo dia nos coloca em conexão com o mundo. E é esse papel que o jornal vem desempenhando em nosso País, desde as primeiras edições do **Correio Braziliense**, impresso em Londres, ininterruptamente, entre 1808 e 1822, e da **Gazeta do Rio de Janeiro**, impressa aqui mesmo no Brasil, a partir de 1808. E é esse papel, Sr. Presidente, que vem sendo cumprido, há sessenta anos, com muita ousadia e com muito criatividade, mas também com muito senso de responsabilidade ou, para resumir todos o predicados em uma só palavra, com muita competência pelo **O Dia**.

O jornal **O Dia** surgiu, como sabemos, naquele interregno democrático, entre 1945 e 1964, um período, Sr^{as} e Srs. Senadores, de eventos decisivos para a história do nosso País, período de transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, de formação de um parque industrial ainda incipiente, mas pleno de potencialidades – hoje, o Brasil é a oitava potência do mundo. Foi um período de grande efervescência política, de ameaças e de incertezas institucionais, mas também um período, como poucos em nossa história, de liberdade incontida, de felicidade quase geral, embalado pela democracia, pela afirmação da indústria nacional, pelas conquistas esportivas, pela repercussão internacional da arte aqui produzida, com destaque para a música. Nosso povo exibiu uma enorme confiança no futuro. Esse futuro está chegando a cada dia. É nesse cenário que o jornal **O Dia** começa a funcionar, investindo, evidentemente, no jornalismo político – na época e, ainda hoje, o filão preferencial da imprensa brasileira –, mas investindo também e principalmente num jornalismo mais ligado às questões sociais, aos dramas do cotidiano, às notícias policiais, ao campo comportamental e também ao de costumes. O sucesso imediato só fez confirmar o acerto dessa escolha.

É certo que, ao longo dessas seis décadas, com o propósito de atender a um mercado muito exigente, a um mercado constantemente em busca do novo, o jornal reformulou algumas vezes sua linha editorial, mas as características essenciais, o pensamento independente, o respeito ao gosto popular, a honestidade de propósitos, o compromisso com o desenvolvimento do Brasil – é claro, do Rio de Janeiro, a começar pela sua base –, felizmente, foram sempre preservadas, e são elas, afinal, que forjam e mantêm a credibilidade de um jornal.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, primeiro, para cumprimentar o jornal por essa edição tão simbólica com as cores da bandeira brasileira e, sobretudo, pelo presente que a direção da empresa, o jornal **O Dia**, está oferecendo aos seus leitores, que são verdadeiros parceiros ou sócios nesse desafio permanente de estar conectado com o Rio, com o Brasil e com o mundo, exatamente seis ideias que estão mudando o Rio de Janeiro, uma cidade que terá pela frente, como disse nesse encarte especial, o desafio de realizar eventos que vão mobilizar e atrair a atenção de todo o mundo em 2014 e em 2016.

Então, é por isso que peço licença, porque me impressionou muito o texto, por ser jornalista também, para ler os compromissos que a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos escreveu nesse verdadeiro editorial de apresentação dessa edição especial. Escreveu ela:

E começamos este novo desafio [dos próximos sessenta anos], mostrando, nesta edição especial, as 60 ideias que estão transformando nossas vidas. Não tenho dúvidas de que essas 60 iniciativas estarão presentes na plataforma de conteúdo do **DIA** pelos próximos sessenta anos.

Perdoe-me se estou roubando seu texto, mas é para o bem. É para o bem, porque essas palavras são muito importantes, especialmente para mim, que fui, durante muito tempo, jornalista, comunicadora multimídia.

Pensar o futuro do Rio de Janeiro também implica pensar o futuro do **DIA** e dos meios de comunicação como um todo. E isso não significa apenas refletir sobre como os jornalistas cobrirão os fatos nos próximos 60 anos. Mas, sim, como a notícia chegará aos leitores nas próximas seis décadas. É justamente no formato da notícia que estamos nos preparando para investir nos próximos anos.

Parabéns, Maria Alexandra!

E, para encerrar este pronunciamento breve, destaco o que escreveu ela nesse suplemento especial:

A convergência de plataformas e de distribuição de conteúdo já faz parte das novidades que começamos a implementar no início deste ano, quando unimos as redações do jornal impresso com a redação online. Estamos lançando hoje um serviço inovador: **O DIA 24 HORAS**, em que oferecemos informações sobre os fatos da Região Metropolitana atualizados a cada instante, em diversos meios eletrônicos, incluindo o **Twitter**.

Eu também sou “**twitteira**”, Maria Alexandra. Continua ela: “Em um futuro bem próximo, nós, do *DIA*, apostamos na convergência de distribuição de conteúdo para TV, via Internet. E não tenho dúvidas de que o *DIA* será precursor dessa nova forma de produzir e distribuir conteúdo”.

Não tenho dúvida, Maria Alexandra, de que, com esse compromisso, o jornal vai manter, por esse conteúdo, o mesmo senso de responsabilidade de todo veículo sério, comprometido com o interesse nacional, exercendo sua função de maneira muito qualificada.

Os meus cumprimentos, Sr. Presidente, às senhoras e aos senhores homenageados, aos senhores participantes dessa cerimônia, aos dirigentes, aos jornalistas, aos funcionários que, ao longo desses sessenta anos, fizeram a grandeza desse veículo **O Dia**, um jornal que muito contribuiu e que, com a graça de Deus, seguirá sempre contribuindo para a grandeza, o aperfeiçoamento, o engrandecimento e a consolidação não só do jornalismo, mas da própria democracia, que tem na comunicação e na liberdade de expressão a sua essência.

Os meus cumprimentos se estendem, é claro, aos demais veículos de comunicação da Editora **O Dia**, bem como ao Instituto Ary Carvalho, pelo belíssimo trabalho social e cultural que vem desenvolvendo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e senhores homenageados.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente da Mesa do Senado Federal, Exm^o Sr. Senador José Sarney; primeiro signatário da presente sessão, Exm^o Sr. Senador Marcelo Crivella e outros; Embaixadora da Filipina, Exm^a Sr^a Eva Betita; Presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística Econômico S. A– Ejesa e Editora do Jornal **O Dia**, Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos; Diretor-Executivo da Empresa Jornalística Econômico S.A-Ejesa e Chefe de Redação do Jornal **O Dia**, Sr. Alexandre Freeland; Diretora de Relações Institucio-

nais da Empresa Jornalística Econômico S.A-Ejesa, Sr^a Evanise Santos; Sr. Nuno Vasconcellos, marido da Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos; demais autoridades; Exm^o Sr. Embaixador de Cuba, Carlos Zamora; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. Membros do Corpo Diplomático; senhoras e senhores profissionais de comunicação social, senhoras e senhores; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; nossa querida Senadora Ana Amélia que me antecedeu na tribuna, como sempre, com o brilho especial, porque jorra na sua veia aquele sangue jornalístico que mexe conosco, toda vez que sobe a esta tribuna, principalmente numa sessão especial como esta; eu não poderia deixar de me unir às Senadoras e aos Senadores que prestam, hoje, esta bela homenagem ao jornal **O Dia**, que completou, no último 5 de junho, 60 anos de existência.

Cumprimento, inicialmente, o nobre Senador Marcelo Crivella, primeiro signatário do requerimento que propôs a realização desta comemoração. V.Ex^a, Senador Crivella, como sempre, representa com brilho o Rio de Janeiro nesta Casa e nos chama sempre a atenção, uma vez mais, para um aspecto da cultura do seu Estado, que enche de orgulho os fluminenses e também a nós, brasileiros de outras partes do País – estendo isso também à Senadora Ana Amélia que representou o Senador Dornelles aqui, com muita competência.

De fato, S. Presidente, o jornal **O Dia** pode ser visto como uma das várias e belas manifestações culturais de que o Estado do Rio de Janeiro é tão rico.

Fundado em 1951, quando a cidade do Rio de Janeiro ainda era a capital do País, **O Dia** teve um início, de certa forma, tímido, como, de resto, é o início de qualquer publicação que se aventure a competir com diários do porte de um **Jornal do Brasil** ou um **O Globo**.

Tanto é assim que, em seus primeiros anos de existência, **O Dia** adotou uma postura editorial de forte apelo popular, buscando conquistar um lugar ao sol na imprensa carioca e assegurar, assim, uma base de leitores que pudesse ser posteriormente expandida.

A estratégia funcionou, pois **O Dia** incorporou-se, definitivamente, ao dia a dia da cidade maravilhosa e conquistou um lugar de destaque entre os diários do Rio de Janeiro, especialmente a partir dos anos 90, ocasião em que o jornal passou por uma completa reforma editorial que o modernizou, tornou-o mais respeitado e ampliou seu público.

Hoje, além do próprio jornal, compõem o grupo jornalístico o jornal **Meia Hora**, um portal de notícias *on-line*, uma TV e uma rádio. A eles, acrescentou-se o jornal esportivo **Marca Campeão**, após a compra do grupo **O Dia** pela Ejesa em 2010, mais uma evidência

da importância e da atratividade que o jornal adquiriu nessas seis décadas de vida.

Nossos cumprimentos, portanto, à equipe do jornal **O Dia**, pela continuada contribuição à imprensa carioca e brasileira, e nossos votos de ao menos mais 60 anos de sucesso e realizações.

Aproveitando a oportunidade, com a permissão do Senador Crivella, primeiro signatário desta sessão especial, li que **O Dia** renasce com o Rio – e estou pedindo permissão porque sou do Amapá e estou homenageando o Rio de Janeiro, com muita admiração e com muito respeito, essa cidade maravilhosa que é uma referência do País e do mundo. Não poderia ficar lá do extremo Norte – e com muita honra pertencço à Bancada do Amapá que tem como liderança maior esse grande estadista Senador José Sarney, que também faz parte do meu querido Estado do Amapá – sem fazer uma referência à nossa Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, a quem a nossa Senadora Ana Amélia fez uma homenagem justa, uma referência toda espe-

cial, e também aproveito a oportunidade para citar a reportagem “a cidade é olímpica” da jornalista Elaine Gaglianome – desculpem-me a pronúncia, mas tentei acertar –, outro jornalista Pedro Landim, Aline Salgado, Luciana Werner e vai por aí. Para não cometer nenhuma injustiça e não ser omisso nesta sessão especial, vou pedir a permissão da Mesa, sob o comando e a Presidência do Senador José Sarney, para colocar nos Anais desta sessão especial a edição “60 ideias que estão mudando o Rio” do jornal **O Dia**, como peça do meu pronunciamento na sua íntegra.


Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GEOVANI BORGES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O DIA EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 60 ANOS DO JORNAL O DIA



DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Ideias

que estão mudando o Rio

A transformação do Rio não vem só dos recursos investidos nem se mede apenas pela quantidade de obras. É uma mudança de espírito e de hábitos. Une o cidadão comum, grandes empresários, aproximações comunitárias e iniciativas de governos. Veja neste especial as ideias, os projetos e os movimentos populares que estão criando uma nova era de esperança na cidade e no estado.

E VOCÊ AÍ? COMO VAI NOS AJUDAR A ESCREVER O DIA DE AMANHÃ?

A HISTÓRIA DO RIO É MARAVILHOSA.

É CLARO QUE NEM TUDO FORAM FLORES, MAS SEGUIMOS A OBRIGAÇÃO DO OFÍCIO PUBLICANDO OS FATOS COMO ELAS SÃO. E DECIDIMOS IR ALÉM. DECIDIMOS SER UM JORNAL QUE BRIGARIA POR UM RIO LINDO DE SE LER.

ESTA CAMPANHA É UMA HOMENAGEM ORGULHOSA A TUDO E TODOS QUE FIZERAM A BELEZA DO RIO. E É, PRINCIPALMENTE, UMA CONVOCAÇÃO A TODO APAIXONADO POR ESTE ESTADO VAMOS PREENCHER NOSSAS FUTURAS PÁGINAS COM BONITAS HISTÓRIAS.

ELAS ESTÃO EM BRANCO E A PREVISÃO É DE BONS TEMPOS NO HORIZONTE.

PODEMOS CONTAR COM VOCÊ?

**COMPARTILHE SUA HISTÓRIA COM A GENTE E FAÇA PARTE DA NOSSA CAMPANHA:
WWW.ODIA.COM.BR**



O DIA renasce com o Rio

MARILIA EXAMINER MASCARENHAS MASCARENHAS

Nenhum outro jornal respira tanto o Rio de Janeiro como O DIA. A história recente de cariocas e fluminenses se confunde com a história do jornal. A relação do DIA com o Rio é tão intensa que arrisco dizer que a trajetória do jornal tem acompanhado a trajetória da cidade e do estado. O renascimento do Rio de Janeiro, que vem resgatando todo o seu prestígio econômico e político, perdido ao longo de três décadas, marca o nosso renascimento. Hoje, dia 5 de junho, completamos 21.534 edições e 60 anos de vida. E temos que agradecer, principalmente, aos milhares de leitores que diariamente acompanham as novidades do Rio através das páginas do DIA.

Não é preciso detalhar aqui o que o jornal realizou nos últimos 60 anos. Até porque seria injusto, e até impossível em apenas um texto, discorrer sobre as nossas grandes conquistas. Quero aproveitar esta data para imaginar o Rio de Janeiro daqui a 60 anos. E começamos este novo desafio mostrando, nesta edição especial, as 60 ideias que estão transformando nossas vidas. Não tenho dúvidas de que essas 60 iniciativas estarão presentes na plataforma de conteúdo do DIA pelos próximos 60 anos.

Pensar o futuro do Rio de Janeiro também implica pensar o futuro do DIA e dos meios de comunicação como um todo. E isso não significa apenas refletir sobre como os jornalistas cobrirão os fatos nos próximos 60 anos. Mas, sim, como a notícia chegará aos leitores nas próximas seis décadas. É justamente no formato da notícia que estamos nos preparando para investir nos próximos anos.

A convergência de plataformas e distribuição de conteúdo já faz parte das novidades que começamos a implementar no início deste ano, quando unimos as redações do jornal impresso com a redação online. Estamos lançando hoje um serviço inovador, O DIA 24 HORAS, em que oferecemos informações sobre os fatos da Região Metropolitana atualizados a cada instante, em diversos meios eletrônicos, incluindo o Twitter. Em um futuro bem próximo, nós do DIA apostamos na convergência de distribuição de conteúdo para TV via Internet. E não tenho dúvidas de que o DIA será percussor dessa nova forma de produzir e distribuir conteúdo.

Não temos muito tempo a perder com esses novos investimentos. O Rio de Janeiro tem hoje o melhor e mais importante calendário de eventos do mundo para os próximos cinco anos. A cidade será sede dos Jogos Militares, da Copa 2014, da Olimpíada de 2016 e da Paraolimpíada. Esse novo Brasil que nasce para o mundo tem como abre-alas o novo Rio de Janeiro. Uma região que viveu durante anos sob o estigma da violência, da perda de talentos, da fuga de investimentos e da frustração de ter perdido a capital para Brasília renasce graças a uma série de iniciativas do setor público e privado, e hoje é um exemplo para o mundo de superação.

Estar à frente de um jornal que é a marca do Rio de Janeiro em um momento tão sublime é uma responsabilidade enorme. Retratar este novo Rio, contar as histórias que marcam o renascimento da cidade e do estado, relatar os fatos que num passado recente pareciam impossíveis de se concretizar é, primeiramente, um grande prazer. Especialmente para mim, que nasci e vivi a minha adolescência no Rio de Janeiro, testemunhar todas essas reconquistas é algo marcante, e poder ler e acompanhar seu renascimento através das páginas do DIA é grande privilégio.

Talvez estejamos sendo injustos ao colocar nas páginas desta edição apenas 60 ideias que estão mudando o Rio de Janeiro. Certamente, são vários movimentos que estão transformando a cidade. Uma cidade não renasce apenas com o trabalho dos setores público e privado. Renasce, sobretudo, com o resgate da auto-estima do seu povo, que escolhe livremente seus governantes e que pressiona e fiscaliza as instituições. Se hoje o Rio de Janeiro voltou às manchetes internacionais e é a ponta de lança desse novo Brasil, pujante e cada vez mais promissor, isso se deve, primeiramente, ao seu povo. Aqui, já peço desculpas aos criadores e defensores das milhares de ideias que não estão retratadas nesta edição especial, mas tenho certeza de que ao longo dos anos terão espaço de sobra nas páginas do DIA. Porque nenhum outro jornal representa tanto o Rio de Janeiro como nós.

Obrigada a todos.

Marília Examiner Mascarenhas Mascarenhas é presidente do Conselho de Administração da Gses



A previsão inicial de investimento na cidade é de mais de R\$ 28,6 bilhões. Os Jogos dão ao Rio oportunidade excepcional de acabar com o modelo de cidade segregada entre ricos e pobres, entre os com-futuro e os sem-futuro

a cidade é OLÍMPICA

ELANE CAGLIARONE
elane@colliat.com.br



Entre no jogo, o jogo é agora, rumo ao futuro. O incentivo inscrito no Caderno de Legados-Rio 2016 mostra bem o espírito e a ideia que devem nortear os preparativos das Olimpíadas na cidade.

A 1.888 dias do início do maior evento esportivo da Terra, o Rio já é uma cidade olímpica. E a disputa que enfrenta agora é tão importante quanto os Jogos: a de fazer com que o investimento estimado em mais de R\$ 28,6 bilhões para a realização do evento traga transformação e união à cidade e ao estado.

Para as Olimpíadas serão construídos equipamentos esportivos, vias expressas, vila olímpica e metrô. O Maracanã está sendo totalmente reformado, ao custo de quase R\$ 1 bilhão, e seus arredores serão transformados, ganhando praças, passarelas e estacionamento integrado. Serão remodelados a Quinta da Boa Vista, o Porto, a Lagoa, a Marina da Glória, o Engenho e suas cercanias, o Sambódromo. Nada ficará como antes.

A expectativa é que essa afirmação seja mesmo verdade depois das competições,

aproveitando os investimentos para mudar a realidade de cidade segregada — dividida entre a zona rica e as muitas áreas pobres.

Ex-prefeito de Barcelona (Espanha), sede das Olimpíadas de 1992 e maior exemplo do que os Jogos podem deixar de bom, Pasqual Maragall já ditou a cartilha que o Rio deve seguir. "O governo tem de envolver toda a sociedade na preparação do evento", ensinou.

Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães reforça o conceito. "A grande qualidade da escolha é mobilizar positivamente as pessoas. O resultado é passar a acreditar na cidade. Mas os investimentos têm que ser bem-feitos para que os efeitos positivos sejam prolongados para depois de 2016", alerta ele, responsável pelo Favela-Bairro, um dos primeiros projetos de agregar as favelas ao restante da cidade.

Para o prefeito Eduardo Paes, não é preciso falar duas vezes. "A Olimpíada é o grande ponto de virada, a oportunidade de a cidade se reconstruir. O evento esportivo vai acontecer, mas temos que pensar que ele é um momento de transformação decisivo para a cidade", resume. De volta ao Caderno de Legados Sociais: com as Olimpíadas, o Brasil e o Rio querem chegar muito além das nuvens.

SEREMOS GRANDES

■ R\$ 20 bilhões é a estimativa de investimentos feita pelo governo estadual em transportes só na capital até 2016. A maior parte dos recursos será aplicada na construção da Linha 4 do metrô (Barra da Tijuca-Zona Sul) e em melhorias no sistema de trens.

■ A maior parte das 11 instalações esportivas que serão erguidas no Rio — 56% — e a Vila Olímpica ficará na Barra da Tijuca. Lá serão disputadas 20 modalidades. Os outros pólos de competições são Maracanã, Deodoro e Copacabana, que terá jogos de vôlei e competições aquáticas.

■ Educação aliada ao esporte é a promessa de legado para a juventude brasileira com as Olimpíadas de 2016. A meta é atingir 3 milhões de estudantes nos próximos quatro anos. Parceria entre os governos trabalha para universalizar o esporte no Brasil, inclusive no Rio, com ações que promovam o esporte educacional como inclusão social.

“

“A Olimpíada é oportunidade de o Rio se reencontrar. É um ponto de virada”,
prefeito
Eduardo Paes

”

PLACAR

11

Número de instalações que serão construídas para receber jogos e competições da Olimpíada do Rio

205

Países esperados nas Olimpíadas do Rio, com 11 mil atletas. Expectativa é que o público supere os Jogos de 2008, em Pequim, com 6,5 milhões de ingressos

R\$ 28,6 BI

Estimativa de custos feita por consultorias nacionais e internacionais nos Jogos Olímpicos cariocas

380 MIL

Número de turistas estrangeiros a mais que devem chegar ao Rio por causa das Olimpíadas, prevê o Ministério do Turismo. Na Copa, a estimativa é que sejam 600 mil turistas a mais na cidade que terão jogos

542 MIL

Número de pessoas com mais de 15 anos que não estão alfabetizadas no Rio, segundo dados do Censo 2010 do IBGE

R\$ 1.518,55

Renda per capita média por domicílio na capital, segundo Censo de 2010. No estado, a renda média é R\$ 1.074,36

92,20%

Porcentual de alunos do Ensino Médio, na Cidade de Deus, que estão o mais de dois anos atrasados no colégio, conforme o Censo Escolar de 2009. É o pior índice do Rio.

COINTEL gringo

■ TURISTA no sentido antigo, no sentido clássico, Malu, Bob Nadkari, Nicolas Krasnik e Scott Feiner, na foto abaixo, e expressão cultural Daniela Kozinicki

Cidade tem uma ideia fixa: receber bem seus visitantes. Muitos acabam se apaixonando pela espontaneidade carioca e escolhendo o Rio para viver

PAULO LACOM
lacom@globo.com.br

■ LANÇADO há 20 anos a venda de cerca de 500 exemplares por mês, o livro *How to Be a Carioca* é um fenômeno editorial que descreve o que é ser carioca, dos aspectos de sinal a como dar um abraço íntimo de alguém que acabou de conhecer. A autora, Daniela Kozinicki, é uma americana há mais de 30 anos no Rio. "É a grande cidade tem problemas, mas o jeito positivo de encarar isso é só do carioca. Ele tem um charme único", diz a autora. "Não existe ninguém mais próximo do Rio, por isso são tantos os estrangeiros".



Eles chegaram sem a intenção de ficar e foram seduzidos pela paisagem de natureza e cultura. Se o francês Nicolas sugeriu a cervejinha na biraça, foi a japonesa Malu que melhor apresentou sua porção carioca, ao elogi-

ar o visual do The Mace, hotel que o inglês Bob Nadkari ergueu na favela Tavares Bastos: "Caraca, muito legal". Com seu passaporte, o americano Scott Feiner conheceu o tipo de estrangeiros que saíram com música e cidade que escolheram para viver.

"O Rio é uma enorme fonte de inspiração, você sente energia das ruas", diz Nicolas Krasnik, 42, nascido em Malmaus-Alfort, na França, o "vaticano" há uma década com seu violão que toca samba e fado.

Seu Lapa é obrigatório, eles chegaram também a Praia de Ipanema, a bicicleta na Lagoa e o fim de tarde no Asfalto, do onde se avistam Corcovado e Pão de Açúcar.

A comida a quilô, raro no exterior, também faz sucesso, e nesse ponto é a cantora Masako Danza, a Malu, nascida em Kobe, no Japão, que pede a palavra: "O carioca não come nada na churrascaria? Estão por que não posso comer carne?", questiona, rindo. Como os outros músicos, ela chegou há 10 anos sem falar uma palavra de português. Hoje, canta samba, toca vários instrumentos de percussão e é uma das Mulheres de Chico, bloco temático dedicado às cabeças de Chico Buarque.

De Nova York, o músico Scott Feiner, 43, passou pelo Rio e foi seduzido pelo pandeiro. Levou o instrumento para o jazz e ficou na cidade. "Ideias a falta de compromisso do carioca tem o lado da espontaneidade. Um telefonema e se repente você está numa festa com pessoas legais", diz Scott.

CARIOCA NO DNA

■ O dia do empresário cultural Daniela Kozinicki, 35, depende do "carioca" Scott Feiner. "Vou à praia olhar o pôr, aí vejo que pode ficar", conta. O trabalho é certo, e pode se estender à madrugada seguinte, mas brasileiros precisam se ajustar ao surfe em Ipanema, remédios de calças na Urca ou sênie na Estação de Sumaré, com guarda para o cervejinha.

"Há cidades onde tudo funciona e segura mais dinheiro. Mas não me imagino em outro lugar. Só posso ser daqui se sou no Rio", comenta Daniel, sócio do Grupo Mizaris e suas casas noturnas. Criado no bairro Zona Norte, envolvido na Zona Sul, o único coletivo a unir dos criadores do bloco Enxerga de 9, traz no espírito a integração que é marca da cidade. "Você nasceu num vilarejo e é isso que te faz diferente para lidar com as experiências da vida", opina.

CIDADE

tem os braços abertos

O impacto econômico do turismo na cidade em 2009 foi de mais de US\$ 2 bilhões, isto é, quase R\$ 3,24 bilhões

Pacificação de favelas resgata autoestima dos cariocas e leva a uma nova era

de ouro do turismo. A ideia é: não há mais baixa temporada na cidade

ALMER SALLAGOS
alme.sallagos@rednet.com.br



A retomada do clima de segurança na Cidade Maravilhosa, com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), começa a refletir positivamente nos índices de atração de visitantes. Em 2010, foram 1,61 milhão de estrangeiros. A taxa de ocupação hoteleira superou a marca dos últimos dez anos, chegando a 73,75%. Os bons ventos já fazem especialistas do setor turístico e hoteleiro apontarem para uma nova década de ouro na cidade.

"O Rio sempre esteve no imaginário dos turistas, mas existia uma carga contrária por conta da insegurança e do amor próprio do carioca, em baixa. O resgate da autoconfiança foi fundamental pa-

ra a boa propaganda da cidade. Agora, o mundo está marcando encontro no Rio", avalia o secretário estadual de Turismo, Ronald Ázaro.

Só no Carnaval, 400 mil estrangeiros desembarcaram na cidade, quando a previsão inicial era de 173 mil. Para o Rock in Rio são aguardados 300 mil turistas. "Não existe mais baixa temporada no calendário carioca. A ocupação hoteleira vem mantendo sempre uma boa média", atesta o secretário municipal de Turismo e presidente da Riotur, Antônio Figueira de Melo.

Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH-Rio), Alfredo Lopes identifica na criação de um calendário fixo de eventos a chave para o novo sucesso. "A partir do Pan-Americano e do decolou em termos de investimentos e captação de turistas. O Rock in Rio só vem a contribuir com esse crescimento", afirma.

VIVA A DIVERSIDADE!

Geografia privilegiada e povo hospitaleiro fazem do Rio um espaço aberto às diferenças e destino top do turismo gay mundial

LOCIANA WEBER
 lociana.weber@odionet.com.br



O estilista Carlos Tufvesson não tem dúvida: a natureza exuberante do Rio, assim como a simpatia, a simplicidade e o alto-astral de seu povo, são os grandes responsáveis pelo título de melhor destino do turismo gay mundial, conquistado pela cidade em 2009. Para ele, que está à frente da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, criada há dois anos pela Prefeitura, a vocação para aceitar as diferenças é

outro encanto carioca. Não ter preconceito é uma ideia que pegou.

“Como o Cristo Redentor, estamos de braços abertos a todos. Nossa rede hoteleira é competente. Temos duas festas maravilhosas que encantam por seu luxo e pelo contato com o povo: o Carnaval e o Réveillon. Além disso, o Rio é pioneiro em uma lei que assegura que nenhum estabelecimento comercial ou repartição pública carioca pode discriminar pessoas em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero”, enumera ele.

Coordenador do Programa Rio Sem Homofobia e presidente do Conselho Esta-

PARA
 Tufvesson, os moradores estão de braços abertos a todos. Cada concorda e diz que os guetos estão acabando

dual dos Direitos da População LGBT, Cláudio Nascimento diz que a vocação do Rio para conviver com a diversidade fez com que o Estado se transformasse no primeiro e único da América Latina a possuir um grande projeto ligado ao tema.

“Temos até campanha de TV. Só o Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBT conta com 76 profissionais, entre advogados, psicólogos e assistentes sociais, e presta atendimentos variados. Essas políticas públicas fazem diferença, aumentam o diálogo com a sociedade, esclarecem e informam. Houve muito avanço. Basta observar as paradas gays, cheias de simpatizantes. E a sociedade como um todo está cada dia mais aberta à discussão”, garante Nascimento.

Produtora cultural, Carol Bandeira, de 25 anos, também acha que o Rio está cada vez mais democrático. Ela conta que, junto da namorada, circula confortavelmente pela cidade. “Percebo que, antigamente, só havia guetos, lugares gays e béticos. Agora é diferente, há uma mistura sadia”, declara.

O RIO ESTÁ SE TRANSFORMANDO CONHEÇA: CIDADE OLÍMPICA.COM

CIDADE OLÍMPICA

RIO DE JANEIRO | BRASIL



SEMPRE PRESENTE

cidade dos JOVENS


Ideia do turismo mochileiro atrai cada vez mais visitantes interessados em conhecer melhor a vida dos cariocas

Parabéns!

Ao JORNAL O DIA pelos seus 60 ANOS.
Nos orgulhamos de participar desta história.



Acesso e surpreendido-se:
www.jgpublicidade.com.br/ta



KAMILLE VIOLA
Email: viola@odanet.com.br



Uma forma de turismo não para de ganhar espaço no Rio de Janeiro. É o turismo mochileiro, que atrai via-

jantes não apenas interessados em gastar menos, mas também em conhecer melhor a vida dos habitantes da cidade.

Um reflexo disso é a popularização dos albergues, que não se restringem aos já manjados bairros de Copacabana e Ipanema: hoje, estão em lugares como a Lapa, um dos redutos dessa turma jovem e curiosa, louca pelo ambiente democrático do bairro. São lugares como o Books Hostel, que funciona há nove meses na Rua Francisco Muratori.

"O Rio de Janeiro está num crescimento exponencial de número de albergues", diz Guilherme Lobo, um dos sócios do lugar. "Às vezes me surpreende como os turistas

estrangeiros têm conhecimento sobre o Rio e curiosidade sobre a cidade", diz.

Outro sinal do crescimento da cultura mochileira por aqui é a popularização do site Couch Surfing ("surfe de sofá", em inglês), uma rede social voltada para a cooperação entre viajantes. Funciona assim: quem se inscreve na rede cria um perfil e se dispõe ou a hospedar, ou ao menos a se encontrar com turistas que o contactarem.

Existem grupos em cada cidade — só o do Rio tem quase 15 mil membros —, onde os moradores e turistas trocam informações, além de combinarem eventos. O grupo do Rio tem um encontro toda quinta-feira à noite, que acontece em um quiosque em Copacabana, e acaba de chegar à 100ª edição. "O site atrai um turista que quer conhecer a cidade pelos olhos do morador, fazer coisas que ele não conheceria de outra forma", explica Marcelo Cerqueira, um dos organizadores dos eventos.

Obras para todos os lados, benefício por toda parte.

Itaboraí vive um novo tempo, uma nova realidade. A Prefeitura trabalha para a cidade crescer, gerar oportunidades e desenvolvimento para todos. Nos últimos anos, muitas conquistas. Parceria na construção da UPA 24h e de conjuntos habitacionais, reforma de postos de saúde, construção e reativação de escolas, obras de infraestrutura e incentivo à capacitação profissional.



Itaboraí
PREFEITURA

Um novo tempo já começou



Às vezes me surpreende como os turistas estrangeiros têm conhecimento sobre o Rio
Guilherme Lobo, dono de albergue



FERREIRA ARCO-IRIS DOURA

A hospitalidade
do Rio atrai imigrantes de todo
canto. Gente que chega, vence e fica,
como os 'nordestinos cariocas'

FABIANA SOBRAL fabral@odisnet.com.br

6

"Aqui tem vida. Não troco o Rio de Janeiro por nada", declara, com sorriso largo no rosto e um resto de sotaque, o paraibano Antônio Augusto Ferreira, 74 anos, 41 deles vividos em terras fluminenses. Seu Antônio é um dos milhares de nordestinos que migraram para o Rio, desde o século passado, em busca de vida melhor. Melhor? Será mesmo? "É sim, dona", responde o hoje pequeno comerciante de castanhas. "Tudo é melhor do que viver em Guarabira, minha terra natal. Aqui a gente se vira. Lá não tem para onde correr", conta Antônio, que um ano após chegar à Cidade Maravilhosa já fazia bicos de bombeiro hidráulico e mandou vir a mulher, Severina, companheira de toda a vida, e os quatro filhos. O quinto "é carioca", assim como os dez netos, brinca o morador da Nova Brasília, no Complexo do Alemão.

O carinho de Antônio pelo Rio não difere do sentimento desenvolvido por milhares de conterrâneos e demais imigrantes acolhidos pelo Rio e seu povo. Para se ter uma ideia da busca pelas portas abertas da cidade, dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, do IBGE, apontam que 1,28 milhão de nordestinos vivem no Rio em 2009, sendo 1,14 milhão no Grande Rio. Um contingente e tanto a impulsionar a vida e a economia do estado, através de diferentes aspectos culturais e econômicos. Uma mostra? O comércio pujante da Rocinha, reduto de nordestinos no Rio. "O estado nos deu condição de ter o que temos hoje. Nos acolheu e 70% de nossa família vive atualmente no Rio", conta o comerciante Alex Araújo, 36, que trabalha com o pai, Aloísio Adão, 63. A família, de Campina Grande (PB), aqui chegou em 1981 e estabeleceu-se em Duque de Carias. Tinha o objetivo de todo nordestino que aqui chega: vencer. E é essa ideia que persegue, há dez meses, o garçom cearense Manuel Lourenço, 23. "Aqui tenho mais perspectivas de vida", diz, lembrando o entusiasmo de Seu Antônio.

é possível

Criada para retomar territórios antes dominados por traficantes de drogas, a Unidade de Polícia Pacificadora é uma ideia que mudou o conceito de segurança pública

ANA INGLEZ
ana@colibater.com.br



A ideia inicial era retomar para o Estado o território até então dominado por traficantes. Mas desde que a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi inaugurada — no Morro Santa Marta, em 19 de dezembro de 2008 — o que se viu foi uma total mudança no conceito de segurança pública no Rio. “A UPP nada mais é do que a criação de um ambiente para chegar cidadania”, define o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame.

Cenas até então impensáveis tornaram-se corriqueiras: crianças e adultos moradores das comunidades aterrorizadas por bandidos passaram a saudar a chegada dos policiais que, por sua vez, começaram a colocar em prática a teoria da polícia cidadã. A relação se estreitou de tal forma que comandantes de UPPs chegaram a ser procurados por mães em busca de um emprego fictício para os filhos, envolvidos com o tráfico de drogas.

Seguras, as comunidades com UPPs começaram a atrair turistas e celebridades, como a cantora Madonna, levada ao Morro Santa Marta pelo governador Sérgio Cabral em novembro de 2009. Na Cidade de Deus, outro visitante ilustre: o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, esteve na favela em março deste ano.

Mais do que atrair gente de fora, a pacificação conseguiu juntar famílias que não

se viam há anos. Moradores de comunidades dominadas por quadrilhas de facções

rivais eram impedidos de cruzar as fronteiras impostas pelos bandidos.

Os benefícios trazidos pela instalação das Unidades de Polícia Pacificadora não ficaram restritos às comunidades. Com a queda dos índices de criminalidade, no entorno, imóveis que antes permaneciam fechados por causa da violência reabriram e foram valorizados. O sucesso do programa atraiu autoridades de outros estados e até do exterior: vem aí a UPP para exportação.

ONDE JÁ TEM UPP

■ A primeira Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, foi inaugurada em 2008. A Glória, no Morro de São Carlos, começou a funcionar no mês passado.

Andaraí
Babilônia/Chapéo Mangueira
Batalha
Bom Retiro
Cidade de Deus
Copa/Folhet/Fogueirão
Escondido/Plaza
Formiga
Macacos
Praça-Paraisópolis/Cantagalo
Providência
Salgueiro
Santa Marta
São Carlos
São João/Matriz/Quilô
Taboas/Cabritos
Turano

sem danos COLATERAIS

Cresce uso de armas não letais pela PM. Ideia é evitar as balas perdidas. Nas UPPs, fuzis ficam trancados no arsenal

JOÃO CARLOS SANTOS
joao@colibater.com.br



O que parecia restrito às telas de cinema em filmes de ficção aproxima-se da realidade: o Rio livre das armas de longo alcance. A aposta de uma nova era na Segurança Pública começa pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Armas, por lá, só mesmo a pistola no coldre dos PMs e o kit não-letal. Os fuzis, as escopetas e metralhadoras ficam trancados no arsenal. É tempo de combater a violência nas ruas, mas sem os danos colaterais das balas perdidas.

A ideia do secretário José Mariano Beltrame é retirar de pouco em pouco os fuzis das ruas. No máximo deixá-los no quartel ou em viaturas específicas de patrulhamento em áreas de risco. E no mesmo ritmo que saem as armas longas, entram as não letais. Além das UPPs, as motos e Patamos da PM já estão equipadas com os kits, que podem ter de spray de pimenta e bastões até pistolas elétricas, carabinas com balas de borracha, gás lacrimogêneo e granadas de luz e som.

“Usar armas não letais não significa desarmar os policiais. Eles terão novas opções”, destaca Beltrame. E a certeza do sucesso faz a indústria apostar em novas tecnologias. A Condor tem munição com rastreador — ótimo para o controle do estoque — e prepara uma pistola com o mesmo impacto da arma convencional. Só que com uma diferença: o projétil é de borracha. Deruba o adversário, mas sem matar.

■ EXÉRCITO equipou suas tropas no Haiti com munição de bora-dá, gás de efeito moral e spray de pimenta. Um arsenal a serviço da paz

O número de registros de bala perdida reduziu no Rio de Janeiro de 193 casos, em 2009, para 139, no ano passado. A meta é zerar até a Copa



■ BALARINA (ao lado) é uma das novidades do Batalhão de Choque. A granada é de gás lacrimogêneo, fica em movimento constante

... O PATRIMÔNIO DO ... A VIDA DOS SEUS CIDADÃOS.

NÃO LETAL É CONDOR.

Disposição do plano das Prisões: Rio de Janeiro, 02.08.2011
A Condor se orgulha em participar deste processo tão significativo na vida dos cidadãos: os delitos de homicídio, roubo de veículo e segurança do passageiro, preservação de vidas, paz e respeito à cidadania e aos direitos humanos.

Em 1995, o sequestro bateu recorde no Rio: foram 715 reféns

Sequestro de Medina foi sinal de alerta na polícia. Repórter do DIA encontrou publicitário após cativo

INTELIGÊNCIA vence o crime

Antecipar o movimento dos criminosos é a meta dos agentes da Polícia Civil. Números do Instituto de Segurança Pública ajudam a planejar o policiamento nas ruas do Rio e capacitar novos policiais

ISP traz números da violência para melhorar o policiamento nas ruas

Agentes da DAS mantêm mais de 100 pessoas sob vigilância para evitar novos casos de sequestro

JOÃO ANTÔNIO BUAROS
jant@odiamet.com.br



A inteligência para salvar o Estado. Ao olhar a estatística ultrapassar a barreira dos 110 sequestros por ano, o governo se viu numa grande encruzilhada: de nada adiantavam os músculos e o dedo certo de seus policiais. Era preciso entender a mente do crime, entrar na cabeça de quem usava a psicologia do terror para apavorar as famílias das vítimas e anestesiar as ações da polícia. No olho do furacão nascia a Divisão Anti-Sequestro (DAS), com a ideia de revolucionar os métodos de investigação. Surgiam as interceptações telefônicas, mapas de riscos, rede de computadores, gerenciamento de crise... Tudo para fazer a polícia prender sem dar um tiro.

O sucesso veio nos anos seguintes. Uma a uma as quadrilhas, identificadas, foram presas e as vítimas libertadas sem pagar resgate. As leis endureceram e tornaram o crime he-

do. As ações de inteligência tinham um objetivo: transformar o sequestro num péssimo negócio para os criminosos. E foi alcançado. Vinte e um anos após o publicitário Roberto Medina ser levado para o cativo e 15 anos depois do rapto do filho do presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, o índice de sequestros no Rio é praticamente zero.

Para vencer a década do terror — como ficaram conhecidos os anos 90 —, a DAS investiu na formação do policial. Foram desde aulas de psicologia e gerenciamento de crise até de resgate de reféns e técnicas de combate. Cursos ministrados no Brasil, Estados Unidos e Israel. “O sequestro é um crime que exige muito da psicologia na investigação. A polícia trabalha durante a ação da quadrilha, que normalmente arrasta vítima e família para o cativo”, analisa o diretor da DAS, Cláudio Góis.

A onda de sequestro passou, mas o trabalho dos agentes continua. Eles monitoram mais de uma centena de pessoas — entre elas criminosos do passado. A meta agora é se antecipar. Coisa de polícia de Primeiro Mundo. Igual ao trabalho do Instituto de Segurança Pública (ISP). O universo de tecnologia chama a atenção do órgão criado em 1999 para ajudar o policiamento com dados exatos dos locais com maior incidência de crimes. São 43 pessoas interpretando o mundo de números da estatística, fornecendo detalhes para planejar o policiamento nas ruas e ajudando na capacitação dos novos policiais. “Deixamos de ser só estatística. Somos suporte de estratégia para a Secretaria de Segurança”, destaca Carlos Teixeira, diretor-presidente do ISP, ao falar da colaboração com dados para a invasão da polícia no Morro da Providência e no Complexo do Alemão.

“Somos suporte para a estratégia da Secretaria de Segurança”

Carlos Teixeira, presidente do ISP

do na capacitação dos novos policiais. “Deixamos de ser só estatística. Somos suporte de estratégia para a Secretaria de Segurança”, destaca Carlos Teixeira, diretor-presidente do ISP, ao falar da colaboração com dados para a invasão da polícia no Morro da Providência e no Complexo do Alemão.

11 mil pessoas ligaram para denunciar os assassinos do menino João Hélio

As ligações levaram à prisão cinco PMs envolvidos na Chacina da Baixada Fluminense



“A maioria não aparece para receber o dinheiro. Não tem interesse.

A nossa vantagem é a indignação. A população quer é a prisão do criminoso”

Zeca Borges, superintendente da Associação Rio Contra o Crime



ENCONTRA-SE

Ideia do Comando Militar do Leste, o Dique-Denúncia se transformou na grande arma da população para ajudar a polícia a combater o crime

JOÃO ANTÔNIO BORGES
jbornto@oi.com.br



A luta contra o crime ao alcance das mãos. A primeira impressão era de que o Rio de Janeiro tinha retornado no tempo e visitado o Velho Oeste americano. Puro engano. Os cartazes com o rosto do bandido e o preço pela captura estampados no papel se mostraram uma das armas mais eficientes para desbançar os criminosos. E o Disque-Denúncia se transformou em preciosa ferramenta da população: em seus 15 anos de operação, ajudou a polícia com 1,565 milhão de informações — ou seja, um a cada 10 moradores ligou para o 2253-1177.

Inspirado no modelo americano e canadense de estimular a população a denunciar o criminoso, o segredo do sucesso do Disque-Denúncia no Rio vai além do valor pago pela delação. O anonimato é a grande virtude do programa, ideia do Comando Militar do Leste (CML) lançada durante a Operação Rio — desencadeada pelo Exército, em 1994, para ocupar as favelas e dar um basta na onda de violência na cidade.

A população não quer só dinheiro. “A prova é que quem denuncia não se interessa pelo dinheiro

é que a maioria nem aparece para pegar a recompensa. A população deseja é a prisão do criminoso”, revela Zeca Borges, superintendente da Associação Rio Contra o Crime, responsável por manter, com doações de empresários, o Disque-Denúncia.

R\$ 100 MIL POR BEIRA-MAR

Da herança militar restaram o número e a iniciativa. A onda de sequestro no Rio levou os empresários, em 1995, a injetar recursos e turbinar a campanha pela denúncia. Chegaram computadores, central telefônica, pessoal e dinheiro para a recompensa. Nunca mais os telefones pararam. O volume cresce a cada dia: em maio, o projeto bateu o recorde com 13.276 chamadas, superando a tomada do Complexo do Alemão, quando a população fez 12.683 ligações.

O tráfico está na dianteira das denúncias e o bandido-símbolo da invasão do narcotráfico no Rio é também o maior valor já ofertado pela prisão de um delinqüente: R\$ 100 mil, a quantia fixada pela cabeça de Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, em 2006. Borges revela que com as Unidades de Polícia Pacificadora o perfil das denúncias mudou. Agora, as ligações são sobre agiotagem, violência doméstica e delitos que antes eram impossíveis de ser delatados pelas comunidades.

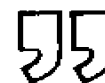
R\$ 100 mil foi o valor da recompensa pela prisão de Fernandinho Beira-Mar

Nunca para a prisão do traficante Paulo César Silva dos Santos, o Linho, valia R\$ 40 mil



“O Disque-Denúncia é um projeto de mobilização popular, é fruto da sociedade civil organizada no combate ao crime”

Zeca Borges, superintendente da Associação Rio Contra o Crime



TANQUES DA PAZ

1.700 homens do Exército ocupam hoje as 20 favelas do Alemão

400 mil pessoas em 40 mil casas são atendidas pelas tropas no Alemão



Tanques e homens numa guerra pela paz. O apoio das Forças Armadas nas operações de pacificação de favelas do Rio era um anseio que saiu do plano das ideias e conquistou simpatia nas comunidades e no asfalto. “As Forças Armadas só sairão da área no momento em que for possível, ou seja, quando as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) estiverem mobilizadas”, informou o ministro da Defesa, Nelson Jobim em sua última revista às tropas que ocupam o complexo de favelas do Alemão, na Zona da Leopoldina.

É a primeira vez que tropas militares federais prestam apoio a operações da polícia do Rio no combate ao tráfico de drogas. Já são mais de cinco meses de ação conjunta. Ao pessoal dos quartéis, a maioria do Exército, cabe o patrulhamento, revista e prisão em flagrante de criminosos. A ação está prevista em acordo assinado em dezembro de 2010 estabelecendo as atribuições dos militares, o que driblou o impedimento constitucional de sua atuação.

Segundo informações do Ministério da Defesa, repassadas pela 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, que comandou a Força de

Pacificação entre fevereiro e maio, “o apoio da população para a pacificação das favelas tem sido essencial para a motivação da tropa e o sucesso da operação”.

Os moradores das áreas pacificadas, antes amedrontados pelo tráfico, são, segundo a Defesa, os primeiros a ajudar as tropas com denúncias anônimas por meio do telefone 0800 021 7171, ou mesmo pessoalmente. De acordo com dados do “Disque Denúncia” e da Fundação Getúlio Vargas, a Força Pacificadora tem hoje 94% de aprovação pela população, que aponta a “liberdade de ir e vir” como um dos pontos que tiveram melhora significativa.

24
ODIA
 ESPECIAL ANS
 DOMINGO, 05-08-2011

salvar vidas no ASFALTO

Operação Lei Seca virou referência no Brasil e no mundo no combate à mistura álcool-direção

CRISTINE GERK
 cristine.gerk@odiamet.com.br



Desde março de 2009, mais de 5.200 vidas foram salvas no Rio de Janeiro. Os heróis responsáveis por essa façanha são os 140 agentes da Operação Lei Seca, que atuam diariamente nos bairros da capital e municípios da

Região Metropolitana (Niterói, São Gonçalo e Maricá) e da Baixada Fluminense. Segundo o Ministério da Saúde, no ano passado o Rio conseguiu reduzir em 32% o número de vítimas fatais do trânsito — índice mais de cinco vezes maior do que a média brasileira, de 6,2%.

A ideia é conhecida: se beber, não dirija. Mas só com a Operação Lei Seca a população sentiu que a lei é para valer. O programa já virou referência no País e fora dele. Comitivas de cinco estados estiveram no Rio para conhecer a operação e estudar a implantação em seus territórios. Em 2009, a Organização Mundial de Saúde referendou o trabalho como modelo de programa a ser adotado no mundo todo.

“A iniciativa funciona porque tem caráter permanente, trabalha com a integração da secretaria de governo, do Detran e da PM”, elogia o major Marco Andrade, comandante da operação. “Desde abril, intensificamos ações de prevenção, com palestras em escolas, empresas e universidades. Pretendemos aumentar também o efetivo. Hoje, 25 mil veículos são fiscalizados por mês. Nenhum outro estado fiscaliza tanto”.

Segundo Fernando Moreira, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego no Rio, houve uma mudança na cultura fluminense: “Hoje o cidadão pensa duas vezes antes de misturar bebida e direção”.

458.612

testes com bafômetro foram realizados desde 2009: 4.352 condutores sofreram sanções administrativas e 1.601 criminais

No ano passado, o Rio reduziu em 32% o número de vítimas fatais

Hoje, 25 mil veículos são fiscalizados por mês

DESPOLUIÇÃO das águas do Rio

Lagoas e baías do estado ainda enfrentam problemas sérios, mas programas de despoluição fazem progressos importantes, inclusive no espelho d'água onde Tom Jobim dava braçadas

JOÃO RICARDO GONÇALVES
jrgonches@odunet.com.br



Uma cidade e um estado que têm o Rio no próprio nome não podem ter águas sujas. Quem viu a Bossa Nova nascer, lembra que o maestro Tom Jobim, quando jovem, costumava nadar na Lagoa Rodrigo de Freitas. Nas décadas seguintes, lagoas e baías de várias partes do estado foram convertidas em espaços malcheirosos que dificilmente inspirariam alguém a dar um mergulho. Nos últimos anos, entretanto, programas de despoluição têm feito progressos importantes, inclusive no próprio espelho d'água da Zona Sul.

Parceria do Grupo EBX, de Eike Batista, com as secretarias estadual e municipal de Meio Ambiente e com a Cedae, o programa Lagoa Limpa nasceu em 2007. O projeto envolve ações como a limpeza do espelho d'água, obras de saneamento, um Centro de Controle Operacional de Esgoto e a filmagem da rede de águas pluviais. Os resultados já co-

47 mil m³ de sedimentos foram tirados da Lagoa em 4 anos. Em Araruama, 60% do esgoto é tratado

Mais de 1 bilhão de dólares foram investidos na despoluição da Baía de Guanabara, com resultados pífios

CENAS do Lagoa Limpa: detritos são retirados das águas mais rasas através de lanchas, enquanto dragagem cuida do assoreamento

menciam a aparecer. "Hoje, não cai mais esgoto 'in natura' na Lagoa", diz o Diretor de Sustentabilidade do Grupo EBX, Paulo Monteiro. Presidenta do Inea, Marilene Ramos também relata mais oxigenação da água, menos coliformes fecais e menos mortalidade de peixes.

Quando se fala em tentativas de despoluição é difícil não lembrar do fracasso do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, concluído em 2006. Nos últimos anos, porém, foram retomadas iniciativas de limpeza da baía. A ligação de redes de esgoto de pontos da cidade com a Estação Alegria foi terminada e mais recursos devem chegar até as Olimpíadas. Mais avançada está a limpeza da Lagoa de Araruama, onde 60% dos 1000 litros de esgoto que são despejados lá por segundo são tratados. A situação mais dramática, hoje, é a da Lagoa de Jacarepaguá: a quantidade de lodo e outros materiais a serem retirados é tão grande que é preciso dar uma solução até para onde serão levados os caminhões com a sujeira.

SOUZA CRUZ, HÁ 108 ANOS CONTRIBUINDO PARA A SUSTENTABILIDADE DO PLANETA

A Souza Cruz conduz seus negócios de forma responsável também com o meio ambiente. E esta preocupação não se restringe apenas às Unidades da Empresa, mas é levada a toda sua cadeia produtiva, da lavoura ao ponto de venda. No campo, orienta cerca de 40 mil produtores rurais integrados sobre o correto manejo do solo e uso

SOUZA CRUZ

de agrotóxicos. Nos mais de 260 mil varejos que comercializam suas marcas, a Companhia promove, entre outras iniciativas, a conscientização ambiental através da reutilização e reciclagem de caixas de papelão. Com ações como estas, a Souza Cruz contribui para a sustentabilidade do planeta. E vai continuar sempre contribuindo, como faz há 108 anos.

Cariocas da gema e de coração contam como é conviver com seu maior tesouro natural, o Parque Nacional da Tijuca, que contrasta com o mar e com a cidade

vida na

FLORESTA

urbana

GESLANDIA GOVERNIO
gbslandio@odiamet.com.br



Morar na cidade que abriga a maior floresta urbana do mundo é um privilégio e tanto. E os cariocas — da gema e de coração — sabem bem disso. Com as desapropriações e o reflorestamento, iniciados há 150 anos, a Floresta da Tijuca passou por muitas transformações. Após a Proclamação da República, em 1889, sofreu com quase 50 anos de abandono. Somente em 1961 foi protegida pelo Governo Federal, que criou o Parque Nacional do Rio de Janeiro, depois alterado para Parque Nacional da Tijuca. Desde então, a floresta urbana tornou-se um dos recantos preferidos de moradores e turistas, que se deleitam com atrativos como a Cascatinha Thunay, a Capela Mayrink, o Mirante do Excelsior, o

Após a Proclamação da República, em 1889, a Floresta sofreu 50 anos de abandono

Açude da Solidão, a Gruta Paulo e Virgínia e o Lago das Fadas. A ideia é descansar da vida urbana em pleno coração da cidade.

“É incrível o Rio, além das belezas naturais, ter um acervo biológico dentro da cidade”, comenta o comerciante Pedro Teixeira, 48 anos. “A Floresta é, para mim, a junção de lazer, prazer e a satisfação de contemplar a natureza”, exalta o bibliotecário Alexandre Justino. O empresário português Tino Ribeiro, 50, há 25 anos no Rio, diz sentir-se um carioca em meio ao cenário da floresta. “Gosto de andar de bicicleta aqui e admirar essa exuberância. É nosso paraíso verde”, diz.

Já para o funcionário público Ivan Fernandes, 67, a floresta tem um significado especial. “Nasci aqui. Meu pai construiu uma casa na mata, onde vivo até hoje. Me considero um guardião desse lugar. É nosso tesouro natural e devemos preservá-lo”, declara.

Cada vez mais cariocas vêm adotando a bicicleta como meio de transporte: é uma das ideias mais solidárias dos dias de hoje. Bom para todos. Fundamental para o mundo

PEDALA, carioca!

KARLA RONDON FREDO
karlarf@odone.com.br



Tudo começa com o lado lúdico: a bicicleta é um dos primeiros presentes de Natal. E termina com o futuro: ter a magrela como meio de transporte é tendência mundial. Sair de 'bike' por aí é uma das atitudes mais solidárias que o carioca pode tomar: é bom para ele, para o próximo e para o meio ambiente.

No Rio, nos últimos 15 anos, o uso da bicicleta aumentou cinco vezes: hoje, são mais de 500 mil viagens por dia na cidade. "Quanto mais pessoas andam, mais seguro é o trânsito", diz Zé Lobo, 50 anos, fundador e presidente da Associação Transporte Ativo. Por amor, como ele mesmo define, desde 2003 participa do projeto cicloviário do Rio e só se destaca sobre duas rodas. Ele colabora com o tema dando palestras, traduzindo cartilhas, fornecendo estrutura a eventos do esporte e colhendo dados. "Na Zona Oeste é onde mais se usa a bicicleta e 50% dos deslocamentos da cidade são lá."

Ainda estamos longe do ideal, mas vivemos um "boom" que reflete, além do aumento

do uso da bicicleta espontaneamente, o investimento em infraestrutura por parte da Prefeitura. São 200 km de trilhas cicloviárias — a segunda maior da América Latina, só perdendo para Bogotá, Colômbia — e, até o fim do mandato, o prefeito Eduardo Paes prometeu chegar aos 300 km.

Partiu do secretário estadual de Transportes, Júlio Lopes, a ideia do livro 'Bicicleta: a Cara do Rio', coautoria de Zé Lobo e Cláudio Santos, presidente da Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecierj), que mostra como o uso do veículo pode melhorar a vida dos grandes centros. Ciclista desde os 5 anos, Cláudio, de 44, é um dos nomes mais amantes do esporte. Promove o ciclofarismo e o 'Dia sem Carro', que este ano será em 18 de setembro e ano passado reuniu 25 mil ciclistas. De 27 a 31 de julho, lidera o 2º Tour do Rio, que sai da Barra e vai até Angra dos Reis, reunindo equipes nacionais e de outros seis países.

"A bicicleta é necessária da infância à terceira idade", diz Cláudio. "E dez ciclistas ocupam o espaço de um carro", lembra. "Educação e conscientização ainda são pendências", analisa Zé. "Mas aderir ao ciclismo é uma grande ideia. É atitude interativa". Pedala!



"Dez ciclistas ocupam o espaço de um carro"

Cláudio Santos, presidente da Federação de Ciclismo do Estado do Rio de Janeiro



5 razões para andar de bicicleta

MOBILIDADE URBANA

MELHORA A SAÚDE

COMBATE A OBESIDADE

PROTEGE O MEIO AMBIENTE

DESAFOGA O TRÂNSITO E ALIVIA O STRESS

DE 'BIKE' POR AÍ

DIADIA: 11 mil entregas são feitas por dia, de bicicleta, só dentro de Copacabana.

gem no metrô, nem nas barcas. SuperVia vai aderir à integração.

DOBRÁVEL: A 'bike' dobrável, dentro da bolsa, pode ser carregada como bagagem e não paga passa-

SEGURANÇA: Roubos não são privilégio do Rio: na Flórida furtam 1 milhão por ano. Use duas trancas de U e de corrente.

caminho ECOLÓGICO

Pneus usados viram asfalto-borracha. Ideia reduz custos de manutenção das rodovias e ajuda a preservar a natureza

ISLANDIA GOVERNO
islandg@odone.com.br



Um novo modelo de pavimentação veu chamando a atenção de motoristas que trafegam pela via RJ-122: o asfalto-borracha. A novidade vem sendo aplicada pelo Departamento de Estradas de Rodagens (DER-RJ) e utiliza pneus usados como matéria-prima. O saldo desta iniciativa não está apenas na inovação tecnológica, mas também no ganho ambiental que a ideia oferece.

As estradas têm um grau de desgaste, necessitando de verbas e tempos em tempos para obras de conservação e tapa-buracos. Isso não acontece com a nova técnica, que visa economia e sustentabilidade. A durabilidade está estimada em 20 anos. É 60% maior que o asfalto comum", destaca o Diretor de Obras do DER-RJ, Ângelo Monteiro Pinto, um dos idealizadores do projeto.

Na RJ-222, que liga os municípios de Cachoeiras de Macacu a Guapimirim, foi erguida a 1ª Usina de Fabricação de Asfalto-Borracha. Lá, toneladas de pneus descartados em larga escala são triturados e transformados em pó de borracha. São 11 mil pneus re-

utilizados para cada quilômetro de asfalto.

"Achei interessante tanto pela questão ambiental como pela aderência proporcionada ao automóvel. E notei menor vibração no volante. Tive a impressão de estar passando sobre um tapete", elogia o fotógrafo César Soares, que trafegou pela pista da RJ-122. No segundo semestre, novas estradas vão receber o asfalto-borracha.

ASFALTO COLORIDO NA CIDADE

Outra tecnologia ecológica de pavimentação dará um colorido especial às ruas da cidade. Trata-se do asfalto enriquecido com pigmentos coloridos, que absorve menos calor, ajuda a diminuir as deformações causadas pelo tráfego e tem durabilidade maior, de dez anos, em média. Outra vantagem é que a aplicação é feita com temperatura abaixo de 140 graus, o que reduz as emissões de gases durante o processo.

A Estrada Dona Castorina, no Jardim Botânico, foi a primeira a receber o pavimento. Lá, o verde foi a cor escolhida para harmonizar com o ambiente da floresta. Segundo a Secretaria Municipal de Obras, o asfalto colorido será estendido a outros pontos da cidade nos próximos meses, incluindo ciclovias, parques e bairros. O branco deve ser a cor mais usada para auxiliar na iluminação das vias, com o reflexo da luz.

GUARDIÕES DA NATUREZA

Foto: Thiago Coutinho

PEDRO LANDIM
landim@odanet.com.br



São altas ondas, 'brother', mas elas podem destruir. E vêm causando prejuízos constantes em áreas como o Recreio, devido à urbanização feita sem critérios nos últimos anos, causa de erosões e desabamentos que derrubam calçadas e quiosques. O remédio vem de quem vive mais perto do mar e das areias, e faz do litoral estilo de vida e profissão. Daniel Gonçalves, 18 anos, é campeão estadual de surfe amador, acaba de se profissionalizar, mas há tempos faz um trabalho 'de formiguinha', que mobiliza surfistas locais: o replantio da vegetação nativa de restinga, parte litorânea e rica da Mata Atlântica que perde espaço nas praias das cidades grandes.

"Proteger a natureza é fundamental para o esporte que eu faço e também para a vida de todos no futuro. Vivemos num lugar muito bonito, vale a pena ser voluntário em projetos de preservação", ensina Daniel.

A preocupação da comunidade das ondas com a situação de áreas como as faixas de areia da Barra da Tijuca, Recreio, Grumari e

Replanteio de mata nativa nas praias: ideia genial para preservar a orla, um dos locais preferidos dos cariocas

Praia, começam a virar ação em 1999, num campeonato de surfe que incluía palestras ecológicas, coletas de lixo e replantio.

Abílio Fernandes, presidente da Federação de Surf do Rio (Feserj) e gestor do Parque Natural Municipal de Marapendi, foi um dos pais da ideia. Ele também criou o projeto Alunos Guardiões da Orla — extinto por falta de apoio —, que envolveu 2.400 alunos da rede municipal com o plantio de 20 mil mudas na orla.

"Há uma área de quiosques que já foi reconstruída oito vezes aqui no Recreio. Com o tempo, algumas casas e prédios da orla começam a ser ameaçados", afirma Abílio. "Onde há vegetação, não há erosão. E ao plantar vegetação nativa estamos interagindo de modo sustentável com a natureza", comenta, mostrando os estragos da última ressaca num trecho da praia sem vegetação.

Como explicaram Daniel e Abílio, há um ecossistema rico na restinga, incluindo flores raras e espécies animais como a preá, a coruja buraqueira, o gavião e a lagartixa-da-praia, que se alimenta de insetos e — legítima carioca — só vive no Rio de Janeiro.

IDEIA QUE MUDA VIDAS

Programa de Aceleração do Crescimento resgata dignidade de quem morava em áreas de risco, muda hábitos e revitaliza bairros

RICARDO ALBUQUERQUE
ricardo.albuquerque@odanet.com.br



Pela primeira vez na vida, a manicure Isis de Assis Ribeiro Gomes, 27 anos, sentiu orgulho do lugar onde mora. Há nove meses, ela e sua família ocupam um dos 352 apartamentos do Conjunto Habitacional Poesi, em Ramos, construído com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

"Agora pago água, luz e condomínio. No morro, além do risco de bala perdida, sentia vergonha do meu endereço na hora de abrir crediário ou procurar emprego. Hoje, tenho direitos e deveres como qualquer cidadão", desabaía ela, que perdeu a casa no Morro do Adeus, no Complexo do Alemão, durante as chuvas de abril de 2010.

O mesmo orgulho sente o zelador Pedro Miranda Brito, 46 anos. Ele e os amigos Severino Ramos, 36, e José Adriano Barbosa, 51, são unânimes em afirmar que as obras do PAC provocaram a maior mudança de hábito de suas vidas. Só no Complexo do Ale-

mão, mais de R\$ 721 milhões foram aplicados para construir 728 apartamentos, áreas de lazer, dois colégios, UPA, expansão do sistema de água e esgoto e pavimentação de ruas. O teleférico será inaugurado em julho.

INVESTIMENTO PESADO

Em Mangueiras, os investimentos do PAC somam R\$ 565,6 milhões. Foram entregues 896 apartamentos, colégios, parque aquático, complexo esportivo, UPA, biblioteca e centros de referência. Está prevista também a construção de 686 apartamentos no terreno da fábrica da CCFL. A nova linha férrea suspensa, na Rua Leopoldo Bulhões, vai dar mais fluidez ao trânsito e evitar alagamentos. Na Rocinha, a aplicação de R\$ 272 milhões já garantiu a construção dos complexos esportivo e de saúde, da passarela e a urbanização de ruas. No Pavão-Pavãozinho, foram investidos R\$ 45 milhões em obras de infraestrutura.

PORTO

de cara nova



A cidade do Rio passa pela terceira grande reforma urbanística de sua história. Depois de mudanças para receber a Família Real em 1808 e modificações idealizadas pelo prefeito Pereira Passos, na primeira década de 1900, a zona portuária e bairros próximos (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) estarão completamente transformados até 2015. Orçado em R\$ 7,9 bilhões, o projeto Porto Maravilha é a ideia responsável por obras de infraestrutura, urbanização, construção de prédios empresariais e residenciais, resgate de marcos históricos e culturais da região e capacitação profissional de moradores da área. Tudo de olho no futuro e em eventos como as Olimpíadas de 2016.

“É o projeto mais emblemático da prefeitura. Após 30 anos de teoria, finalmente está saindo do papel”, afirma o secretário municipal de Urbanismo, Sérgio Dias.

A iniciativa, que abrange uma área de cinco milhões de metros quadrados entre as avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, fará uma das portas de entrada da Cidade Maravilhosa ficar de cara nova. “São intervenções marcantes que vão mudar a região”, diz Alberto Silva, assessor especial da Presidência da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), que coordena o projeto, ressaltando que 3% dos recursos dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (Cepacs), lançados para levantar verbas, serão aplicados em valorização de patrimônio.

PRIMEIRA FASE EM PLENO VAPOR

A primeira fase — construção de novas redes de esgoto, água e drenagem nas avenidas Barão de Tefê e Venezuela, urbanização do Morro da Conceição e restauração dos Jardins do Valongo — já está em pleno vapor. São investimentos de R\$ 350 milhões, com previsão de terminar no fim de 2012.

A segunda etapa começa este ano, com a derrubada de 4 quilômetros da Perimetral e a adaptação da antiga Via Trilhos em avenida para absorver o trânsito da Rodrigues Alves. Até 2015, a região estará reurbanizada e com padrão de qualidade de serviços.

Investimentos de R\$ 7,9 bilhões promovem transformações urbanísticas na região portuária e resgatam marcos históricos

Depois de anos longe dos holofotes, região volta a despertar interesse de empresários. Obras de infraestrutura e melhoria da segurança trouxeram de volta empresas que buscam espaço para se instalar

CENTRO DOS INVESTIMENTOS

Após anos de abandono, o Centro do Rio — no eixo da Avenida Presidente Vargas e arredores — vive período de retomada econômica e valorização imobiliária. Empreendimentos corporativos e residenciais refletem o bom momento da região. Atraídas por obras de infra-estrutura como a estação Cidade Nova do Metrô, melhoria na segurança pública e projetos como o Porto Maravilha, empresas buscam espaços para se instalar novamente nesta área. O aumento da produção de petróleo na Bacia de Campos também contribuiu para o ressurgimento econômico do Centro.

E para atendê-las, pelo menos cinco complexos de salas comerciais serão entregues até junho de 2012. "Muitas empresas foram para a Barra em busca de espaço. Agora, o Centro volta a atrair empresários. A Petrobras, por exemplo, está locando os espaços que encontra", explica o presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), Conde Caldas.

Com a procura, a valorização imobiliária também ocorreu. Segundo o presidente da Ademi, o metro quadrado de um sala custava, há sete anos, R\$ 2 mil, em média. Hoje, a mesma metragem varia de R\$ 8 mil a R\$ 10 mil, com tendência de alta. "Os espaços vão valorizar ainda mais com a Copa do Mundo e as Olimpíadas", avalia Caldas.

Segundo o secretário municipal de Urbanismo, Sérgio Dias, a revitalização faz parte da política da prefeitura de reforçar a centralidade do Rio, ideia levada à frente com planejamento urbano. "O Centro sempre foi a alma do Rio", lembra.

Os primeiros sinais de mudança apareceram com a instalação da BR Distribuidora na Cidade Nova. Em seguida, veio o Centro Empresarial SulAmérica, bem ao lado da sede da Prefeitura do Rio.

EM CONSTRUÇÃO

■ **Office Tower Centro.** O empreendimento fica na Avenida Presidente Vargas 1.001. Tem 13 andares e o prazo de entrega é julho de 2011. O Rio Office Tower, no mesmo endereço, tem previsão para junho de 2012.

■ **Virtas Corporate Office.** Fica na Presidente Vargas 965 e as obras deve terminar em julho de 2011.

■ **Marques dos Reis.** Localizado na Praça Pio X 54, o imóvel tem 12 andares e previsão de ficar pronto em setembro.

■ **Presidente Business.** O endereço é Presidente Vargas 2.555. Possui 17 andares e deve ficar pronto em dezembro.



A FORÇA DO INTERIOR

Tendência é de crescimento com investimentos nas regiões fluminenses: Norte recebe R\$ 8 bilhões com Porto do Açu, e polo metalmeccânico do Sul desponta

MARCOS GALVÃO
mgalvao@odiamet.com.br



Uma avalanche de investimentos está impulsionando o interior do Estado do Rio. A ideia é de crescimento. São João da Barra, no

Norte Fluminense, receberá o maior investimento em infraestrutura portuária da América Latina: o Porto do Açu, megaempreendimento da ILLX, empresa de logística do grupo EBX, do empresário Eike Batista, orçado em US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 7,89 bilhões). A construção já emprega 2 mil trabalhadores, e a previsão é de que sejam gerados 50 mil postos de trabalho. A estimativa é de atrair US\$ 40 bilhões (cerca de R\$ 63,12 bilhões) em investimentos na região, como uma usina termelétrica movida a gás natural, uma siderúrgica e até uma cidade para 50 mil pessoas.

"O investimento representa a total transformação do

Norte Fluminense", afirma Cristiano Prado, gerente de Infraestrutura e Novos Investimentos da Firjan.

O interior também comemora o crescimento do polo metalmeccânico nas regiões do Médio Paraíba, Centro Sul fluminense e Região Serrana. De acordo com a Firjan, a implantação da oficina de locomotivas da MRS Logística, em Paraíba do Sul, e da Lata-pack Ball, em Três Rios, injetará recursos de R\$ 200 milhões. Três Rios também receberá a terceira fábrica da Nestlé no Rio. O empreendimento, de R\$ 300 milhões, vai empregar mil pessoas.

Após as fortes chuvas que devastaram a Região Serrana, as indústrias locais já mostram sinais de recuperação. Segundo Cezar Vasquez, diretor superintendente do Sebrae/RJ, em abril, a indústria de confecção de Friburgo voltou a contratar. Já Petrópolis e Teresópolis investem cada vez mais no turismo histórico e gastronômico.

FOTOS: IMPLANTAÇÃO ILLX

A HORA DO PROGRESSO

Obras como o Comperj e o Arco Rodoviário geram empregos e desenvolvimento na Região Metropolitana

MARCOS GALVÃO
mgalvao@odiamet.com.br

A Região Metropolitana do Rio respira ares de progresso. A ideia é investir. Iniciativas em andamento, como o Complexo Petroquímico de Itaboraí (Comperj) e o Arco Rodoviário, prometem levar desenvolvimento econômico a municípios da Baixada Fluminense e do entorno do polo petroquímico, como Niterói e São Gonçalo. "As duas iniciativas vão gerar serviço e empregos em toda a região", explica Cristiano Prado, gerente de Infraestrutura e Novos Investimentos da Firjan.

Numa área de 45 km², extensão superior a muitos municípios do Estado do Rio, o Comperj é a maior obra em andamento no País. O investimento é de US\$ 8,38 bilhões (cerca de R\$ 13,2 bilhões) e marca a retomada da Petrobras no setor petroquímico.

Na Baixada, o aporte de investimento também é grande. Estão previstos cerca de R\$ 6,2 bilhões em recursos públicos e privados no próximo biênio. A perspectiva é que sejam gerados nada menos que 800 mil empregos na região. O Arco Rodoviário, que ligará o Porto de Itaguaí até o Complexo Petroquímico de Itaboraí (Comperj), está orçado em R\$ 797 milhões e vai interligar cinco rodovias. Já o Porto Sudeste e o terminal de submarinos da Marinha, ambos em Itaguaí, são iniciativas privadas, com investimento total de quase R\$ 17 bilhões.

Em Queimados, o município comemora a revitalização do Distrito Industrial, que em menos de dois anos recebeu 31 novas empresas, como a multinacional Procter & Gamble. Para o auxiliar de produção Felipe Freitas, a notícia não poderia ser melhor. Morador de Queimados, ele gastava mais de duas horas de condução para chegar ao emprego anterior, na Barra. "Agora, levo 20 minutos. Sem contar o salário, que é bem melhor", diz.

RIO capital do petróleo

ESPECIAL 60 ANOS
DOMINGO, 05 DE 2011
ODIA
www.odia.com.br

**Enquanto a maior parte da grande companhia
O Petróleo é Brasil, a ideia é reforçar
a importância do rio no cenário mundial:
o pré-sal e o Comperj também são nossos**

LUCIENE BRAGA
lbaga@odiario.com.br

Há 60 anos, o Brasil ousou contrariar um estudo norte-americano que tirava esperanças de haver petróleo em terras e águas nacionais. Hoje, não há dúvida de que estamos certos e de que o ouro negro brasileiro é fluminense: o Rio detém 80% da produção nacional de petróleo, alçou a Petrobras à condição de referência mundial em tecnologia de produção em águas profundas e é base da desafiante tarefa de produzir abaixo da camada de sal, a 7 mil metros de profundidade e a 300 quilômetros da costa. O pré-sal, gigantesca acumulação de óleo com 800 quilômetros de extensão do Espírito Santo a Santa Catarina, tem o Rio no centro do mapa de interesse mundial.

Atualmente, os campos maduros contêm 14 bilhões de barris. Só as áreas licitadas do pré-sal concentram outros 16 bilhões. Petroleiras que atuam no Brasil têm compromisso com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) de perfurar 161 poços ao longo do

ano, sendo que a Petrobras prevê a perfuração de 162 poços, informa o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). "Os cinco maiores campos do Brasil estão no litoral do Rio: Roncador, Marlim Sul, Marlim, Marlim Leste e Barracuda. Juntos, foram responsáveis por 49% da produção nacional. É uma das explicações para o estado ser a capital do petróleo", explica Márcio Serrão, diretor do Departamento de Recursos Minerais do Rio.

Em Itaboraí será instalado o Complexo Petroquímico do Estado do Rio (Comperj), que entrará em operação a partir de 2013, com conclusão em 2016 ou 2017. O projeto vai atrair R\$ 20 bilhões em investimentos. O empreendimento é parceria da Petrobras com a Braskem, do grupo Odebrecht, e terá duas unidades de refino para produzir 165 mil barris diários de diesel, gasolina, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, além de uma central petroquímica.

Os dois grandes projetos se unem em iniciativa inovadora: a Petrobras usará o gás natural do pré-sal — e não só o petróleo pesado ou nafta como se previa no início — como matéria-prima para fabricar petroquímicos no Comperj. A ideia reduz em até 30% o custo do projeto e as emissões de gás carbônico. "Como o pré-sal está se tornando realidade, vamos usar o gás para a fabricação do eteno", diz o diretor de Abastecimento da companhia, Paulo Roberto Costa. O gás virá dos poços Lula (ex-Tupi), Guardá ou Iracema transportado por 250 quilômetros de dutos submarinos ou em navios, liquefeito em alto-mar e regaseificado em terminais próximos ao Comperj.

POR DENTRO DO SETOR PETROLÍFERO

■ O pré-sal é uma grande bacia petrolífera, mas ainda não se sabe exatamente se é um conjunto de enormes campos independentes, mas próximos, ou um único campo gigantesco. Segundo o professor da Universidade Católica de Brasília Marcos Brandão, avalia-se que haja entre 70 e 100 bilhões de barris (um barril tem 158,9 litros) na grande área.

■ Reservas brasileiras atuais somam 14 bilhões de barris. Geólogos mais otimistas falam em até 200 bilhões ou 300 bilhões no pré-sal, se o campo for único ou maior que a área já mapeada.

■ A Federação das Indústrias do Rio (Firjan) aponta que os investimentos no setor petrolífero vão atingir R\$ 181 bilhões no período 2011-2013.

■ Um dos maiores projetos da Petrobras, o Comperj de Itaboraí aumenta a competitividade da indústria petroquímica nacional e tem impacto em 11 municípios, com ganho econômico e empregabilidade.

EMPREENDEDORISMO QUE TRAZ CIDADANIA

Vocação da população para trabalho por conta própria posiciona o estado entre os que mais legalizam pequenos negócios individuais. Sebrae/RJ vai mapear comunidades para oferecer serviços direcionados

LEILA SOUZA LIMA
lsouzalima@odiario.com.br

De aproximadamente 1,1 milhão de brasileiros que entram para a economia formal por meio do programa do governo federal Empreendedor Individual, mais de 150 mil são do Rio de Janeiro. Essa alta taxa de participação se deve a um traço marcante de quem vive aqui: dom para o empreendedorismo. "Enquanto em São Paulo as pessoas perdem o emprego e vão em busca de outro, no Rio boa parte resolve partir para iniciativa própria", compara Cezar Vasquez, diretor-superintendente do Sebrae/RJ, uma das portas de acesso à formalização. A instituição fará pesquisa em comunidades para traçar os perfis empreendedores e oferecer serviços adequados a cada realidade.

O trabalho será feito em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e vai mapear regiões com Unidades de Polícia Pacificadora. A ideia chegará a sete áreas: Formiga, Borel, Salgueiro, Turano, Macaco, Andaraí/Flor da Mina, São João/ Matriz/Quieto. "Há um mês, fizemos prévia no Morro da Formiga e na Ladeira dos Tabajaras: empreendedores, em geral, têm mais de 24 anos, aproximadamente 50% são donos de negócios com mais de cinco anos, vivem nas comunidades e já passaram pelo mercado de trabalho", detalha Vasquez.

Jorge Eduardo Ribeiro, 33 anos, é exemplo próximo desse perfil. Após deixar o emprego, abriu um pet com sua mulher, Carolina Alves, 32, perto da Rocinha, onde vivem. "Procurei o Sebrae quando o programa foi lançado. Eu queria vender remédios e rações importadas. E só com a legalização seria possível", conta Ribeiro.

Para a esteticista Adriana de Faria Xavier, a formalização também deu frutos: "Depois que passei a ser empreendedora individual, montei um site (www.adrianaestetica.com.br) e posso fazer anúncios. Tornar-se formal é vantagem para o futuro".

Alinhado às comunidades

■ O Sebrae/RJ vai padronizar linhas de ações que atendam às necessidades de cada região alcançada pelo programa. A ideia é observar características como grau de instrução, atividades predominantes e outras. Dos mais de 150 mil formalizados no Estado do Rio, pelo menos 15% estão nos cadastros do Sebrae/RJ, porque acessaram a instituição em alguma fase do processo de legalização empresarial.

Mas um dos problemas identificados é a alta taxa de inadimplência no recolhimento das contribuições legais. É um percentual alto (58,5%), se comparado à média apurada em todo o País — 45%. "É preciso entender que, para dar certo, é necessário cumprir com as obrigações", alerta Cezar Vasquez.

CASA PRÓPRIA AO ALCANCE DE TODOS

ESPECIAL 60 ANOS
DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
ODIA
www.odia.com.br

Programa de habitação popular do governo federal torna realidade a compra do primeiro imóvel para milhares de trabalhadores de todas as faixas de idade

CRISTIANE CAMPOS
oci@ciene.campos@oi.com.br

O projeto de alcançar o sonho da casa própria já é realidade para milhares de famílias em todo o País. O programa habitacional 'Minha Casa, Minha Vida', criado pelo Governo Lula, tirou do papel o maior desejo dos brasileiros: ter um teto para chamar de seu. O melhor é que a ideia contempla trabalhadores jovens, quarentões e até a Melhor Idade.

O Brasil parece um canteiro de obras gigante. No Rio, bairros como Campo Grande, Bangu, Jacarepaguá, Cordovil, Benfca e Pedra de Guaratiba contam com empreendimentos do 'Minha Casa, Minha Vida', sendo construídos para famílias de renda entre R\$ 1.395 e R\$ 4.900. Desde o início do

ano, o teto do valor para compra dos imóveis subiu de R\$ 130 mil para R\$ 170 mil nas regiões metropolitanas.

Segundo o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, o programa visa a preencher a carência de moradias, além de atender realmente a quem precisa, com concessão de subsídios que chegam a R\$ 23 mil para famílias com renda de até R\$ 2.750.

"É sem dúvida o programa habitacional mais coerente que o País já teve porque reconhece a capacidade do brasileiro de ter acesso à moradia", afirma Hereda.

Um dos milhares de brasileiros beneficiados com o programa, o pedreiro Osman Rodrigues da Silva, 53 anos, conseguiu comprar um apartamento da construtora Celta, com direito ao subsídio.

PARCERIA DE GOVERNO PÕE FIM A ANOS DE ESTAGNAÇÃO

Ideia que se concretizou: união político-administrativa entre União, estado e município possibilitou ao Rio sair da última para a primeira colocação em recursos federais. Defesa dos royalties foi prioridade

AUGUSTO GARCIA
augustogarcia@oi.com.br



Em 2007, quando Sérgio Cabral assumiu pela primeira vez o governo do Estado, o Rio de Janeiro recebeu R\$ 436 milhões de transferência voluntária da União. Um ano antes, ainda no governo Rosinha Garotinho, a quantia tinha sido de R\$ 188 milhões.

Porém, já em 2008 esse valor subiu para R\$ 687 milhões; no ano seguinte, R\$ 1,109 bilhão; e atingiu R\$ 1,169 bilhão no ano passado. O crescimento no volume de transferências voluntárias de recursos da União para o Estado confirma a boa relação criada

entre as duas esferas de Poder.

"No segundo turno da campanha eleitoral de 2006, eu e o presidente Lula decidimos construir uma parceria para que o Rio de Janeiro saísse do isolamento político e da estagnação econômica em que se encontrava há anos", revela o governador.

Segundo ele, a eleição de Eduardo Paes para a Prefeitura do Rio, em 2008, fortaleceu ainda mais essa ideia de parceria. "Com isso, o nosso estado saiu do penúltimo lugar em obtenção de recursos federais para o primeiro. É esse mesmo alinhamento que continua com o governo de Dilma Rousseff", acrescenta Sérgio Cabral.

Cientista político do departamento de Sociologia da PUC-Rio, Ricardo Ismael lem-

bra que, em 2006, havia o interesse político de Lula ter uma presença mais forte no Rio de Janeiro, para neutralizar as vitórias de José Serra, em São Paulo, e Aécio Neves, em Minas Gerais.

Segundo o professor, como o estado é dependente dos recursos federais, a formação da parceria também era interessante para Sérgio Cabral, que havia acabado de vencer a eleição. "Apesar dos interesses políticos, a parceria deu certo e trouxe dividendos para o Rio", confirma Ismael.

Prefeito do Rio, Eduardo Paes diz que a parceria foi possível porque tanto ele quanto Cabral têm o Rio como prioridade.

EM DEFESA DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO

■ A força da parceria entre a União e o Estado também surgiu, no final do ano passado, quando o presidente Lula vetou a emenda Ibsen Pinheiro, aprovada pelo Congresso Nacional, que retiraria do Rio cerca de R\$ 7,32 bilhões de recursos dos royalties de petróleo. Para denunciar o 'roubation', Cabral e Paes colocaram 150 mil pessoas protestando na Cinelândia, em março do ano passado.

Coordenador do movimento Frente Pró Rio, o empresário Francis Bogossian destaca que, ao deixar de ser capital federal, o Rio foi abandonado pela União. "A aproximação entre Lula e Cabral mudou a cara do Rio. O desenvolvimento voltou", diz Bogossian.

A partir de 2007, o governo federal investiu no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com obras no Alemão, em Manguinhos, Rocinha e Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, além da construção do Arco Metropolitano e de outros grandes investimentos.

A parceria entre as três esferas de governo teve seu momento mais simbólico em outubro de 2009, em Copenhague, na Dinamarca, quando a cidade do Rio foi escolhida para sediar as Olimpíadas. Lá estavam Paes, Cabral e Lula, além de Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e o ministro dos Esportes, Orlando Silva. "Vamos deixar um legado para a cidade", declarou Cabral.

Novo conceito: municípios se unem para acelerar desenvolvimento, reivindicar apoio e criar projetos. A ideia já deu resultados nas áreas de cultura e saúde

União faz a força na BAIXADA

MELVIO LESSA
lessa@odiarioet.com.br



A união foi a estratégia e o contrato pelas 13 prefeituras da Baixada Fluminense para a conquista de investimentos e melhorias comuns aos cerca de 3,7 milhões de moradores

da região. Na área de Saúde, por exemplo, os prefeitos formaram um bloco para buscar recursos federais, a fim de ter-

minar as obras do Hospital de Queimados e reduzir a carência de leitos para internação. Enquanto a verba está em negociação, ações integradas são criadas para melhorar o atendimento, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (Cisbaf), um sistema de regulação do atendimento hospitalar. Na área cultural, secretários se uniram para desenvolver projetos. Criaram o Fórum de Secretários da Baixada, de incentivo à Cultura.

Prefeitos conseguiram a aprovação dos três projetos no Ministério da Saúde: conclusão das obras do Hospital

■ HISTÓRIADOR Marcus Monteiro com peças que serão do acervo do Museu da Baixada

Regional de Queimados, ampliação e equipagem dos três hospitais regionais (Posse, Saracuruna e Moacyr do Carmo) e incremento das UPAs.

Prefeito de Belford Roxo e presidente do Cisbaf, Alcides Rolim esclarece que uma meta é suprir a carência na região de unidades de emergência, além de reforçar a atenção básica, com mais hospitais de referência. O prefeito de Queimados, Max Lemos, ressalta a união: "É a primeira vez que municípios se juntam".

Já Sheila Gama, de Nova Iguaçu, destaca a reestruturação dos hospitais e a criação de unidades regionais para desafogar o Hospital da Posse, unidade referência. Tarciso Pessoa, de Paracambi, chama a atenção para a necessidade de mudanças na região. "O País cresce e temos que acompanhar", justifica. Para o prefeito de Japeri,IVALDO DOS SANTOS, o Timor, a união deve atrair empresas e gerar empregos.

INCREMENTO À CULTURA

Um dos principais projetos do Fórum de Secretários para incrementar a cultura é a criação de um espaço multicultural. "A região não tem teatros, museus ou bibliotecas federais e estaduais. É importante, então, investirmos em ações comuns. Planejamos um espaço multicultural em São João de Meriti, devido à facilidade de acesso", contou o secretário de Cultura de Nilópolis, Augusto Vargas, presidente interino do grupo.

Na última reunião, participaram os secretários Gutemberg Cardoso, de Caxias, Márcia Braga, de Mesquita, e Sílvia Regina de Andrade, de Nova Iguaçu. Vargas destaca as iniciativas individuais, como o Museu da Baixada, que será erguido em Nilópolis.

13 municípios

Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

População

3.652.147 habitantes

Área

2.798.007 km²

Densidade demográfica

1.301,13 hab./km²

Região

Metropolitana



Elas não tiveram medo de superar o novo e contribuíram para importantes mudanças no serviço público. E, pelo reconhecimento de um trabalho diferenciado, ainda têm os seus talentos premiados pelos gestores nessa ideia que tem unido o funcionalismo como um todo.

Há 28 anos no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), a chefe da Seção de Atendimento em Niterói, Maria Lúcia Gonçalves David, 58 anos, se orgulha de ter participado do Programa de Melhor Atendimento — instituído em 1999 e responsável pela recuperação e informatização das agências — e da Central de Atendimento 135 — criada em 2007, que acabou com as filas nos postos. "Foram os principais momentos da minha carreira. E as principais mudanças para os segurados. O fim das filas foi uma conquista", conta Maria Lúcia.

Ela explica que, atualmente, a Escola de Previdência capacita os servidores à distância. "O resultado dessa qualificação aparece quando batemos as nossas metas. E quando elas são superadas ainda ganhamos gratificações", diz a servidora.

O recebimento de bônus por mérito também é novidade para os servidores da Prefeitura do Rio. Segundo o secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho Teixeira, o plano estimula as classes e melhora os serviços municipais.

Diretora do Ciep Lindolpo Collor, em Rio das Pedras, Zona Oeste do Rio, há 19 anos, Heloísa Maria Moreira Teixeira, 59, colhe os frutos pela 1ª colocação no 7º ano das Escolas do Amanhã — projeto de aten-

dimento especial às escolas localizadas em área de risco: "Temos mais recursos para oferecer mais oportunidades para as nossas crianças. Podemos, desde então, mostrar novos caminhos. Fazer parte da Escola do Amanhã foi um presente para alunos e professores."



O resultado dessa qualificação aparece quando batemos as nossas metas Maria Lúcia Gonçalves, do INSS



MOBILIDADE URBANA: UMA VIAGEM PARA O FUTURO

Projetos postos em prática e outros em andamento revolucionam o sistema de transporte público do Rio, de olho na Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016

Importante para o sucesso dos grandes eventos que o Rio vai sediar, um dos destaques é a construção de vias expressas que permitirão a circulação de ônibus biarticulados

Corredores rápidos de ônibus vão reduzir tempo de viagem e prometem revolucionar o sistema público de transporte na cidade

MAHOMED SAIEG
msaiege@codfane.com.br



Corredores exclusivos para ônibus, Bilhete Único, integração entre modais e construção de vias expressas que permitirão a operação de ônibus biarticulados. Esses são apenas alguns dos projetos que apostam na ideia de revolucionar o sistema de transporte no Rio de Janeiro. Essas iniciativas têm influenciado de maneira direta na qualidade de vida da população. No que diz respeito à Mobilidade Urbana nos grandes centros, em especial na capital, os resultados já começaram a ser notados. É o caso do BRS (Bus Rapid Service, na sigla em inglês).

Implantado no início do ano em Copacabana, este corredor exclusivo para ônibus mudou a realidade do trânsito na região. Seus reflexos foram imediatos e provocaram importante redução no tempo de deslocamento no bairro. Aprovada por motoristas e passageiros, a novidade chegará a seis ruas de Ipanema, Leblon e Méier até dezembro.

Outra importante conquista da população foi a criação do Bilhete Único — municipal e intermunicipal. Antigo sonho dos usuários do serviço de transporte público no estado, o benefício representa uma grande economia no fim do mês. Com o BU Intermunicipal, lançado em fevereiro de 2010, é possível fazer até duas viagens — desde que um delas seja num trecho intermunicipal — por apenas R\$ 4,40. O serviço inclui integração com ônibus, trem, metrô, barcas e vans.

O Bilhete Único Carioca (BUC), que entrou em funcionamento em outubro de 2010, também permite a realização de duas viagens com economia: R\$ 3,70. Desde mês passado, passageiros podem usar o cartão nos trens da SuperVia. Com isso, milhares de moradores de cidades da Baixada Fluminense que trabalham na capital também desfrutam dessa facilidade. O próximo passo será a incorporação do metrô e das barcas a este sistema.

Todos esses fatores contribuem para a mudança que o Rio experimenta hoje, e que faz parte do processo de preparação para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Fundamental para o sucesso desses grandes eventos, também merece destaque a construção de novas vias expressas que permitirão a circulação de ônibus biarticulados. Uma das mais aguardadas é a Transolímpica, que ligará o Recreio a Deodoro. Com 26 km de extensão, vai unir Transoeste (Santa Cruz—Barra) e Transcarioca (Barra—Penha), além de chegar à Avenida Brasil e à rede ferroviária.

Para completar essa seleção de programas de Mobilidade Urbana que promete colocar o sistema de transporte do Rio nos trilhos, destaque para a compra de novos trens para o metrô, assim como para a reforma e a construção de novas estações da SuperVia. Com essas iniciativas, o Rio finalmente arrancou para o futuro. E, graças a essas medidas, já podemos sonhar com mais Mobilidade Urbana nos próximos 60 anos.

1 MILHÃO

Total de pessoas que deverão ser beneficiadas no Rio com a implantação dos quatro corredores de ônibus

130 KM

Extensão de vias exclusivas de BRT que estarão em funcionamento até 2016. Isso equivale a duas vezes o percurso da Avenida Brasil

580

Quantidade de ônibus articulados, refrigerados, semelhantes a vagões de metrô, vão servir à população nos corredores de BRTs

CHRISTINA NASCIMENTO
cristina.nascimento@codfane.com.br



Treze anos após a última grande obra viária do Rio — a Linha Amarela —, a cidade volta a expandir. Só que agora em ritmo acelerado. O berço dos Jogos Olímpicos de 2016 redesenha suas ruas e avenidas para receber corredores exclusivos para ônibus, os BRTs. À medida em que as obras para o trânsito avançam, os bairros cortados pelas vias expressas ganham novo visual, resultado de projetos de reurbanização.

A construção dos quatro corredores — Transoeste (Barra da Tijuca—Santa Cruz), Transcarioca (Barra da Tijuca—Galeão), TransBrasil (Avenida Brasil) e Transolímpica (Barra da Tijuca—

Deodoro) — irá aumentar de 15% para 50% a quantidade de pessoas que usam transporte público rápido no Rio. Uma ideia que os cariocas aplaudem.

Melhorias que já refletem no setor de venda e aluguel de imóveis. A região que vai receber a Transoeste, por exemplo, tem previsão de crescimento, segundo a Associação de Dirigentes do Mercado Imobiliário (Ademi-RJ), de 30% por ano em lançamento de unidades habitacionais. "Tínhamos uma rejeição na Zona Oeste por causa do transporte. O corredor na região já impacta no aumento da procura", revela o vice-presidente da Ademi, Cláudio Hermolin.

FERNANDOMELICA
fernando.melica@odanet.com.br



Quem te viu, quem te vê. Não faz muito tempo, quem gostava de brincar Carnaval fora dos salões e dos desfiles oficiais tinha que procurar ruas de cidades do Nordeste ou da Região dos Lagos. O Cordão da Bola Preta, que arrastou 2 milhões de foliões em seu último desfile, chegou a sonhar uma longa decadência. Seu presidente, Pedro Ernesto Araújo Marinho, lembra que, no início dos anos 90, o bloco mal conseguia reunir 500 pessoas em torno de sua bandeirinha.

Mas, já naquela época, a folia espontânea, gratuita e irreverente renasceu na Zona Sul do Rio. Em 1985, vestidos de amarelo e lilás — cores de um comprimido contra a ressaca —, um grupo lançou o grito que se tornaria clássico: "Ahô, burguesia de Ipapeva!". Daí em diante, o Rio aprendeu que, no Carnaval, Simpatia é Quase Amor. No mesmo ano, o Bloco do Barbas ocupou Botafogo e o carioca começou a perceber que havia muita animação fora do Sambódromo. Presidente da Sebastiana — associação que reúne agremiações da Zona Sul —, Rita Fer-

nandes conta que o sucesso dos pioneiros gerou em muita gente o sonho do bloco próprio — e tome Carneleiras, Sovaço do Cristo, Escravos da Mãe, Imprensa Que Eu Gamo. Em 2011, 150 blocos foram autorizados a desfilar na cidade. Os foliões também se multiplicaram: em 1999, 15 mil seguiram o Simpatia; este ano, 150 mil.

Tanta gente nas ruas e tanta urta pelos cantos geraram o que Antonio Pedro Figueira de Mello, presidente da Riotur, chama de "doce problema": conciliar a alegria de 5 milhões de pessoas com a vida da cidade.

Uma tarefa que não é simples, mas que deu bons resultados em março passado. No fim das contas, mais e mais pessoas resolveram ficar por aqui no Carnaval. A festa das ruas virou atração turística. Uma folia democrática, sem cordas ou abadáis. A ideia é simples: as praças cariocas são do povo.

"Em nenhum outro lugar existe uma festa que reúne tanta gente por tanto tempo"

Rita Fernandes

2 milhões

Número de foliões que, em 2011, ocuparam as ruas do Centro no desfile de Carnaval para participar do desfile do Cordão da Bola Preta, maior bloco do mundo

5 milhões

Nunca antes na história o Carnaval reuniu tanta gente como na última edição da festa. A Riotur estimou inscrições de blocos e determinou os desfiles na Zona Sul

CAPITAL DO BATUQUE



Desde que o samba é samba é assim: ele não é o mesmo sem o Rio, e o Rio não vive sem ele. Dizem até que nasceu na Bahia, mas... deixa falar! Foi aqui que criou raiz, ganhou fama e viveu o ritmo da cidade e do Brasil.

Da Praça Onze, se expandiu e tornou-se o maior símbolo de nosso País. "O turista já chega ao Rio sambando, o samba é o nosso colar brasileiro, o que nos faz ser a ilha da Fantasia", compara em prosa, com a mesma perfeição de seus versos, o sambista Moacyr Luz.

Sempre sem hora para acabar, no boteco, no palco ou na passarela, a ideia é que no Rio o samba não é só gênero musical: é fator de identidade e integração social. Nasceu secretado e já teve seus altos e baixos,

mas nunca deixou de ser grande. "Aqui ele tem sotaque próprio e se renova o tempo todo. Novos nomes surgem sem parar", atesta a cantora Teresa Cristina, cria do subúrbio consagrada na noite da Lapa.

Lapa hoje que concentra a maior quantidade de casas de samba a reunir cariocas do Rio, do Brasil e do mundo. Democráticos e Rio Scenarium são só dois exemplos nas redondezas. Fora de lá, há o Samba do Trabalhador, o Trapiche Gamboa, as rodas nas escolas de samba... para citar poucos exemplos.

Mais de primeira do que nunca, o samba, tão amado pelos cariocas, jamais vai sambar.

samba de primeira e

PROFISSIONAL

Carnaval do Rio cresce e fica ainda mais espetacular graças a ideias como a transformação das escolas em grandes empresas, a criação da Cidade do Samba, a maior organização dos ensaios técnicos e a ampliação do Sambódromo

HUMBERTO ZEBOLAS
hz@odanet.com.br



O desfile das escolas de samba do Rio nunca mereceu tanto o título de Melhor Espetáculo da Terra! O motivo de tamanho sucesso é o incrível profissionalismo que transformou a festa do Carnaval carioca nos últimos anos. As agremiações viraram empresas, surgiu a Cidade do Samba, os ensaios técnicos cresceram, e o Sambódromo será ampliado.

"O Carnaval mudou. As escolas passaram a ter mais estrutura para trabalhar e mostrar seu Carnaval", afirma Jorge Castanheira, pre-

sidente da Liga Independente das Escolas de Samba. Neguinho da Beija-Flor, intérprete da Azul e Branca de Nilópolis há 36 anos, assina abaixo: "Sou do tempo em que as escolas começavam a desfilar à noite e só terminavam na tarde do dia seguinte. Não tinha contagem de tempo, todo mundo atrasava".

Prova dessa organização, a Cidade do Samba, criada em 2005, é um marco para os sambistas. Ela permite que os carnavalescos desenvolvam seus trabalhos num ambiente espaçoso, mais adequado. "Ajudou a mudar a performance das escolas", diz Castanheira.

Outro fator positivo foi a "explosão" dos ensaios técnicos. Além de permanecerem as escolas se preparando, tornaram-se programa obrigatório (e gratuito!) no pré-Carnaval do carioca. "É quando a gente se prepara. Está superorganizado", compara Neguinho.

Ano que vem, o Sambódromo terá 15 mil novos lugares. No total, 75 mil pessoas assistirão aos desfiles na Sapucaí. Isso será possível graças à construção de novas arquibancadas e à demolição do Setor 2.

O sucesso é tanto que a batucada atravessou fronteiras. Este ano, pela segunda vez, houve desfile na Argentina ("Carnaval do Rio em San Luis"), que reuniu 50 mil pessoas.

CIDADE DOS RITMOS

KIMLLEVIOLA
kimlleviola@colmeia.com.br

Se nos anos 90 o funk carioca roçou barreiras ao sair das favelas e conquistar a classe média e a alta, nos anos 2000 ele foi além: conquistou o planeta.

O DJ americano Diplo, que sampleou a funkeira Deize Tigrona, foi um dos que contribuíram para divulgar o gênero mundo afora. Ele também dirigiu, com o brasileiro Leandro HBL, o documentário 'Favela on Blast' (2008), que mostra bailes no Rio. A ideia é deixar o exotismo para trás e ser ouvido e tocado em todo o mundo. "O funk teve um 'boom' na Europa em 2006, mas agora está renascendo", observa a cineasta brasileira Sabrina Fidalgo, que vive em Berlim, na Alemanha, e filma o documentário 'Cidade do Funk'. "Ele não é mais um 'sub-produto exótico' ou 'música de gueto', como alguns classificam. Em Londres, nas maiores lojas de CD, existe a categoria Baile Funk. Nas mais antenadas, há CDs e vinis no departamento de Funk Carioca. O ritmo foi incorporado ao 'mainstream', virou referência para vários artistas e produtores estrangeiros", afirma Sabrina.

"O funk percorreu, nos últimos anos, o mesmo caminho da cultura pop brasileira em geral, do cinema ao futebol, se estabelecendo no mercado internacional", completa o DJ John Woo, do coletivo Apavoramento, que moderniza o funk ao misturá-lo com música eletrônica e faz sucesso em festas de classe média.

Mas nem só de funk vive a cidade. "No que diz respeito aos ouvintes, o carioca ouve, gosta, absorve de tudo um pouco", defende João Cavalcanti, vocalista do grupo Casuarina. Para ele, o samba ganhou força no Rio e conquistou o País. "O samba toca nas casas de jovens de todo o Brasil. Se não é exatamente novidade, é algo que não acontecia há muito tempo", comemora.

Do samba ao funk, movimentos musicais surgidos em terras cariocas atravessam as fronteiras ao se espalhar pelo Brasil inteiro e conquistar o mundo

Na rota dos shows internacionais e locação de produções de Hollywood, Rio atrai artistas de todo o mundo

cenário PREFERIDO

GUILHERME SCARPA
guilhermescarpa@bol.com.br

Reza a lenda de que foi em uma suíte do Copacabana Palace que Walt Disney estreitou de vez os laços entre Hollywood e o Rio. Criado em 1942, o papagaio Zé Carioca apresenta a Cidade Maravilhosa ao Pato Donald no filme 'Alô, Amigos', que tem 'Aquarela do Brasil', de Ary Barroso, na trilha sonora.

Quem poderia imaginar que, mais de 60 anos depois, um cineasta brasileiro iria fazer um longa em 3D com nossos cartões-postais? "O Rio é uma cidade com grandes atrativos visuais para filmagens. Tem praia, montanha, arquitetura interessante, população com diversidade étnica. Para quem não conhece, vem a vontade de um dia conhecer a cidade e vivenciar essa energia", elogia o carioca Carlos Saldanha, diretor de 'Rio'.

Até as franquias de sucesso 'Crepúsculo' e 'Velozes e Furiosos' vieram para cá em busca de uma beleza de cenário e do calor do carioca. Este último, aliás, é um dos motivos pelos quais hoje em dia, além de set de filmagem, o Rio abriga megashows e já

garantiu aos Rolling Stones seu recorde de público: 1,5 milhão de pessoas na Praia de Copacabana, em 2006. "Foi noticiado no mundo todo, um acontecimento", lembra o empresário Luiz Oscar Niemeyer, que trouxe Paul McCartney à cidade 21 anos depois dos históricos shows no Maracanã.

Segundo Niemeyer, o Rock in Rio I, de 1985, foi fundamental para colocar a cidade no mapa das grandes turnês. De lá para cá, até Michael Jackson e Madonna passaram por aqui. "O 'Rock in Rio' foi um divisor de águas. Antes era difícil. O Brasil não tinha tradição de grandes espetáculos. Nos anos 90, com a estabilidade da moeda, melhorou. Temos infraestrutura. O Engenhão (onde McCartney se apresentou) deu supercerto", diz ele.

Virar filial de Hollywood e capital definitiva dos shows é uma ideia que não está longe de se tornar realidade. "Com o Maracanã pronto, teremos dois estádios", diz Niemeyer. Para Saldanha, a hora é essa. "Através de produções locais ou estrangeiras, espero que a cidade não perca essa oportunidade", deseja.

ESPECIAL 60 ANOS
DOMINGO, 03 DE 2011

ODIA
www.odia.com.br

Prédios antigos do Rio atraem investimentos públicos e privados e, reformados, renovam a autoestima da cidade

RESGATE HISTÓRICO

NEOTRIZNOTA
neotriznota@odanet.com.br



Carregando a História do Rio em seus pilares, os prédios antigos da cidade permaneceram por muito tempo no esquecimento. Mas a retomada geral de investimentos na cidade, nos últimos anos, voltou para essas construções os olhares do governo e de investidores privados. São obras emblemáticas — como as que ocuparam o Teatro Municipal, no ano passado —, que garantem a preservação da memória do Rio e a renovação da autoestima de seus moradores, funcionários e visitantes. A ideia é resgatar.

“Quando você trabalha em um lugar bonito e recuperado você se sente automaticamente valorizado. E os brasileiros sentem-se orgulhosos com o Municipal. Isto se traduz nos elogios que escuto e também na bilheteria. Des-

de que reabriu, o Teatro vive dias de casa lotada”, analisa Carla Camurati, presidente do Teatro, reinaugurado em maio de 2010.

O impacto da aproximação dos grandes eventos internacionais na cidade — Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 — pode ser conferido em toda área de patrimônio cultural e arquitetônico. De acordo com dados da Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design, desde 2009 houve o aumento de 30% de pedidos de licenças para obras em construções tombadas. De pequenos sobrados a restaurações grandiosas, como a do Hotel Glória — pela EBX, empresa de Eike Batista —, o antigo vem ganhando cara nova. E provocando um efeito dominó de boas ideias. “Cada prédio revitalizado gera uma onda de vitalidade. Os proprietários do entorno criam o interesse de recuperar também os seus imóveis. Toda a região se beneficia”, diz Paulo Vidal, coordenador de conservação e projetos especiais da subsecretaria.

PASSARELA MARAVILHOSA

Em 60 anos, pontos turísticos do Rio, galpões e armazéns viraram cenário para desfiles de moda, uma ideia que tem a cara da cidade

MARCIA DESITZER
marcidesitzer@odanet.com.br



A história da moda brasileira está intimamente ligada ao Rio de Janeiro, maior lançador de modismo e tendências do País. Em 60 anos, desde o nascimento do nosso jornal O DLA, a primeira tentativa de organizar o calendário da moda — seguindo a máxima de que a união faz a força — aconteceu na década de 70, graças ao Grupo Moda Rio, formado por marcas como Blu-Blu, de Marília Valls, e Jo and Co, de José Augusto Bicalho. “Eram desfiles menores, só para a imprensa, dentro de hotéis”, relembra a consultora de moda Ana Maria Andreazza.

Foi em 1992 que a empreendedora Eloyza Simão, hoje à frente do Senac Rio

Fashion Business, criou a Semana de Moda Leslie. “Vivíamos uma grande crise pós-Collar. Resolvemos, então, fazer um evento que reunisse as empresas do setor”, diz Eloyza. “Já naquele momento, procuramos mostrar a riqueza do Rio, promovendo desfiles em cenários maravilhosos, como o Museu Nacional de Belas Artes”.

A Semana de Moda Leslie virou Semana BarraShopping de Estilo e, depois, Fashion Rio. A evolução dos eventos de moda coincidiu também com o ‘boom’ das modelos brasileiras, capitaneadas por Gisele Bündchen, no final da década de 90: a partir daí, a moda entrou na moda e ganhou espaço na mídia. Os desfiles passaram a atrair, além da imprensa, artistas, celebridades e compradores, e a ocupar espaços ao ar livre, como o Pão de Açúcar, e armazéns, com a transferência do Fashion Rio para o Pier Mauá, em 2009. “Os desfiles no Rio aproveitam o visual único da cidade. Fora isso, temos o poder transformador da moda, que é capaz de revitalizar um lugar, como o Cais do Porto”, resume a consultora de moda Glória Kallil.

HOLLYWOOD É AQUI

Os complexos de estúdios da Globo e da Record fizeram do Rio uma referência mundial quando o assunto é TV e transformaram a cidade num atrativo para artistas

FÁBIO SOARES
fabio.soares@odanet.com.br

Atores e atrizes circulando pelas ruas, bares e restaurantes famosos pela concentração de estrelas. Parece Hollywood, mas é o Rio de Janeiro, que se transformou no polo de produção de novelas do Brasil graças aos complexos de estúdios da Globo, o Projac, e da Record, o Recnov. Os dois mudaram a cara da cidade, muito além de seus muros, com a ideia de fazer do Rio uma referência internacional na área de teledramaturgia.

Fundado em 1995 com a novela ‘Explode Coração’, o Projac ocupa 1,6 milhão de m² em Jacarepaguá e reúne numa só área dez estúdios e três cidades cenográficas, além de oficinas de cenário, figurino e maquiagem. Tudo para produzir 2.500 horas de programação. “Hoje, impressionamos os estrangeiros com a nossa qualidade. Para ultrapassarmos Hollywood só falta termos mais tempo para produção. Estamos perseguindo isso”, diz Mário Monteiro, diretor de arte da Globo. E para fazer melhor ainda o que já é feito, o Projac vai ampliar sua área em mais 300 mil m² e construir outros quatro estúdios. “Não pensamos só em produtividade, somos uma indústria de sonhos. Trabalhamos com paixão”, diz Edson Pinzocetel, diretor executivo de competências.

A expansão também é a meta do Recnov, que foi inaugurado em 2005, tem uma área de 300 mil m², em Vargem Grande, e dos atuais cinco estúdios pretende pular para dez, ocupando um total de 800 mil m². Isso sem contar a cidade cenográfica, em Grumari, que tem um total de 600 mil m². “Construímos nossos estúdios no Rio porque a cidade é referência no audiovisual. Tem locações agradáveis com as quais o público se identifica”, conta Hiran Silveira, diretor geral de teledramaturgia.

ESPECIAL 60 ANOS
DOMINGO, 07 DE JUNHO

ODIA
www.odia.com.br

MODERNA

casa das artes

A ideia de enriquecimento arquitetônico e democratização da cultura do Rio é consolidada por novos museus

GABRIELA GERMANO
gabriela.germano@odiasnet.com.br

Rio, cidade bonita por natureza. Suas formas esculturais são atrativos para moradores e turistas que encontram em praias e montanhas uma alternativa de lazer. Parece uma briga injusta disputar com tamanha exuberância de mares e florestas. Mas novos museus a serem inaugurados por aqui, como o da Imagem e do Som, em Copacabana, e o do Amanhã, na Zona Portuária, prometem um show de casaãria arquitetônica e conteúdo cultural. De olho no futuro, o cenário está mudando, literalmente.

"Hoje somos mais lembrados por nossas belezas geográficas e pela alegria do povo. Mas com a construção desses espaços, apresentamos mais uma opção. Os acervos que esses lugares vão disponibilizar e a importância desses empreendimentos vão favorecer quem vive aqui ou vem nos visitar. Vamos alimentar a cadeia produtiva do turismo, fazer com que as pessoas fiquem mais tempo e gastem mais", ressalta o secretário estadual de turismo, Ronald Azaro.

PROMETOS QUE IMPRESSIONAM

Com previsão de inauguração no segundo semestre de 2012, o Museu do Amanhã tem projeto do renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava, vai ocupar 12,5 mil m² do Pier Mauá e prevê a demolição da Perimetral. Sua estrutura será toda feita de material reciclável e seu acervo tratará questões do homem moderno e do futuro.

Quebração o paredão de prédios da orla de Copacabana, o Museu da Imagem e do Som é idealizado pelos americanos Elizabeth Diller e Ricardo Scofidio, que se inspiraram no calçadão de Copacabana para desenhar o prédio que guardará, além de um centro de documentação digitalizado, uma galeria de exposições e um espaço para espetáculos. "O Rio já se destaca pela presença do Museu de Arte Moderna, o MAM, e pelo

de Arte Contemporânea, o MAC. Em meio às novidades, destaca o MAR, Museu de Arte do Rio, em plena Praça Mauá, onde aportam os transatlânticos com turistas de todo o mundo. O projeto dos cariocas Bernardes e Jacobson trabalha com nossa tradição de renovar prédios históricos", ressalta Ceça Guimarães, coordenadora do Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus da UFRJ, ao citar o museu que ocupará o onde funcionou o Hospital da Polícia Civil.

Para o arquiteto Luiz Eduardo Indio da Costa, cujo escritório dá suporte à obra do MIS, o importante é democratizar a cultura. "Copacabana é uma área carente nesse sentido, é bom que o MIS seja instalado lá. A Cidade da Música, na Barra, é outro exemplo, um prédio interessante arquitetonicamente na região. Precisamos de ícones arquitetônicos". A

VIK MIANZ
Artista plástica

PONTO DE VISTA

"Se o cara nunca viu uma obra que o tocou, sua vida é pobre"

O que mais me interessa é que tudo seja maior do que cumprir metas do calendário esportivo da cidade e que esses investimentos aperfeiçoem a relação do carioca com a cultura local, além de passarem a imagem de um Rio mais cultural para o mundo. A cidade é conhecida por suas paisagens, sua música, mas também pela violência. O Rio é um lugar de gente criativa e criatividade é um vírus que se transmite. Mas é um local que foi esquecido

por um tempo. Às vezes nos impressionamos com um garoto que tira a vida de outro no trânsito. Mas o respeito pela vida a gente só tem vendo coisas bonitas. Se o cara nunca viu uma obra de arte que o tocou, sua vida é pobre e sua relação com o outro vai ser assim. Esses novos espaços se juntam ao querido MAM, que foi palco de minha exposição mais importante e levou todo tipo de gente para ver minhas obras na cidade que tanto amo.

IMAGEM

ANDRÉ HIPPERTT
Editor executivo de arte

PONTO DE VISTA

"O Rio merece esse legado artístico e arquitetônico"

Além de algumas preciosidades remanescentes do passado colonial, dos anos dourados do então prefeito Pereira Passos, que reinventou a cidade no início do século XX com prédios inspirados na arquitetura francesa, e de algumas intervenções modernistas, não temos muito o que admirar em termos arquitetônicos no Rio de Janeiro. A cidade é reconhecida por sua beleza, mas isso deve-se mais aos dotes naturais do que ao pa-

drão estético de seus prédios e monumentos. Por isso vejo com bons olhos esses novos e ousados projetos que farão parte do conjunto de obras que ficará como legado dos dois grandes eventos que a cidade irá sediar: a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Independentemente de aumentar a oferta cultural, esses novos museus e centros culturais chegam também para disputar com a exuberância da natureza a atenção de moradores e visitantes.

OS NOVOS ANOS DOURADOS

ESPECIAL 60 ANOS
DOMINGO, 07 DE 2011

ODIA
www.odia.com.br

O poder público acordou da letargia e uma força-tarefa de adoradores da cidade ajuda a resgatar o glamour do Rio

BRUNO CASTUTO
bruno.castuto@odiarj.com.br

Quando a primeira edição do nosso **O DIA** chegou às bancas, o Rio de Janeiro começava a viver os chamados Anos Dourados. Não que todo mundo tivesse ouro no bolso, longe disso, mas a cidade tinha virado, pela primeira vez, o destino do chamado jet-set internacional e de suas estrelas por conta do sol permanente, um hotel bellissimo à beira-mar, o Copacabana Palace, e a famosa alegria do povo carioca. Em suma, o Rio era o destino exótico da vez.

Na cabeça desse grupo animado vinha Jorginho Guinle, grande playboy brasileiro, cujo tio havia fundado o Copa. Dono de charme e fortuna irresistíveis, fez grandes amizades na Europa e nos Estados Unidos, notadamente em Hollywood, onde capitaneava grandes estrelas para o Carnaval carioca.

Quando a Bossa Nova explodiu, no fim dos anos 50, a cidade virou produto de exportação. Nos anos 60, Brigitte Bardot, musa do cinema francês, passou duas temporadas en-

tre o Rio e Búzios. Nos anos 70, embora a ditadura estivesse comendo solta, filiais de boates internacionais como Régine's e Castel se instalaram por aqui, atraindo nova leva de celebridades. Não se falava em geração saúde, ninguém dormia e todos levavam o biquíni na bolsa para emendar na praia. Daí o empresário Ricardo Amaral abriu o Hippopotamus, a boate das boates, e deslocou para Ipanema o eixo da badalado.

Mas os anos 80 e 90 foram cruéis com o Rio: sitiada pela violência e empobrecida pelo descaso do poder público, a Cidade Maravilhosa virou sinônimo de assaltos e tráfico de drogas, um perigo. Casas noturnas e restaurantes fecharam as portas, nebulosa hotel de bandeira internacional respeitável investiu aqui e os gringos glamurosos, que atraem o turismo de luxo — trazendo dividendos para a economia local — sumiram. Foram anos bem difíceis.

Felizmente, uma conspiração positiva se deu conta de que o Rio é a varanda do Brasil e encampou a ideia de resgatá-lo das sombras. As UPPs restabeleceram a dignidade dos moradores, hotféis como o Fasano e o

Santa Teresa abriram o leque de opções para o viajante de maior poder aquisitivo, a necessidade de reformas para a Copa de 2014 e os Jogos de 2016 acordou os governantes da letargia administrativa e uma força-tarefa de adoradores da cidade, como a socialite Andréa Dellal e o fotógrafo Mario Testino, começou a chamar as celebridades para cá. O Rio voltou a ser cenário de editoriais de moda importantes, tornou-se sede de pré-estreias cinematográficas e virou até título de animação de Hollywood.

Príncipes de Mônaco são vistos pegando jacaré na praia, atores de fama internacional circulam pelo calçadão, os elegantes bailes de Carnaval são resgatados, os blocos voltam às ruas e até Madonna assiste a um show no Circo Voador, como uma garota qualquer da Lapa — se estivesse vivo, Jorginho Guinle estaria pulando de alegria. Mas é preciso continuar a investir no aprimoramento do setor de serviços e na infraestrutura da cidade (os aeroportos, por exemplo, são um lixo), para que essa boa onda dos novos anos dourados não seja apenas ouro de tolo.

VOLUNTÁRIOS: RIO DE MÃOS DADAS

MARIA LÍZ MACHADO
mliz@odiarj.com.br

"Se eu disser que esse homem vendeu uma sobrinha não me vão de crer". É na voz do jornalista aposentado Marcos de Castro, 76 anos, que 'Anedota Pecuniária', de Machado de Assis, e outras histórias chegam a Júlio César da Silva, 44, cego há seis. A perda da visão não o impediu de ter acesso aos livros graças a Castro, que há 13 anos faz leituras no Instituto Benjamin Constant, na Urca.

Como o jornalista, milhares de cariocas praticam a máxima de 'fazer o bem sem olhar a quem' na tentativa de tornar o Rio melhor. Uma ideia solidária que se mostra ainda mais presente em catástrofes, como a das chuvas que arrasaram a Região Serrana do estado em janeiro. Mobilização que ajuda a salvar vidas.

É por isso que voluntários da Cruz Vermelha não se arrependem quando trocaram a segurança e o conforto de casa, a boa comida e as festas pelo difícil, cansativo e perigoso trabalho na Serra. "Fomos a lugares onde não chegava ajuda. Confiávamos uma vez por dia, mal dormíamos e chorávamos, mas valeu", conta o arquiteto Marcos Cordeiro, 38 anos. Ele continua voluntário na instituição, que atua também em favelas.

A vontade de transformar o Rio em um lugar igual para todos mobiliza milhares de cariocas que dedicam cada vez mais tempo para ajudar o próximo

MARIA REZ MAGALHÃES
mrez@colibn.com.br

juntos pela INCLUSÃO

Cansados de reclamar da violência e da desigualdade social e de esperar pela iniciativa das autoridades, eles decidiram apostar em suas ideias e colocar o discurso na prática. Juntos, têm transformado a realidade dos cariocas e da cidade.

O coordenador executivo do AfroReggae, José Junior, é um dos principais responsáveis por essas mudanças. Há 18 anos, incentiva atividades culturais para estimular a união da favela com o asfalto. "O AfroReggae rolou sem ser programado. Nosso público eram nossos amigos, parentes, gente como a gente. Por isso, defendo que as pessoas participem mais dessas questões, não adianta culpar A ou B", diz.

Com seus 50 projetos, o AfroReggae emprega quase 300 pessoas, tira muita gente do crime, impede que jovens se tornem bandidos, dá trabalho a ex-detentos, atua nos conflitos nas favelas e ainda aproxima a polícia da sociedade.

Washington Rimas, o Feijão, e o policial civil Beto Chaves são alguns dos engajados nesse trabalho. Ex-traficante, Feijão coordena o Centro Cultural Waly Salomão, em Vigário Geral. "Ofereço oportunidade às pessoas para reescreverem suas histórias como fiz com a minha", conta. "Somos um projeto de rela-

É cada vez maior o número de cariocas e grupos, como o AfroReggae, engajados na luta pela paz e no combate à discriminação

ções humanas", avalia Beto, que dá palestras no Papo de Resposta.

Já Frei David há 35 anos promove a inclusão de negros nas universidades com a Educafro. A instituição começou com aulas de pré-vestibular na Baixada Fluminense e hoje está em todo País. Por ela já passaram cerca de 50 mil pessoas, 10 mil concluíram o ensino superior. "É um desafio que me dá alegria", comemora.

A morte da única filha por bala perdida em 2003 fez Cleyde Prado e Carlos Ribeiro criarem o Movimento Gabriela Sou da

Paz. Cleyde morreu em 2008. Em 2007, surgiu o Rio de Paz, que também protestou contra a violência.

O DIA participa do engajamento que une tantos cariocas. Em abril, em uma edição especial sobre o assassinato de 12 alunos na escola Tasso da Silveira, em Realengo, o jornal deu um abraço simbólico no bairro. Ronaldinho Gaúcho foi um dos que deram aquele abraço em Realengo. Em 2000, o caderno "Basta, eu quero paz" deu nome ao movimento que levou brasileiros às ruas em protesto contra a violência.

■ RONALDINHO Gaúcho 'abraçou' Realengo em solidariedade aos 12 alunos mortos numa escola do bairro em abril. Junior (D) luta pela união da favela com o asfalto

mutirão da LIMPEZA

Ideias da prefeitura estão incentivando os cariocas a cuidar das ruas e têm dado resultado. Com isso, fica no passado o rótulo de cidade dos sujismundos

EDUARDO PIERRE
pierre@colibn.com.br



A caçada aos mijões no Carnaval de rua provou que 'blocos de sujos' são coisa cada vez mais do passado. O Rio do século 21 quer varrer a fama de cidade porca-lhona — não para debaixo do tapete, nem só durante o reinado de Momo. O trabalho é árduo e permanente, como a rotina de um garí. Mas tem dado resultado, garante a Comlurb, 'mãe' de duas boas ideias: Lixômetro e Onda Limpa.

"Nossos homens não estão na cidade só para tirar o que 'deixamos cair'", defende Angela Fonti, presidente da companhia de limpeza. "Cada carioca ainda deixa meio quilo de detritos na rua por dia. Mas pelo menos percebemos uma mudança de comportamento em muitos bairros", atesta.

O Lixômetro é um painel atualizado semanalmente. De tempos em tempos, é divulgado um balanço — e os bairros mais sujos levam um puxão de orelha nos painéis eletrônicos da CET-Rio.

Nas praias, a conscientização é ao som do Onda Limpa. O grupo musical tem feito sucesso: o saquinho de lixo aos poucos vai subindo nas paradas. "Basta levar o lixinho para a calçada. Nem precisa carregar até em casa. O que não pode é achar que tudo vai se desmanchar na areia", resume Angela. Todos esperamos que a limpeza não seja uma onda passageira.

521

gramas por dia produz cada carioca

40

milhões de reais recebeu a Cidade de Deus por ser a que menos suja

91

mil toneladas de lixo recolhidas em abril

SAÚDE PARA TODA A FAMÍLIA

Médicos e enfermeiros atendem cerca de 1,4 milhão de pessoas em suas casas no Rio e em Niterói. A ideia permite que pacientes recebam vacinas e dicas de prevenção e tenham consultas e exames marcados pelos profissionais

PÂMELA OLIVEIRA
pamela.oliveira@odiario.com.br



Aos 7 meses, o sorridente Miguel Coelho está com todas as vacinas e consultas em dia. Quando tem febre ou chora sem que seus pais saibam a razão, o menino é consultado no mesmo dia, sem precisar marcar. Na casa da aposentada Paulina Néspoli, de 74 anos, a falta de um médico também não é problema. A família tem um 'anjo da guarda' de plantão: a médica Mônica Oliveira, que cuida de todos e não recusa o suco de caju feito por Paulina. Assim como a família Néspoli, Miguel também não tem plano de saúde. Todos são beneficiados pelo Programa Médico de Família (PMF), em Niterói, que atende cerca de 141 mil pessoas, segundo a prefeitura.

Quando faltava à consulta, eles me procuravam para saber o que tinha acontecido. Se Miguel tem qualquer problema, é atendido na hora", diz Carmem Coelho, 33, que antes da existência do médico de família passava horas nas filas de hospitais para conseguir atendimento para a filha mais velha.

Segundo Luiz Hubner, um dos coordenadores do programa, inspirado no modelo cubano começou a ser implantado em 1992. "Os médicos e enfermeiros vão à casa das pessoas e conhecem os pacientes pelo nome. Hoje, 29% da cidade está coberta", comenta Luiz.

■ **A ENFERMEIRA** Paloma atende Marlene em casa, ao lado. Acima, a médica Mônica conversa com Paulina, Lucentina e Adjair Néspoli. Na foto maior, a médica M Tavares e a técnica de enfermagem Letícia Pereira examinam Miguel, no colo da mãe

Do outro lado da ponte, uma ideia parecida, o Programa Saúde da Família (PSF), já atende cerca de 1,3 milhão — 22% dos moradores. Muitos deles não cuidavam da saúde antes do PSF e das Clínicas de Família. "Eu não tinha como ir ao médico porque, desde 1996, eu só ando com ajuda do andador. Como moro em uma ladeira, não tenho como sair de casa. Agora, faço tratamento da pressão, artrose e diabetes. As meninas (a agente comunitária Daniele Tomaz e a enfermeira Paloma Fernandes) são dois anjos. Elas trazem meus remédios em casa e marcam meus exames e o médico quando preciso", conta Marlene Maria Pereira, 76, moradora do Engenho da Rainha.

“
A gente conhece a maioria dos pacientes pelo nome e adquire alguma intimidade que acaba facilitando o trabalho
Mônica Oliveira, médica
”

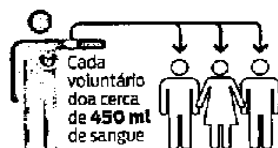
O Hemorio conquistou o respeito do carioca. Instituto, aos 67 anos, abastece 207 unidades de saúde

sangue BOM

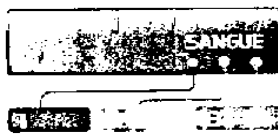
PÂMELA OLIVEIRA
pamela.oliveira@odiario.com.br

A ideia é solidariedade e amor ao próximo, e tem endereço certo no Rio: Rua Frei Caneca, número 8. É lá, no Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti, mais conhecido como Hemorio, que o carioca dá seu sangue para salvar a vida de outros que sequer conhece. O hemocentro, que fornece sangue para 207 unidades de saúde no estado, coleciona prêmios de qualidade nacionais e internacionais. E nas horas mais difíceis, como nas recentes tragédias na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, e nas enchentes na Região Serrana, consegue transformar o luto do morador do Rio em vontade de ajudar.

"Eu já doei sangue 71 vezes aqui no Hemorio. No início eu tinha medo da agulha,



Pelo menos três pessoas são beneficiadas em cada doação



O sangue, após a doação, é separado em três componentes: hemácia (1), plaquetas (2) e plasma (3)

Além de coletar sangue, o instituto tem 12 mil pacientes, inclusive crianças, com leucemia, hemofilia e outras doenças hematológicas

O Hemorio foi o primeiro hemocentro da América Latina a conquistar a certificação da Associação Americana de Bancos de Sangue (AABB), em 2001

Precisa coletar 305 mil bolsas por ano para abastecer as unidades. Mas tem coleta apenas 185 mil devido à falta de doadores

mas superei porque tenho consciência do desespero que é para uma família saber que um filho precisa de sangue e não ter quem doar. Fico feliz em poder ajudar", conta o vigilante Altair Pereira Couto, 52 anos.

Altair não foi o único que desafiou o medo. "A maioria das pessoas que vêm doar a primeira vez tem receio. Poucos vêm tranquilos. Mas o amor ajuda a superar o medo", diz a coletora de sangue Maria José dos Santos, 57, que trabalha no Hemorio há 23.

Diretora-geral do instituto, Clarisse Lobo não esconde o orgulho por fazer parte, há 25 anos, da história do lugar. "A gente vê a credibilidade que tem e isso é mais um incentivo". Clarisse lembra que, um dia após as chuvas da Região Serrana, precisou fechar o portão do instituto às 15h devido ao excesso de voluntários. "O salão estava cheio e tinha mais de 300 pessoas esperando para fazer cadastro. Foram mais de 1.100 doações em um dia", diz, alertando que o Hemorio precisa de doações de sangue em todas as épocas do ano.

“
Se todas as pessoas saudáveis doassem uma vez por ano, não faltaria sangue nos hospitais.
Eu doo porque quero ajudar
Altair Couto, 52
”

SEGREDO É A ATIVIDADE

■ Morador de Bangu, João da Cruz, casado, pai de dois filhos, está à espera do primeiro neto. Acorda cedo e pega o trem às 5h30 para trabalhar, de segunda à sexta-feira.

Ferrovário aposentado há um ano, depois de 40 de labuta, vê o trabalho como meta. "Não quero parar. Com o trabalho, viajo e conheço todo o Brasil. Sou feliz em atividade. Se ficar em casa, o comodismo vai chegando e a idade pesa", pondera.

"Eu não me preocupo com essa história de idade. Eu vivo a vida"

Marla de Lourdes

ALYSSON CARDINALI
alysson.cardinali@rednet.com.br



O Rio de Janeiro é uma cidade maravilhosa para, através do esporte, dar oportunidades e transformar, com inúmeros projetos sociais, pequenos cartões em cidadãos. Em meio ao caos da violência, amenizada pelas UPPs instaladas em várias comunidades, muitos jovens fazem da beleza natural deste Rio 40 graus o cartão postal perfeito para buscar um futuro melhor, livre da criminalidade, repleto de sucesso e paz — em locais onde, hoje, a luta é somente para vencer na vida e ficar na crista da onda.

Que o digam os integrantes do projeto Favela Surf Clube (FSC), no Complexo Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Criado em 1988, o FSC já formou centenas de surfistas e muitos profissionais na área, como Hello Mayara (ver quadro abaixo), que trabalha no desenho e fabricação de pranchas.

Outro projeto de sucesso, desta vez no Santa Marta, ocorreu graças à ação da Unidade de Polícia Pacificadora implantada no local. O soldado Bruno Rodrigues Faria, de 32 anos, formado em Educação Física e faixa preta de caratê, passou a ensinar, em junho de 2009, os fundamentos desta arte marcial para as crianças do local.

"Foi uma ideia da Polícia Militar com a Suderj. O objetivo é fazer um elo entre o Estado e a comunidade e integrar o policial com os moradores. Daí iniciamos esse trabalho com as crianças, que com as aulas,

A 3ª é a melhor idade, desde o Estatuto do Idoso. Viver após os 60 não é como antigamente: trabalho, saúde e direitos amadurecem

IDOSOS e talentosos

SENHORA DE SI, SIM

■ Casada, com dois filhos e uma neta, Marla de Lourdes não faz tipo "senhora", admite. Inevitente e batalhadora, a secretária teve que brigar para voltar ao serviço público na Justiça. "Fazer 60 anos é bom e não limita ninguém: dirijo meu carro, trabalho, sou independente e tenho saúde", diz. Se é uma senhora? "De mim", resume, enquanto posa para fotos.

LUCIENE BRAGA
lbraga@rednet.com.br



João e Maria têm 60 anos. Os dois são avós bem dispostos, que trabalham, acordam cedo, divertem-se, fazem exercícios físicos e não pensam em se aposentar de fato tão cedo. Retratos de uma nova geração de representantes da

Terceira Idade que já sente os efeitos do Estatuto do Idoso — que adotou a ideia da Melhor Idade — em diversas áreas da vida, não lembram em nada as vovós e os vovôs de antigamente: nada de colocar o pijama para jogar dominó e fazer tricô. Como seus contemporâneos e os mais jovens, os dois lotam as fileiras dos teatros e casas de shows — com a ajuda da lei da meia-entrada, que reconheceu a longa história de contribuição à cultura.

Os novos idosos não têm desculpas para o ócio. Nem querem: por toda a cidade, da Zona Norte à Zona Sul, e em municípios mais remotos do estado, há projetos gratuitos de exercícios físicos com profissionais especializados. Planos de saúde já estudam conceder descontos para quem se cuida — o que já não é tão raro assim — porque, afinal, vão limitar gastos com doenças evitáveis.

João da Cruz e Maria de Lourdes Fonseca Borges não sentem o peso das seis décadas. "Minha vida é tão corrida que nem tive tempo de pensar que fiz 60 anos", observa ela, bem-humorada. "Aos 14 quilômetros por dia. Sete na ida ao trabalho e outros sete na volta. Quem fica parado, fica velho", comenta João, dando a receita da vitalidade.

MARAVILHOSAS oportunidades

2009

Ano em que aulas de caratê foram introduzidas no Santa Marta

1988

Ano de criação do Favela Surf Clube, no Cantagalo e adjacências

melhoraram o resultado na escola. A importância social do projeto é muito grande, com a formação de cidadãos", avalia Faria.

Outro tipo de luta, o kickboxing, também ajuda a salvar vidas na Vila Cruzeiro. Graças à dedicação de Henrique Silva, mo-

rador que iniciou um trabalho comunitário para ajudar os jovens e que, além de comandar as aulas, não poupa esforços na busca por recursos para que o projeto não acabe. "Meu ideal de vida é dar perspectivas a essa gente", frisa, emocionado, Henrique.

DAS ONDAS PARA A PROFISSÃO

■ Helloá Mayara, de 16 anos, começou pedando onda, depois ensinando os mais novos a "dropar" e, hoje, graças a tudo o que aprendeu, é formada em design técnico — além de surfar, passou a desenhar e fazer pranchas. "O surf é um estado de liberdade, longe do meio das drogas e das pessoas ruins. Todos os dias estou no projeto e surfando mais e mais", diz Helloá, que viu, graças à pacificação da comunidade, a procura pelo FSC crescer muito, com pessoas interessadas em consertar ou comprar pranchas.

LONGE DAS DROGAS, PERTO DA MEDALHA OLÍMPICA

Jovens que perderam amigos para o tráfico encontraram redenção no esporte e tornaram-se campeões

RICARDO ALBUQUERQUE
ricardo.albuquerque@rednet.com.br



Cada metro percorrido na pista de atletismo por Thompson Jorge Ramos de Oliveira, 21 anos, Jackson Cesar da Silva, 18, e Jorge Henrique da Costa Vides, 18, amplia a distância entre o passado sombrio e o presente de conquistas. Antes de se tornarem colecionadores de medalhas, eles participaram de 'bondes' na Zona Norte do Rio e viram amigos presos ou mortos em confrontos com a polícia.

Considerados promessas olímpicas pelo alto rendimento, os três rapazes reconhecem que o esporte foi a redenção de suas vidas. "Sem a disciplina que a minha profissão exige, tenho plena consciência de que teria pego a estrada errada em direção às drogas e à vida bandida", desabafa Thompson, campeão brasileiro juvenil do octatlo e estadual nos 110m com barreira.

Há seis anos, Thompson trocou Bento Ribeiro por Curitiba, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio, onde o professor de Educação Física Paulo Servo da Costa — o mesmo que revelou a velocista Bárbara Leôncio — man-

tém o núcleo do projeto 'Lançar-se Para o Futuro', na Vila Olímpica do Mato Alto e na Escola Municipal Silveira Sampaio, em Jacarepaguá. Jorge Vides seguiu a mesma ideia: há três anos o seu endereço deixou de ser o Complexo da Maré. "Nunca me envolvi com drogas ou roubos, mas sei de amigos da minha idade que acabaram presos ou mortos. Era impossível treinar na Maré quando havia tiroteio. Sempre tive medo de levar uma bala perdida. Aqui me sinto seguro e cercado de gente com o mesmo objetivo: vencer", diz ele, campeão de salto em distância, 400m com barreira e revezamento 4x100m.

CIDADE radical

LINA CARLA GOMES
lcarla@odiario.com.br



A largada na Praça Saens Peña tinha um significado especial, com a ideia de promover a união entre o asfalto e a comunidade pacificada. A partir dali, os ciclistas entraram em trilhas onde, no lugar do medo, agora reina a esperança. Uma experiência única, vivida por 50 dos melhores competidores de mountain bike do País na primeira etapa do Circuito XC de Favelas, dia 7 de maio, no Turano e no Salgueiro. Em iniciativas como essas, o esporte ocupa novos caminhos, como aconteceu em 15 de maio no Desafio da Paz, corrida que usou a mesma rota de fuga dos traficantes na histórica retomada do Complexo do Alemão, em novembro de 2010.

"Foi uma experiência nova. Sou de outro estado e viamos imagens do Rio pela TV, com pessoas armadas, um clima estranho. Mas entramos num lugar pacificado. Na véspera da prova, fomos lá e a criança parou, veio perguntar de onde éramos e o que estávamos fazendo", recorda o ciclista vencedor, Edvando de Souza Cruz, de Diadema (SP).

Proprietário da Pedal2, idealizadora e organizadora do Circuito XC de Favelas, Thiago Gomes conta como surgiu a ideia de levar os ciclistas para comunidades pacificadas. "Esses locais têm morros íngremes, vielas e trilhas perfeitas para o mountain bike estilo cross country. E temos a questão social. A largada tem um simbolismo de levar as pessoas do asfalto para a favela. É a renovação da autoestima dessas comunidades rotuladas como violentas", analisa Thiago que, até o fim do ano, promoverá mais três etapas. "Em outubro, queremos fazer no Fallet, Foguetiro e Prazeres, em Santa Teresa. Em novembro, a ideia é fazer no Borel e na Chácara do Céu e, em dezembro, no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro", diz.

O Circuito ainda deixará um legado: a cada etapa, serão selecionados 10 jovens para fazer um curso de mecânica de bicicleta.

LUCIANO NELLO
luciano@odiario.com.br



Houve um tempo, num passado não muito distante, em que o Rio se transformara no alvo dos profetas do apocalipse. Em qualquer mesa-redonda, era possível ouvir alguém decretar a morte do esporte de alto nível na cidade, especialmente do futebol. Nos últimos anos, porém, esse discurso desapareceu, por falta de provas. Hoje, a cidade vive um momento exuberante nos gramados, quadras, piscinas e tatames, na esteira da ideia de se tornar um centro do esporte de alto rendimento.

No único município do mundo com quatro clubes grandes de futebol, Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco estão ligados à história do povo carioca há mais de um século. No Maracanã, no Engenho ou em São Januário, a paixão aparece no rosto de cada torcedor. Eles têm motivos para sorrir. Nos últimos dois anos, o troféu do Brasileiro parou nas Laranjeiras e na Cávaca. Agora, o Vasco está perto de ganhar a Copa do Brasil.

O esporte descobre no Rio novos caminhos em comunidades pacificadas, muitos deles passando por áreas antes controladas por bandidos

EM MAIO

deste ano, eventos esportivos tomaram conta dos morros do Rio: mountain bike no Turano e no Salgueiro, na Tijuca (no alto), e o Desafio da Paz, no Complexo do Alemão

VITÓRIA FANTÁSTICA

Quase seis meses depois da pacificação do Complexo do Alemão, as imagens aéreas do local mostravam uma realidade bem diferente na comunidade que sofria com a ação dos traficantes. Em vez de bandidos fugindo da polícia, a população viu corredores num caminho da paz, num desafio emocionante vencido pelo experiente maratonista Frankk Caldeira.

"Não foi uma vitória apenas especial. Foi fantástico. Há seis meses, o que prevalecia aqui era a violência, e hoje temos a paz. Em pouco mais de 15 minutos de prova, vi que existe coração e alma nas pessoas. Isso é que tem que ser preservado. Foi dada a largada para que aproveitem mais esse lugar especial", afirmou Frankk.

ADRIANO e Petkovic comemoram o hexa do Flamengo em 2009. Um ano depois, foi a vez de Conca levar o Fluminense à conquista do Campeonato Brasileiro. No vôlei, Bernardinho simboliza a hegemonia brasileira na modalidade

Além disso, os times voltaram a atrair astros do porte de Ronaldinho, Juninho, Deco e Loco Abreu. Há também aqueles que chegam sem fama, como um argentino tímido que se transformou em ídolo tricolor.

"Logo me senti em casa aqui. O Rio tem um povo feliz e está preparado para organizar eventos de grande porte", diz Conca.

De olho nos Jogos Olímpicos, o Rio não brilha só nos campos. Símbolo da hegemonia brasileira no vôlei, o técnico Bernardinho rejeitou diversas ofertas, só para continuar na cidade em que nasceu. Sob o seu comando, a Unilever ganhou cinco das últimas seis edições da Superliga.

"É um momento fervilhante. A cidade pode se transformar num polo esportivo. É saber usufruir, fazer bem-feito. Que se torne um processo perene", alerta o técnico.

A expectativa pelos Jogos de 2016 atrai grandes nomes do esporte brasileiro, como o nadador, agora rubro-negro, Cesar Cielo e a tricolor Natália Falavigna, do taekwondo. Além, é claro, daqueles que construíram aqui toda a carreira, como Diego Hypólito e Flávio Canto. Assim, fica a certeza de que os milhões de cariocas que praticam esportes não precisam olhar para longe na hora de procurar exemplos e ídolos.

A NOVA MECA DO ESPORTE DE ALTO NÍVEL

Seja nos gramados, nas quadras, nas piscinas ou nos tatames, o Rio vive momento exuberante e atrai os grandes nomes de cada modalidade

ALUNOS da Escola Tagore têm aulas no laboratório de informática e reforço em leitura

Meta é colocar o Estado do Rio entre os cinco melhores do País até 2014

Em 2010, 195 mil alunos fizeram a Prova-Rio. Simulados incentivaram os estudos

Até o fim do ano, mais de 500 escolas municipais receberão salários extras

“ Todos já têm acesso à educação. O desafio é garantir a qualidade ”
 Paulo Fontani, representante da Unesco no Brasil

Ideias para incentivar professores e estudantes fazem desempenho do ensino público do Rio de Janeiro voltar a registrar avanço, após mais de 20 anos de decadência

MARIA LUISA BARROS
 mluisa@odiario.com.br



A cidade que abrigou a primeira universidade brasileira assistiu nas últimas décadas à precarização do ensino público. Dois séculos depois, estado, município, empresas e instituições implantaram pacote de medidas para tentar passar uma borracha nas notas vermelhas que o Rio colecionou nos últimos 20 anos e reescrever o seu futuro. O governador Sérgio Cabral assumiu o compromisso de colocar, até 2014, o estado entre os cinco melhores no ranking no Ideb, índice criado pelo MEC para medir a qualidade da educação. Atualmente, o ensino fluminense só ganha do Piauí. A prefeitura pôs fim à aprovação automática e adotou a ideia de premiação por mérito, que paga até três salários extras aos profissionais que cumprem metas de aprendizagem. Sistema também seguido pelas escolas estaduais.

O bônus leva em conta o desempenho dos alunos em provas — Sacri no estado e Prova Rio no município — e nas taxas de evasão e repetência. Estímulo para mestres e alunos. Melhores em Português e Matemática recebem notebooks e bicicletas. Pelo IDE-Rio, que avalia colégios municipais, 53% deles atingiram as metas, com incentivo à leitura, oficinas culturais e turmas de aceleração e realfabetização.

A professora Maria Lúcia de Oliveira será uma das premiadas, com diretores e merendeiras da Escola Municipal Haydeia Vianna Fiuzza de Castro, em Paciência. Na Escola Municipal Tagore, no Engenho de Dentro, alunos recebem reforço do programa 'Nenhuma Criança a Menos'. "O Rio de Janeiro universalizou o acesso à educação. O desafio agora é garantir a qualidade do ensino. Os resultados mostram que os investimentos estão dando retorno", reconhece Paulo Fontani, coordenador para a Educação da Unesco no Brasil.

Escolas do Amanhã em horário integral para alunos de áreas de risco e unidades high tech melhoram índices de colégios

MARIA LUISA BARROS
 mluisa@odiario.com.br



Metade dos jovens do Ensino Médio abandona os estudos no meio do caminho. Para evitar que eles saiam por uma porta, a tecnologia está entrando por outra. Escolas do Rio de Janeiro já contam com laboratórios de informática, aulas multimídia e ambientes high tech em unidades que oferecem ensino profissionalizante. No Nave — escola na Tijuca patrocinada pela Oi Futuro —, alunos aprendem a desenvolver jogos digitais, enquanto em São Gonçalo, estudantes do Núcleo Avançado em Tecnologia de Alimentos (Nata) fabricam pães de olho no mercado de trabalho.

A ideia saiu do asfalto e invadiu favelas caríocas situadas em áreas controladas pelo tráfico, mílfica ou recém-pacificadas. Nas 150 Escolas do Amanhã, crianças e jovens passam nove horas, fazem três refeições diárias, praticam esportes e recebem reforço escolar. O programa realizado em parceria com a Unesco, órgão das Nações Unidas (ONU), reduziu, em dois anos, a evasão de 5,1% para 3,2% em 2010. A meta é alfabetizar todos no 1º ano. Na avaliação externa aplicada pela prefeitura para medir quantos aprenderam a ler na idade certa, a campeã foi a Escola Municipal Prefeito Djalma Maranhão, no Vidigal, Zona Sul.

INOVAÇÃO na educação

40

Escolas que ganharam bicicleta por terem notas altas

150

Número de Escolas do Amanhã

91

Escolas do Amanhã que atingiram as metas no IDE-Rio

País do futuro em FORMAÇÃO

LEILA SOUZA LIMA
 lsouza.lima@odiario.com.br



Abertos em 2003 no País com o objetivo de fortalecer a rede nacional de difusão e popularização do conhecimento científico e profissional, os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) oferecem aproximadamente, só no

Rio de Janeiro, 300 mil vagas em cursos técnicos, profissionalizantes, de idiomas e de informática por ano. São cerca de 30 unidades no estado, situadas em áreas estratégicas, informa o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso. O próximo passo, adianta ele, será o lançamento, em agosto, de oficinas de inglês e espanhol setoriais, de acordo com a profissão. Algumas comunidades que receberam Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) — Cidade de Deus, Com-

plexo do Alemão, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho, Batan e Chapéu Mangueira/Babilônia — estão incluídas no mapa de expansão.

Moda, Construção Civil, áreas ligadas a Petróleo e Gás e ao setor Automotivo são alguns dos focos do projeto, que está ajudando a transformar o quadro de qualificação profissional regional. Em boa hora: oportunidades para quem está preparado não vão faltar, em face dos inúmeros investimentos previstos no Rio de Janeiro, garante Cardoso.

"Até outubro, havia um índice elevado de evasão, porque os alunos não tinham vale-transporte. Mas resolvemos isso", explica o secretário. Segundo ele, a meta é acabar com o chamado apagão de mão de obra: "Lançamos um desafio: qualquer empresa que chegar ao Rio terá profissionais treinados".

Outro programa de inclusão importante, especialmente para as classes de menor renda, é o Sesi Cidadania, lançado pelo Sistema

INCLUSÃO por meio da qualificação técnica profissional é estratégia para preparar mão de obra voltada a diferentes segmentos da economia

300 MIL
 Total de vagas oferecidas anualmente pelos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) do estado. Proposta é difundir conhecimento

50 MIL
 Atendimentos feitos até hoje pelo projeto Sesi Cidadania, lançado pelo Sistema Firjan em agosto. Chega a 15 comunidades com UPPs

"Lançamos desafio: qualquer empresa que chegar ao Rio terá mão de obra treinada"

Alexandre Cardoso, secretário estadual de Ciência e Tecnologia

Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) em agosto passado. O projeto já prestou 50 mil atendimentos gratuitos para moradores de 15 comunidades com UPPs. São ações contínuas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e qualidade de vida. O planejamento para oferta de serviços se orienta por pesquisa feita pelo Sistema Firjan, em parceria com o Iets (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade), que aponta as carências e tendências econômicas.

Também alinhado à proposta, o Programa Senac na Comunidade qualifica e certifica para promover o acesso ao emprego formal ou ajuda na busca por oportunidades de microempreendedorismo. A iniciativa chega a todo o Estado do Rio, em parceria com ONGs, associações de moradores e lideranças. Além disso, a instituição mantém parcerias com empresas para inserção de seus alunos no mercado de trabalho.

APRENDER COM JUSTIÇA

Cotas e programas de apoio derrubam mitos e levam educação a milhares de jovens. Classes C e D já são maioria na universidade

ÉLIO BRAGA
elcibraga@codenet.com.br



A resposta simples e desanimadora mudou destinos. Início de 1990, saída da Igreja da Matriz, em São João de Meriti: cem jovens negros e carentes falavam sobre a fé. Por curiosidade, frei David Raimundo dos Santos perguntou quantos queriam fazer faculdade. "Apenas dois irmãos confessaram a intenção, obrigados pela mãe, agradada por bolsas na instituição em que trabalhava como servente", lembra. O episó-

dio levou à criação da Educapro, influente entidade empenhada na democratização do acesso à faculdade pública. A ideia tornou o Rio mais justo e se espalhou pelo Brasil. Nos últimos cinco anos, mais negros entraram na universidade do que em todos os séculos anteriores somados.

Uma multidão de carentes passou a enxergar uma brecha no muro da faculdade. Política de cotas, pré-vestibulares comunitários e Programa Universidade para Todos (ProUni), do Governo Federal, criaram novo cená-

rio. As classes C e D se tornaram maioria na universidade: 72,4%. "Diziam que eu, me-rendeira, filha de lixeiro, não podia fazer faculdade", conta Therezinha Mello, 71, formada há seis em Serviço Social. Contrários à ideia argumentavam que cotistas não conseguiriam acompanhar a turma. Pesquisa entre 2003 e 2006 mostrou desempenho do cotista superior em 29 dos 48 cursos na Uerj. "A minha grande alegria é que as cotas derubaram a máscara das universidades públicas brasileiras", diz Frei David.

"Ninguém acreditava que eu conseguiria a bolsa. Faço Engenharia na PUC"

Ana Luísa Santos
estudante

A CONEXÃO é de todos

Pirai, no Sul Fluminense, e comunidades da Região Metropolitana dão sinais de melhoria na qualidade de vida e criam oportunidades graças a projetos que apostam na ideia de acesso público e gratuito à Internet por redes sem fio

LARA BOECHAT
lra.boechat@codenet.com.br



A universalização do acesso à Internet começa a se tornar realidade no Estado graças à expansão das redes sem fio públicas, como os projetos 'Pirai Digital' e 'Rio Estado Digital'. Desde 2004, a cidade de Pirai, no Sul Fluminense, tem acesso Wi-Fi gratuito em todo seu território. A ideia foi importada para a Região Metropolitana em 2008, oferecendo acesso a comunidades como Cidade de Deus, Rocinha e Santa Marta, além de trechos da Orla, vias expressas e municípios da Baixada Fluminense. Já são 33 mil acessos por dia, número que aumentará a partir do final de junho, quando a rede chegará ao Complexo do Alemão.

Para auxiliar administrativa Amanda Ribeiro, de 23 anos, moradora da Rocinha, a rede 'wireless' (sem fio) trouxe várias oportunidades. "A Internet gratuita me permitiu descobrir novas formas de conhecimento e de economia para o bolso", conta a jovem, que agora faz apenas compras na web.

■ **CRIANÇAS** da rede pública de ensino de Pirai, no Sul Fluminense, estudam com netbooks distribuídos pelo projeto 'Um Computador por Aluno' (UCA)

Apesar dos benefícios, Amanda acredita que a rede deve ser aprimorada. "É uma pena que o sinal não seja bom em todos os pontos da comunidade", lamenta.

Segundo o secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso, uma equipe está sendo montada para trabalhar 24 horas em locais com problemas de acesso pela rede sem fio. Ele calcula que em um ano o estado terá uma estrutura completa para a vida online.

CIDADE CONECTADA

No final dos anos 90, Pirai tinha apenas um computador. A situação começou a mudar em 2004, com a implementação do 'Pirai Digital', e hoje os 26 mil habitantes da cidade já se acostumaram a usar a Internet no dia a dia, tanto pela rede sem fio quanto pelos 110 pontos de acesso espalhados pela cidade. Os maiores beneficiados são os alunos da rede pública, que, além de tudo, receberam em 2007 netbooks do programa 'Um Computador por Aluno' (UCA), do Ministério da Educação. A combinação deu certo e fez da rede de ensino de Pirai a terceira melhor do Estado, com avaliação cada vez melhor no Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (Ideb).

Segundo a professora Maria Helena Horta, coordenadora pedagógica do UCA, o projeto ajudou a mudar a relação dos alunos com a escola e trouxe novas perspectivas de futuro, principalmente para as mulheres, público que mais procura os cursos profissionalizantes. "As meninas começam a vislumbrar a possibilidade de trabalhar na área tecnológica. Antes, suas opções eram apenas trabalhar no comércio ou como doméstica", explica.

Big Brother RIO DE JANEIRO

Central de Operações mais moderna do mundo vigia a cidade 24 horas por dia e ajuda na prevenção de catástrofes e na solução de incidentes urbanos

**■ FÉNA
TECNOLOGIA:** Dona Nilza relembra a última forte chuva do Rio: "Era muita água. O alerta não parava de tocar e os moradores não paravam de sair de suas casas. Ninguém dormiu naquela noite"

ALINE FREIRE
aline.freire@odfanel.com.br



"Lembro bem quando o lançamento de um foguete foi transmitido ao vivo pela TV. Foi o dia em que comecei a acreditar na tecnologia", conta Nilza Rosa dos Santos, agente comunitária do Morro da Formiga, na Tijuca, Zona

Norte. A comunidade é uma das 11 que já tiveram as sirenes contra chuvas acionadas, ajudando a alertar os moradores para situações de perigo. Aos 59 anos, a ex-doméstica nascida e criada na comunidade acredita que o Rio está a caminho de se tornar referência mundial no uso de inovações tecnológicas em benefício da população.

A sirene do Morro da Formiga soou pela primeira vez na noite de 25 de abril. Naquela segunda-feira, cerca de 500 famílias que moram em áreas de risco tiveram que deixar suas casas só com a roupa do corpo. "Se tivéssemos esse sistema nas chuvas de 1988, não seriam tantos os mortos", diz dona Nilza, lembrando a tragédia que matou 17 pessoas só na Formiga e 300 no estado.

ALERTAS PELO CELULAR
O Rio tem aproximadamente 18 mil famílias morando em áreas sob risco de deslizamento em 117 comunidades. Para que o alerta chegue o mais rápido possível aos moradores desses locais, ele é transmitido por SMS

(torpedo) para o celular de agentes comunitários treinados pela Defesa Civil, como dona Nilza, e pelas 25 sirenes instaladas em pontos altos da cidade. Durante as chuvas de abril, o sistema ajudou a remover cerca de 400 famílias e evitar mortes.

Savio Franco, chefe-executivo do Centro de Operações da Prefeitura, explica que as sirenes disparam automaticamente. O Centro de Operações cruza os dados recebidos de um radar meteorológico com informações de 33 pluviômetros espalhados pela cidade e chega a um cálculo meteorológico, que serve de base para avaliar se há risco de chuvas fortes e se a população precisa ser alertada. "Hoje temos a cidade monitorada 24 horas por dia, sete dias da semana", diz Savio Franco, a quem o prefeito Eduardo Paes concedeu o poder de decretar estado de emergência.

1 Radar meteorológico, instalado no Sumaré, tem alcance de 250km. Prevê não só volume de chuva, mas também os bairros que serão afetados

2 Centro de Operações recebe dados do radar e são somados a fatores meteorológicos. Alertas são enviados para a população

3 Sirenes das comunidades em áreas de risco são acionadas. Agentes comunitários recebem mensagens pelo celular

“
O Centro de Operações é único porque temos órgãos integrados cuidando da rotina da cidade como um todo
Savio Franco, chefe-executivo
”

48 HORAS ANTES DA CHUVA
Inaugurado em dezembro, o Centro de Operações é considerado o mais moderno do mundo. A ideia é ser um Big Brother do bem: são mais de 500 câmeras de cerca de 30 concessionárias e órgãos públicos, que monitoram a cidade, localizam problemas em tempo real e acionam os responsáveis por solucioná-los. Um telão de 80 metros quadrados permite que técnicos vejam as imagens dos principais pontos da cidade. Mais de 150 câmeras são da Prefeitura, que estudou as cen-

trais de monitoramento de Cingapura, Nova York e Madri. A partir do segundo semestre, a Prefeitura planeja contar com uma tecnologia inédita, capaz de prever chuvas fortes com até 48 horas de antecedência. "Nunca tivemos a cidade tão bem preparada tecnologicamente. Sabemos que chuvas fortes virão, e não podemos prever o local exato. A natureza é quem manda. Estamos trabalhando para preservar vidas", diz o Coronel Sergio Simões, subsecretário da Defesa Civil.

Centros de excelência em pesquisa como Impa, Fiocruz e Coppe colocam o Brasil no topo. Ideia agora é impor seu conhecimento para o mercado

DANIELA DARIANO
daniela.dariano@bocianet.com.br



Teia horizontal que aperfeiçoa tecnologia 3D, captação de energia de ondas do mar, avanços em saúde pública e cientistas de 'primeiro mundo'

saem de centros de excelência com certidão de nascimento e alma cariocas. É num instituto de pesquisa do Rio, a Fiocruz, que o filantropo criador da Microsoft, Bill Gates, quer investir parte de sua fortuna na produção de vacinas em larga escala.

"Nosso portfólio de inovação tem 80 projetos de fármacos e vacinas, várias esperando parceria de empresas. Nosso destaque hoje é a primeira vacina para esquistossomose, em desenvolvimento pré-clínico. A tetravalente (para 4 tipos) da dengua está em fase de protótipo", conta a diretora do Instituto Oswaldo Cruz, da Fiocruz, Tânia Araújo.

Avanços em medicina também saem de um local aparentemente improvável: o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), que hoje pesquisa modelos para 'adivinhar' como o HIV vai se desenvolver no organismo. Previsões calculadas podem gerar tratamentos precoces e eficazes. Mas biomatemá-

ciência carioca de PRIMEIRO MUNDO

tica é só uma fração do que se produz lá. "O Impa é uma espécie Meca da matemática na América Latina. Está entre as 10 melhores do mundo", diz o diretor, Cezar Canacho.

A Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe/UFRJ), com suas 200 teses de doutorado ao ano, não fica atrás. O desafio, observa o diretor de Tecnologia e Inovação Segen Estefen, é transfor-

mar teses em produtos e processos no mercado. "Temos tecnologias de ponta no País e há oportunidades no mar no futuro próximo", considera. Até 2012, a Coppe terá 10 grandes empresas internacionais em seu parque tecnológico voltadas para tecnologias do pré-sal. "Assim como a viagem espacial gerou tecnologia em telecomunicação, temos que pensar além do petróleo, o pós-pré-sal", ressalta.

■ **MAIOR FOTO** do mundo foi produzida no Impa, por equipe do matemático Luiz Velho, que desenvolve pesquisas em 3D

HENRIQUE FREITAS
hfreitas@bocianet.com.br



A garotada de hoje pode não ter muito mais tempo ou interesse para brincadeiras lúdicas, como pião, amarelinha ou pique. Mas quem disse que isso é um problema? Os jovens estão se divertindo de outra forma e, o melhor,

transformando entretenimento em projetos produtivos.

No Rio, essa é uma ideia que já pegou. É que está realmente fazendo diferença. Prova disso é que foi um jovem de 17 anos a principal fonte de informação em tempo

real da histórica tomada do Complexo do Alemão pelas forças de segurança do Estado, em novembro do ano passado. Com uma rede de amigos espalhada por toda a região, o estudante do Ensino Médio Rene Silva conseguiu passar, de forma enfática e emocionante, o que estava acontecendo do ponto de vista dos moradores.

Apaixonado por comunicação, Rene já publicava um jornal impresso havia cinco anos na região. Mas foi a Internet que o transformou em figura conhecida mundialmente. Seus perfis no Twitter têm mais de 70 mil seguidores e seu jornal, "A Voz da Co-

munidade", ganhou uma versão online. Com tamanha popularidade, Rene se tornou fonte de inspiração para outros jovens. "É uma grande responsabilidade, mas é muito gratificante perceber a força que a minha iniciativa ganhou", comenta o jovem, que convidou amigos também adolescentes para trabalhar com ele em sua redação. "Minha geração comprou essa ideia. Somos digitais e conectados, compartilhando muita informação. E isso está contribuindo para mudar o mundo", conclui.

Jovens como Rene Silva usam a Internet para compartilhar ideias e transformar o mundo

JUVENTUDE conectada

■ **RENE SILVA** em sua redação, no Complexo do Alemão: seus perfis no Twitter e a versão online de seu jornal recebem visitas de todos os cantos do mundo

ELCIO BRAGA
elcibraga@odianet.com.br



Muçulmanos e judeus estão às turras desde os primórdios na Terra Santa. Protestantes e católicos travam disputa secular na Irlanda. Budistas, hare-krishnas, cultos afros e outros credos enfrentam repressões em várias partes no mundo. No Rio de Janeiro, graças ao bom Deus, as religiões deram as mãos em busca do entendimento. A ideia de apaziguar os ânimos, com a realização de atos ecumênicos, ganhou força no início dos anos 90. O diálogo da fé tem ajudado a construir a paz na cidade.

A palavra ecumênico provém do grego. Em sentido amplo, significa esforços em favor da unidade entre religiões. No Dia do Trabalhador, na Quinta da Boa Vista, a festa contou com ato ecumênico. Tem sido assim: compartilhar momentos importantes na vida da cidade propicia complicitude entre os credos. "A primeira questão do ecu-

AFÉ NO RIO

- 61.15% católicos
- 18.34% evangélicos
- 13.34% sem religião
- 3.49% espiritualistas
- 1.93% orientais
- 1.75% afro-brasileira

menismo é perceber que Deus, o sagrado, não pode ser privatizado. As nossas verdades têm de ser criadas em conjunto", observa o pastor presbiteriano Alexandre Marques Cabral, da Comunidade Igreja Reformada Ecumênica, de Copacabana, participante há dez anos desse diálogo.

O discurso pela paz está cada vez mais afinado. Ex-coordenador do Movimento Inter-Religioso, André Porto aponta avanços. "Da ECO 92, momento onde surge o MIR, para cá, a realidade tem nos mostrado o quanto o foco pioneiro de ação do Movimento é uma prioridade para um Brasil pacífico e democrático. Valorizar nossa capacidade de lidar com diferenças culturais e religiosas é fundamental para o Brasil cumprir seu papel de liderança emergente", diz.

Os católicos abraçaram a ideia. Inaugurado no dia 28, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, no Recreio, atraiu dois dias depois visitantes espíritas e evangélicos. Fundador da Associação Tarde com Maria, Berthaldo Soares investe no diálogo inter-religioso. "Na Festa de Pentecostes, temos o culto ecumênico com representantes de todas as religiões. Posso não ter o mesmo credo. Mas tenho de rezar junto. Rezanos por um mundo melhor", afirma.

diálogo da

FE

INTERIOR mostra o seu valor

Ecoturismo ganha força nas cidades fluminenses. Pralas limpas, monumentos históricos, cultura e boa comida atraem milhares de visitantes à procura de lazer



Para quem pensa que o Estado do Rio de Janeiro se resume à capital, o interior fluminense mostra sua riqueza turística.

Da Serra ao mar, os tesouros naturais são atrativos para quem viaja e principal fonte de renda dos municípios. E o que era bonito ficou espetacular com transatlânticos ancorados em Búzios, a invasão do surf em Saquarema, do bodyboard e da pesca em Rio das Os-

tras, com o circuito cultural do café pelo Vale do Paraíba e o recanto dos veleiros de Angra dos Reis, com suas 365 ilhas. E ainda tem o romantismo da Serra e suas cachoeiras.

Para chegar lá, as cidades precisaram arregaçar as mangas. Reformas de pontos turísticos, ampliação da rede hoteleira e novas estradas atraem mais turistas a cada ano. Cabo Frio restaurou o Forte de São Mateus, seu principal monumento, com 390 anos de existência.

Os transatlânticos invadem Búzios, e o Vale do Café abre 30 fazendas ao público

A aposta no ecoturismo é outra ideia para atrair mais pessoas a cidades como Angra e Campos. As cidades aproveitaram áreas de preservação ambiental e águas cal-

mas e criaram roteiros com caminhadas e passeios de barco e pesca.

Já a Serra aposta tanto no verde como no turismo histórico. O Parque Nacional Serra dos Órgãos, em Teresópolis, é um belo exemplo. Na vizinha Petrópolis, o Museu Imperial traz as lembranças de Dom Pedro II na região. E se o visual é belo no interior, a culinária deixa água na boca. São pratos característicos de cada colonizador, como a cozinha suíça, em Nova Friburgo.



ESCAVANDO TÚMULOS!

A FILHA DE EPIRÁCIO PESSOA PUBLICOU UM LIVRO NEGANDO O PATRIOTISMO E A BRAYTIRA DOS DEZENTOS DO FORTI DE COPACABANA
 O brigadeiro Eduardo Gomes recusa-se a falar sobre o assunto — O general Eraldo Gomes da Fonseca defende seus bravos comandados
 — O sr. Arne Bernardes promete uma entrevista para muito breve
 — Adhemar Correia não revidou porque o autor do livro é mulher



RONCANDO

O DIA

DE OLHOS ABERTOS



A TRAGÉDIA DE UM POVO QUE SÓ TEM EXISTIDO PARA SOFRER E PAGAR IMPOSTOS

UMA LUTA QUE SE INICIA PARA REINTEGRAR AS CLASSES POPULARES NA POSSE AMPLA DA SUA CONSCIÊNCIA E DAS REGALIAS QUE LHEIS SÃO DEVIDAS

O MELHOR BANQUETE...

UMA LUTA QUE SE INICIA PARA REINTEGRAR AS CLASSES POPULARES NA POSSE AMPLA DA SUA CONSCIÊNCIA E DAS REGALIAS QUE LHEIS SÃO DEVIDAS

Os «tubarões» em maus lençóis!

O CASO DOS TELEFONES

ADHEMAR DE BARROS
 PROCLAMADO «CHIEF DA SPINCA PERENNE»
 INTERESSADO EM EVITAR O REINTEGRAMENTO DA SPINCA
 SINA FESTA POR SE TERIA PORTUGAL



...
 ...
 ...

MODOS DE BIEER



ORGANIZAMOS OS HERÓIS DA CAMPANHA DA SAÚDE

CAMPEÕES DO MUNDO
 Os brasileiros deram espetacular Bico do Futebol conquistando o "Copa Jular Ribeiro"

FUZILADO O JOVEM MILIONARIO

Humanidade emocionada vê hoje a descida de seus astronautas

HORAS DRAMATICAS NA LUA E NA TERRA

ODIA

LIBBY KENNEDY QUASE MORREU NUM DESASTRE
 Proprietor de casa própria perdeu seu complexo (Pág. 3)

POLICIA TOMA O ALEMÃO E MATAS

ODIA
 Ele e o escopo: 6 x 3

ODIA

Cientistas brasileiros fazem alerta: MAIS TERREMOTOS VEM AÍ
 Cientistas brasileiros fazem alerta: Mais terremotos vem aí

Milicianos são como o dragão de São Jorge

Uma capa 'rachada' por terremoto levou o Prêmio Esso Especial de Primeira Página em 2008

Em 2009, O DIA ganhou o mesmo prêmio ao traduzir graficamente a queda do Vasco para a Segundona

ODIA

A FAIXA PRETA HOJE É DE LUTO

ODIA

Felizes momentos muitos silêncios

CERTIDÃO de nascimento

ALEXANDRE FREILAND
alexandrf@odanet.com.br

Está gravado no DNA do jornal e consagrado na primeira de suas primeiras páginas: **O DIA** nasceu para ficar ao lado de "um povo que só tem existido para sofrer e pagar impostos". É seu porta-voz.

Uma capa como aquela de 6 de junho de 1951, da manchete "Roncando de Olhos Abertos", não envelhece quando o Sol se põe. Vira documento, carta de princípios. É como se fosse certidão de nascimento em que o bebê recebe e proclama as bandeiras éticas que o levarão até a maturidade.

Nessas seis décadas de existência, não foram poucas as vezes em que **O DIA** as-

sumiu esse papel, seja como defensor dos moradores do Rio, seja como testemunha de sua História. É uma relação de tamanha cumplicidade que o jornal é capaz de abraçar uma escola inteira, como na edição de abril de 2011 em que reuniu dezenas de manifestações de apoio às famílias de Realengo, da primeira à última página, após o massacre da Tasso da Silveira.

Nesse breve mosaico de capas surgiram mobilizações pela paz, escândalos políticos, conquistas e tragédias no esporte, grandes causas sociais. E fica evidente que uma coisa não mudou no **DIA**: a luta incansável pelo Rio e por sua gente, um compromisso firmado há 60 anos.

Alexandre Freiland é Diretor de Redação do DIA

■ HISTÓRICO: em 29 de novembro de 2010, a primeira página destacou a retomada do Complexo do Alemão pelas forças de segurança

UMA LIÇÃO PARA SE ORGULHAR

Diretora-geral Sueli Gaspar recebe medalha de 'O DIA' por ter transformado o Ciep 1º de Maio, em Santa Cruz, na melhor escola do primeiro segmento entre 971 unidades da rede municipal

MARIA LUISA BARRIOS
mluisa@odanet.com.br

Durante toda a infância, a professora Sueli Pontes Gaspar, 51 anos, foi educada pela mãe, lavadeira, na base de provérbios. Um deles, porém, se recusou a obedecer: "Fau que nasce torto morre torto". "Costumava brincar com minha mãe dizendo que sempre era possível mudar, nem que fosse preciso colocar uma estaca para endireitar", ensina. Ela estava certa. Dona de um carisma contagiante e com uma dedicação extrema ao ensino público, a ex-merendeira chegou a diretora-geral e transformou o Ciep 1º

de Maio, em Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, na melhor escola do primeiro segmento (1º ao 5º ano do Ensino Fundamental) entre 971 unidades da rede municipal.

Uma história de superação que lhe valeu a primeira das medalhas 'Orgulho do Rio', que serão entregues por **O DIA** todo domingo aos profissionais que mais contribuíram para um Rio melhor no ano em que o jornal completa 60 anos. "Quando me tornei professora, minha mãe sempre quis me dar um anel de formatura. Mas não teve condições. Hoje ganhei uma medalha que me enche de orgulho. Tenho certeza de que onde ela estiver, estará feliz por mim", emociona-se.

O pai, guarda noturno e compositor nas horas vagas, sonhava que a filha fosse maestrina. "Não segui a profissão como ele queria. Mas de certa forma, hoje eu vivo regendo a vida dos meus alunos. Meus pais sempre apostaram muito em mim. Por isso, acredito tanto nos meus alunos e eles retribuem", explica ela.

Pais e professores que a ajudaram a transformar a comunidade e garantem que o mérito é todo dela. "A Sueli conseguiu resgatar valores que foram se perdendo", diz a coordenadora pedagógica Sandra de Souza.

RECEITA DE SUCESSO

Estímulo à participação de pais, simulados e reforço de aprendizado

A semente que agora dá frutos foi plantada por Sueli há cinco anos, quando ela assumiu a direção da escola da Zona Oeste. No primeiro dia, a diretora se deparou com portões escancarados, banheiros depredados e portas e vidros quebrados. A escola já tinha sido furtada 23 vezes. Haviãam levado tudo: computadores, aparelhos de televisão, vídeos, até fiação elétrica.

Movida por desafios, ela decidiu arregaçar as mangas e abrir as portas para as famílias das comunidades de Rola e Antares, regiões dominadas pelo tráfico de drogas. Com o comprometimento dos professores, implantou ideias simples, como simulados semanais, que estão fazendo a diferença na melhoria do ensino público carioca. Receita de sucesso da antiga merendeira, temperada com amor. "Temos que mudar para melhor a vida das pessoas", ensina ela.

Lição aprendida por pais antes ausentes que se tornaram os maiores parceiros. "A Sueli sempre foi muito exigente. Quería que chegasse no horário, não faltasse à reunião de pais e trouxesse as crianças lim-

pinhas e arrumadinhas", conta Soralia Fernandes Silva, de 33 anos, que acabou se tornando uma das mãis atuantes entre as mães voluntárias.

Na escola de Santa Cruz, Sueli estimula as turmas a participar do programa Vapt-Vupt. Na sexta-feira, todos os estudantes levam livros para casa e os trazem de volta na segunda-feira. Junto com diário onde escrevem sobre o que leram. A escola criou projeto de reforço S.O.S. para os que têm dificuldades na aprendizagem: quem aprende a ler e a escrever recebe "aita".

No último IDE-Rio, o índice criado pela prefeitura para medir aprendizado em português e matemática, evasão e repetência, o colégio saltou de 4,7 (2009) para 8,1 (2010), numa escala de zero a 10. A média da rede hoje é 4,6.

Sueli dedicou a conquista aos professores, alunos e sua família. "Minha mãe não era letrada, mas me transmitiu valores. Ela dizia: 'você tem muita responsabilidade neste mundo. Não vai deixar a peteca cair'. Parecia que ela sabia o que o destino reservava para mim".



Hoje ganhei uma medalha que me enche de orgulho. Tenho certeza de que onde ela (minha mãe) estiver, estará feliz por mim
Sueli Gaspar, diretora-geral do Ciep 1º de Maio



O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento de V. Ex^a está deferido pela Mesa.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, primeiro signatário do requerimento para esta sessão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sua presença aqui hoje abrilhanta, engrandece esta sessão, como Presidente do Congresso Nacional, Presidente José Sarney.

Quero saudar também a Senadora Ana Amélia, sempre tão lúcida, sempre tão ilustrada, ocupando esta tribuna e mostrando não só toda beleza, toda ternura da alma feminina, mas também a cultura e as resistências morais da mulher brasileira para orgulho nosso. E ao meu companheiro do Amapá, que foi tão gentil, Geovani Borges.

Quero saudar também a Sr^a Embaixadora da Filipina, Sr^a Eva Betita, augurar a senhora dos nossos mais efusivos votos de que a tempestade, o furacão que atinge o seu país possa trazer o mínimo de danos e que aquele povo trabalhador, humilde, possa reconstruir as perdas. Seja bem-vinda entre nós.

Quero também saudar o Embaixador de Cuba, Sr. Carlos Zamora. Quero saudar o Presidente do Conselho de Administração da Empresa Jornalística Econômica (Ejesa) e Editora do jornal **O Dia**, Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, muito obrigado pela sua presença, o seu investimento no meu Estado, o Rio de Janeiro, é para nós muito importante.

Quero saudar também o meu companheiro Alexandre Freeland, que tem sido um grande batalhador naquele jornal, enfrentado a empresa do porte de **O Globo**, que não só tem um jornal de muitas décadas no Estado do Rio de Janeiro, um jornal tradicional, mas também tem televisão, rádios importantes, revistas; é um império. Mas vocês, como Davi, que tinha apenas a funda para enfrentar o Golias, continuam no coração do povo do Rio de Janeiro.

O trabalho do jornal **O Dia** é muito mais só o de informar, porque a minha cidade, Ana Amélia, a cidade do Rio de Janeiro não é uma só, são duas, duas irmãs siamesas e, eu diria, infelizmente, monstruosas. De um lado, tem-se um Rio muito culto, bonito, um Rio que viaja, um Rio que se educa, um Rio do lazer, um Rio das praias, dos condomínios, das **lan houses**, dos **shoppings**, um Rio que não fica a dever em nada a Milão, a Nova York, a Paris, a Los Angeles. Agora, a uma distância constrangedora, há também uma imensa parcela da nossa população vivendo abaixo da linha da dignidade humana, crianças em barracos, em favelas, no meio de ratos.

E o jornal **O Dia** é, de uma maneira misteriosa, alguma coisa que une essas duas cidades, porque, com

a sua linguagem, com seu dia a dia, com os seus colunistas, com as suas reportagens, de repente, parece que o leitor de **O Dia** acaba sendo envolvido nessa atmosfera da informação, do entretenimento, da cidade, do encanto, e as nossas diferenças se tornam pequenas.

Eu admiro muito o jornal **O Dia**. Não pude estar naquela ocasião. Mas, agora de manhã, eu estava na reunião com a Presidenta Dilma. A Presidenta Dilma está preocupada porque a crise internacional acentua-se e ela está convencida de que o Brasil, para não sofrer os efeitos dessa crise, precisa fazer um esforço para manter o seu equilíbrio fiscal. Então, ela reuniu a base do Governo para avisar que vai subir o superávit primário, mas vai subi-lo exatamente para a gente abaixar os juros, para a gente poder atrair capitais não especulativos e manter o investimento, a garantia do trabalho, os programas sociais, essas obras que estão mudando o Brasil e que começaram no governo do glorioso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Então, eu disse a ela que teria que sair para vir a esta homenagem, e ela disse: “Então, por favor, você reitere, eu estive no Rio de Janeiro, mas você reitere o meu apreço, a minha admiração a esse grande jornal. E parabéns ao Congresso por homenageá-lo”.

É interessante que políticos tenham tanto apreço por um jornal, porque normalmente políticos têm é mágoa de jornais. Mas aqui é diferente, o jornal **O Dia**, embora crítico, não deixando de cumprir a sua missão, não é promotor do ódio gratuito; aqueles jornalistas que muitas vezes se movem apenas pelo rancor da notícia, que deve ser dada – a notícia da corrupção política nos horroriza a todos –, mas deve ser sempre tratada com pesar. Em algumas editorias, parece que ela é tratada com uma orgia, numa alegria neurótica, num júbilo enlouquecido, ensandecido, e, quando termina um escândalo, buscam logo outro e, muitas vezes, nem apuram. Nesse dilúvio, meu Deus do céu, de ódios, às vezes, acabam cometendo injustiças tão graves contra homens públicos que dedicaram a sua vida às nossas instituições e que sofrem com suas famílias.

Pois bem, o jornal **O Dia** é diferente. As suas críticas têm por objetivo aperfeiçoar a nossa vida democrática. O jornal **O Dia** é um jornal de informação. O jornal **O Dia** trata da cidade como ela é, da alma carioca, da alma do Rio, do Estado do Rio de Janeiro. O jornal **O Dia** é uma leitura gostosa, ela nos entenece nas suas cores, muitas vezes, nas nossas mazelas, na nossa violência, nos acidentes, nos crimes que, infelizmente, são contingências inevitáveis nos nossos processos de evolução social, mas, ainda assim, na página seguinte, tem-se a foto dos nossos eventos, dos nossos **shows**, das nossas praias, das coisas curiosas que acontecem no Rio. E essa alma carioca, essa coisa do jornal **O Dia** já vem desde 1951, com Chagas Freitas, que foi, primeiro, Deputado Federal e, depois, Governador do Estado

do Rio de Janeiro, e uma das lideranças políticas mais influentes nos anos 60 a 80. **O Dia** consta de uma lista de poucos jornais longevos do País.

Pois bem. Hoje, tem uma média diária de 60 mil exemplares, acompanha as tendências dos periódicos mais destacados do País e também mantém versão digital em seu portal, belíssima. Tenho certeza de que milhões de pessoas visitam **O Dia**, sou um **habitué** desse portal, cuja arquitetura é muito clara, é cativante, são bonitas suas cores, suas páginas. Além disso, tem também o grupo o jornal **Meia Hora**, que é leitura obrigatória dessas classes D e E, que, agora, estão pulando para a C, desses brasileiros que, agora, estão tendo recurso e tempo para se informar, para conhecer melhor a nossa terra, e eles lêem o jornal **Meia Hora**, campeão de vendas no Rio de Janeiro.

Mas ainda tem a TV **O Dia** e tem também a rádio, que é primeiro lugar, a FM **O Dia**. Ela é muito ouvida no Rio de Janeiro. Seus eventos são um sucesso! Ela é ouvida nos carros, pelos meninos *motoboys*, nos táxis, nas casas. A FM **O Dia** é, disparada, a primeira rádio em audiência e ela está, realmente, no coração do povo do Rio de Janeiro. Além disso, há uma agência de notícias e o Instituto Ary Carvalho.

E quando me refiro a Ary Carvalho, lembro-me com pesar de uma manhã como esta, talvez neste horário mesmo, 11h57, ele, que era um carioca de Ipanema, um homem que gostava tanto da nossa música, da rotina do Rio, da alma, da idiossincrasia carioca, num acidente em casa, num acidente doméstico, fere seu nariz, é socorrido na Beneficência Portuguesa, mas, para nossa tragédia, para nossa tristeza, ele acaba falecendo, afogado com o próprio sangue. Que coisa dolorosa ocorreu naquele momento, deixando suas filhas e sua esposa e o povo do Rio de Janeiro com o coração esvaçado de saudade e com imensa gratidão pelo seu esforço.

Com ele, **O Dia** cresceu muito. **O Dia** chegou, nos áureos momentos, a disputar o primeiro lugar em vendagem no Rio de Janeiro. Ary ampliou suas rotativas, sua gráfica enorme, imensa, na região de Benfica, seu prédio no centro da cidade. O povo do Rio de Janeiro podia constatar e ver que ali estava um jornalista presente, atuante, inteligente, dos maiores do seu tempo. E, como eu disse, sempre enfrentando um grande adversário, um dos maiores jornais do País, que é o jornal **O Globo**, que tem também, instrumentalizando suas vendas, uma televisão que é a primeira do País.

O Dia, então, surge na época de ouro do jornalismo impresso, naqueles dias de junho de 51, quando o jornal lançava suas primeiras edições. A Guerra da Coreia, um dos episódios mais tensos da Guerra Fria, ocupava o noticiário. Getúlio Vargas, que estava em seu primeiro ano de governo, montava a base política no Parlamento, assentada na coligação PTB-PSD-PSP, e o Censo de 50

anunciava que a população brasileira alcançara mais de 52 milhões de habitantes, cada vez mais concentrados nas cidades, como disse a ilustre dama Ana Amélia.

O Brasil ensaiava a consolidação do regime democrático após a ditadura do Estado Novo, que se notabilizara, entre outros feitos, por estabelecer um regime de completa restrição da liberdade de imprensa. A atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o estabelecimento de autorização para circulação de publicações impuseram forte controle dos meios de comunicação. Assim, quando as liberdades democráticas se restabeleceram, após a queda da ditadura varguista, a liberdade de imprensa surgiu como seu sucedâneo natural.

Todos esses fatores contribuíram para que os anos de 1945-1964 fossem considerados a época de ouro do jornal impresso no Brasil. De acordo com levantamento da agência de publicidade J. Walter Thompson, em 1952 estavam em atividade 230 jornais, com uma circulação total de 5,75 milhões de exemplares. O rádio desfrutava de enorme audiência, a televisão estava em seus primórdios, porém, o jornal impresso era o veículo formador de opinião por excelência.

Nesse ambiente de experimentação democrática surgiu **O Dia**. Para Alberto Dines, o jornal “é o fragmento da história e da memória de um país”. Nada mais verdadeiro para o periódico carioca, que acompanhou todos os grandes fatos da história nacional, repercutidos e noticiados em suas páginas. É um patrimônio da cultura do Rio de Janeiro, mas que se extravasa para todo o Brasil.

Um dos jornais mais populares do Brasil, **O Dia**, refletia o Brasil a partir de mirada particular, a do Rio de Janeiro. **O Dia** estabeleceu-se no cotidiano carioca do café da manhã à mesa dos restaurantes. Comercializados a preços inferiores aos da concorrência, quem o adquiria era o público mais humilde, com absoluto e refutável sucesso nas escadarias da Central do Brasil, que concentrava o fluxo de habitantes vindos dos subúrbios distantes do Rio.

Definido como jornal popular de notícias do dia a dia, alterou sua linha editorial em tempos recentes, transformando-se em jornal de excelente nível, sem perder sua raiz e sua vinculação com as classes mais populares.

Comemorar o aniversário desse importante veículo de comunicação é também comemorar a liberdade de Imprensa.

Machado de Assis deixou-nos esta frase:

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.

Como carioca, eu não poderia deixar de prestar esse tributo, em nome do povo da minha terra, a um jornal que faz parte não só da nossa história, mas do nosso cotidiano. Nós não saberíamos se teria nossas vidas o mesmo encanto no futuro se não tivéssemos, sempre a nossa disposição, o jornal **O Dia** para lermos as coisas de nossa cidade e de nosso Estado. Que **O Dia** continue com essa nobre missão e que possamos voltar a esta tribuna outras vezes para comemorar o sucesso desse veículo que tanto se identifica com o viver do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, Bloco/PMDB – AP) – Teremos a satisfação agora de ouvir a Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, Presidente do Conselho da Editora Jornal **O Dia** e do Grupo Econômico Ejesa.

A SRA. MARIA ALEXANDRA MASCARENHAS VASCONCELLOS – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, José Sarney; Exm^o Sr. Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella; Senadora Ana Amélia; Senador Geovani Borges; Sr^a Embaixadora das Filipinas; Sr. Embaixador de Cuba; Exm^{os} Srs. Senadoras e Senadores; caríssimo D. Paulo, meus amigos e minhas amigas aqui presentes, é um enorme prazer estar hoje, aqui, para celebrar uma data tão importante para o Grupo **O Dia**, para o Rio de Janeiro e, por que não dizer, para a própria democracia. Não falo em meu nome apenas. Tenho a honra de vir a esta Casa participar da comemoração dos 60 anos do jornal **O Dia** não apenas como presidenta e principal acionista do grupo editorial Ejesa, controladora do Grupo **O Dia**, mas também como representante dos mais de 700 funcionários e colaboradores, dos antigos proprietários, enfim, de todas as pessoas que contribuíram para que o jornal atravessasse seis décadas de existência ajudando a escrever a história do Rio de Janeiro e do Brasil.

Nos últimos 60 anos, o Brasil já foi comandado por 20 Presidentes da República, teve oito moedas diferentes, viveu as dores e as delícias do crescimento e do amadurecimento institucional. Tudo isso foi decisivo para transformar o Brasil em um dos países mais pujantes da atualidade. Entre 2003 e este ano, quase 50 milhões de pessoas – o equivalente à população da Espanha – ingressaram nas classes A, B e C. O crescimento da renda e a queda da desigualdade estão desenhando uma nova geografia econômica e social, abrindo perspectivas e encerrando, definitivamente, a ideia de que o Brasil é o país do futuro. Somos o País do presente. O mundo inteiro, hoje, olha para cá com respeito e admiração pela força da nossa economia, o vigor da nossa democracia e a incomparável alegria de viver do nosso povo.

O mesmo aconteceu com o Rio de Janeiro, cidade onde nasci e vivi até a adolescência, quando, por questões familiares, mudei-me para Portugal. Mas nun-

ca deixei de vir ao Brasil e ao Rio, onde decidi investir tempo e recursos em um projeto jornalístico que me orgulha e motiva cada vez mais. O Rio, depois de décadas de brigas políticas, atraso e perda de representatividade, passa por uma grande transformação. Uma série de iniciativas, muitas delas com o apoio decisivo desta Casa, está ajudando o Rio a se levantar e a reconquistar todo o seu prestígio dentro e fora do Brasil. Poucos lugares do mundo têm uma agenda para a próxima década como o Rio: sede da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016, cartão-postal do Brasil, o Rio é hoje um lugar integrado, moderno, polo de atração de investimentos públicos e privados.

Todas essas extraordinárias transformações, senhoras e senhores, têm uma impressionante simetria com as mudanças que vêm sendo implementadas em **O Dia**. O Grupo **O Dia** tem, hoje, mais de três milhões de leitores no Rio de Janeiro. O jornal está cada vez mais ágil, dinâmico, presente em todas as plataformas de mídia e presente, sobretudo, na vida dos milhões de habitantes e leitores do Rio de Janeiro.

Desde o ano passado, quando assumimos o controle do jornal, modernizamos nossas instalações, investimos em talento e tecnologia, dedicamos todas as nossas energias para entregar informação precisa como, onde e quando as pessoas necessitam e desejam. Queremos oferecer cada vez mais e melhor leitura com a independência e o rigor que os brasileiros merecem.

Não tenho dúvidas, Sr^s e Srs. Senadores, que esta Casa tem participação decisiva na construção desse novo Brasil e desse novo Rio, que tem despertado a atenção do mundo todo. Para nós, de **O Dia**, é um privilégio ser testemunha dessa fascinante história.

Muito obrigada a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Wilson Santiago e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, começo meu discurso nesta segunda-feira, 29, parabenizando o Senador Marcelo Crivella pela feliz iniciativa em homenagear o jornal **O Dia** com sede no Rio de Janeiro, mas, de circulação em diversas regiões do país. **O Dia** completa 60 anos de atividade, o que, com toda a certeza, deve ser motivo de comemoração a todos os que amam as liberdades democráticas, o que implica na ampla liberdade de expressão, somente possível pelo funcionamento da imprensa, sem qualquer tipo de amarra.

O jornal foi fundado em 5 de junho de 1951 pelo então deputado Chagas Freitas, futuro governador dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Desde então optou por uma linha jornalística mais ligada ao

popular, sendo o preferido das camadas suburbanas cariocas, o que lhe garantiu enorme tiragem. Essa opção criou, também, dificuldades entre as camadas mais intelectualizadas da população, que torciam a cara às manchetes que invariavelmente referiam-se a fatos policiais ou bizarros. Foi duramente estigmatizado.

Durante um bom tempo o jornal seguiu o seu curso nesse diapasão. Chegou a formar uma legião de seguidores através de outros pequenos jornais regionais que se espelhavam em **O Dia**, na opção pelas manchetes de natureza popularesca. Isto, até o ano de 1983, quando foi comprado pelo jornalista e empresário Ary Carvalho, que resolveu mudar completamente a linha editorial do órgão, enveredando por um jornalismo mais voltado para as classes médias mais letradas, leitoras do Jornal do Brasil.

Consta na história do jornal que a mudança não foi muito boa para **O Dia**. Segundo avaliam os observadores da mídia brasileira, ficava bastante difícil uma mudança tão radical de uma hora para a outra. Era impossível fazer com que a população carioca, e brasileira, deixasse de ver **O Dia** senão marcado por uma característica expressa pela máxima “se espremer sai sangue”, com que foi batizado o jornal durante sua existência até então. Afinal de contas, foi assim que o noticiário de **O Dia** ficou marcado, ou seja, pela absoluta predominância de matérias inteiramente voltadas para o policial.

No entanto, Ary Carvalho, que hoje dá nome a uma fundação ligada à empresa **O Dia**, prosseguiu em seu intento de modificar a imagem do jornal perante o leitor. Investiu no visual, ficou colorido, as fotos bem tratadas. Os temas começaram a variar entre as reivindicações dos servidores, tanto civis como militares. Segundo o jornalista carioca Roberto Porto, em artigo publicado no Portal Comunique-se, **O Dia** “arrebentou a boca do balão”, abrindo brechas generosas no nicho de leitores dos tradicionais jornais do Rio de Janeiro.

Em meados de 1988, o jornal **O Dia** apresentou um novo tipo de caderno: o Caderno D, que atualmente é conhecido como **O Dia D**. O caderno passou a trazer diariamente guias da programação televisiva, piadas, jogo de erros e palavras cruzadas, e também tiras de quadrinhos diárias. Os quadrinhos são marcas registradas de jornais que buscam incentivar a criatividade e o bom entretenimento, com conteúdo elevado. Algumas dessas tiras originais ainda sobrevivem em **O Dia**.

Atualmente, sob a propriedade da Empresa Jornalística Econômico S.A. (EJESA), que publica o Brasil Econômico, a Editora **O Dia** inclui ainda o jornal Meia Hora, o esportivo MarcaCampeão, o portal **O Dia Online**, a TV O Dia, além de uma agência de notícias e do Instituto Ary Carvalho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e, volto a afirmar, sempre muito importante registrarmos solenemente nesta Casa o aniversário de um jornal, como **O**

Dia. Dessa forma, estamos incentivando o surgimento de novos órgãos de Imprensa, cuja existência emprestara contornos cada vez mais sólidos à democracia brasileira. Portanto, aceitem os meus mais sinceros parabéns todos os que fazem o jornal **O Dia**, desde sua direção, aos administradores, às oficinas e aos seus dedicados jornalistas.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, no dia 5 de junho passado, o jornal **O Dia** comemorou 60 anos de existência, consagrando-se como um dos mais importantes meios de comunicação do nosso País.

O veículo de informação foi fundado pelo jornalista Chagas Freitas, que foi Deputado Federal, Governador da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. Ele foi um homem público polêmico e de grande prestígio na cena política do Rio de Janeiro e do Brasil, entre os anos 1955 a 1983.

O jornal **O Dia** começou sua trajetória inovando frente aos demais. Surgiu como um matutino e era o primeiro a chegar às bancas. Nas primeiras horas da madrugada, já estava disponível, estampando na primeira página notícias quentes da cidade do Rio de Janeiro e do País. Os outros jornais só chegavam mais tarde, normalmente no final da manhã, e traziam manchetes sobre assuntos que não interessavam ao grande público. Com o tempo, eles perceberam que precisavam também se tomar madrugadores, para poderem competir com **O Dia**, que não parava de crescer.

Além dessa inovação de sair de madrugada, **O Dia** contava com um sistema de distribuição bastante simples e eficiente, que também o diferenciava dos outros concorrentes. A estratégia usada era a seguinte: o distribuidor recolhia o jornal no seu local de impressão, na Rua Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, e o levava para o Largo da Carioca, onde centenas de jornaleiros já estavam à espera para buscá-lo. Com isso, em menos de um mês de circulação, **O Dia** assumiu a liderança de vendas em todas as bancas do Rio de Janeiro.

Por outro lado, é importante lembrar que, naquela época, não existia a concorrência da televisão e os jornais tinham um papel fundamental como fonte de informação e, também, como formadores de opinião. Dessa forma, pela sua própria característica de divulgar notícias de impacto popular, de chegar às mãos dos leitores em primeiro lugar e de dispor de um sistema de gestão e de distribuição cuidadosamente monitorados, o jornal **O Dia** logo assumiu o lugar de líder incontestável de preferência. Normalmente, o veículo de comunicação era visto e lido por toda parte. Nas ruas, nos locais de trabalho, nos bares, nos cafés, nos ônibus, nas lotações, nos trens suburbanos e em

outros transportes de massa, via-se que a maioria da gente simples trazia consigo **O Dia**.

A partir de 1983, o jornal foi comprado pelo jornalista Ary Carvalho, que fez uma reforma profunda no matutino. Como acabei de assinalar, no tempo de Chagas Freitas, o veículo se caracterizava pela publicação de notícias populares, que eram preferidas pelas camadas de baixa renda e serviam aos interesses políticos e eleitorais do seu dono. Após as transformações, o jornal mudou seu conteúdo e praticamente abandonou o caminho anterior. Passou a apresentar matérias visando os leitores de maior nível educacional e abriu uma concorrência com outros meios de comunicação, tais como O Globo e o Jornal do Brasil, que tinham como foco principal o público de classe média e os consumidores mais intelectualizados.

Após o falecimento do jornalista Ary Carvalho, em 2003, a empresa jornalística passou a ser administrada por suas três filhas. Naquela ocasião, o Grupo como um todo compreendia a Rádio MPB FM; a Editora O Dia; o Jornal Meia Hora; o Portal **O Dia Online**; a TV O DIA; a Rádio FM O Dia; uma agência de notícias e o Instituto Ary Carvalho. Em 2010, a Editora O Dia foi vendida, por 75 milhões de dólares, à Empresa Jornalística Econômico S.A. (EJESA), que publica o **Brasil Econômico**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde a sua primeira edição até os dias de hoje, **O Dia** teve a preocupação de refletir a realidade do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo, por meio de um estilo jornalístico direto e contundente. Inegavelmente, ao longo desses 60 anos de história, o estilo de jornalismo praticado em **O Dia** transformou o jornal em testemunha fidedigna dos acontecimentos do Rio de Janeiro e do Brasil. Assim, nessas seis décadas de serviços prestados, **O Dia** foi comentado nas ruas, no cotidiano e fez parte do imaginário popular. Podemos dizer que, em seu acervo, estão gravados 60 anos da história do homem comum carioca, do nosso comportamento social e do nosso processo político e histórico recente.

Por tudo isso, por tudo o que representou e representa esse jornal para a sociedade carioca e brasileira, nossos parabéns pelo transcurso de seus 60 anos de fundação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Antes de encerrar esta sessão, quero agradecer a presença da Embaixadora das Filipinas, Ex^{ma} Sr^a Eva Betita; do Sr. Embaixador de Cuba, Carlos Zamora; quero agradecer a presença honrosa da Sr^a Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos, presidente do grupo Ejesa (Empresa Jornalística Econômico S.A) e editora do jornal **O Dia**; quero agradecer a presença do Sr. Nuno Vasconcellos; do diretor-executivo da Empresa Jornalística e chefe de redação do jornal **O**

Dia, Alexandre Freeland, que, naturalmente, é quem carrega o dia a dia do jornal e nos ombros de quem repousa o sucesso; a diretora de relações institucionais da Ejesa, Sr^a Evanise Santos; Exm^{as} Sr^{as} e Srs. membros do Corpo Diplomático, senhoras e senhores profissionais de comunicação, minhas senhores e meus senhores que honram o Senado com suas presenças nesta sessão, esta é realmente uma homenagem muito significativa. Sem dúvida, na história do jornal, ela ficará marcada com a sessão que aqui se realiza, no Senado brasileiro, que é a instituição que representa a Nação, em homenagem a uma data tão significativa, dos seus sessenta anos.

Quando surgiu a grande invasão das novas formas de tecnologia, dois alvos principais dizia-se que desapareceriam: o livro impresso e o jornal escrito. O tempo mostrou que não só não desapareceram, não desaparecem e não desaparecerão. Nem o livro, nem o jornal. E eu sempre digo que o livro, pela alta tecnologia que ele representa, porque não precisa de eletricidade, não precisa de nenhum outro meio, cai e não quebra, pode-se abrir e levar, a qualquer momento, a qualquer lugar; com absoluta simplicidade, ele está à disposição das pessoas. E o jornal, que todos diziam que seria pautado pela Internet, hoje está pautando a própria Internet. E, ao contrário do que se pensava, que desapareceria, aumenta cada vez mais, no mundo inteiro, o número de leitores de jornal. Evidentemente que para isso uma nova forma de jornal tem que ser construída, que é o jornal com responsabilidade, o jornal que é feito com dinamismo e o jornal que estará, sem dúvida alguma, sintonizado com o povo. Sem isso, evidentemente, o jornal moderno não pode se sobreviver. Quer dizer, essa nova linguagem, essa nova postura é realmente aquilo que o faz concorrer com as novas tecnologias.

O jornal **O Dia**, sem dúvida alguma, no Brasil é sinônimo do jornal popular. É aquele que está sintonizado com a alma do povo, aquele que está presente não nas notícias elitistas somente, mas também na vida diária, porque o cidadão deseja conhecer a realidade em que vive e, ao mesmo tempo, as ideias que recebe. O jornal **O Dia**, portanto, é um sinônimo também não da população do Rio de Janeiro, mas é um jornal carioca, tudo o que diz de singularidade nessa palavra, com os seus valores. Portanto, é com muita honra que nós agradecemos a presença de todos.

Encerramos esta sessão, saudando os sessenta anos do jornal **O Dia**.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 13 minutos.*)

Ata da 148ª Sessão, Não Deliberativa, em 29 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Sra. Vanessa Grazziotin e dos Srs. Geovani Borges,
Mozarildo Cavalcanti, Anibal Diniz, Ataídes Oliveira e Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 55 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

- **nº 563, de 2003** (nº 2.589/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural de Belo Horizonte para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais;
- **nº 264, de 2007** (nº 1.782/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Maranhense de Assistência Comunitária – Fumac para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão;
- **nº 318, de 2007** (nº 136/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul;
- **nº 654, de 2009** (nº 1.185/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Bayeux Fm Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Puxinanã, Estado da Paraíba;
- **nº 610, de 2010** (nº 2.674/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em frequência modulada na cidade de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais;

- **nº 700, de 2010** (nº 1.332/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Goiás;
- **nº 702, de 2010** (nº 1.484/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Turvânia – AATUR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Turvânia, Estado de Goiás;
- **nº 703, de 2010** (nº 1.550/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Lago dos Tigres para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Britânia, Estado de Goiás;
- **nº 705, de 2010** (nº 1.749/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Comunitária de Cumari para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cumari, Estado de Goiás;
- **nº 706, de 2010** (nº 1.801/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mineiros, Estado de Goiás;
- **nº 2, de 2011** (nº 2.280/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Rio Tungo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão;
- **nº 20, de 2011** (nº 2.568/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à SBC – Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curuçá, Estado do Pará;
- **nº 32, de 2011** (nº 2.653/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização

- à Associação Comunitária e Rural Afonsense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais;
- **nº 35, de 2011** (nº 2.672/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Record de Bauru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bauru, Estado de São Paulo;
 - **nº 52, de 2011** (nº 2.770/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Douradoquarense – ACCD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Douradoquara, Estado de Minas Gerais;
 - **nº 57, de 2011** (nº 2.782/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à H. Sul Fm Rádio Difusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herval, Estado do Rio Grande do Sul;
 - **nº 64, de 2011** (nº 2.806/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paratinga, Estado da Bahia;
 - **nº 69, de 2011** (nº 2.817/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendonça, Estado de São Paulo;
 - **nº 87, de 2011** (nº 1.069/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cebelwam Comunicação e Consultoria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Branca, Estado do Piauí;
 - **nº 110, de 2011** (nº 1.409/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurguéia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí;
 - **nº 113, de 2011** (nº 2.481/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinésia, Estado de Minas Gerais;
 - **nº 114, de 2011** (nº 2.908/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação L'Hermitage para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e

- **nº 172, de 2011** (nº 2.993/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educadora São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Macapá, Estado do Amapá.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008 – Complementar**, do Senador Mão Santa, que vincula recursos para a *Seguridade Social*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010** (nº 4.930/2009, na Casa de origem, do deputado José Chaves), que denomina *Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010**, (nº 4.751/2009, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011**, do Senador Pedro Taques, que altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que,

tendo em vista a realização de Sessão Solene do Congresso Nacional, no último dia 10, destinada a reverenciar a memória do Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco, encaminha o **Requerimento nº 804, de 2011**, ao Arquivo, por já ter sido atendido o seu objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, a **Mensagem nº 328, de 2011**, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2010 (nº 5.203/2009, na Casa de origem, do Deputado Arlindo Chinaglia), que *acrescenta arts. 14-A e 14-B à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para dispor so-*

bre as comissões intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e suas respectivas composições, e dar outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.466, de 2011.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 126, de 2011** (nº 338/2011, na origem), da Senhora Presidente da República, que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Dirceu Brás Aparecido Barbano para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

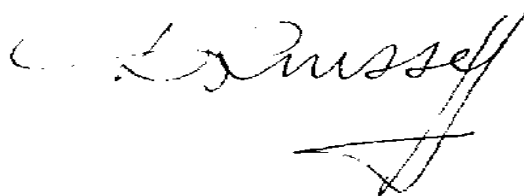
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 126, DE 2011 (nº 338/2011, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor **DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 26 de agosto de 2011.



Curriculum vitae

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

Nascimento: 04/02/1966, Ibaté/SP – Brasil

Carteira de identidade: 15360778 – SSP/SP – 09/03/1987

CPF: 058.918.758-96

Endereço residencial:

Alameda Mariana, nº. 64

Parque Sabará

CEP: 13.567-680 São Carlos/SP – Brasil

Telefone: +55 (16) 3411-3660

E-mail: dirceu.barbano@uol.com.br

Resumo Curricular

Formado em Ciências Farmacêuticas, na modalidade Farmácia Industrial, pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas em 1989, onde iniciei a carreira profissional como docente.

Durante 10 anos ministrei as disciplinas de Farmacobotânica e Farmacognosia, além de atuar na Supervisão de Estágios em Indústrias Farmacêuticas e Farmácia Hospitalar dos alunos do Curso de Ciências Farmacêuticas da PUC-Campinas. Em 1991, concluí o Curso de Especialização em Biofarmacognosia na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo – USP. Na mesma Faculdade, cursei Pós-Graduação em Fármacos e Medicamentos, nível de Mestrado. Entre 1993 e 1997 foi cumprido um total de 68 créditos, tendo sido aprovado na qualificação, embora não tenha concluído o curso.

Paralelamente à atividade docente foram desenvolvidas inúmeras outras atividades profissionais, entre as quais destaco o exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Federal de Farmácia e diretor do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo durante quatro anos, um ano como Vice-Presidente e os outros três, como Presidente.

Em 1996, reorientei minhas atividades profissionais com as primeiras experiências na gestão de serviços de saúde ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Na época assumi a função de coordenador de uma equipe multiprofissional de apoio à gestão do Hospital Universitário da PUC-Campinas. Foram dois anos e meio de trabalho que levaram a uma qualificação irreversível da assistência, da gestão e da articulação do ensino, da pesquisa e da extensão na instituição.

Nos anos de 1998 e 1999, atuei como Gerente Administrativo do Centro Infantil Domingos Boldrini, hospital de tratamento de doenças hematológicas e oncológicas infantis, localizado na cidade de Campinas.

Entre 2001 e 2004, tive a primeira experiência na gestão direta do SUS, quando ocupei o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Ibaté-SP. Além da estruturação da rede municipal de saúde, com ênfase na implantação da estratégia de saúde da família, destaco a municipalização da Vigilância Sanitária e a criação do Hospital e Maternidade Municipal como marcos da gestão.

Em 2004, fui convidado para atuar no Ministério da Saúde como Coordenador Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil, na sua fase de criação e implantação. O programa possibilitou um modelo de prestação de serviços públicos na área da assistência farmacêutica, articulando o poder de compra do Governo, os Laboratórios Oficiais e as experiências da Fundação Oswaldo Cruz.

Em maio de 2005, ao assumir o cargo de Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, fui designado para a função de Secretário Substituto de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, permanecendo até abril de 2006. Durante esse período, importantes projetos foram desenvolvidos, entre os quais podem se destacar a expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil para as farmácias privadas, mediante a criação do sistema de co-pagamento denominado “Aqui tem Farmácia Popular”; a criação da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos; a revisão do financiamento da Assistência Farmacêutica e o início da revisão da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

De abril de 2006 a abril de 2007, atendendo a convite do Prefeito Newton Lima Neto, de São Carlos-SP, exerci cargo de Secretário Municipal de Saúde da cidade. No período, a

gestão municipal foi orientada para a ampliação e qualificação das ações de atenção básica, envolvendo a estratégia de saúde da família e a vigilância em saúde. Foi realizado um intenso trabalho de reestruturação da Vigilância Sanitária Municipal, cujas responsabilidades se expandiram para áreas mais complexas da produção de bens e serviços. Considero muito relevante o envolvimento na gestão da parceria entre a Universidade Federal de São Carlos e a Prefeitura Municipal, visando à instalação do Curso de Medicina, com foco na Medicina Comunitária e de Família.

Destaca-se ainda a construção de articulação entre os institutos de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, Universidade de São Paulo – Campus São Carlos, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), com o objetivo de constituir um centro de pesquisa, inovação e assistência à saúde. A estruturação do portal Ciência, Inovação e Tecnologia em São Carlos (CITESC) (<http://www.citesc.org.br>) e a realização de uma mostra regional de tecnologia e inovação em saúde representam uma experiência que pode servir de base para uma abordagem regionalizada da Política Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde.

A partir de maio de 2007, retornei às funções de Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, mediante convite do Ministro José Gomes Temporão. Nesse novo período à frente do Departamento de Assistência Farmacêutica destaco como resultados relevantes: a ampliação do elenco e do financiamento para a assistência farmacêutica básica; a reorganização da estrutura organizacional do Departamento; o desenvolvimento do Sistema de Gestão para Medicamentos Excepcionais e a conclusão do Formulário Terapêutico Nacional. No Programa Farmácia Popular do Brasil foi atingida a marca de 2,3 milhões de atendimentos ao mês nas 480 farmácias da rede própria e mais de 5.500 farmácias privadas credenciadas no sistema de co-pagamento.

Em outubro de 2008 fui nomeado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, função que exerço até o presente. Em dezembro do mesmo ano fui designado para exercer o cargo de substituto do Diretor-Presidente. Por fim, em abril de 2011 fui designado para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Anvisa.

Atualmente, a Anvisa passa por um momento importante, na qual destaco três grandes linhas prioritárias de ação, sendo a primeira delas a de demonstrar para a sociedade como a capacidade técnica da Agência, o seu rigor e grau de responsabilidade podem ser traduzidos em maior eficiência na relação com os setores da sociedade. Outro ponto prioritário é o necessário alinhamento das ações de vigilância sanitária com as questões de maior impacto e interesse da saúde pública no País, como, por exemplo, a ampliação do acesso a medicamentos e o enfrentamento da exposição das pessoas ao uso de drogas como o crack e o álcool. Nesse sentido, destaca-se que a vigilância sanitária deve ser compreendida como parte integrante do SUS, devendo suas ações ser sinérgicas para a estruturação do sistema, o que implica na adoção de um processo de descentralização de ações que seja solidário e que dê amparo e apoio às esferas municipais. Assim, os municípios terão condições de reforçar sua capacidade de atuação e poderão assumir as atividades que se relacionam diretamente aos seus territórios. O terceiro ponto diz respeito à atuação da Anvisa no atual cenário de desenvolvimento econômico do País, na perspectiva de que a atividade regulatória deverá ter a capacidade de amparar esse momento, e, em conjunto com os setores produtivos, atender às demandas do sistema público de saúde. Além disso, deve-se ressaltar a necessária priorização de medidas que possam atender a demandas de inovação na área industrial da saúde.

Na atuação como Diretor dessa Agência cabe ressaltar as ações voltadas à promoção de maior previsibilidade, transparência, estabilidade e participação da sociedade no processo

regulatório. Nesse sentido, destaco a realização de reuniões públicas da Diretoria Colegiada, reuniões presenciais abertas à participação do público e transmitidas pela internet, bem como a maior abertura ao diálogo, conforme se observa no amplo debate conduzido pela Anvisa nas questões relacionadas aos medicamentos inibidores de apetite e ao descarte de medicamentos. Do ponto de vista regulatório, destaco as ações voltadas ao controle de produtos que oferecem risco à população, como a proibição do uso para fins estéticos das câmaras de bronzeamento artificial e a adoção de regras sanitárias mais rigorosas para prescrição e venda de medicamentos antimicrobianos em farmácias e drogarias.

Formação Acadêmica

- Universidade de São Paulo - USP (nível especialização)
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Curso de Especialização em BIOFARMACOGNOSIA
1990 – 1991
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas
Curso de Ciências Farmacêuticas - F.C.M.
Graduação em Ciências Farmacêuticas
Habilitação Farmácia Industrial
1985 – 1989
- Universidade de São Paulo - USP (nível mestrado – não concluído)
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Curso de Pós-Graduação em Fármacos e Medicamentos
Qualificação em Dezembro/1997
- Universidad de La Plata – UNLP – Argentina (nível aperfeiçoamento)
Curso Latinoamericano de Enseñanza de Farmacoterapeutica Racional
Junho 2001

Experiência Profissional

⇒ Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasília - DF

- Período: Abril/2011 até o presente
- Designação: Decreto de 27 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 80, de 28 de abril de 2011, Seção 2, pag. 1.

⇒ Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasília - DF

- Período: Dezembro/2008 até Abril/2011
- Designação: Portaria nº 3.177, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 253, de 30 de dezembro de 2008, Seção 2, pag. 82.

⇒ Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária Brasília - DF

- Período: Outubro/2008 até o presente
- Designação: Decreto de 10 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União nº 198, de 13 de outubro de 2008, Seção 2, pag. 1.

- ⇒ **Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Abril/2007 até Outubro/2008
 - Designação: Portaria GM/Casa Civil n.º 328 de 26 de abril de 2007.
- ⇒ **Secretário Municipal de Saúde**
Município de São Carlos - Estado de São Paulo
- Período: Abril 2006 a Abril de 2007
 - Designação: Portaria GP n.º 118 de 31 de março de 2006.
- ⇒ **Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Maio/2005 a Abril/2006
 - Designação: Portaria GM/Casa Civil n.º 328 de 03 de maio de 2005.
 - Direção e administração do Departamento de Assistência Farmacêutica
 - Subsídio à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos na formulação de políticas, diretrizes e metas para as áreas de Política de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos.
 - Coordenação da gestão das políticas nacionais de Assistência Farmacêutica e de Medicamentos
 - Coordenação e implantação da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos
- ⇒ **Secretário Substituto de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos**
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Abril/2005 a Abril/2006
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 299 de 25 de Fevereiro de 2005.
- ⇒ **Secretário Interino de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos**
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Fevereiro/2005 a Abril/2005
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 299 de 25 de Fevereiro de 2005.
- ⇒ **Coordenador Geral do Programa Farmácia Popular do Brasil**
Departamento de Assistência Farmacêutica
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Março/2004 a Fevereiro/2005
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 517 de 24 de março de 2004.
 - Coordenação técnica e monitoramento da implantação do Programa Farmácia Popular do Brasil, desenvolvido em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz.
 - Elaboração de manual de normas e rotinas para instalação das unidades do Programa Farmácia Popular
- ⇒ **Diretor Substituto do Departamento de Assistência Farmacêutica**
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Ministério da Saúde – Brasília - DF
- Período: Abril/2004 a Fevereiro/2005
 - Designação: Portaria GM/MS n.º 635 de 13 de abril de 2004.
- ⇒ **Secretário Municipal de Saúde**
Município de Ibaté - Estado de São Paulo
- Período: Julho/2001 a Fevereiro/2004

⇒ **Consultor****CONSAÚDE - Consultoria Auditoria e Planejamento**

- Período: Janeiro 2002 a Dezembro 2002
- Consultoria realizada para a Secretaria de Estado da Saúde de Mato Grosso que teve como objetivo a elaboração de diagnóstico e de projeto para a reestruturação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica. Apoio na implantação do projeto, com atuação direta junto ao Secretário de Estado da Saúde, cujo relatório final fora encaminhado à Secretaria Estadual da Saúde de Mato Grosso e ao Ministério da Saúde, através da Empresa Consaúde. Projeto contratado pelo Ministério da Saúde, com financiamento do CNPq.

⇒ **Colaborador****Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica – DAB - SPS
Ministério da Saúde**

- Período: Março 2001 a Julho 2002
- Colaboração na elaboração de projetos e manuais técnicos voltados para o aprimoramento dos instrumentos de gestão da Assistência Farmacêutica nos níveis Estaduais e Municipais.

⇒ **Professor Assistente****Faculdade de Ciências Médicas****Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas - FCM**

- Período: Março/1990 a Setembro/2000
- Disciplinas ministradas – Graduação em Ciências Farmacêuticas
 - Estágio Supervisionado em Farmácia Ambulatorial e Hospitalar
 - Estágio Supervisionado em Indústrias de Medicamentos, Cosméticos e Alimentos
 - Farmacobotânica
 - Farmacognosia
 - Deontologia e Legislação Farmacêutica.
- Pesquisador nas áreas de atenção farmacêutica, saúde coletiva, saúde pública e plantas medicinais.

⇒ **Gerente Administrativo****Centro Infantil Domingos A. Boldrini - Campinas - SP**

Centro de Referência em Oncologia e Hematologia Pediátrica - 80 Leitos

- Período: Abril/1999 a Abril 2000
- Atuação na estruturação da área de suprimentos hospitalares, envolvendo o cadastramento e contratação de fornecedores; a gestão de estoques de medicamentos, material hospitalar e insumos em geral, obtendo maior rotatividade no estoque, redução nos custos dos processos de aquisição e nos preços dos produtos.
- Coordenação dos setores de Farmácia Hospitalar, Almoxarifado e Compras, tratando da estruturação interna e articulação com os demais setores do Hospital.
- Responsável pela Gerência Administrativa, tendo trabalhado na estruturação e articulação da equipe de coordenadores e chefias das diversas áreas do Hospital.
- Acompanhamento da evolução do setor de Faturamento, envolvendo a negociação de contratos com Convênios Privados e Sistema Único de Saúde.
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas áreas Financeira e de Recursos Humanos.

⇒ Professor Instrutor**Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP**

- Período: Abril/1994 a Dezembro/1994
- Disciplina ministrada – Graduação em Ciências Farmacêuticas
 - Farmacognosia

⇒ Assessor Técnico da Superintendência**Hospital e Maternidade Celso Pierro - Hospital Universitário PUC-Campinas**

Hospital Geral - 410 leitos.

- Período: Abril/1996 a Julho/1998
- Responsável pela elaboração e implantação de planos e projetos envolvendo a qualificação técnica; o dimensionamento de recursos humanos e de suprimentos; o suporte logístico e o acompanhamento de custos operacionais das áreas de apoio.
- Assessoramento às Comissões de Controle de Infecções Hospitalares, de Farmácia e Terapêutica e de Padronização de Materiais e Fornecedores.
- Vários projetos desenvolvidos na área de qualidade e aprimoramento de gestão hospitalar, destacando-se as áreas de farmácia, lavanderia e limpeza.

⇒ Presidente do Conselho Regional de Farmácia – CRF-SP**Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP**

Autarquia Federal

- Período: Janeiro/1995 a Dezembro/1997
- Responsável pela gestão administrativa do Órgão, ao qual subordinam-se os gerentes Financeiros e de Contabilidade, de Recursos Humanos, do Departamento Jurídico, de Materiais e Serviços Gerais, de Atendimento aos Usuários e Tramitação de Documentos do CRF-SP.

⇒ Vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia – CRF-SP**Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - CRF-SP**

Autarquia Federal

- Período: Janeiro a Dezembro/1994
- Responsável pelo gerenciamento do Setor de Fiscalização, envolvendo a Elaboração e Implementação dos Planos de Fiscalização e a gestão de Recursos Humanos do Setor.

Outras atividades profissionais

- **Membro Titular** da Câmara Setorial de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA – Abril/2007.
- **Coordenador** da Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos do Mercosul – Abril 2007 até presente. Atualmente o Brasil ocupa a presidência Pró-Tempore da Comissão.
- **Coordenador** do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos, organizado de forma conjunta entre o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Organização Panamericana de Saúde - OPAS – Abril/2007.
- **Membro Titular** do Comitê Técnico Permanente para a Área de Insumos Estratégicos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde – setembro 2007.
- **Membro Titular** do Comitê Gestor do Programa Nacional de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde – julho de 2008.

- **Coordenador** da comissão de implantação do Hospital Escola Municipal Prof. Dr. Horácio Carlos Panepucci – Parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e a Universidade Federal de São Carlos.
Período: Setembro/2006 até Abril/2007.
- **Membro** do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos. Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS. Designação: Indicação formal do CONASEMS.
Período: Maio/2006 a Abril/2007.
- **Membro** do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos. Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONSAMEMS. Nomeação – Portaria n.º 426 de 26 de fevereiro de 2007.
Período: Fevereiro/2007 a Abril 2007.
- **Diretor** do Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo - COSEMS – SP. Período – Maio/2006 a Abril/2007.
- **Coordenador** do Comitê Gestor da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos - Portaria SCTIE/MS n.º 08/2005 até Abril/2006.
- **Coordenador** do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do MERCOSUL. Designação por Ofício n.º 455/SCTIE/MS.
- **Membro Titular** da Câmara Setorial de Medicamentos da ANVISA. Designação: Portaria ANVISA n.º 478/2005.
- **Coordenador Substituto** e Ordenador de Despesas do Projeto UNESCO 914/BRA/2000. Designação: Portaria SE/ME n.º 207/2005.
- **Coordenador** da execução do Termo de Cooperação n.º 24, firmado entre o Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde – OPAS/OMS. Designação: Por Ofício SCTIE/MS n.º 188/2005.
- **Presidente** do Conselho Municipal de Saúde do Município de Ibaté, representando o Governo Municipal.
Período: Julho/2001 a Fevereiro/2004.
- **Conselheiro** do Conselho Municipal de Saúde do Município de Campinas, representando os Profissionais de Saúde, inscritos em Conselhos Profissionais.
Período: Outubro/1998 a Outubro/2000
- **Conselheiro** do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP) - São Paulo - SP.
Período: Janeiro/1998 a Julho/1999
- **Membro Titular** da Comissão Interinstitucional para o Desenvolvimento do Sistema de Controle de Dispensação de Medicamentos e de Almoarifado da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas.
Período: Dezembro/1993 a Dezembro/1995
- **Conselheiro** do CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) - Brasília - DF
Período: Janeiro a Dezembro/1993.

- **Membro** da Comissão de Política de Medicamentos do Conselho Federal de Farmácia.
Período: Abril/1993 a Dezembro/1993
- **Membro** da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia.
Período: Abril/1993 a Dezembro/1993

Missões Internacionais

- **País:** Estados Unidos
Período: 27 a 29 de junho de 2011
Objetivo: participar da Conferência Internacional de Biotecnologia (Bio International Convention 2011), participar de reuniões com a Comissão da Food and Drug Administration (FDA) e com a Diretora Geral da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).
Organizadores: Biotechnology Industry Organization (Conferência) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (reuniões)
- **País:** China
Período: 15 a 18 de março de 2011
Objetivo: realizar visita oficial à autoridade sanitária regulatória chinesa, China State Food and Drug Administration (SFDA), para discutir o intercâmbio de informações, desenvolver um Plano de Trabalho de cooperação nas áreas de produtos médicos, farmacêuticos, inspeção sanitária, vigilância pós-comercialização e registro e ações de controle de insumos farmacêuticos ativos, bem como trabalhar nas perspectivas futuras de trabalhos conjuntos entre Anvisa e SFDA.
Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e China State Food and Drug Administration (SFDA)
- **País:** Estados Unidos
Período: 30 e 31 de janeiro de 2011
Objetivo: participar do Simpósio "Food and Drugs: can safety be ensured in a time of increased globalization?", promover a imagem da Anvisa no cenário internacional, aprimorar o diálogo com a Food and Drug Administration (FDA) e defender os interesses da Anvisa no cenário global.
Organizador: Council on Foreign Relations
- **País:** Inglaterra
Período: 13 a 15 de outubro de 2010
Objetivo: participar da 5ª Cúpula de Diretores das Agências Regulatórias de Medicamentos (5th Summit of the Heads of Regulatory Agencies). Trata-se de Cúpula de alto nível de participação e representação no âmbito da regulação de medicamentos, cujo principal objetivo é o de fortalecer uma rede de contatos das agências reguladoras de medicamentos, como forma de gerenciar os desafios e tendências futuras na regulação de medicamentos.
Organizador: Autoridade Reguladora de Medicamentos e Produtos para a Saúde do Reino Unido (Medicines and Healthcare Products Regulatory Agency - MHRA)
- **País:** Estados Unidos
Período: 22 a 25 de setembro de 2010
Objetivo: representar a Anvisa em reunião com a sanitária regulatória dos Estados Unidos (Food and Drug Administration - FDA), com vistas à assinatura do Acordo de

Confidencialidade entre Anvisa e FDA, para a troca de informações entre as duas agências. Pelo acordo, informações sigilosas relativas às áreas de medicamentos, biológicos, alimentos, produtos médicos, cosméticos, tabaco, entre outras, poderão ser compartilhadas entre a Anvisa e o FDA.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Food and Drug Administration

- **País:** Cuba

Período: 07 e 08 de setembro de 2010

Objetivo: representar a Anvisa na reunião trilateral dos Dirigentes das autoridades regulatórias do Brasil, Argentina e Cuba, respectivamente, ANVISA, Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica (ANMAT) e Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos (CECMED), que teve como objetivo discutir a articulação estratégica que devem ter as três autoridades, na condição de Autoridades Regulatórias Nacionais (ARNs) de referência para as Américas, conforme qualificação dada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Durante a missão foi assinado Memorando de Entendimentos Trilateral pelos Diretores das ARNs.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Centro para el Control Estatal de la Calidad de los Medicamentos (CECMED)

- **País:** Estados Unidos

Período: 03 a 06 de maio de 2010

Objetivo: compor comitiva de governo que participou da Conferência Internacional de Biotecnologia (Bio International Convention 2010), evento no qual foram abordadas tendências globais da biotecnologia, incluindo aspectos relacionados à inovação, desenvolvimento, legislação, regulamentação, segurança e acesso.

Organizador: Biotechnology Industry Organization (Bio)

- **País:** Cuba

Período: 23 e 24 de fevereiro de 2010

Objetivo: participar de reuniões estratégicas com a Autoridade Reguladora de Medicamentos de Cuba (Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos – CECMED), preparatórias à missão do Presidente Lula; planejar a implementação do Plano de Ação referente ao Projeto de Cooperação entre Anvisa e CECMED na área de vigilância sanitária, incluindo vigilância pós-comercialização, de produtos para a saúde, sangue e tecidos e insumos farmacêuticos ativos.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos (CECMED).

- **País:** China

Período: 08 a 11 de dezembro de 2009

Objetivo: representar o Diretor Presidente da Anvisa na delegação do Ministério da Saúde. A missão teve como objetivo principal o fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e China no setor saúde e a promoção do intercâmbio de informações em políticas de saúde e aspectos regulatórios na área de vigilância sanitária, de forma a fomentar as trocas comerciais e os investimentos entre os setores farmacêuticos de ambos os países.

Organizadores: Ministério da Saúde da China

- **País:** Cuba

Período: 01 a 04 de dezembro de 2009

Objetivo: identificar novos temas para a continuidade da cooperação entre a Agência e a Autoridade Reguladora de Medicamentos de Cuba (Centro Estatal para el Control

de la Calidad de los Medicamentos – CECMED). Aprofundar o conhecimento de como estão sendo trabalhados os temas de regulação de produtos para a saúde, de sangue e hemoderivados e a vigilância pós-comercialização, para que se possa definir as prioridades para cooperação nessas áreas.

Organizadores: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Centro Estatal para el Control de la Calidad de los Medicamentos (CECMED).

- **País:** Marrocos
Período: 01 a 05 de novembro de 2009
Objetivo: participar do 32º Encontro Anual dos representantes dos Centros Nacionais que participantes do Programa Internacional de Monitoramento de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e apresentar trabalho no formato pôster.
Organizador: Organização Mundial da Saúde (OMS)

- **País:** Turquia
Período: 27 de abril de 2009 a 01 de maio de 2009
Objetivo: Participar do 12º Congresso Mundial de Saúde Pública (12th World Congress on Public Health) e apresentar trabalhos no formato pôster.
Organizadores: World Federation of Public Health Associations (WFPHA), em colaboração com a Turkish Public Health Association

- **País:** Canadá
Período: 06 a 09 de julho de 2008
Objetivo: Participar do V Encontro Anual do Health Technology Assessment International (HTAi), promovido pelo Health Technology Assessment International (HTAi), no qual são apresentados trabalhos e discutidas questões relacionadas à avaliação de tecnologias em saúde e os impactos de sua incorporação nos sistemas de saúde públicos e privados, em Montreal.
Organizadores: Health Technology Assessment International e Associação para a Saúde Pública do Quebec.

- **País:** Argentina
Período: 25 a 28 de maio de 2008
Objetivo: Participar de reunião da Comissão Intergovernamental de Política de Medicamentos realizada nos dias 26 e 27 de maio de 2008 na cidade de Buenos Aires,, que teve caráter preparatório para a reunião dos ministros da saúde do Mercosul e países associados.
Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do Mercosul e associados.

- **País:** Canadá
Período: 18 a 24 de novembro de 2007
Objetivo: Participar da Conferência 2007 da iniciativa Luso-Francófona sobre o acesso a medicamentos e a proteção ao cidadão, promovida pela Associação para a Saúde Pública do Quebec, em Montreal, durante a 11.a Jornada Anual de Saúde Pública do Quebec, Canadá, apresentando trabalho e coordenando mesa redonda.
Organizador: Associação para a Saúde Pública do Quebec.

- **País:** Uruguai
Período: 12 a 14 de novembro de 2007
Objetivo: Participar de reunião do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do Mercosul realizou-se nos dias 12 e 13 de novembro de 2007 na cidade de Montevideu no Uruguai, e teve caráter preparatório para a reunião dos ministros da saúde do Mercosul e países associados.

Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do Mercosul e associados.

- **País:** Peru
Período: 09 a 12 de novembro de 2007
Objetivo: Participar de reunião da Cúpula Mundial de Harmonização em Medicina Tradicional, Alternativa e Complementar na cidade de Lima, na qualidade de expositor sobre o tema da Política Nacional Brasileira de Fitoterápicos e Plantas Medicinais.
Organizadores: Colégio Médico do Peru.
- **País:** Canadá
Período: 12 a 17 de outubro de 2007
Objetivo: Participar da II Congresso Internacional sobre a Cadeia de Medicamentos: Olhares Interdisciplinares sobre a Diversidade e a Complexidade, na cidade de Montreal, ocasião em que apresentou três trabalhos.
Organizador: Universidade do Quebec em Montreal.
- **País:** Israel
Período: 26 de setembro a 02 de outubro de 2005
Objetivo: Identificar tecnologias, produtos e processos de interesse potencial para compor acordo bilateral entre Brasil e Israel nas áreas de ciência e tecnologia em saúde, da indústria de fármacos e medicamentos e de organização de rede de serviços de saúde.
Organizadores: Ministério da Saúde do Brasil e Câmara de Indústria e Comércio Brasil-Israel.
- **País:** Argentina
Período: 10 a 13 de outubro de 2005
Objetivo: Identificar desdobramentos do "Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da República Argentina sobre Cooperação na Área da Saúde sobre Medicamentos", assinado em 22 de agosto de 2005.
Organizadores: Ministério da Saúde do Brasil, Fundação Oswaldo Cruz e Ministério da Saúde e Ambiente da Argentina.
- **País:** Uruguai
Período: 24 a 27 de outubro de 2005
Objetivo: Participar de reunião do Grupo Ad Hoc de Política de Medicamentos do Mercosul realizou-se nos dias 25 e 26 de outubro na cidade de Montevidéu no Uruguai, e teve caráter preparatório para a XIX Reunião dos ministros da saúde do Mercosul e países associados.
Organizadores: Ministério da Saúde dos Países do Mercosul e associados.

Produção Técnica e Científica

Livros, prólogos e capítulos

- **Barbano, Dirceu. Os desafios da vigilância sanitária como sistema nacional.** Capítulo de livro, In: **O CNJ e os desafios da efetivação do direito à saúde.** Coordenadores: Milton Augusto de Brito Nobre e Ricardo Augusto Dias da Silva Belo Horizonte: Editora Fórum Ltda., 2011.
- **Barbano, Dirceu. Os desafios de gestão e financiamento da assistência farmacêutica do SUS.** Capítulo de livro, In: **Buscando uma política de**

medicamentos para o Brasil. Seminário 2008. Organizador: José Luiz Gomes do Amaral. São Paulo: Febrapharma, 2008.

- **Barbano, Dirceu. Prólogo,** In: **Atenção Farmacêutica: conceitos, processos e casos práticos.** Maria José Faus DDader, Pedro Amariles Munõz e Fernando Martínez-Martínez. São Paulo: RCN Editora, 2008.

Artigos, posters e talks

- **BARBANO, Dirceu Brás Aparecido;** Castanheira, Laura Gomes; Rech, Norberto. **Current development in regulation of similar biotherapeutic products in Brazil.** Artigo aceito para publicação no periódico Biologicals. Elsevier Ltd.
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano;** Costa da Cunha, Claudia Simone; Correa, Eliane C.; Calado, Giselle S. **Impact of the health public politics to guarantee the drugs access in Brazil: The program of high cost drugs dispensing. 12th World Congress on Public Health.** Istanbul - Turquia, 27 de abril a 01 e maio de 2009. **Apresentação no formato pôster.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano;** Calado, Giselle S; Costa da Cunha, Claudia Simone. **Impact of the health public politics to guarantee the drugs access in Brazil: The measure DHS experience. 12th World Congress on Public Health.** Istanbul - Turquia, 27 de abril a 01 e maio de 2009. **Apresentação no formato pôster.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano;** Costa da Cunha, Claudia Simone; Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses;. *Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. Politique industrielle pharmaceutique au Brésil: le contexte de sa formulation. 2^o Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.* Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido Barbano;** Costa da Cunha, Claudia Simone; Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses;. *Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. Politique industrielle pharmaceutique au Brésil: progrès et recommandations. 2^o Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.* Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **BARBANO, Dirceu Bras Aparecido;** Silva, Nelson; Junior, Zich Moyses; Costa da Cunha, Claudia Simone. *Service d'Assistance Pharmaceutique/Secrétariat de Science, Technologie et Produits Stratégiques, Ministère de la Santé, Brésil. Programme Pharmacie Populaire au Prive: une stratégie effective d'élargissement de l'accès aux médicaments au Brésil? 2^o Congrès International. La Chaîne des Médicaments: Regards Indisciplinaires sur la Diversité et la Complexité.* Montréal - Canadá. Du 14 au 17 octobre 2007. **Apresentação Oral.**
- **BARBANO, Dirceu B A;** Sander, Guilherme; Martins, Norberto L C; Picon, Paulo D; Messeder, Ana Marcia; Costa, Andry F; de Souza, Monica V. - **NATIONAL DATABASE FOR BRAZILIAN GUIDELINES FOR HIGH-COST MEDICINES IMPLEMENTATION AND PUBLIC HEALTH PLANNING.** Submitted papers - Oral: Reimbursement of

pharmaceuticals. In: 3rd Annual Meeting of Health Technology Assessment International (HTAi), 2006. ADELAIDE, AUSTRÁLIA.

- **BARBANO, Dirceu B. A.**; Picon, Paulo Dornelles; Schwartz, Ida Vanessa; Krug, Bárbara Corrêa; Martins, Norberto L. C.; Vieira, Eliane A. Lavôr; Filizzola, Eduardo R.; - **GAUCHER DISEASE: SETTING STRATEGIES FOR THE PROMOTION OF RATIONAL USE OF IMIGLUCERASE IN BRAZIL.** Submitted papers - Poster: Assessment of pharmaceuticals. In: 3rd Annual Meeting of Health Technology Assessment International (HTAi), 2006. ADELAIDE, AUSTRÁLIA.
- **BARBANO, Dirceu B. A.** - Coordenação. **A FITOTERAPIA NO SUS E O PROGRAMA DE PESQUISAS DE PLANTAS MEDICINAIS DA CENTRAL DE MEDICAMENTOS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 148p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.**; RODRIGUES, Ângelo G.; CORRÊA, Ana Paula R.. Organizadores. **POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 60p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** et al. Colaboradores. **DIABETES MELLITUS,** Ministério da Saúde – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2006. 64p. (Cadernos de Atenção Básica) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- **BARBANO, Dirceu B. A.**; MARIN, Nelly Jamarillo; IVAMA, Adriana e outros - Organizadores. **AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO BRASIL: ESTRUTURA PROCESSOS E RESULTADOS,** Organização Pan-americana da Saúde – OPAS/Organização Mundial da Saúde – OMS e Ministério da Saúde, BRASIL, 2005. 260p (Série Medicamentos e Outros Insumos Essenciais para a Saúde).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** e GIORA; Jamaira - Organizadores. **PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL: MANUAL BÁSICO,** Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz – Editora do Ministério da Saúde, BRASIL, 2005. 102p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIALIDADES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE PARA ACORDO BILATERAL ENTRE BRASIL E ISRAEL,** Relatório de Missão Internacional, promovida pelo Ministério da Saúde e Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Israel. Disponibilidade: restrita. 17p. Instituição Promotora: Ministério da Saúde, 2005. BRASÍLIA – DF, BRASIL
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **REESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO,** Relatório de Consultoria prestada a Secretaria de Estado da Saúde visando fornecer à Secretaria de Estado da Saúde um projeto para reorganização da Política de Assistência Farmacêutica e auxiliar no início de sua implantação. Disponibilidade: restrita. 54p. Instituição promotora: Ministério da Saúde. Instituição financiadora CNPQ, 2002. CUIABÁ – MT, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A.** – **CURSO DE CAPACITAÇÃO DE PRESCRITORES PARA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS,** Curso com 80 horas, promovido pelo Ministério da Saúde em parceria com OPAS/OMS e UNESCO. Qualidade de docente, integrando a equipe juntamente com outros 05 professores

convidados, oriundos da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de La Plata (UNLP – Argentina), 2002. BRASÍLIA – DF, BRASIL.

- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE NÍVEL MÉDIO.** In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 1997, ÁGUAS DE LINDÓIA – SP, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA INTEGRADA NO MUNICÍPIO: EXPERIÊNCIA DE CAMPINAS –SP.** In: I CONGRESSO DE FARMÁCIA DO CONE SUL, 1991, GRAMADO – RS, BRASIL.
- **BARBANO, Dirceu B. A. et al – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS..** In: I CONGRESSO DE FARMÁCIA DO CONE SUL, 1991, GRAMADO – RS, BRASIL.

Participação em Bancas Examinadoras e de Prêmios

- **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB.** Projeto: Assistência Farmacêutica no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Território – TJDFT. Outubro de 2006.
- **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB.** Projeto: Estratégia para Reorganização e otimização das atividades destinadas ao fornecimento de medicamentos demandados judicialmente contra a Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Outubro de 2006.
- **PRÊMIO DE INCENTIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SUS – 2005.** Parecerista *ad hoc*. Promovido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia – DECIT/SCTIE. Agosto de 2005

Recentes participações em Congressos, Seminários e Eventos

- **V SIMPÓSIO BRASILEIRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (V SIMBRAVISA), 2010.** Instituição promotora: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO). Local: Belém - PA. Qualidade: Coordenador da mesa redonda: Tecnologia em Saúde: risco e regulação; Coordenador do painel: Regulação para o desenvolvimento: estratégias para a vigilância sanitária; Expositor no painel: Dez anos de Anvisa e a vigilância sanitária no Séc. XXI.
- **I ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO PARA A SAÚDE: A JUSTIÇA FAZ BEM À SAÚDE, 2010.** Instituição promotora: Conselho Nacional de Justiça. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Painelista no painel: Os desafios da vigilância sanitária como sistema nacional, análise e registros, produtos, informação, prevenção, posto, aeroportos, fronteiras, pesquisa em saúde.
- **V FÓRUM NACIONAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, 2010.** Instituição promotora: Ministério da Saúde. Local: Brasília - DF. Qualidade: Palestrante.
- **III CONGRESSO BRASILEIRO DE TOXICOLOGIA CLÍNICA. A TOXICOLOGIA CLÍNICA NAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE, 2010.** Instituição promotora:

Associação Brasileira de Centros de Informação e Assistência Toxicológica e Toxicologistas Clínicos. Local: Florianópolis - SC. Qualidade: Debatedor no painel: Antídotos em serviços de emergência: de quem é a responsabilidade?

- **CONGRESSO BRASILEIRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA**, 2010. Instituição promotora: Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia. Local: Brasília - DF. Qualidade: Conferencista.
- **SEMINÁRIO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA FRANCO-BRASILEIRA**, 2010. Instituições promotoras: Universidade Federal Fluminense e Universidade Paris Descartes. Local: Rio de Janeiro - RJ. Qualidade: Palestrante no painel: O acesso aos cuidados e aos produtos de saúde.
- **9º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ECONOMIA DA SAÚDE**, 2010. Instituição promotora: Centro Paulista de Economia da Saúde. São Paulo - SP. Qualidade: Conferencista.
- **SAFETY SIMPOSIUM – QUALIDADE DO CUIDADO: SEGURANÇA DO PACIENTE**, 2010. Instituição promotora: Aesculap Academia. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Palestrante.
- **SIMPÓSIO DE CÉLULAS TRONCO: POTENCIALIDADES, IMPLICAÇÕES ÉTICAS E PERSPECTIVAS NA ÁREA DA SAÚDE**, 2010. Instituições promotoras: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e Hospital das Clínicas da FMUSP. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Palestrante.
- **44º CONGRESSO BRASILEIRO DE PATOLOGIA CLÍNICA / MEDICINA LABORATORIAL**, 2010. Instituição promotora: Sociedade Brasileira de Patologia Clínica / Medicina Laboratorial. Local: Rio de Janeiro - RJ. Qualidade: Palestrante na mesa redonda: Incorporação de novas tecnologias em saúde no Brasil - Impactos e desafios.
- **SEMINÁRIO AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE: INTEGRAR PARA DECIDIR**, 2010. Instituições promotoras: Instituto Nacional do Câncer (INCA), Instituto Nacional de Cardiologia (INC), Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO), Instituto Fernandes Figueira (IFF) - Fiocruz. Local: Rio de Janeiro - RJ. Qualidade: Palestrante no painel: Desafios na gestão de tecnologias em saúde.
- **SEMINÁRIO CAMINHOS PARA O FINANCIAMENTO E ACESSO À SAÚDE**, 2010. Instituição promotora: Jornal Valor Econômico. Local: São Paulo - SP. Qualidade: Palestrante no painel: Como Construir Programas de Acesso aos Medicamentos.
- **I ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E IV SEMANA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE NATAL**, 2009. Instituição promotora: Secretaria Municipal de Saúde de Natal (RN). Local: Natal - RN. Qualidade: Palestrante na mesa redonda: A saúde urbana da cidade saudável.
- **I SEMINÁRIO DE DIREITO SANITÁRIO DA ANVISA – O DIREITO À SAÚDE, O SUS E A VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, 2009. Instituição promotora: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Local: Brasília - DF. Qualidade: Debatedor de mesa.

- **X CONGRESSO BRASILEIRO DE MUNICÍPIOS**, 2009. Instituições promotoras: Associação Brasileira de Municípios e Associação Transparência Municipal. Local: Brasília - DF. Qualidade: Conferencista.
- **V ENCONTRO ANUAL DO HEALTH TECHNOLOGY ASSESSMENT INTERNACIONAL (HTAi)**, 2008. Instituição promotora: Health Technology Assessment International (HTAi). Montreal – Canadá. Qualidade: participante.
- **SEMINÁRIO POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS**, 2008. Instituições promotoras: Frente Parlamentar da Saúde – Câmara dos Deputados, Associação Médica Brasileira – AMB e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Local: Brasília – DF. Qualidade: Conferencista e Debatedor.
- **XXIII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE**, 2008. Instituição Promotora: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. Local: Belém – PA. Qualidade: Debatedor e painalista.
- **II MOSTRA SES**, 2008. Instituição Promotora: Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo – SP. Qualidade: Conferencista.
- **1º SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA**, 2008. Instituições promotoras: Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Local: Belo Horizonte – MG. Qualidade: Conferencista.
- **SEMINÁRIO SOBRE O COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE**, 2008. Instituição promotora: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Local: Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Conferencista.
- **11^{es} JOURNÉES ANNUELLES DE SANTÉ PUBLIQUE**, 2007. Instituição promotora : ASPQ – Association pour la Santé Publique du Quebec. Local : Montreal – Canadá. Qualidade : Conferencista e painalista.
- **CUMBRE MUNDIAL DE ARMONIZACIÓN EN MEDICINA TRADICIONAL, ALTERNATIVA Y COMPLEMENTARIA**, 2007. Instituição promotora: Colégio Médico do Peru. Local: Lima, Peru. Qualidade: Conferencista.
- **2.º CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS**, 2007. Instituições promotoras: Ministério da Saúde, OPAS e Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Local: Florianópolis – SC. Qualidade: Conferencista e debatedor.
- **FORO REGIONAL DE LA OMPI SOBRE PROPIEDAD INDUSTRIAL Y ACCESO A LOS PRODUCTOS FARMACÉUTICOS**, 2006. Instituições promotoras: Organización Mundial de la Propriedad Intelectual (OMPI) e Oficina Cubana de la Propriedad Industrial (OCPI). Local: La Habana, Cuba. Qualidade: Conferencista.
- **JORNADA FARMACÊUTICA: Inovação e Produção de Conhecimento**, 2006. Instituição promotora: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da UNESP – Araraquara. Local: Araraquara – SP. Qualidade: Expositor no simpósio: SUS: As Políticas que o regem e os desafios que enfrenta.

- **I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE IMUNOBIOLOGICOS E SAÚDE HUMANA, 2006.** Instituição promotora: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Biomanguinhos - Fiocruz. Local: Rio de Janeiro.- RJ. Qualidade: Expositor na mesa redonda: Biofármacos, situação atual e perspectivas para o Brasil.
- **I OFICINA DE TRABALHO ENTRE ANVISA E CENTROS PÚBLICOS DE EQUIVALÊNCIA FARMACÊUTICA E BIOEQUIVALÊNCIA, 2006.** Instituição promotora: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Local: Brasília – DF. Qualidade: Expositor e debatedor
- **SEMINÁRIO COMEMORATIVO DO 35.º ANIVERSÁRIO DO INPI: A PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2005.** Instituição promotora: Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. Local: Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Palestrante.
- **SEMINÁRIO DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE, 2005.** Instituição promotora: Departamento de Ciência e Tecnologia / Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Local: Belo Horizonte – MG.
- **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PANDEMIA DE INFLUENZA, 2005.** Instituição promotora: Secretaria de Vigilância em Saúde / Ministério da Saúde. Local: Rio de Janeiro - RJ.
- **I SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, 2005.** Instituição promotora: Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Local: Porto Alegre – RS. Qualidade: Palestrante.
- **I CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, 2005.** Instituições promotoras: Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Local: Porto Alegre – RS. Qualidade: Palestrante.
- **15.º SEMANA RACINE DE ATUALIZAÇÃO EM FARMÁCIA, 2005.** Instituição promotora: Instituto Racine de Qualificação Profissional. Local: São Paulo – SP. Qualidade: Palestrante.
- **FÓRUM REGIONAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, INCLUSÃO SOCIAL E REDES DE COOPERAÇÃO, 2005.** Instituição promotora: Ministério da Ciência e Tecnologia. Local: Ararajuara – SP. Qualidade: Debatedor.
- **4.º CONGRESSO RIOPHARMA DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, 2005.** Instituição promotora: Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro. Local: Rio de Janeiro – RJ. Qualidade: Palestrante.
- **V CONGRESSO NACIONAL DE FARMÁCIA HOSPITALAR, 2005.** Instituição promotora: Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar. Local: São Paulo - SP.
- **VII JORNADA FARMACÊUTICA – FCF – PUC-CAMPINAS, 2005.** Instituição promotora: Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Pontifca Universidade Católica de Campinas. Local: Campinas – SP. Qualidade: Palestrante.

- **4.º CONGRESSO MUNDIAL DE CENTROS DE CIÊNCIA E EXPO-INTERATIVA: CIÊNCIA PARA TODOS**, 2005. Instituição promotora: Fundação Oswaldo Cruz. Local: Rio Centro – Rio de Janeiro – RJ.
- **VIII CONGRESSO E XIX ENCONTRO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, 2005. Instituição promotora: Conselho de Secretários Municipais de Saúde de São Paulo – COSEMS-SP. Local: Campos do Jordão – SP. Qualidade: palestrante.
- **PLENÁRIA PARITÁRIA REGIONAL DE SAÚDE**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo – DIR VII; Local: Biblioteca Carlos Gomes; Cidade: Araraquara – SP. Qualidade: Organizador.
- **CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Ministério da Saúde; Local: Brasília – DF. Qualidade: Delegado – COSEMS – SP.
- **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo; Local: São Paulo – SP. Qualidade: Delegado – COSEMS – SP.
- **CONFERÊNCIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DE PERNAMBUCO**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco; Local: Olinda – PE; Qualidade: Palestrante.
- **I ENCONTRO REGIONAL DE POLÍTICA DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**, 2003. Instituição promotora: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo – DIR VII – Araraquara; Local: Araraquara – SP. Qualidade: Palestrante.
- **XVII CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE – OFICINA: “ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA”**, 2001. Instituição promotora: Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; Local: Vitória – ES; Qualidade: Facilitador.

Prêmios de reconhecimento

- **COMENDA DO MÉRITO FARMACÊUTICO - 2008**, outorgada pelo Conselho Federal de Farmácia em janeiro de 2008 visando “distinguir profissionais pelos relevantes serviços prestados à Profissão Farmacêutica e à Farmácia Brasileira”.
- **MEDALHA COMEMORATIVA BICENTENÁRIO LQFEx**, outorgada pelo Laboratório Químico Farmacêutico do Exército, em maio de 2008, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados àquela Organização Militar de Saúde, à Ciência e à Profissão Farmacêutica

Participação em sociedades

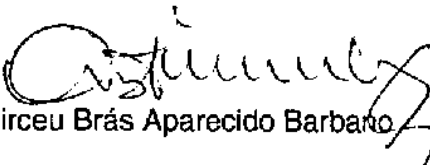
Membro Efetivo do Health Technology Assessment International (HTAi)/ano 2008

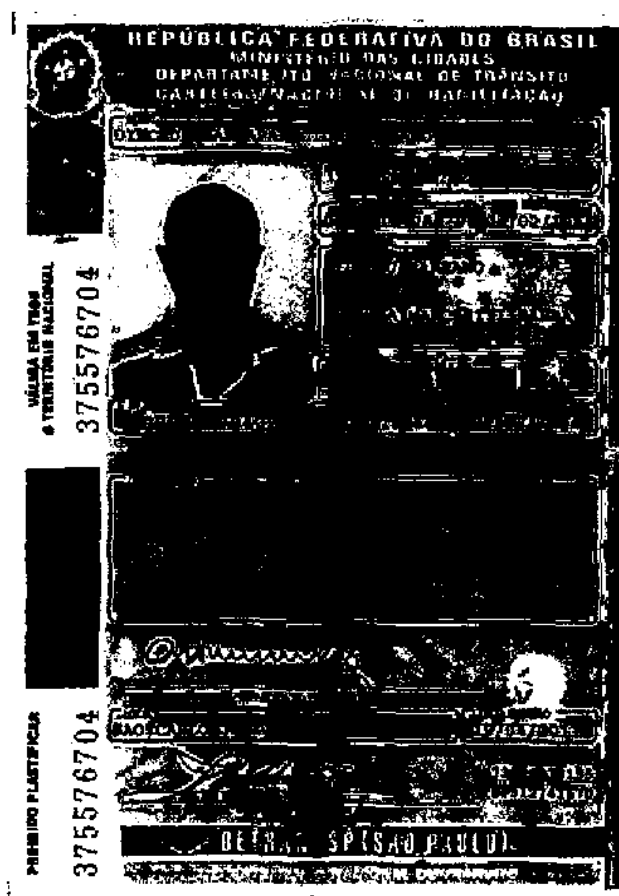
Informações adicionais

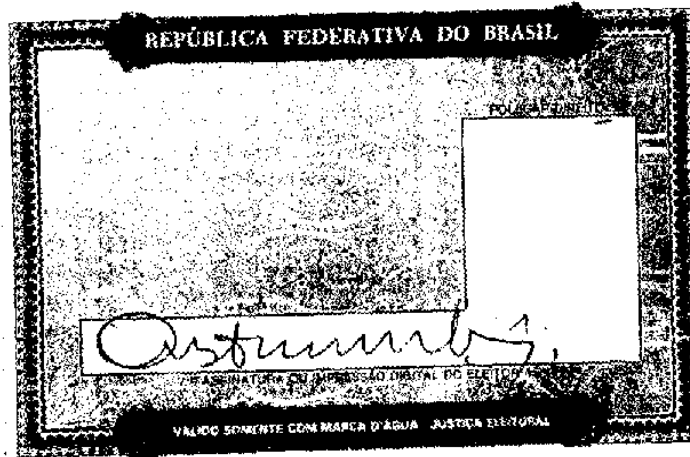
- Cursos de curta duração ministrados – **12 (doze)**

- Palestras proferidas em Congressos e Seminários – 59 (cinquenta e nove)
- Participações em Congressos Científicos e Seminários – 102 (cento e dois)
- Ocorrências no site de busca google.com.br para “Dirceu Brás Aparecido Barbano” em 16/08/2011: 33.700 (trinta e três mil e setecentos)

Brasília, 16 de agosto de 2011.


Dirceu Brás Aparecido Barbano



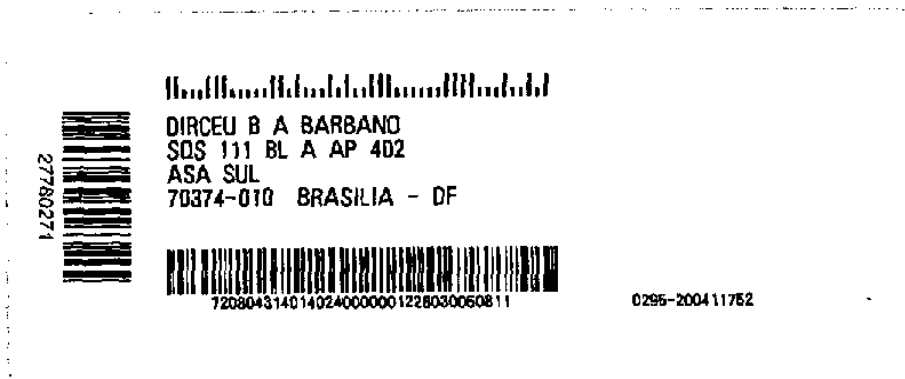


BANCO DO BRASIL | 001-9 | 00194.52101 00010.345510 90000.000662 1 000

Local de pagamento

Vencimento

**O Cartão Ourocard
Estilo Platinum Visa
traz muito mais
vantagens para voc**



Atuais pessoas ao redor
do mundo vão com Visa.



Aviso nº 491 - C. Civil.

Em 26 de agosto de 2011.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Sociais)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a **Mensagem nº 85, de 2011-CN** (nº 339, de 2011, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 27, de 2011-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.*

O projeto vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 29-8-2011

Até 3-9

prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 11-9

prazo para apresentação de emendas;

até 16-8

prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 1º-10

prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulsos e no **Diário do Senado Federal** de 30 de agosto do corrente. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto de lei:

**PROJETO DE LEI
Nº 27, DE 2011-CN
MENSAGEM Nº 85, DE 2011-CN
(nº 339/2011, na origem)**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II a esta Lei.

Art. 3º O Plano Plurianual 2008-2011 passa a incorporar as alterações constantes do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação		UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										Crédito Especial	
ANEXO I				PROGRAMA DE TRABALHO											
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E S F	Q N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR					
1073 Brasil Universitário				72.433.333											
				PROJETOS											
12.364	1073.12Q4	Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF												26.700.000	
12.364	1073.12Q4.0031	Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF - No Estado de Minas Gerais												26.700.000	
12.364	1073.12Q5	Prédio construído (% de execução física): 50		F	4	2	90	0						26.700.000	
12.364	1073.12Q5.0031	Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF												40.733.333	
		Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF - No Estado de Minas Gerais												40.733.333	
		Parque implantado (% de execução física): 37		F	4	2	90	0						23.333.333	
12.364	1073.12Q6	Expansão do Ensino Superior - Campus de Governador Valadares		F	4	2	90	0						17.400.000	
12.364	1073.12Q6.0031	Expansão do Ensino Superior - Campus de Governador Valadares - No Estado de Minas Gerais												5.000.000	
		Vaga disponibilizada (unidade): 820		F	4	2	90	0						5.000.000	
TOTAL - FISCAL				72.433.333											
TOTAL - SEGURIDADE				0											
TOTAL - GERAL				72.433.333											

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO I

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	
1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais									1.200.000
ATIVIDADES									
12 128	1449 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							1.200.000
12 128	1449 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal							1.200.000
		Servidor capacitado (unidade): 374	F	3	2	90	0	112	1.200.000
TOTAL - FISCAL									1.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00										VALOR				
			E	G	R	M	I	F	S	N	P	O		U	T	E	
1073			Brasil Universitário										44.100.000				
			ATIVIDADES														
12.364	1073 2E14	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior															42.600.000
12.364	1073 2E14 0031	Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais															42.600.000
12.364	1073 6368	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	F	4	2	90	0	112									42.600.000
12.364	1073 6368 0031	Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	112									1.500.000
TOTAL - FISCAL													44.100.000				
TOTAL - SEGURIDADE													0				
TOTAL - GERAL													44.100.000				

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26285 - Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

ANEXO II

Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00						VALOR
			E S F	Q N D	R P D	M O D	I U E	F T E	
1073			Brasil Universitário						28.333.333
ATIVIDADES									
12.364	1073 4009	Funcionamento de Cursos de Graduação							28.333.333
12.364	1073 4009 0031	Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	100	28.333.333
			F	4	2	90	0	100	10.766.667
									17.566.666
TOTAL - FISCAL									28.333.333
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.333.333

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Especial

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	
1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais									1.200,000
ATIVIDADES									
12 122	1449 2272	Gestão e Administração do Programa							1.200,000
12 122	1449 2272 0001	Gestão e Administração do Programa - Nacional							1.200,000
TOTAL - FISCAL			F	3	2	90	0	112	1.200,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.200,000

Plano Plurianual 2008-2011

Anexo III Programas de Governo – Finalístico

Objetivo de Governo *Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade*
 Objetivo Setorial *Reestruturar a educação superior pública federal e ampliar o acesso a esse nível de ensino*

Programa 1073 Brasil Universitário Órgão Responsável 26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo *Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com viéses e disseminar o conhecimento*

Público-alvo *Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas*

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projetos

Cód.	Título	Produto (unidade de medida)	Início Término	Órgão Executor	Valor Total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico		
							2008	2009	2010 2011
1204	Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Prédio emstruido (nº de execução física)	07/2011 12/2012	MEC	45.000.000 100	Sudeste	R\$	-	- 26.700.000 50
1205	Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	Parque implantado (nº de execução física)	07/2011 12/2013	MEC	100.733.333 100	Sudeste	R\$	-	- 40.733.333 37
1206	Expansão do Ensino Superior - Campus de Governador Valadares	Vagas disponibilizadas (unidade)	07/2011 12/2014	MEC	63.100.500 3.124	Sudeste	R\$	-	- 4.000.000 830

EM nº 00112/2011/MP

Brasília, 10 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011) crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00 (setenta e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais), em favor do Ministério da Educação, e dá outras providências, conforme discriminado a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Aplicação	Origem dos Recursos
Ministério da Educação	73.633.333	73.633.333
Universidade Federal de Juiz de Fora	72.433.333	44.100.000
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	0	28.333.333
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	1.200.000	1.200.000
Total	73.633.333	73.633.333

2. A presente proposta visa possibilitar, no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, a construção do Prédio da Reitoria e a implantação do Parque Científico e Tecnológico e de

um “campus” avançado em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais, bem como a capacitação de servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

3. Vale mencionar que o crédito em questão decorre, parcialmente, de solicitações dos parlamentares Carlos William, Edmar Moreira, George Hilton, Jô Moraes, Júlio Delgado, Luiz Fernando Faria, Mário Heringer e Paulo Delgado de ajustes em emendas de suas respectivas autorias.

4. O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional, à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

5. Cabe informar que, de acordo com o Ministério da Educação, os remanejamentos propostos não trarão prejuízos à execução da programação objeto de cancelamento, uma vez que foram decididos com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

6. Ressalte-se, a propósito do que determina o art. 56, § 12, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, LDO-2011, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que se referem a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da nova programação, cuja execução fica condicionada aos limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido Decreto.

7. Destaque-se, finalmente, que integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 15, § 5º, da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos das ações 12Q4 – Construção do Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 12Q5 – Implantação do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e 12Q6 - Expansão do Ensino Superior – Campus de Governador Valadares, que passam a se incorporar ao Plano Plurianual 2008-2011. Em relação à ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, envolvida neste crédito, não altera o referido Plano, tendo em vista que já consta do Plano Plurianual 2008-2011.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa à abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

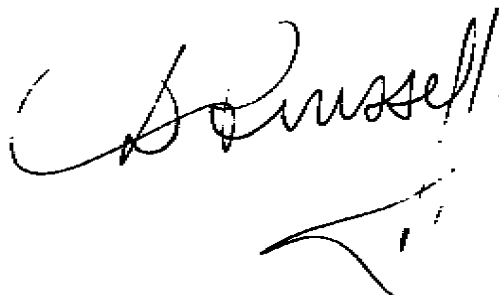
Assinado eletronicamente por: Miriam Aparecida Belchior

Mensagem nº 339

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 73.633.333,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Brasília, 26 de agosto de 2011.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

.....

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

.....

II – os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

.....

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

Art. 99. Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.

.....

§ 2º - O encaminhamento da proposta, ouvidos os outros tribunais interessados, compete:

I - no âmbito da União, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos tribunais;

.....

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

LEI Nº 11.653, DE 7 DE ABRIL DE 2008.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2011, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 12. As exposições de motivos a que se refere o § 5º deste artigo, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do MPU, encaminhados nos termos do caput deste artigo, pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5o deste artigo.

.....

Art. 70. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o 20º (vigésimo) dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

.....

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no caput deste artigo, relatório que será apreciado pela CMO, contendo:

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

DECRETO Nº 7.445, DE 1º DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências.

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, observados os limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

.....

§ 2o Os créditos suplementares e especiais abertos, bem como os créditos especiais reabertos neste exercício, relativos aos grupos de natureza de despesa "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1o deste artigo, terão sua execução condicionada aos limites constantes do Anexo I deste Decreto.

.....

ANEXO I

LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Demais (*)		Obrigações		Total	
	Lei (a)	Disponível (b)	Lei (c)	Disponível (d)	Lei (e) = (a+c)	Disponível (f) = (b+d)
20000 Presidência da República	3.226.030	2.544.314	63.671	63.671	3.289.702	2.607.985
20102 Vice-Presidência da República	3.500	3.223	133	133	3.633	3.356
20114 Advocacia-Geral da União	269.093	228.000	36.037	36.037	305.120	264.037
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.666.865	1.198.713	202.703	202.703	2.869.568	1.401.416
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	5.875.484	4.721.885	85.320	85.320	5.760.804	4.807.205
25000 Ministério da Fazenda	3.443.252	2.640.000	303.152	303.152	3.746.404	2.943.152
26000 Ministério da Educação	21.299.484	18.197.590	6.727.416	6.727.416	28.026.900	24.925.007
28000 Ministério do Desenv., Indústria e Comércio Exterior	827.891	622.493	20.528	20.528	848.419	643.021
30000 Ministério da Justiça	4.500.667	2.974.300	259.467	259.467	4.760.134	3.233.767
32000 Ministério de Minas e Energia	938.702	701.881	40.105	40.105	978.807	741.936
33000 Ministério da Previdência Social	1.855.286	1.500.000	310.667	310.667	2.165.953	1.810.667
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.151.332	876.000	62.220	62.220	1.213.553	938.220
36000 Ministério da Saúde	12.782.795	12.204.082	50.327.800	50.327.800	63.110.595	62.531.892
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	1.395.860	900.000	60.414	60.414	1.456.274	960.414
39000 Ministério dos Transportes	18.209.860	15.816.414	201.776	201.776	18.411.636	16.018.190
41000 Ministério das Comunicações	1.028.203	425.000	26.915	26.915	1.055.119	451.915
42000 Ministério da Cultura	1.307.376	778.006	28.663	28.663	1.336.039	806.669
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.031.862	633.727	46.607	46.607	1.078.490	680.335
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	862.924	775.550	305.642	305.642	1.268.566	1.081.192
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.087.771	2.158.402	180.606	180.606	3.268.382	2.339.008
51000 Ministério do Esporte	2.371.508	850.000	3.222	3.222	2.374.731	853.222
52000 Ministério da Defesa	13.113.315	8.730.163	2.161.764	2.161.764	15.275.079	10.881.827
53000 Ministério da Integração Nacional	4.610.180	2.793.271	38.338	38.338	4.648.518	2.831.609
54000 Ministério do Turismo	3.652.438	670.000	3.415	3.415	3.655.853	573.415
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.081.907	4.029.058	13.713.154	13.713.154	17.765.060	17.742.209
56000 Ministério das Cidades	21.076.261	12.498.812	43.751	43.751	21.120.012	12.542.562
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	524.637	214.000	1.991	1.991	526.628	215.991
71000 Encargos Financeiros da União	1.360.426	672.511	0	0	1.360.426	672.511
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	41.350	8.000	87.343	87.343	128.693	95.343
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. Est. Ensino Superior/FIEES-MEC	141.423	141.423	0	0	141.423	141.423
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60	0	0	60	60
74912 Rec. Superv. Fundo Nacional de Cultura	800	800	0	0	800	800
TOTAL	136.608.759	100.407.638	75.342.822	75.342.822	211.951.582	175.750.460

(*) Inclui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

(A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 489, de 2008 e 408, de 2009 aos Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150, de 2009; e 106, de 2011, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2011. – Senadora **Ana Amélia** (PP-RS).

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há sobre a mesa Requerimento do Senador Armando Monteiro, solicitando audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2011.

É o seguinte o Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1.069, DE 2011

Senhor Presidente,

O projeto de Lei do Senado nº 442 de 2011, que altera as alíquotas das contribuições compulsórias dos empregadores sobre a folha de salários, destinadas às entidades privadas de serviço social, de formação profissional e de fomento empresarial, e dá outras providências, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Nos termos do inciso II, alínea c, item 12, do art. 255, combinado com o inciso I do art. 101, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requeiro que a matéria também seja remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para analisar sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. – Senador **Armando Monteiro**.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.070, DE 2011

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista os incentivos

fiscais concedidos em todas as regiões do País para a produção dos bens de informática e sua vinculação às atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação (Leis nºs 7.232/84, 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01, 10.664/03, 11.077/04, 12.249/10 e 12.431/11, entre outros), requeiro que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, informações a respeito das seguintes questões:

1. Quais as empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção dos bens de informática? Especificar os nomes dessas empresas e sua localização (estado e município);
2. Quais os produtos fabricados e os respectivos quantitativos – ano a ano, de 2005 a 2010 -, de cada uma dessas empresas?
3. Especificar as instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, indicando quais as empresas que foram suas destinatárias – ano a ano, de 2005 a 2010;
4. Especificar o total da renúncia fiscal relativa a cada empresa – ano a ano, de 2005 a 2010;
5. Qual o número de trabalhadores de cada empresa?
6. Especificar, por fim, os dados gerais relativos à produção destes bens em territorial nacional, discriminando por Unidade da Federação, produção total e valor da renúncia fiscal.

Justificação

Na década de 1980 do século XX iniciou-se um processo de grandes avanços na área de tecnologia de informação (TI), principalmente da informática voltada para os computadores de mesa (*desktops*), mais leves e potentes, sendo capazes de transmitir e receber informações de quaisquer partes do mundo, a partir da década de 1990, através da internet.

Por consequência, os grandes conglomerados empresariais, com sedes em diversas partes do mundo, passaram a se interligar de forma mais rápida, viabilizando a produção em escala nos países asiáticos e latino-americanos, como o Brasil, e originando o que se denominou de globalização, mediante a implantação de políticas neoliberais.

Nesse contexto, as indústrias nacionais e internacionais produtoras de bens de informática instalaram-se na Zona Franca de Manaus (ZFM) em razão do modelo de exceção criado ainda na época da ditadura militar como um modelo de desenvolvimento industrial, que buscava equiparar as condições socioeconômicas da Região Norte com a realidade vivida pelas outras regiões brasileiras.

Assim, já na década de 1990, após anos de ditadura militar e de vigência do modelo protecionista, o Brasil iniciou um processo de abertura de seu mercado

doméstico aos produtos importados, o que possibilitou a revitalização da indústria nacional, sendo necessária então uma renovação tecnológica para concorrer com os produtos internacionais.

Aberta a competição dos produtos brasileiros com os internacionais, a legislação brasileira precisava se adequar à nova realidade nacional, sendo então sancionada a Lei nº 8.248, de 1991, chamada de Lei de Informática, a qual institucionalizou o Processo Produtivo Básico (PPB) no País.

Todavia, essa Lei de Informática, ao ser promulgada, provocou o primeiro grande impacto sofrido pelo modelo da ZFM, uma vez que concedeu benefícios fiscais para todas as regiões do País de forma equânime, tendo apenas como contrapartida para as empresas o requisito de obediência ao PPB determinado pelo governo federal.

Com a prorrogação da vigência do prazo da Lei de Informática, decorrente da edição da Lei nº 10.176, de 2001, o prazo do benefício fiscal para o setor de TI foi estendido até 2019, acarretando prejuízos incalculáveis à ZFM, visto o claro deslocamento da produção de bens de informática para outras regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.071, DE 2011

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista os incentivos fiscais concedidos em todas as regiões do País para a produção dos bens de informática e sua vinculação às atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação (Leis nºs 7.232/84, 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01, 10.664/03, 11.077/04, 12.249/10 e 12.431/11, entre outros), requeiro que sejam prestadas pelo Exce-lentíssimo Senhor Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia informações a respeito das seguintes questões:

1. Quais as empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção dos bens de informática? Especificar os nomes dessas empresas e sua localização (estado e município);
2. Quais os produtos fabricados e os respectivos quantitativos – ano a ano, de 2005 a 2010 -, de cada uma dessas empresas?
3. Especificar as instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, indicando quais as empresas que foram suas destinatárias – ano a ano, de 2005 a 2010;
4. Especificar o total da renúncia fiscal relativa a cada empresa – ano a ano, de 2005 a 2010;

5. Qual o número de trabalhadores de cada empresa?
6. Especificar, por fim, os dados gerais relativos à produção destes bens em territorial nacional, discriminando por Unidade da Federação, produção total e valor da renúncia fiscal.

Justificação

Na década de 1980 do século XX iniciou-se um processo de grandes avanços na área de tecnologia de informação (TI), principalmente da informática voltada para os computadores de mesa (*desktops*), mais leves e potentes, sendo capazes de transmitir e receber informações de quaisquer partes do mundo, a partir da década de 1990, através da internet.

Por consequência, os grandes conglomerados empresariais, com sedes em diversas partes do mundo, passaram a se interligar de forma mais rápida, viabilizando a produção em escala nos países asiáticos e latino-americanos, como o Brasil, e originando o que se denominou de globalização, mediante a implantação de políticas neoliberais.

Nesse contexto, as indústrias nacionais e internacionais produtoras de bens de informática instalaram-se na Zona Franca de Manaus (ZFM) em razão do modelo de exceção criado ainda na época da ditadura militar como um modelo de desenvolvimento industrial, que buscava equiparar as condições socioeconômicas da Região Norte com a realidade vivida pelas outras regiões brasileiras.

Assim, já na década de 1990, após anos de ditadura militar e de vigência do modelo protecionista, o Brasil iniciou um processo de abertura de seu mercado doméstico aos produtos importados, o que possibilitou a revitalização da indústria nacional, sendo necessária então uma renovação tecnológica para concorrer com os produtos internacionais.

Aberta a competição dos produtos brasileiros com os internacionais, a legislação brasileira precisava se adequar à nova realidade nacional, sendo então sancionada a Lei nº 8.248, de 1991, chamada de Lei de Informática, a qual institucionalizou o Processo Produtivo Básico (PPB) no País.

Todavia, essa Lei de Informática, ao ser promulgada, provocou o primeiro grande impacto sofrido pelo modelo da ZFM, uma vez que concedeu benefícios fiscais para todas as regiões do País de forma equânime, tendo apenas como contrapartida para as empresas o requisito de obediência ao PPB determinado pelo governo federal.

Com a prorrogação da vigência do prazo da Lei de Informática, decorrente da edição da Lei nº 10.176, de 2001, o prazo do benefício fiscal para o setor de TI foi estendido até 2019, acarretando prejuízos incalculáveis

láveis à ZFM, visto o claro deslocamento da produção de bens de informática para outras regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2011

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista os incentivos fiscais concedidos em todas as regiões do País para a produção dos bens de informática e sua vinculação às atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação (Leis nºs 7.232/84, 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01, 10.664/03, 11.077/04, 12.249/10 e 12.431/11, entre outros), requeiro que sejam prestadas pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações a respeito das seguintes questões:

1. Quais as empresas instaladas no País que utilizam os benefícios tributários na produção dos bens de informática? Especificar os nomes dessas empresas e sua localização (estado e município);
2. Quais os produtos fabricados e os respectivos quantitativos – ano a ano, de 2005 a 2010 -, de cada uma dessas empresas?
3. Especificar as instituições de pesquisas públicas e privadas que recebem os recursos provenientes dos incentivos às empresas beneficiadas pela Lei de Informática, indicando quais as empresas que foram suas destinatárias – ano a ano, de 2005 a 2010;
4. Especificar o total da renúncia fiscal relativa a cada empresa – ano a ano, de 2005 a 2010;
5. Qual o número de trabalhadores de cada empresa?
6. Especificar, por fim, os dados gerais relativos à produção destes bens em territorial nacional, discriminando por Unidade da Federação, produção total e valor da renúncia fiscal.

Justificação

Na década de 1980 do século XX iniciou-se um processo de grandes avanços na área de tecnologia de informação (TI), principalmente da informática voltada para os computadores de mesa (*desktops*), mais leves e potentes, sendo capazes de transmitir e receber informações de quaisquer partes do mundo, a partir da década de 1990, através da internet.

Por consequência, os grandes conglomerados empresariais, com sedes em diversas partes do mundo, passaram a se interligar de forma mais rápida, viabilizando a produção em escala nos países asiáticos e latino-americanos, como o Brasil, e originando o que

se denominou de globalização, mediante a implantação de políticas neoliberais.

Nesse contexto, as indústrias nacionais e internacionais produtoras de bens de informática instalaram-se na Zona Franca de Manaus (ZFM) em razão do modelo de exceção criado ainda na época da ditadura militar como um modelo de desenvolvimento industrial, que buscava equiparar as condições socioeconômicas da Região Norte com a realidade vivida pelas outras regiões brasileiras.

Assim, já na década de 1990, após anos de ditadura militar e de vigência do modelo protecionista, o Brasil iniciou um processo de abertura de seu mercado doméstico aos produtos importados, o que possibilitou a revitalização da indústria nacional, sendo necessária então uma renovação tecnológica para concorrer com os produtos internacionais.

Aberta a competição dos produtos brasileiros com os internacionais, a legislação brasileira precisava se adequar à nova realidade nacional, sendo então sancionada a Lei nº 8.248, de 1991, chamada de Lei de Informática, a qual institucionalizou o Processo Produtivo Básico (PPB) no País.

Todavia, essa Lei de Informática, ao ser promulgada, provocou o primeiro grande impacto sofrido pelo modelo da ZFM, uma vez que concedeu benefícios fiscais para todas as regiões do País de forma equânime, tendo apenas como contrapartida para as empresas o requisito de obediência ao PPB determinado pelo governo federal.

Com a prorrogação da vigência do prazo da Lei de Informática, decorrente da edição da Lei nº 10.176, de 2001, o prazo do benefício fiscal para o setor de TI foi estendido até 2019, acarretando prejuízos incalculáveis à ZFM, visto o claro deslocamento da produção de bens de informática para outras regiões do País.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.073, DE 2011

Com fulcro nos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito autorização para ausentar-me do País entre os dias 12 a 16 de setembro do corrente ano, para participar do Programa Ciudad Mujer da Comissão de Defesa da Mulher do Parlamento Salvadorenho, representando o Senado Federal. – Senadora **Ana Rita**, (PT/ES).

REQUERIMENTO Nº 1.074, DE 2011**Solicita ao Tribunal de Contas da União que seja realizada auditoria nos gastos da construção do petroleiro João Cândido.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, e no inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria nos gastos da construção do petroleiro João Cândido, encomendado pela Petrobras junto ao Estaleiro Atlântico Sul.

Justificação

O governo federal, por intermédio do BNDES, patrocinou a criação do Estaleiro Atlântico Sul com a finalidade de construir 21 petroleiros encomendados pela Petrobras. Esse projeto tinha o objetivo de fomentar a indústria naval no Brasil. Entretanto, a construção do primeiro navio denominado de João Cândido foi realizada com inúmeros problemas. Foram detectados sérios problemas técnicos que comprometeram a estrutura do petroleiro, bem como o superfaturamento nos valores gastos que já alcançaram 336 milhões de reais, mais que o dobro das previsões de mercado.

Neste sentido, o presente requerimento tem por objetivo verificar, por intermédio de auditoria do Tribunal de Contas da União, se os valores gastos pela Petrobras com a construção do navio João Cândido foram empregados corretamente.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senador **Alvaro Dias**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.075, DE 2011**Solicita informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia sobre a construção de navios petroleiros pela Petrobrás.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro das Minas e Energia sobre o investimento da Petrobrás na construção de navios petroleiros:

1. Qual foi o investimento total da Petrobrás para a construção do navio petroleiro João Cândido? Os valores estão de acordo com o preço de mercado?

2. Qual foi o prazo estabelecido para a entrega deste petroleiro e qual a justificativa para os eventuais atrasos?
3. Houve falhas no projeto do petroleiro João Cândido? Descreva com detalhes todos os problemas encontrados.
4. Qual será o montante aplicado pela Petrobrás para a construção de navios petroleiros no Brasil e qual é a viabilidade técnica de se construir esses navios em território nacional com economia e eficiência?
5. Qual o programa de qualificação de mão de obra, específica para a construção de navios petroleiros, que está sendo implementado pela Petrobrás? O custo desta qualificação compensa a aplicação do montante de recursos?
6. Por que a criação do Estaleiro Atlântico Sul foi formando por empresas como a Camargo Correia e Queiroz Galvão, que não tem qualquer experiência na construção de navios de grande porte? Por que não houve licitação para a escolha das empresas que fariam parte deste Estaleiro?

Justificação

A Revista **Veja**, em sua edição de 31 de agosto de 2011, publicou importante matéria sobre o desperdício de dinheiro público na construção do navio petroleiro João Cândido. Segundo a reportagem, o lançamento do navio em 2007 serviu apenas para criar mais um factóide político do governo Lula e que o investimento na construção foi o dobro do valor praticado pelo mercado. O navio João Cândido teve graves problemas estruturais que demandou custos muito maiores do que o previsto, deixando dúvida sobre a capacidade de se criar uma indústria naval no Brasil.

É importante frisar que todos os países que têm indústria naval bem estruturada tiveram subsídios para alavancar o setor. Entretanto, nesses países houve um planejamento estratégico confiável, estabelecendo exigências técnicas e prazos que obrigassem a indústria a adquirir eficiência e se tornar independente do governo, evitando o desperdício de dinheiro público.

Portanto, torna-se essencial que esta Casa, responsável última pela fiscalização dos atos do Poder Executivo, tenha informações claras e objetivas para que sejam tomadas as devidas providências. Destarte, o Senado Federal deve exigir o mais rapidamente possível as informações aqui solicitadas, pois garantirão que a sociedade catarinense tenha real compreensão do que está ocorrendo.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senador **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.076, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhadas Votos de Pesar, à viúva do jornalista Rodolfo Fernandes, Diretor de Redação do **Jornal O Globo**, falecido no sábado (27), aos 49 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro.

Ele lutou nos últimos dois anos contra uma doença degenerativa, a esclerose lateral amiotrófica, que lhe impôs severas limitações físicas, mas não o impediu de continuar trabalhando.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

REQUERIMENTO Nº 1.077, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar, à viúva do jornalista Walmor Bergesch, falecido no início da madrugada dessa segunda-feira (29), no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Jornalista, escritor, radialista e empresário Walmor Bergesch tinha 73 anos e estava internado desde 7 de julho lutando contra um câncer raro nos rins. Ele foi um dos profissionais que atuou na instalação e na inauguração das primeiras emissoras de TV de Porto Alegre.

Os votos deverão ser encaminhados para à viúva, Senhora Marilene Bitencourt, no seguinte endereço: Rua Coronel Armando Assis, 286 – Bairro Três Figueiras – Porto Alegre-RS CEP 91330-010

Sala das Sessões, 29 de agosto de 2011. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Líder do PP.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 237, de 2011**, da Liderança do PMDB, o Senador Sérgio Souza para integrar como membro titular

a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

É o seguinte o Ofício:

Of. GLPMDB nº 237/2011

Brasília, 26 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Sergio Souza para ocupar vaga de titularidade na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo, conforme Ofício nº 106/2011 – GLDBAG.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 107/2011-GLDBAG

Brasília, 29 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senhor Cristovam Buarque como membro suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 82, DE 2011

Altera o art. 134 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 134 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134.

§ 2º

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Defensoria Pública da União (DPU) é instituição fundamental para a implementação e a prática da cidadania, possibilitando o acesso à justiça para parcela considerável da população brasileira. Estima-se como potenciais usuários da DPU algo em torno de 134 milhões de brasileiros.

Atualmente, a DPU conta com 480 (quatrocentos e oitenta) defensores públicos federais, tendo como responsabilidade a atuação junto aos Tribunais Superiores, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União.

No ano de 2010, apesar do pequeno número de defensores, a DPU realizou mais de 1(hum) milhão de atendimentos, no entanto, esse trabalho é fruto da abnegação dos defensores, pois, faltam a eles melhores condições para ajudarem as camadas menos favorecidas da sociedade a terem acesso ao Judiciário.

É notável o avanço alcançado pelas Defensorias Públicas Estaduais após a EC nº 45/2004, em Estados cujos governos atentam ao cumprimento da Constituição da República. Mas nem todos o fazem, limitando, sem justificativa, o investimento necessário à implantação, ao desenvolvimento e à melhoria dos serviços públicos essenciais prestados pela Defensoria Pública, tanto no âmbito judicial quanto na seara extrajudicial, a fim de promover o acesso dos mais necessitados ao direito.

Assim, a emenda em questão guarda compatibilidade com o desenvolvimento das finalidades da República de reduzir as desigualdades sociais, ao conferir solidez às condições orçamentárias e financeiras da Defensoria Pública, ainda ausente em vários Estados federados brasileiros.

Assim, faz-se necessária a aprovação por esta Casa da Proposta de Emenda Constitucional que ora apresento, que objetiva dar à DPU o mesmo tratamento legal dado

às Defensorias Públicas Estaduais, que gozam de autonomia administrativa e funcional desde o ano de 2004.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2011. –
Senadora **Vanessa Grazziotin**.

SENADOR(A)	PARTIDO
<i>Didier D'Alella e Souza</i>	PSB/BA
<i>Armando (Ar) - Humberto Costa</i>	PT/PE
<i>Renato Amari - PV</i>	
<i>Antônio</i>	
<i>Luiz Paulo - PP</i>	
<i>Juan - PMDB</i>	
<i>Ignacio - ULL</i>	
<i>Minh A. - CRISTOVAN - PPS/DF</i>	
<i>Francisco</i>	
<i>Paulo Sérgio - PSDS</i>	
<i>Paulo Sérgio - PP</i>	
<i>Carolina Malbaena - PMB/SC</i>	
<i>Edgardo Souza - PMDB-PR</i>	
<i>EDUARDO BRAGA - PMDB - AM</i>	
<i>Vanessa Grazziotin</i>	
<i>Vanessa Grazziotin</i>	
SENADOR(A)	PARTIDO
<i>Waldir</i>	
<i>Paulo Sérgio - PP/RS</i>	
<i>Roberto</i>	
<i>Quirino - PSE</i>	
<i>Roberto</i>	
<i>Roberto - PMDB/RS</i>	
<i>Roberto - AMADOR</i>	
<i>Stefano - PSD/RS</i>	
<i>Paulo Sérgio</i>	
<i>Roberto</i>	

LEGISLAÇÃO CITADA

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

Seção VIII
Do Processo Legislativo

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes

CAPÍTULO IV
Das Funções Essenciais à Justiça

Seção III

Da Advocacia e da Defensoria Pública

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º LXXIV.

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 117, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.” (NR)

“Art. 36.

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

IV – (Revogado).

.....” (NR)

“Art. 52.

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade:

“Art. 92.

I – O Conselho Nacional de Justiça;

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.” (NR)

“Art. 93.

I – ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, a ordem de classificação;

II –

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e prestação no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidas de aperfeiçoamento;

d) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao erário sem o devido despacho ou decisão;

III – o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância;

IV – previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

VII – o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;

VIII – o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

VIII – a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas **a**, **b**, **c** e **e** do inciso II;

IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário são públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

X – as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI – nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno;

XII – a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juizes em plantão permanente;

XIII – o número de juizes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XIV – os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;

XV – a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição.” (NR)

“Art. 95.

Parágrafo único. Aos Juizes é vedado:

IV – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V – exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.” (NR)

§ 1º Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da justiça Federal.

“Art. 98.

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.” (NR)

“Art. 99.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do §1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.” (NR)

“Art. 102.

I –

h) (Revogada).

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações declaratórias de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.” (NR)

“Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

IV – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

§ 4º (Revogado).” (NR)

“Art. 104.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

Art. 105.

I –

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;

III –

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

Parágrafo único. Funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I – a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II – o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.” (NR)

“Art. 107.

§ 1º A lei disciplinará a remoção ou a permuta de juizes dos Tribunais Regionais Federais e determinará sua jurisdição e sede.

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 3º Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.” (NR)

“Art. 95.

V – as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.” (NR)

“Art. 111.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).” (NR)

“Art. 112. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juizes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.” (NR)

“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I – as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os antes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III – as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV – os mandados de segurança, **habeas corpus** e **habeas data**, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V – os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI – as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII – as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII – a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX – outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de

proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.” (NR)

“Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juizes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II – os demais, mediante promoção de juizes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmeras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.” (NR)

“Art. 125.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 5º Compete aos juizes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

§ 6º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmeras regionais, a

fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

§ 7º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

“Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.” (NR)

Art. 127.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.” (NR)

“Art. 128.

§ 5º

I –

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo veto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

II –

e) exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.” (NR)

“Art. 129.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão

residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.” (NR)

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

“Art. 134.

§ 1º (antigo parágrafo único)

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º” (NR)

“Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º

.....”(NR)

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A:

“Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública

que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

II – um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI – um juiz federal de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI – um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I – receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

II – requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficialão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.”

“Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I – um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II – os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I – a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II – o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.”

“Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – o Procurador-Geral da República, que o preside;

II – quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III – três membros do Ministério Público dos Estados;

IV – dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I – zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessários sobre a situação do Ministério Público nos Países e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correção geral;

III – requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.”

Art. 3º A lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas.

Art. 4º Ficam extintos os tribunais de Alçada, onde houver, passando os seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, respeitadas a antiguidade e classe de origem.

Parágrafo único. No prazo de cento e oitenta dias, contado da promulgação desta Emenda os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário estadual.

Art. 5º O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão instalados no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgação desta Emenda, devendo a indicação ou escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final.

§ 1º Não efetuadas as indicações e escolha dos nomes para os Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público dentro do prazo fixado no **caput** deste artigo, caberá, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União realizá-las.

§ 2º Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro Corregedor.

Art. 6º O Conselho Superior da justiça do Trabalho será instalado no prazo de cento e oitenta dias, cabendo ao Tribunal Superior do Trabalho regulamentar seu funcionamento por resolução, enquanto não promulgada a lei a que se refere o art. 111-A, § 2º, II.

Art. 7º O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Art. 8º As atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito vinculante após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa oficial.

Art. 9º São revogados o inciso IV do art. 36; a alínea **h** do inciso I do art. 102; o § 4º do art. 103; e os §§ 1º a 3º do art. 111.

Art. 10. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de dezembro de 2004.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
Deputado JOÃO PAULO CUNHA Presidente	Senador JOSÉ SARNEY Presidente
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA 1º Vice-Presidente	Senador PAULO PAIM 1º Vice-Presidente
Deputado LUIZ PIAUHYLINO 2º Vice-Presidente	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS 2º Vice-Presidente
Deputado GEODEL VIEIRA LIMA 1º Secretário	Senador ROMEU TUMA 1º Secretário
Deputado SEVERINO CAVALCANTI 2º Secretário	Senador ALBERTO SILVA 2º Secretário
Deputado NILTON CAPIXABA 3º Secretário	Senador HERÁCLITO FORTES 3º Secretário
Deputado CIRO NOGUEIRA 4º Secretário	Senador SÉRGIO ZAMBIASI 4º Secretário

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 519, DE 2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, para estabelecer que a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, com o intuito de expô-lo a vexame, configura abuso de autoridade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 4º

Parágrafo único. No caso da alínea **b** do *caput*, considera-se vexatória e constrangedora a apresentação de preso provisório aos meios de comunicação de massa, quando feita com o intuito de humilhá-lo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As operações policiais que cumprem mandados de prisão sempre são acompanhadas de perto pelos veículos de comunicação de massa, que muitas vezes são mesmo convidados para filmar e fotografar o preso e, com isso, produzir matérias sensacionalistas.

Isso ocorre, na maioria das vezes, quando o preso é pessoa pública, sendo que a polícia, nesses casos, contribui para o espetáculo televisivo colocando-lhe um par de algemas, medida quase sempre desnecessária.

Recentemente, por ocasião da Operação Voucher, pela qual a Polícia Federal vinha investigando um amplo esquema de corrupção e desvio de dinheiro público no Ministério do Turismo, foram presos 36 funcionários públicos, os quais foram fotografados com o dorso nu, durante o procedimento de identificação na delegacia. Esse procedimento seria regular, não fosse o vazamento das fotografias para os meios de comunicação.

Ora, quando a exposição do preso provisório se dá de forma vexatória, com o intuito de humilhá-lo, essa conduta constitui abuso de autoridade, de que trata a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965.

Todo cidadão, inclusive o preso, merece ter sua dignidade protegida. Com efeito, o art. 1º, III, da Constituição Federal estabelece, como fundamento da República, a dignidade da pessoa humana. Mais adiante, o art. 5º, X, prescreve que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Obviamente, a exposição vexatória de presos viola o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo certo que a autoridade pública que promove ou permite essa humilhação age de forma abusiva.

Nesse contexto, faz-se necessário explicitar essa hipótese ferimento à dignidade da pessoa do preso, pelo acréscimo de parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 4.898, de 1965.

Pelo exposto, conclamo os nobres Pares a votar pela aprovação deste projeto, que, transformado em lei, representará efetivo prestígio ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Sala das Sessões, agosto de 2011. – Senador Humberto Costa.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.898, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 4º Constitui também abuso de autoridade:

a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;

b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei;

c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;

d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada;

e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei;

f) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor;

g) recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa;

h) o ato lesivo da honra ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal;

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade. *(Incluído pela Lei nº 7.960, de 21/12/89)*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2011

Altera o § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir como causa de aumento de pena o cometimento de crime homicídio

de servidor público no exercício de suas funções, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir como crime hediondo esse tipo de homicídio.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa vigor com a seguinte redação:

“Art. 121.
.....

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos ou contra servidor público no exercício de suas funções.

.....” (NR).

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V) e homicídio cometido contra servidor público no exercício de suas funções (art. 121, §4º, **in fine**);

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A segurança pública deve ser garantida indistintamente a todos brasileiros. Entretanto, homicídios cometidos contra servidor público no exercício da função merecem maior agravamento da pena, uma vez que é um ultraje ao Estado Democrático de Direito.

É muito lamentável a recente morte da ilustre magistrada do Rio de Janeiro, Patrícia Lourival Acioli, juíza de uma vara criminal, que condenou traficantes de drogas e policiais participantes de grupo de extermínio e milícias. Segundo dados publicados, recentemente, ela condenou 60 policiais ligados às milícias, razões pelas quais recebia constantemente ameaças de morte. As autoridades supõem que esse crime tenha sido motivado por vingança desses julgamentos.

O Estado brasileiro não pode admitir que homicídios dessa natureza aconteçam e se repitam, sem a tomada de posição imediata e contundente contra os autores e mandantes, bem como não se busque a prevenção e intimidação desses tipos de crimes.

A morte da Juíza Patrícia Acioli não é fato isolado e nem pode ser tratado como episódico, pois dezenas de juízes espalhados por nosso país convivem diariamente com ameaças de morte e de agressão física.

Essa morte não é a única, tendo em vista que em 2003, na cidade de Presidente Venceslau, em São Paulo, Antonio José Machado Dias, então titular da Vara de Execuções Criminais, foi assassinado sob a ordem do Primeiro Comando da Capital.

A Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, afirmou que, atualmente, 87 juízes brasileiros vivem sob ameaça de morte.

Não é admissível que o Brasil se transforme numa Colômbia dos anos 80 ou numa Itália dos anos 90. Na Colômbia, a sua Corte Suprema perdeu, seguidamente, 10 magistrados mortos pelo tráfico de drogas nos anos 80. Fato semelhante ocorreu na Itália nos anos 90, quando foram assassinados os magistrados do Ministério Público Giovane Falcone e Paolo Boserlino, em 1992.

Sem dúvidas que não só os membros da Magistratura, mas também os integrantes do Ministério Público, policiais, advogados, procuradores jurídicos, fiscais e outros agentes públicos que apuram ilícitos merecem respeito à dignidade de sua pessoa humana e maior segurança, quando do exercício de suas funções, sob pena de enfraquecimento do Estado Democrático de Direito.

É hora de refletirmos sobre a proteção da democracia e lutarmos contra o crime de servidores públicos. Deixá-los ao alvedrio da ação do crime organizado é um atentado ao regime democrático de direito.

Em face do exposto, conclamamos os ilustres pares para aprovação deste projeto de lei, que pretende aumentar a pena daqueles delinquentes que infirmam os representantes do Estado.

Sala das Sessões, – Senador **Humberto Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra a Vida

.....

Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, ou juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II – por motivo fútil;

III – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo: [\(Vide Lei nº 4.611, de 1965\)](#)

Pena – detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. [\(Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003\)](#)

§ 5º Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. [\(Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977\)](#)

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal](#), consumados ou tentados: [\(Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994\)](#)

I – homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); [\(Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994\)](#)

II – latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); [\(Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994\)](#)

III – extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); [\(Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994\)](#)

IV – extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); [\(Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994\)](#)

V – estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

VI – estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); [\(Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009\)](#)

VII – epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). [\(Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994\)](#)

VII-A – (VETADO) [\(Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998\)](#)

VII-B – falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, **caput** e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela [Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998](#)). [\(Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998\)](#)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos [arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956](#), tentado ou consumado. [\(Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 1994\)](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Acrescente-se o seguinte inciso IV, no § 1º, do art. 8º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo:

Subseção I

Do Sistema Nacional de Turismo

Da Organização e Composição

Art.8º

IV – os representantes municipais daqueles municípios escolhidos como prioritários para a política de desenvolvimento turístico do respectivo Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

O turismo vem se constituindo num fenômeno de grande importância para o desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil. Tal fato decorre, em parte, pela somatória de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos e suas inter-relações.

Especialmente, no que diz respeito aos municípios, o turismo vem se tornando uma atividade rentável responsável por alavancar o desenvolvimento daquela região gerando emprego e renda para a sua população. Isso porque, os programas de desenvolvimento do turismo incorporam os municípios no processo de execução das políticas públicas e são importantes instrumentos para uma política moderna de desenvolvimento econômico municipal.

A presença dos municípios, ao menos daqueles considerados fundamentais para a política de desenvolvimento turístico de um determinado Estado, é muito importante para manter a sincronia das atividades em todo o Brasil.

Incluir os municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo contribuirá muito para o debate.

Espero merecer o apoio dos ilustres senadores desta respeitada Casa legislativa.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Amorim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

CAPÍTULO II

Da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Turismo

Seção III

Do Sistema Nacional de Turismo

Subseção I

Da Organização e Composição

Art. 8º Fica instituído o Sistema Nacional de Turismo, composto pelos seguintes órgãos e entidades:

I – Ministério do Turismo;

II – EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo;

III – Conselho Nacional de Turismo; e

IV – Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo.

§ 1º Poderão ainda integrar o Sistema:

I – os fóruns e conselhos estaduais de turismo;

II – os órgãos estaduais de turismo; e

III – as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais.

§ 2º O Ministério do Turismo, Órgão Central do Sistema Nacional de Turismo, no âmbito de sua atuação, coordenará os programas de desenvolvimento do turismo, em interação com os demais integrantes

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2011

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para dispor sobre os convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte Capítulo na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo:

CAPÍTULO VI

Dos Convênios, dos Contratos e das Parcerias Firmados com o Ministério do Turismo

SEÇÃO I

Da seleção, chamada pública ou licitação

“Art. 44. Os convênios, contratos ou parcerias firmados entre o Ministério do Turismo e as entidades de turismo, os prestadores de

serviços turísticos ou as organizações não-governamentais (ONGs), para fins de capacitação de pessoas ou serviços deverão ser precedidos de seleção, chamada pública ou licitação, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo as entidades contratadas para o Programa “Bem Receber Copa”.

SEÇÃO II Da fiscalização

“Art. 45. Os convênios, contratos e parcerias firmados entre o Ministério do Turismo e as entidades de turismo, os prestadores de serviços turísticos ou as organizações não-governamentais (ONGs), para fins de capacitação de pessoas ou serviços com o objetivo de fomentar o turismo, estão sujeitos a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU) durante todo o prazo de vigência ou duração.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo as entidades contratadas para o Programa “Bem Receber Copa”.

SEÇÃO III Das Ações de Qualificação

“Art. 46. As ações de capacitação de pessoas prestadas pelas entidades do setor de turismo, os prestadores de serviços turísticos ou as organizações não-governamentais (ONGs), devem ocorrer em conformidade com as normas técnicas criadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para o setor.

Parágrafo único. O reconhecimento profissional se dará por meio de um certificado de normatização técnica expedido pela ABNT.

Art. 2º. Renumerar o Capítulo que trata “Das Disposições Finais”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor depois de transcorridos 60 dias da data de sua publicação.

Justificação

Recentemente, os brasileiros foram surpreendidos com mais um escândalo de corrupção envolvendo os Ministérios. A “Operação Voucher”, deflagrada pela Polícia Federal no dia 9-8-11, teve por finalidade a dissolução de um suposto esquema de desvio de recursos públicos do Ministério do Turismo. Estima-se que tenham sido desviados do Ministério do Turismo R\$ 3 milhões dos R\$ 4,5 milhões do contrato destinado à qualificação de 1,9 mil profissionais de turismo no Amapá.

Segundo o delegado que acompanha o caso, o esquema envolve empresários, funcionários do ministério, da ONG Ibrasi e de empresas de fachada.

Esse lamentável episódio ocorreu, em parte, pela fragilidade dos mecanismos de fiscalização utilizados pelo Ministério do Turismo, no controle dos convênios firmados. Daí a importância de criarmos mecanismos mais robustos e eficientes.

A presença do TCU e da CGU durante todo o prazo de vigência ou de duração desses instrumentos contribuirá para auferir mais rigor no processo de fiscalização utilizado pelo Ministério do Turismo.

Tal providência torna-se ainda mais salutar num momento em que o Brasil se prepara para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A realização desses eventos implicará no aumento significativo do número de convênios, contratos e parcerias firmados com o Ministério do Turismo para capacitação de pessoas e serviços.

A ideia não é desmoralizar os convênios e parcerias nem tampouco bani-los da esfera administrativa. Estes mecanismos são fundamentais para fomentar o turismo e possibilitar a participação direta da iniciativa privada especializada no setor turístico, o que certamente agrega vantagens para o turismo em geral.

É importante notar que, a ideia de agilidade que fundamenta a dispensa da licitação e da fiscalização para os convênios firmados entre os Ministérios e a iniciativa privada, na prática, não funciona.

É preciso deixar a teoria de lado e nos preocuparmos em melhorar esse mecanismo de participação da iniciativa privada que tanto contribui para o desenvolvimento econômico e social do país, porém, carece de fiscalização dando margem para ações fraudulentas envolvendo dinheiro público.

Segundo reportagem de Vinicius Sassine, publicada no Jornal **Correio Braziliense** de 27/08/11 – Política, “o Ministério do Turismo já pagou R\$ 41,5 milhões para entidades qualificarem trabalhadores que atuarão na Copa do Mundo de 2014, sob risco evidente de prejuízo aos cofres públicos, pagamentos duplicados, dispensas ilegais de licitação, sobreposição de atividades e descumprimento das metas acertadas. A pasta também deixou de fiscalizar as ações de qualificação e não se preocupou em comparar os orçamentos apresentados pelas entidades contratadas com os preços praticados por outras organizações que atuam na área de capacitação.”

Revela, ainda, que “a pasta deixou de fiscalizar as ações de qualificação e não se preocupou em se comparar os orçamentos apresentados pelas entidades contratadas com os preços praticados por outras organizações que atuam na área de capacitação.”

Por fim, é importante estender às regras as entidades contratadas do Bem Receber Copa, uma vez que, “o Ministério do Turismo planeja gastar R\$ 440 milhões com o “Bem Receber Copa” até 2013, na capacitação de 306 mil profissionais.” (Fonte: reportagem de Vinicius Sassine, publicada no Jornal **Correio Brasileiro** de 27-8-11 – Política)

Com o intuito de contribuir para a diminuição das fraudes envolvendo dinheiro público, espero merecer o apoio dos ilustres parlamentares dessa respeitada Casa legislativa.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2011. –
Senador **Eduardo Amorim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO VI Disposições Finais

Art.44. O Ministério do Turismo poderá delegar competência para o exercício de atividades e atribuições específicas estabelecidas nesta Lei a órgãos e entidades da administração pública, inclusive de demais esferas federativas, em especial das funções relativas ao cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, assim como a aplicação de penalidades e arrecadação de receitas.

Art.45. Os prestadores de serviços turísticos cadastrados na data da publicação desta Lei deverão adaptar-se ao disposto nesta Lei quando expirado o prazo de validade do certificado de cadastro.

Art. 46. (VETADO)

Art. 47. (VETADO)

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto ao seu art. 46, o disposto no inciso I do caput do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

Art.49. Ficam revogados:

I – a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977

II – o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986; e

III – os incisos VIII e X do caput e os §§ 2º e 3º do art. 3º, o inciso VIII do caput do art. 6º e o art. 8º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991.

(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2011

Estabelece Programa de abatimento no IRPF do gasto na compra de medicamentos de doenças que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Subsídio a medicamentos de doenças que especifica, mediante o abatimento na Declaração Anual de ajuste de Imposto de Renda (Pessoa Física) da parcela correspondente ao valor da compra de medicamento de uso domiciliar, desde que aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, enquadrado nas seguintes categorias:

- I – tratamento de câncer;
- II – tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA;
- III – tratamento de **Alzheimer**;
- IV – tratamento de diabetes;
- V – tratamento de mal de **Parkinson**;
- VI – tratamento de depressão clínica;
- VII – tratamento de transtorno bipolar;
- VIII – Interferon Alfa ou Beta;
- IX – tratamento de fibromialgia;
- X – tratamento cardíaco crônico.

§ 1º O valor do abatimento nunca poderá ser inferior a meio salário-mínimo.

§ 2º O Contribuinte deverá guardar, pelo prazo de cinco anos, as notas fiscais das compras.

Art. 2º A assistência farmacêutica será previamente aprovada por perícia feita em hospital credenciado no Sistema Único de Saúde, a partir de laudo médico, contendo a indicação:

- I – do diagnóstico detalhado da patologia, com o respectivo CID;
- II – dos medicamentos que serão utilizados no tratamento, com as respectivas dosagens e formas de administração;
- III – da duração estimada do tratamento.

§ 1º Na hipótese de aprovação, a perícia médica fixará prazo de validade da assistência farmacêutica, que não poderá exceder 6 (seis) meses.

§ 2º Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior e persistindo a indicação do tratamento, o beneficiário ou seu representante legal poderá requerer a continuidade da assistência farmacêutica.

Art. 3º Para habilitar-se ao benefício previsto nos termos desta lei, o beneficiário, ou seu representante legal, protocolizará na Delegacia da Receita Federal de sua região solicitação especial para o abatimento dos gastos de compra no imposto de renda.

Art. 4º O pedido de inclusão junto a Delegacia da Receita Federal deverá conter o laudo médico da perícia.

Art. 5º É competente para solicitar o benefício o beneficiário ou seu representante legal.

Art. 6º A Receita Federal deverá criar campo específico nos formulários de declaração para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor 45 dias após a sua publicação.

Justificação

A saúde constitui-se em serviço essencial a vida de qualquer pessoa. É sabido que existem doenças crônicas que afetam as pessoas durante toda a sua vida e que, assim, causam um peso financeiro enorme sobre o orçamento familiar. A Constituição Federal estabelece que a saúde é dever do estado. Assim, o objetivo do presente projeto é garantir a todo cidadão em risco de saúde que lhe seja franqueado subsídio financeiro a fim de que possa custear seu tratamento sem desequilibrar a própria subsistência das famílias.

Acredito que meus pares saberão perceber a importância do presente projeto e assim possibilitem sua aprovação o mais rápido possível.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senado Federal recebeu o seguinte Aviso de Ministro de Estado:

– **Nº 1.906, de 26 de agosto de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 793, de 2011, de informações, do Senador Sérgio Petecão.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, gostaria de ser o primeiro orador inscrito para fazer uma comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª está inscrito, Senador Geovani Borges, como primeiro orador a fazer uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Tem a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, peço que me inscreva para falar em nome da Liderança do PDT.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito, V. Exª terá a palavra como Líder.

Drª Cláudia, como havíamos acertado, também faço minha inscrição como Líder pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Então, iniciamos nossos trabalhos, convidando para fazer uso da palavra as Senadoras e os Senadores inscritos como oradores na sessão de hoje, dia 29 de agosto.

O primeiro orador seria o Senador Paulo Paim, que permuta seu tempo com a Senadora Ana Amélia, que convidou para fazer uso da palavra. A Senadora Ana Amélia, no dia de hoje, dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento. A atuante Senadora do Rio Grande do Sul dispõe de até 20 minutos na tribuna.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, disponho de 20 minutos pelo Regimento e do restante pela sua generosidade.

Cara Presidente Vanessa Grazziotin, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, venho a esta tribuna para falar sobre um evento importantíssimo para a agropecuária brasileira, em particular do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Mas, antes, quero fazer o registro, Senador Acir Gurgacz, de duas perdas lamentáveis. Eu o faço com o coração muito sentido, porque são duas figuras que conheço. Com um deles tive maior convivência profissional e, com o outro, colega meu, convivi em Brasília e ressalto sua eficiência, seu talento e seu caráter.

Falo sobre a morte, na madrugada de hoje, do jornalista, escritor e radialista Walmor Bergesch, que

faleceu em decorrência de um câncer no hospital Moínhos de Vento, em Porto Alegre. Apresento à família do Walmor meus sentimentos e minhas condolências. Tive uma convivência muito grata com ele. Walmor Bergesch produziu também um livro sobre a televisão no meu Estado, e fui, de certo modo, modestamente, também protagonista dessa radiografia que ele fez para resgatar a memória de uma história de sucesso, que é a televisão no Rio Grande do Sul.

Também fiquei chocada, hoje pela manhã, ao saber da morte de um admirado colega, que conheci em Brasília, na convivência no Congresso – este deve ser o seu caso também, Senador Paim. Refiro-me a Rodolfo Fernandes, filho de Hélio Fernandes. Ele era diretor de redação de *O Globo*. Eu dizia sempre que era um garoto doce, fino no trato, delicado, aplicado no ofício da boa comunicação com responsabilidade, a comunicação mais difícil de fazer, que é a comunicação da cobertura política em Brasília. Ele chegou por seus méritos a ser o diretor de redação do jornal *O Globo*. Morreu em decorrência de uma doença que também vitimou outro amigo meu, o ex-Governador e Deputado Sinval Guazzelli, doença bem rara e complicada, como testemunham as pessoas que a acompanham, pelas consequências que traz.

Gostaria que a Mesa, Presidenta Vanessa Grazziotin, apresentasse condolências às famílias desses dois jornalistas, Walmor Bergesch e Rodolfo Fernandes, e endossasse a apresentação de pesar pela morte dessas duas queridas pessoas, muito importantes para as comunicações.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa recebe a proposição de V. Ex^a e se associa às suas considerações e ao voto de solidariedade.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidenta Vanessa Grazziotin, pela acolhida a essa minha solicitação.

Senadora Vanessa – V. Ex^a iniciou a vida bem perto do meu Estado, em Santa Catarina, e, hoje, representa, com muita honra, o Estado do Amazonas –, começou, neste sábado, dia 27, a 34^a Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer) no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre.

Essa feira, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, é reconhecida como um dos maiores eventos no mundo do seu gênero, evidenciando o potencial da produção agropecuária não apenas do Rio Grande do Sul, mas de todo o País e até do Mercosul, pois ali estão também representantes dos países vizinhos e até de países europeus,

o que dá à Expointer um caráter de vitrine bem posta do que existe de melhor em matéria de genética, de avanço na biotecnologia e na produção agropecuária e de avanço tecnológico no setor, Senador Acir Gurgacz, de máquinas e implementos agrícolas. É o conjunto que faz a riqueza do País, aliás, justificando os números da nossa balança comercial.

Neste ano, a abertura da Expointer aconteceu em uma data muito importante para a história dos brasileiros e, em especial, para o povo do meu Estado do Rio Grande do Sul. No dia 27 de agosto, completaram-se cinquenta anos do Movimento da Legalidade, sobre o qual dedicamos parte da sessão plenária da última quinta-feira, com pronunciamentos expressivos, que marcaram aquela tarde, como os dos Senadores Paulo Paim e Rodrigo Rollemberg, entre os que se manifestaram desta tribuna. E o que era o Movimento da Legalidade senão um grande ato dos brasileiros que queriam ver o cumprimento da Constituição Federal, a legalidade, a segurança jurídica, o Estado de direito? O Movimento Legalista, Presidenta Vanessa, foi o movimento dos brasileiros pela segurança jurídica, pelo cumprimento das leis, pela ordem jurídica nacional. É, portanto, carregado de simbolismo o fato de a Expointer 2011 abrir seus portões naquela data comemorativa, dada a importância da segurança jurídica para a atividade agropecuária.

As questões de segurança jurídica no campo são muito mais amplas do que simplesmente a questão relacionada, Senador Rodrigo Rollemberg, ao Código Florestal que estamos examinando nesta Casa. Em que pese ser fundamental para a sobrevivência de todos os seres humanos, a atividade agrícola é cercada de ameaças que necessitam de ampla proteção social para garantir o abastecimento alimentar da população de todo mundo.

Além de conviver com as incertezas da legislação, que podem transformar a qualquer momento a produção de alimentos numa atividade ilegal, os produtores convivem, portanto, com as incertezas do tempo, com a volatilidade dos preços dos alimentos, com dificuldades para obtenção de financiamento da produção, com problemas logísticos e com uma série de outras questões que atingem diretamente a vida do campo. Nem falo sobre o protecionismo dos países ricos e importadores que fazem concorrência, eu diria, até predatória com a nossa produção. Temos maior competitividade, mas perdemos quando se trata de estabelecer o papel do Estado no oferecimento de uma logística capaz de dar ao escoamento da produção as condições para que obtenha melhores resultados quando faz as suas operações de venda.

Todas essas questões, Presidenta Vanessa, precisam ser enfrentadas com muito equilíbrio. Se o Brasil realmente quiser consolidar-se na liderança mundial

da produção de alimentos e da proteção ao meio ambiente, deveremos ampliar a segurança jurídica dos produtores brasileiros, para que eles permaneçam – e eles o querem – na legalidade, Senador Acir Gurgacz.

Possuímos a maior extensão de terras agricultáveis do mundo e, ao mesmo tempo, somos responsáveis pela missão de preservar o maior conjunto de bens naturais do Planeta. Temos 18% da água potável e a maior capacidade ociosa para produção de comida. De acordo com estudos da CNA e da Embrapa realizados com dados do Incra e do IBGE, ainda utilizamos apenas 19,94%, ou seja, 170 milhões de hectares de nossa extensão territorial com a produção agropecuária. Somente em áreas de reserva legal, o Brasil reserva 31,54% do seu território, o que representam, Senador Acir Gurgacz, Senador Rodrigo Rollemberg, 268 milhões de hectares. Outros 31% são Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Unidades de Conservação, e quase 18% são destinados a áreas indígenas e quilombolas.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz, que preside, aliás, com grande competência e com dedicação, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Peço o aparte para cumprimentá-la pelo seu pronunciamento e para dizer que, no dia 1º, o PDT fará um movimento forte no Estado de V. Ex^a, o Rio Grande do Sul, comemorando o ato da legalidade, os 50 anos. Será no dia 1º, no dia 2 e no dia 3 o Encontro Nacional do PDT, em que comemoraremos, junto com os demais colegas do Partido, essa data tão importante para todos nós. Quero dizer que a senhora tem feito um trabalho muito importante na nossa Comissão, principalmente na Comissão da Agricultura, no sentido de darmos legalidade também ao nosso agricultor, exatamente da forma como V. Ex^a fala nesta tarde de hoje. Entendo que é obrigação da nossa parte fazer com que nosso produtor rural produza, como vem produzindo, mas com tranquilidade jurídica. Esse é o grande desafio que temos. Não tenho dúvida de que, com o apoio V. Ex^a, com o apoio do nosso Senador Rodrigo Rollemberg, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente, e com o apoio do Senador Eduardo Braga, que é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, vamos continuar o nosso debate sobre o Código Florestal nesse clima, nesse ambiente em que todos nós queremos a mesma coisa, cientistas, ambientalistas, produtores rurais. Todos nós queremos, em primeiro lugar, alimento para toda a população e um ambiente agradável para se viver. Portanto, temos de cuidar do meio ambiente. Então, acredito muito que vamos convergir nossas ideias e chegar a um consenso, para que possamos gerar essa

segurança e essa tranquilidade de que as pessoas que vivem no campo necessitam. Muito obrigado e meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz.

Talvez, ainda com resquícios do vezo jornalístico, vi o cartaz que dizia desse Encontro quando passei pelo corredor onde está meu gabinete, na Ala Afonso Arinos, e onde está instalado o gabinete de um dos Senadores do seu Partido, o Senador Pedro Taques, em cuja porta está afixado esse cartaz. Na quinta-feira, pedi ao repórter que visse todos os dados. Será realizado do dia 1º ao dia 3 esse seminário, que é um congresso do Partido comemorativo aos 50 anos da legalidade. Na quinta-feira, quando fiz o aparte ao Senador Paulo Paim, fiz referência a esse Encontro. Tenho a certeza de que o senhor, que representa Rondônia, será muito bem recebido lá. O senhor representa Rondônia, um Estado muito importante do ponto de vista da produção agropecuária. E, no comando dessa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, também está fazendo um papel importantíssimo em direção ao Código Florestal.

Mas queria lhe dizer que o grande líder, o homem que levantou o Rio Grande e o Brasil com o Movimento da Legalidade, Leonel Brizola, tinha a noção exata da importância dessa produção de alimentos para o Brasil, e ele, voltando do exílio em 79, falava muito do modelo que o Brasil deveria seguir. Foi várias vezes à Austrália e dizia que a Austrália deveria ser uma referência.

Veja só, aquele homem, lá nos anos 60, teve a antevisão de que educação era a grande força motriz de desenvolvimento, e lamentavelmente esqueceram-se disso, por isso estamos amargando índices desoladores na área da educação fundamental, aquele homem que teve essa visão também já percebia a relevância que a agropecuária e a produção de comida tem para o Brasil e para o mundo. Leonel Brizola realmente era um homem à frente do seu tempo.

Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz.

Agora concedo, com muita alegria, o aparte ao Senador Rodrigo Rollemberg, que preside a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar V. Ex^a por seu pronunciamento sempre muito oportuno, especialmente a primeira parte que se refere à Campanha da Legalidade, que foi liderada por Leonel Brizola e que teve em um outro Governador, um goiano ilustre, também um grande colaborador, um grande apoiador, o ex-Governador Mauro Borges. Quero registrar que prestei bastante atenção no aparte que V. Ex^a fez ao Senador Paulo Paim e abordei o mesmo tema em seguida, mas, quando a senhora registrou com mui-

ta gratidão que parte da sua formação educacional se deve a Leonel Brizola, a programas implementados por Leonel Brizola quando governador do Rio Grande do Sul, isso demonstra, de forma cristalina, a importância do investimento em educação. Não existe nenhum investimento com retornos econômicos e sociais melhores do que investimento em educação. Basta dizer que nós não conhecemos nenhum analfabeto filho de família alfabetizada. O que demonstra que, quando se faz um investimento em educação, toda uma geração é beneficiada. Mas quero também aqui registrar a participação de V. Ex^a; pela sua assiduidade, pela oportunidade, pela combatividade, pela competência com que se tem posicionado nos debates sobre o Código Florestal. V. Ex^a representa um Estado importante para a agricultura brasileira, e nós estamos diante de um grande desafio: produzir um Código Florestal moderno, um Código Florestal que trate da ocupação, do uso e do solo, que dê tranquilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que também permita que o Brasil continue sendo, cada vez mais, uma potência ambiental. Nós estamos chegando àquele momento de afunilamento. Tivemos oportunidade, na semana passada, em dois grandes momentos, de ouvir os ex-Ministros do Meio Ambiente, depois os ex-Ministros da Agricultura com contribuições muito significativas; amanhã teremos especialistas que falarão do impacto do Código Florestal nas cidades; já temos, para o dia 13 de setembro, uma audiência marcada com juristas, Ministros do Supremo e do STJ, especialistas em direito ambiental, e começamos esta semana o nosso ciclo de visitas. Faremos audiência pública na grande exposição de Esteio. No dia 16, teremos outra em Chapecó, em Santa Catarina, depois iremos a outras regiões do País conhecer experiências bem-sucedidas que conseguiram aliar produção agrícola com preservação ambiental. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho que tem desempenhado na Comissão de Agricultura, nas audiências conjuntas com a Comissão de Meio Ambiente e no Senado de uma forma geral, V. Ex^a tem sido uma excelente Senadora, e quero aqui cumprimentar o povo do Rio Grande do Sul pela excelente e feliz escolha que fez.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Rodrigo Rollemberg, fico até comovida com suas palavras, porque um aparte é mais do que colaborar ou ampliar as informações a respeito de um tema tão importante. Essa sua palavra, para mim, é extremamente gratificante. Fico bastante emocionada com o que disse, porque a gente trabalha tanto e, quando vê um colega fazer esse reconhecimento, realmente passa a se sentir ainda mais encorajada a continuar essa luta conjunta. Estamos juntos sempre. Amanhã estarei lá. Para isso, teremos que abrir mão de algumas das

nossas Comissões – nós que estamos sempre participando de muitas Comissões –, mas não deixo de dar prioridade a esse tema, dada a relevância que tem.

Não é pouca coisa que o Brasil tenha de produzir comida de uma forma sustentável. O que significa isso? Aumentar a produção e a produtividade para evitar desmatamento, evitar a destruição do meio ambiente, preservar as suas fontes, os seus mananciais, as suas matas ciliares. Então essa é a conveniência que temos ao examinar esse tema. Tenho que dar prioridade, sim, porque o meu Estado, o Rio Grande do Sul, depende basicamente do setor agropecuário.

Os índices apresentados pela Fundação de Economia e Estatística desse primeiro quadrimestre de 2011, Senador Rodrigo Rollemberg, foram positivos só por conta da produção agropecuária – uma excelente safra de arroz, safras agrícolas de muito boa qualidade. Então, veja, não dá para ignorar a relevância disso e de produtores que têm a consciência de sua responsabilidade para com a preservação ambiental.

Por isso, eu me ocupo hoje em falar sobre a Expointer e desejo que o senhor se recupere do acidente que sofreu para estar conosco na sexta-feira, quando teremos audiência pública, na Expointer, sobre o Código Florestal.

Muito obrigada, mais uma vez, pelas palavras generosas do caro colega Rodrigo Rollemberg.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim, com muita alegria, Presidenta Vanessa Grazziotin.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, é muito rápido. Quero cumprimentá-la também e dizer que tenho muita alegria por ter retornado ao Senado junto com V. Ex^a, pois nos elegemos agora – e é bom ver dois fãs do Leonel Brizola. V. Ex^a tem demonstrado isso, e não é a primeira vez. Por isso, emocionou-se – percebo eu – da tribuna. Às vezes, quando a gente se emociona da tribuna alguns não entendem. É como se a gente não fosse humano. A gente se emociona como qualquer um se emociona. Eu percebi que V. Ex^a, da tribuna, está emocionada, falando de Leonel Brizola, uma liderança, para nós todos uma referência. Acho, inclusive, uma alegria para o próprio PDT saber que há dois Senadores que têm em Leonel Brizola uma referência na sua caminhada e na sua história. Só isso. Meus cumprimentos. V. Ex^a está fazendo um excelente trabalho, e eu comentava com V. Ex^a que também serei companheiro de V. Ex^a e do Senador Simon no Mercosul. Estaremos juntos também naquele fórum, debatendo os temas de interesse do Rio Grande e do Brasil. Mas o meu aparte é mais para cumprimentá-la. Tenho certeza de que será uma grande audiência pública a que os senhores vão realizar lá no Rio Grande, na Expointer. Eu vou falar um

pouquinho da Expointer, claro, depois, mas na mesma linha que V. Ex^a falou, apenas repetindo a importância dessa feira. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Que bom ter trocado de lugar. Só assim tive oportunidade de ouvi-la. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, meu querido colega e amigo, Senador Paulo Paim. Temos palmilhado juntos aqui, sempre em defesa do Rio Grande, quando vou ao interior, também percebo – agora, farei um breve relato, se a generosidade da nossa Presidente Vanessa Grazziotin permitir, mas agradeço sempre –, que o cidadão e a sociedade querem políticos assim: comprometidos com os interesses legítimos da sua comunidade. Estamos aqui juntos, o caro colega Paulo Paim e o Senador Pedro Simon, também para esse grande desafio.

Mas os dados que eu mostrei, Sr^a Presidente, sobre a produção e as áreas que são destinadas para a agricultura, para os parques nacionais, para os quilombolas, para reservas indígenas revelam apenas que há uma parte pequena do território brasileiro que é, hoje, ocupada pelo desenvolvimento da agropecuária de Estados importantes, como o Paraná, do Senador Roberto Requião, que está aqui no plenário também.

Os dados mostram que o Brasil só conseguiria aliar a produção de alimentos com a preservação ambiental devido ao aumento da produtividade das nossas lavouras. Até os anos 60 e 70, o Brasil era um País importador de alimentos. Nos últimos anos, ampliando em 48% a área de nossas lavouras, conseguimos aumentar em 268% – não é, Senador Rodrigo Rollemberg? – a produtividade. Portanto, praticamente na mesma área, muito maior produção. Esse aumento da produtividade é resultado do esforço dos produtores, Presidenta Vanessa Grazziotin, que desenvolvem ciência e tecnologia aplicada ao cultivo de alimentos, que utilizam a biotecnologia do manejo adequado do solo, praticam o plantio direto para não degradar o meio ambiente.

Bom exemplo de tudo o que é desenvolvido no âmbito da agricultura de precisão pode ser encontrado anualmente na Expodireto, realizada lá em Não-me-Toque, no Rio Grande do Sul, e que, nos últimos anos, tem comemorado excelentes resultados com a produtividade das lavouras de milho e de soja, por exemplo.

Feiras como a Expodireto e a Expointer são motivos de orgulho para todos os gaúchos. São exposições que enaltecem o resultado do trabalho corajoso e competente dos produtores do meu Estado e que viram, no desenvolvimento tecnológico, um forte aliado para a preservação ambiental; produtores que já desbravaram Santa Catarina, o Paraná, de Roberto Requião, a Rondônia, de Acir Gurgacz, o Distrito Federal, de Rodrigo Rollemberg, e assim por diante; estão

os agricultores em Goiás, estão em Tocantins, estão no Maranhão, estão na Bahia, estão em toda parte, levando o desenvolvimento.

A Expointer é a vitrine moderna da agropecuária familiar e empresarial. No mesmo espaço a agricultura familiar convive com as empresas modernas. Juntos aplicam o seu talento e a sua coragem para mostrar ao Brasil que é possível produzir mais na mesma área em que se protege o meio ambiente.

O Rio Grande do Sul é o pioneiro na aplicação de uma legislação preservacionista e as áreas de matas nativas são a prova de que o agricultor gaúcho tem consciência da sua responsabilidade ambiental.

Eu gostaria, Sr^a Presidente, que ficasse registrado nos Anais este meu pronunciamento, por causa do tempo, em função de ele já ter se esgotado.

Mas eu queria apenas fazer um registro da presença da Presidenta Dilma Rousseff na...

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – São poucas páginas, V. Ex^a pode concluir.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muita obrigada. Eu lhe agradeço imensamente.

Eu queria então dizer que nós teremos, no dia 2,...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... nesta próxima sexta-feira, com a presença do presidente Acir Gurgacz, uma audiência pública, e desejamos também a presença do Senador Rodrigo Rollemberg e dos Relatores Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana, para debatermos, na Expointer, o Código Florestal. Essa audiência pública será produzida no ambiente do Canal Rural, no Parque de Exposições de Esteio, e transmitida diretamente pela TV Senado para todo o Brasil.

É hora de continuarmos esse debate que vai, sem dúvida, representar uma nova etapa no processo de modernização, com a produção sustentável em nosso País.

Além da presença da Presidenta Dilma Rousseff, na abertura oficial da Expointer, também registro, com agrado, a escolha do Deputado Mendes Ribeiro Filho, do PMDB do meu Estado, para conduzir o Ministério da Agricultura. Isso não é apenas o reflexo da importância da política gaúcha no cenário nacional, mas de um Líder político que sempre teve compromisso com a produção agropecuária no nosso Estado.

Por fim, Sr^a Presidenta, estive neste final de semana percorrendo algumas regiões importantes do meu Estado, como a região carbonífera, em Charqueadas e Minas do Leão; estive em contato com o Vice-Presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul, Adão Carlos Oliveira, que manifestou as preocu-

pações desses trabalhadores com a possibilidade de fechamento da Usina Termelétrica da CGTEE de São Jerônimo, a mais antiga em funcionamento no Brasil.

Como 6,5 toneladas mensais de carvão são destinadas mensalmente pelos mineiros para a Usina, 150 trabalhadores do setor correm o risco, Senador Paulo Paim, de ficar sem emprego. Há, ainda, risco de desemprego para cerca de 300 funcionários e suas famílias que trabalham na Usina, e 1,8 mil empregos indiretos na região.

Por esses motivos, para batalhar pela manutenção do funcionamento da Usina Termelétrica de São Jerônimo, no próximo dia 2, os trabalhadores da região carbonífera farão um manifesto na BR-290, no trevo de acesso a Minas do Leão. Estarão presentes, nessa manifestação, lideranças das cidades de São Jerônimo, Minas do Leão, Butiá, Charqueadas, Barão do Triunfo, General Câmara, Arroio dos Ratos e Triunfo.

Já em Santa Cruz do Sul, cidade do Vale do Taquari, que tem sua economia baseada no cultivo do fumo, participei de um encontro com lideranças locais, empresariais e também políticas, representadas pelas Prefeituras Municipais.

Na ocasião, foram-me relatadas, Sr^a Presidente, além das demandas tradicionais da região relacionadas às Resoluções n^{os} 112 e 117 da Anvisa e também o Código Florestal, deficiências locais do atendimento do SUS e a situação precária dos hospitais da comunidade.

Em Lajeado, que também está localizada na região do Vale do Taquari,...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... a 120 quilômetros de Porto Alegre, participei de uma reunião com mais de 600 lideranças de 18 Municípios.

Para surpresa de todos que dizem que o brasileiro está apático em relação aos problemas nacionais, as principais reivindicações que me foram apresentadas não dizem respeito às questões locais.

A população de Lajeado e cidades vizinhas está acompanhando atentamente as ações de combate à corrupção promovida pela Presidente Dilma e aprovou o apoio desta Casa a essas ações. A população tem a compreensão de que a corrupção é o principal problema gerador da falta de infraestrutura sofrida pela região, como, por exemplo, a precariedade da BR-386.

Por fim, em Taquari, cidade conhecida pelas corredeiras do rio Paranhana, tratei das ações desta Casa no combate ao *crack*, como o trabalho que vem sendo realizado na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e *Crack*.

O evento foi marcado pela apresentação do grupo de teatro formado por jovens da Comunidade Terapêu-

tica Desafio Jovem Luz do Vale, de Campo Bom, que foi criada há 16 anos e hoje abriga mais de setenta dependentes. A peça teatral evidenciou a importância da prevenção como meio de combate às drogas.

Em Viamão, cidade histórica da região metropolitana de Porto Alegre, pude ter contato com os problemas típicos das cidades vizinhas das grandes metrópoles, onde há um grande contingente populacional, mas são escassas as condições de infraestrutura para atender a essa população. No caso de Viamão, vejam só, 70% do território é rural e, por isso, nós também temos grande interesse nessa região pelos desdobramentos do Novo Código Florestal que está em exame nesta Casa.

Sr^a Presidente, muito obrigada pela generosa acolhida e pelo tempo que pude dispor para apresentar e completar o meu pensamento.

Muito obrigada, também, Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. art. 210,
inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)*

Morre aos 73 anos um dos pioneiros da televisão no Rio Grande do Sul, Walmor Bergesch Jornalista morreu por volta de 1h desta segunda no Hospital Moinhos de Vento, na Capital.

O jornalista, escritor, radialista e empresário Walmor Bergesch morreu no início da madrugada desta segunda-feira no Hospital Moinhos de Vento, na Capital. Walmor tinha 73 anos e estava internado desde o dia 7 de julho lutando contra um câncer raro nos rins. Ele foi um dos profissionais que atuou na instalação e na inauguração das primeiras emissoras de TV de Porto Alegre.

O velório ainda não possui horário e local definidos. Já o enterro ocorrerá nesta segunda-feira, às 17h, no Cemitério da Comunidade Evangélica de Porto Alegre. Os familiares do escritor devem se pronunciar somente pela manhã.

Walmor Bergesch nasceu na cidade de Estrela, em 10 de abril de 1938. Em 1995, se transferiu para Porto Alegre e começou a trabalhar na Rádio Farroupilha. O jornalista foi um dos 16 profissionais selecionados a pedido de Assis Chateaubriand, diretor dos **Diários e Emissoras Associados**, para ir ao Rio de Janeiro realizar um curso sobre televisão.

Passou cerca de seis meses na TV Tupi apreendendo sobre a nova mídia, que já operava desde 1950 e 1951 em São Paulo e no Rio. De volta ao Estado, integrou a equipe que instalou e inaugurou a TV Piratini em dezembro de 1959.

Uma de suas façanhas foi conseguir trazer, para um programa de Bibi Ferreira, atores americanos famosos nos anos 1960, como Anthony Perkins e Karl Malden, que tinham ficado retidos no aeroporto Salgado Filho, a caminho de Buenos Aires.

Em 1962, a convite de Maurício Sirotsky, foi chamado para atuar na inauguração da TV Gaúcha como chefe de programação. Se aposentou na RBS em 1998, mas continuou exercendo o cargo de vice-presidente da área de TV por assinatura até o ano 2000.

Walmor, junto com Salimen Júnior, foi quem introduziu a cor na televisão brasileira, em 1972, quando dirigia a TV Difusora de Porto Alegre, atual TV Bandeirantes. Ele foi também o criador do Canal Rural, da TVCOM e implantou redes regionais de TV em vários estados brasileiros.

Morreu na tarde deste sábado, no Rio de Janeiro, o jornalista Rodolfo Fernandes, aos 49 anos. Diretor de redação do jornal **O Globo**, ele estava internado na Clínica São Vicente, na Gávea, zona sul do Rio de Janeiro, onde lutava desde 2009 contra a esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença neurológica fatal que provoca lesões musculares progressivas.

A doença foi diagnosticada em julho daquele ano. Fernandes enfrentava insuficiência respiratória mas, segundo o jornal, continuou trabalhando até a última quinta-feira. O governo do Rio decretou luto oficial.

Filho do jornalista Hélio Fernandes, Rodolfo iniciou a carreira aos 16 anos, na **Tribuna da Imprensa**. Passou também por veículos como **Última Hora**, **Jornal de Brasília**, **Folha de S.Paulo** e **Jornal do Brasil**, em Brasília foi repórter atuante no acompanhamento do cotidiano da Presidência da República e do Congresso Nacional.

Rodolfo Fernandes trabalhava em **O Globo** havia 22 anos. Inicialmente, na Sucursal de Brasília, onde exerceu as funções de coordenador de política e chefe de redação. De volta ao Rio em 2000, assumiu a editoria de Política. No ano seguinte, tornou-se chefe da redação.

Rodolfo era casado com Maria Sílvia Bastos Marques, ex-executiva do Banco Icatu, ex-secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro e Presidente da Empresa Olímpica Municipal, criada pela prefeitura com a função de coordenar os projetos para os Jogos Olímpicos a serem disputados no Rio em 2016. Do primeiro casamento, com Sandra Fernandes, o jornalista deixa dois filhos, Felipe e Letícia. Irmão mais novo de Hélio Fernandes, o jornalista, escritor e dramaturgo Millôr Fernandes era seu tio.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DA SRA. SENADORA ANA AMÉLIA.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado.

Teve início, no sábado, dia 27, a 34^a Expointer, Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários, no Parque de Exposições Assis Brasil, na cidade de Esteio, Região Metropolitana de Porto Alegre.

Esta feira é reconhecida como um dos maiores eventos do mundo em seu gênero, evidenciando o potencial do agronegócio do Rio Grande do Sul.

Neste ano, a abertura da Expointer aconteceu em uma data muito importante para a história dos brasileiros, e em especial, do povo gaúcho: no dia 27 de agosto, completou 50 anos o “Movimento da Legalidade”, sob o qual dedicamos parte da sessão plenária da última quinta-feira.

E o que era o Movimento da Legalidade, senão um grande ato de brasileiros que queriam ver o cumprimento da Constituição Federal?

O movimento legalista foi um movimento dos brasileiros pela segurança jurídica, pelo cumprimento das leis, pela ordem nacional!

É, portanto, carregado de simbolismo o fato de a Expointer abrir os seus portões nesta data comemorativa, dada a importância da segurança jurídica para a atividade agropecuária!

Sr^{as} e Srs. Senadores, as questões de segurança jurídica no campo são muito mais amplas que a questão do Código Florestal. Em que pese seja fundamental para a sobrevivência de todos os seres humanos, a atividade agrícola é cercada de ameaças que necessitam de ampla proteção social para garantir o abastecimento alimentar da população mundial.

Além de conviver com as incertezas da legislação, que pode transformar, a qualquer momento, a produção de alimentos em uma atividade ilegal, os produtores convivem com as incertezas do tempo, a volatilidade dos preços dos alimentos, dificuldades para obter o financiamento da produção, problemas logísticos, e uma série de outras questões que atingem diretamente a vida no campo.

Todas essas questões precisam ser enfrentadas com equilíbrio. Se o Brasil realmente quiser consolidar-se na liderança mundial da produção de alimentos e proteção ao meio ambiente, devemos ampliar a segurança jurídica dos produtores brasileiros, para que permaneçam na legalidade!

Possuímos a maior extensão de terras agriculturáveis do mundo e, ao mesmo tempo, somos responsáveis pela missão de preservar o maior conjunto de bens naturais do planeta. Temos 18% da água potável

do planeta, e a maior capacidade ociosa para a produção de alimentos.

De acordo com estudos da CNA e da Embrapa, realizados com dados do Inbra e do IBGE, ainda utilizamos apenas 19,94% (ou 170 milhões de hectares) de nossa extensão territorial com a produção agropecuária. Somente em áreas de reserva legal, o Brasil preserva 31,54% de seu território (268 milhões de hectares). Outros 31% são Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Unidades de Conservação, e quase 18% é destinado a áreas indígenas e quilombolas.

Esses dados nos mostram que o Brasil só conseguiu aliar a produção de alimentos com a preservação ambiental devido ao aumento da produtividade de nossas lavouras. Até os anos 60 e 70, o Brasil era um país importador de alimentos. Nos últimos anos, ampliando em 48% a área de nossas lavouras, conseguimos aumentar a produção de alimentos em 268%.

Esse aumento da produtividade é resultado do esforço dos produtores brasileiros, que desenvolveram ciência e tecnologia aplicada ao cultivo de alimentos, que utilizam a biotecnologia no manejo adequado do solo, e praticam o plantio direto para não degradar o meio ambiente.

Bom exemplo de tudo o que é desenvolvido no âmbito da agricultura de precisão pode ser encontrado anualmente na Expodireto, realizada anualmente na cidade de Não Me Toque, no Rio Grande do Sul, e que nos últimos anos tem comemorado os bons resultados do milho e do soja.

Feiras como a Expodireto quanto a Expointer são motivos de orgulho dos gaúchos. São exposições que enaltecem o resultado do trabalho corajoso e competente dos produtores do Rio Grande do Sul, que viram no desenvolvimento tecnológico um forte aliado para a preservação ambiental.

A Expointer é a vitrina da moderna agropecuária familiar e empresarial. No mesmo espaço, a agricultura familiar convive com empresas modernas. Juntos, aplicam o seu talento e a sua coragem para mostrar ao Brasil que é possível produzir mais na mesma área em que se protege o Meio Ambiente.

O Rio Grande do Sul é pioneiro na aplicação de uma legislação "preservacionista", e as áreas de matas nativas são a prova de que o agricultor gaúcho tem consciência de sua responsabilidade ambiental.

Foram esses princípios "preservacionistas" que fizeram com que milhares de gaúchos fossem levados a ampliar a fronteira agrícola brasileira, fincando a bandeira das tradições gaúchas e da moderna agropecuária, que podem ser vistas em todas as regiões do país.

A Expointer 2011 consagra a importância da união entre a agropecuária e a sustentabilidade.

A relevância desta feira ganhará destaque, também, com a realização de uma Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no dia 2 de setembro, para discutir o novo Código Florestal.

A Audiência foi requerida por mim, e contará com as presenças dos Senadores Acir Gurgacz (PDT-RO), e dos relatores do Código Florestal nas Comissões de Constituição e Justiça, Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) e na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana (PT-AC).

Telespectadores de todo o Brasil poderão assistir à audiência, que será transmitida pela TV Senado, com imagens produzidas pelo Canal Rural.

Tenho a convicção de que até meados de novembro teremos condições de concluir o desafio de preparar um Código à altura da importância que o Brasil tem no cenário mundial da produção de alimentos e da preservação ambiental.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Expointer 2011 aguarda pela visita da Presidenta Dilma Rousseff. Sua presença no Parque de Exposições Assis Brasil simboliza a relevância atribuída pelo Governo Federal a este setor, que nos últimos anos, tem garantido o superávit da balança comercial brasileira. Em 2010, os derivados de soja foram responsáveis por 8,5% de nossa pauta de exportações, os derivados da cana 6,8%, e as carnes 6,7%, apenas para citar alguns produtos.

Nesse contexto, a escolha de Mendes Ribeiro Filho (PMDB) para conduzir o Ministério da Agricultura não é apenas o reflexo da importância da política gaúcha no cenário nacional, mas de um líder político que sempre teve compromissos com a produção agrícola. Muito obrigada.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Pronunciamento da Senadora Ana Amélia (PP-RS) Plenário do Senado Federal, 29 de agosto de 2011, Roteiro pelo RS-26 a 28 de agosto de 2011.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Telespectadores da TV Senado

Este final de semana estive em roteiro pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Em Charqueadas e Minas do Leão, na região carbonífera do Estado, estive em contato com o vice-presidente do Sindicato dos Mineiros do Rio Grande do Sul, Adão Carlos Oliveira, que manifestou as preocupações desses trabalhadores com a possibilidade de fechamento da Usina Termelétrica da CGTEE de São Jerônimo, a mais antiga em funcionamento no Brasil.

Como 6,5 toneladas mensais de carvão são destinadas mensalmente pelos mineiros para a Usina, 150 trabalhadores do setor correm o risco de ficar sem

emprego. Há, ainda, risco de desemprego para cerca de 300 funcionários e suas famílias que trabalham na Usina, e 1800 empregos indiretos na região.

Por esses motivos, para batalhar pela manutenção do funcionamento da Usina Termelétrica de São Jerônimo, no próximo dia 2 os trabalhadores da região Carbonífera farão um manifesto na BR-290, no trevo de acesso a Minas do Leão. Estarão presentes, nessa manifestação, lideranças das cidades de São Jerônimo, Minas do Leão, Butiá, Charqueadas, Barão do Triunfo, General Câmara, Arroio dos Ratos e Triunfo.

Em Santa Cruz do Sul, cidade do Vale do Taquari, que tem sua economia baseada no cultivo do fumo, eu participei de um encontro com lideranças locais e empresariais.

Na ocasião, me foram relatadas, além das demandas tradicionais da região relacionadas às resoluções 112 e 117 da Anvisa e o Código Florestal, deficiência locais do atendimento do SUS e a situação precária dos hospitais da cidade.

Em Lajeado, que também está localizada na Região do Vale do Taquari, a 120 km de Porto Alegre, participei de uma reunião com mais de 600 lideranças de 18 municípios.

Para a surpresa de todos que dizem que o brasileiro está apático em relação aos problemas nacionais, as principais reivindicações que me foram apresentadas não dizem respeito a questões locais.

A população de Lajeado e cidades vizinhas está acompanhando atenta às ações de combate à corrupção promovidas pela Presidenta Dilma, e aprovaram o apoio desta Casa às ações. A população tem a compreensão de que a corrupção é o principal problema gerador da falta de infraestrutura sofrida pela região, como a precariedade da BR-386.

Em Taquari, cidade conhecida pelas corredeiras do Rio Paranhana, tratei das ações desta Casa no combate ao **crack**, como o trabalho que vem sendo realizado na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e "Crack".

O evento foi marcado pela apresentação do grupo de teatro formado por jovens da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Luz do Vale, de Campo Bom, que foi criada há 16 anos e hoje abriga mais de 70 dependentes. A peça Teatral evidenciou a importância da prevenção como meio de combate às drogas.

Em Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre, pude ter contato com os problemas típicos das cidades vizinhas das grandes metrópoles, onde há um grande contingente populacional, mas são escassas as condições de infraestrutura para atender a essa população.

No caso de Viamão, 70% do território é rural, e por isso há, também, grande interesse com os desdobramentos do Novo Código Florestal.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, não só pelo pronunciamento mas pela dedicação, pelo envolvimento no debate relativo ao novo Código Florestal brasileiro.

Dando seqüência aos oradores inscritos, convido para fazer uso da palavra o Senador Acir Gurgacz, que falará pela Liderança do PDT. Na seqüência, Senador Rodrigo Rollemberg, como orador inscrito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Vanessa Grazziotin, do nosso querido Estado do Amazonas, vizinho do meu Estado de Rondônia, meu tempo é de 15 minutos, e não cinco. Agradeço a sua compreensão, mas não vou utilizar os 15 minutos.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários temas importantes estão sendo discutidos na nossa Comissão de Agricultura aqui no Senado. Mas uma das nossas obrigações também é trazer para a discussão aquilo que está acontecendo hoje na agricultura brasileira.

Na última sexta-feira, tivemos uma experiência, no meu entendimento, muito importante, na Comissão de Agricultura aqui no Senado, com a realização de audiências públicas em quatro Municípios do Estado de Rondônia, em um único dia, de forma itinerante: nos Municípios de Alvorada do Oeste, Nova Brasilândia, São Miguel do Guaporé e Seringueiras. Essas audiências fazem parte do ciclo de debates e palestras que começamos este ano, assim que assumimos a Presidência da Comissão de Agricultura.

Os seminários e palestras também estão sendo acompanhados pelas autoridades, pelo Governo e pelo mercado em geral, auxiliando na formulação de políticas públicas para o setor. Já realizamos 17 seminários desse modelo às sextas-feiras, sendo que quatro eventos ocorreram fora do Senado, muito próximo dos nossos agricultores, como essas quatro audiências em um único dia que tivemos no Estado de Rondônia, nas quais mais de 1.300 agricultores discutiram a formação do preço do leite no nosso Estado de Rondônia, que está muito baixo não só lá em Rondônia, mas em todo o País. Mas, principalmente no meu Estado de Rondônia, o preço do leite tem sido motivo de descontentamento, de preocupação por parte dos nossos agricultores, por parte dos nossos produtores rurais.

A Comissão de Agricultura já realizou três seminários para discutir exatamente as diferenças e discrepâncias dentro das relações comerciais do Mercosul, assim como também já realizamos um debate espe-

cífico para tratar do mercado do leite no Brasil. Tais debates foram considerados pelo Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, importantes na negociação dos parâmetros para a importação do leite no Brasil. Tais negociações têm um resultado efetivo dentro do mercado do leite nacional, pois deverão impedir uma continuidade de baixa do preço, principalmente eliminando o risco da triangulação de mercadorias. Nessas audiências, lá em Rondônia, colhemos informações diretamente com os envolvidos na produção, na industrialização e na comercialização do leite, para que possamos conversar com os demais Senadores da Comissão de Agricultura, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, com o Ministro da Agricultura, com o nosso Governador do Estado, Confúcio Moura, e mesmo com a nossa Presidenta Dilma.

Tudo isso para que juntos possamos encontrar uma solução imediata para esse problema e construir uma política de longo prazo para o setor leiteiro. Isso porque não adianta apenas resolvermos o problema do preço do leite. Precisamos organizar os produtores, fortalecer o Conseleite, estimular o cooperativismo e oferecer tecnologia, linhas de créditos e incentivo para que os nossos agricultores possam continuar produzindo e melhorando suas condições de vida no campo.

Rondônia tem hoje uma produção média de dois milhões de litros de leite por dia, sendo que 95% dessa produção vêm da agricultura familiar. O preço médio do litro de leite pago ao produtor da bacia leiteira de Rondônia é R\$0,55. O valor pago pelos laticínios varia de R\$0,40 a R\$0,60. No Paraná, o preço pago pelo litro de leite aos produtores é em média de R\$0,75. Em São Paulo, o preço médio é de R\$0,90. Em Minas Gerais, é de aproximadamente R\$0,80. Percebemos, portanto, que alguma coisa está errada na formação do preço do leite em Rondônia. Espero que as audiências públicas que realizamos sirvam para que essa distorção seja corrigida o mais rápido possível.

Falo que é uma distorção, porque, nessas condições, muitos agricultores...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador, nós daremos, sim, a V. Ex^a, porque V. Ex^a falou quinze.

De acordo com o art. 14 do Regimento Interno, quando não há Ordem do Dia, o período para comunicação pela liderança é de cinco minutos, mas V. Ex^a terá o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

O custo de produção do leite, segundo análise da Universidade Federal do Paraná, que foi contratada pelo Estado de Rondônia para fazer essa avaliação e construir o Conseleite, até o mês de maio, dividido entre quatro setores, mini, pequeno, médio e grande produtor rural, gira em torno de R\$0,50 a R\$0,55. Considerando esse alto custo de produção, os produtores de Rondônia, realmente, estão pagando para fornecer leite à população.

Nosso papel não é o de acusar os responsáveis por essas distorções, mas, sim, o de promover o debate aberto dentro do setor agropecuário no segmento produtivo de leite para encaminharmos as soluções. Nesse sentido, o funcionamento do Conselho Estadual do Leite, o Conseleite, é imprescindível para dar transparência nesse processo.

Realizaremos reunião com o governo do Estado, através da participação dos Secretários da Agricultura, do Secretário da Fazenda, do Secretário do Meio Ambiente, para que esse impasse possa ser resolvido o mais rápido possível. Queremos nos reunir esta semana, se possível, senão na próxima semana, também com o Governador Confúcio, que está muito preocupado com essa situação. É importante salientar que boa parte do sucesso dos produtores rurais em conquistarem um melhor preço para seus produtos passa pela própria organização do setor.

Na realização dessas audiências, contamos com o apoio do presidente da Associação Rondoniense dos Municípios (AROM), o Prefeito Laerte Gomes, de Alvorada do Oeste, que há algum tempo vem apontando o baixo preço praticado pelos laticínios. Contamos também com o apoio e a participação do Secretário de Estado da Agricultura, Anselmo de Jesus, que vem atuando em favor do pequeno agricultor desde a época em que era deputado federal e, hoje, no Governo, está iniciando um grande trabalho de reestruturação do setor e a construção de um programa de desenvolvimento agrícola para o Estado.

Destaco, ainda, a participação do presidente da Federação da Agricultura do Estado de Rondônia (Fetagro), Lázaro Dobri, do Superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Rondônia (SESCOOP/RO), Alexandre Nobre, do representante dos laticínios, Sr. André Gonçalves, dos prefeitos de São Miguel, Ângelo Fenali, de Seringueiras, Celso Luiz, e de Nova Brasilândia, Valcir Silas, que organizaram, junto com os produtores, essas reuniões importantes para o setor no Estado de Rondônia. Contamos também com a participação de representantes da Emater, Embrapa, Sindicatos e Associações de Produtores Rurais, além de centenas de agricultores, produtores de leite, em cada reunião.

Em Alvorada do Oeste, na abertura dos trabalhos, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, João Luiz, e os produtores Romeu Aparecido Bortolan e Sebastião Cândido manifestaram o descontentamento do setor com a política de preços controlados pelos laticínios.

Em São Miguel do Guaporé, os produtores manifestaram as suas preocupações com a atual situação da pecuária leiteira do Estado através de Vanderlei Alberto e o Sr. Clarindo Mutz, além do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Miguel Ramirez, de seu vice-presidente, Valmir Pessoa. O presidente da Cooperativa de Produtores de Lei de Rolim de Moura, Eurides Batista, também se manifestou. Todos reclamam do baixo preço pago e da ausência de regras claras para a comercialização do produto.

Os produtores entregam o leite e não sabem qual valor vão receber, pois entregam hoje e receberão daqui a 50 dias pelo leite, mas sem saber se vai ser o preço do dia e sem saber exatamente quanto vai ser. Essa é uma das grandes preocupações.

Em Nova Brasilândia, contamos com a presença do representante de leite, Sr. André Gonçalves, que entregou um documento abordando as questões de infraestrutura, transporte, importações e logística que impactam a formação do leite. Os produtores Sr. Valdemir Cecatto, o Dica, e Valdir Aquino – um abraço a todos de Nova Brasilândia – também se manifestaram e colocaram suas preocupações com relação a essa situação do preço do leite no nosso Estado de Rondônia.

Em Seringueiras, além dos debatedores da mesa...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – ...dos debatedores da mesa, usaram a palavra o Sr. Ricardo Bispo Bezerra, da Emater, e o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do Município, Sr. Adão Aparecido, que se colocou muito bem com relação a essa questão dos laticínios e o preço do leite no Estado de Rondônia.

Vamos acompanhar os desdobramentos para que nossos agricultores não sejam prejudicados por uma lógica mercantilista onde apenas um lado ganha. Nosso desejo é que todos ganhem; para isso, as regras do jogo precisam ser discutidas abertamente com os envolvidos. Por isso, a solução, meus amigos de Rondônia, é montar urgentemente o Conseleite, para que este conselho possa ajudar todos os nossos produtores de leite do Estado.

Portanto, abrir os canais da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para discutir esse tema é mais do que uma missão de nosso mandato. É obrigação nossa fazer com que todos

tenham acesso às discussões e possam apresentar também as suas ideias.

É com grande satisfação que estamos trabalhando para contribuir com o fortalecimento da nossa economia. Agradeço a presença de todos que participaram das quatro audiências e tenho certeza, Sr^a Presidente, de que elas terão os seus objetivos alcançados. Junto com a questão do leite, foi discutida também a legalização fundiária e a reforma do Código Florestal, que estamos fazendo aqui. Todos estão preocupados com a legalidade, com o documento das suas áreas e com a possibilidade de estar em dia com o meio ambiente, com as fiscalizações. Tenho certeza de que vamos avançar com relação à reforma do Código Florestal aqui, no Senado.

Muito obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só para agradecer.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela sua atenção e generosidade com o nosso tempo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A reciprocidade é a mesma. V. Ex^a, quando dirige os trabalhos, tem sido também muito generoso com seus colegas, e, afinal de contas, nós estamos numa sessão não deliberativa, apenas de debates. É importante que todas as Senadoras e os Senadores tenham a possibilidade e a oportunidade de se pronunciar. Cumprimento V. Ex^a, Senador Acir.

Agora convidamos para fazer uso da palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, que recentemente dirigiu uma delegação brasileira que fez uma longa e importante visita à China.

Senador Rodrigo Rollemberg com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão, Senadora amazônica.

Prezados Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senador, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, ao completar sua maioria, o Código de Defesa do Consumidor, um dos mais importantes conjuntos normativos de nosso arcabouço jurídico, prepara-se para receber relevante atualização e modernização.

Nascido de imposição constitucional e fruto da premência de regulamentar uma sociedade de consumo crescente, o Código de Defesa do Consumidor surgiu como ferramenta essencial de intervenção do Estado no sentido de ordenar e proteger os direitos do consumidor. E está mais do que comprovada, Sr^a Presidente, a incapacidade do próprio mercado em promover,

por si só, o equilíbrio e a harmonia necessários para o bom termo dessas relações de consumo. Parte mais frágil desse sistema, o consumidor precisa de regras que restabeleçam o balanço de forças no mercado e ofereçam um ambiente seguro e previsível para os negócios e as transações de natureza comercial.

Com esse espírito, há 21 anos, em 11 de setembro de 1990, foi sancionada a Lei nº 8.078, dispendo sobre a proteção e a defesa do consumidor. Mais do que um marco jurídico, a nova lei viria a representar, com singular simbolismo, uma nova era de liberdade política e econômica, respeito à cidadania e compromisso com o Estado democrático de direito. Prescrita é a discussão técnica sobre o seu caráter de codificação ou de mera legislação geral. Embora sancionada sob essa última etiqueta, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) – não somente por mandamento constitucional expresso, mas, sobretudo, por características de sua própria condição sistemática – assume contornos indistiguíveis de Código, homogêneo e autônomo que é acerca da matéria que regula.

Naturalmente, sua gênese também se conecta a modelos legislativos de outros países, adaptados e circunstanciados às características particulares de nossa realidade jurídica. Longe, portanto, de haver transcrição literal de dispositivos alienígenas, nossa lei sistemática de proteção ao consumidor soube se inspirar, sem copiar, em boas influências normativas espalhadas pelo mundo.

Nesse sentido, podemos citar, em primeiríssimo lugar, o francês **Projet de Code de La Consommation**, erigido sob o mesmo espírito de codificação e aglutinação normativa. Também foram fontes inequívocas de inspiração a Lei Geral de Defesa dos Consumidores da Espanha, além de adaptações e incorporações específicas de dispositivos legais portugueses, alemães e da comunidade europeia.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Código de Defesa do Consumidor, além de estabelecer e definir claramente seus direitos e garantias básicos, trouxe importantíssimas contribuições para a matéria. Entre as principais, podemos destacar a inversão do ônus da prova do processo civil, especificamente em caso de verossimilhança da alegação feita pelo consumidor. Em verdade, a relevância fundamental do Código de Defesa do Consumidor reside, essencialmente, nas diretrizes fixadas e nos instrumentos criados para a efetiva defesa do consumidor – mais do que na própria exatidão de normas materiais que busquem esse fim. Esses instrumentos de defesa não se restringem aos institucionais, como as promotorias de justiça de proteção ao consumidor, delegacias especializadas, juizados especiais e assistência jurídica integral e gratuita para o consumidor

carente. Além deles, há uma gama de normas das mais variadas formas e tipos que, de maneira esquemática, sistematizam as diretrizes que permeiam toda a sua legislação. Contudo, lá se vão 21 anos de existência, Sr^a Presidente, e, embora seus princípios fundamentais e formuladores ainda gozem de plena vitalidade e vigor, algumas novas condições nas relações de consumo requerem as atualizações devidas.

O comércio pela Internet, por exemplo, é uma realidade que se impõe. Somente no ano passado, o comércio eletrônico movimentou quase R\$15 bilhões em nosso País! A previsão para este ano é um crescimento de 33% nesses valores, chegando à casa dos R\$20 bilhões. Regular esse novo tipo de transação compõe uma das novas facetas trabalhadas pela Comissão de Juristas, presidida pelo Ministro Herman Benjamim, no anteprojeto de atualização do Código de Defesa do Consumidor, que brevemente será apresentado e discutido, inicialmente na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e, em seguida, pelo Plenário desta Casa.

Trata-se, Sr^s e Srs. Senadores, de esforço normativo da mais alta importância e absolutamente necessário para a adequação legal desses novos condicionantes em relação à matéria de defesa e proteção do consumidor.

Além do comércio eletrônico, outros aspectos presentes nesse esforço de modernização estão na questão do superendividamento e no uso de cartão de crédito. Dispositivos referentes à prevenção e ao aumento do endividamento, estabelecendo um programa de refinanciamento de dívidas superiores à capacidade momentânea de pagamento do consumidor, fazem parte de algumas propostas elaboradas pela Comissão de Juristas.

Sr^a Presidente, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, há 21 anos, ao promulgar seu primeiro Código de Defesa do Consumidor, o Brasil se posicionou na vanguarda da proteção jurídica e da regulamentação de suas relações de consumo. Depositário de importantes inovações jurídicas e fiador de inúmeros instrumentos de defesa desses novos mecanismos, o Código de Defesa do Consumidor estabeleceu diretrizes e princípios modernos que perpassam a ação do tempo e que acabaram por consolidar uma nova cultura jurídica em nosso País.

Para se manter nessa posição de vanguarda, é chegada a hora de adaptar-se aos novos condicionantes da atualidade e modernizar algumas de suas regras, ampliando sua abrangência sem comprometer sua essência formadora.

É importante ressaltar, Sr^a Presidenta, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, que qualquer modificação no Código de Defesa do Consumidor deve ser no sentido de atualizá-lo diante de questões que não estavam

presentes na vida cotidiana quando da aprovação do Código de Defesa do Consumidor. Jamais poderemos abrir precedentes para retrocessos no Código de Defesa do Consumidor.

E, por falar em defesa do consumidor, eu quero aqui cumprimentar o Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Sr. Vinícius Marques de Carvalho, pela ação pronta da Secretaria de Direito Econômico em relação à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, em função de uma decisão daquela Secretaria, que proibia empresas de radiotáxi de cobrar o desconto de 30% no serviço de táxi da cidade.

Essa polêmica já aconteceu na cidade algumas vezes. A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou uma lei regulamentando o assunto. Em 2008, essa mesma polêmica veio à tona – se as empresas poderiam ou não poderiam conceder o desconto; se a tarifa de táxi no Distrito Federal deveria ser única ou não – e, naquele momento, o entendimento da Secretaria de Direito Econômico, que acabou prevalecendo, foi que as empresas não podem oferecer uma tarifa maior do que aquela pactuada, mas as empresas podem, em respeito à lei, em respeito à Constituição, em respeito à livre concorrência, oferecer descontos individuais aos passageiros. Essa foi a interpretação dada, então, à época. E, sem nenhuma modificação na lei que regulamenta a questão, quis a Secretaria de Transportes ter um entendimento diferenciado.

A esse respeito, quero ler, para ficar registrada nos Anais desta Casa, a comunicação que foi expedida pelo Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico, no dia 25 de agosto de 2011, dirigida ao Sr. José Walter Vazquez Filho, Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal.

Diz a correspondência:

Assunto: Solicitação de informações sobre a aplicação de descontos na prestação de serviços de táxi no DF e encaminhamento de estudo sobre o setor.

Senhor Secretário,

Esta Secretaria de Direito Econômico – SDE tomou conhecimento, por meio da imprensa local, de que estaria proibida a concessão de descontos convencionados entre os passageiros e os taxistas que optarem por tal prática.

Entretanto, essa mesma Secretaria de Estado de Transportes, ao responder o ofício [da Secretaria] nº 556/2008/CGSI/DPDE, referente ao procedimento administrativo nº 08012.000544/2008-18 manifestou-se no sentido “de que não há proibição de descontos, porém os mesmos devem ser negociados di-

retamente com o motorista, tendo por base o valor registrado no taxímetro”.

E transcreve trecho daquela resposta de 2008:

(...)

Ante ao relato, está havendo erro de interpretação, pois, o que a Lei Distrital nº 4.056/07 proíbe é o desconto direto no taxímetro, ou seja, o valor aferido no taxímetro a um trajeto percorrido por um taxista tem que ser igual a todos os táxis, porém o valor cobrado pelo taxista pode ser diferenciado, a lei não proibiu o desconto. Assim, o desconto fica alvedrio do proprietário do táxi.

Porém, tal desconto deve ser dado em cima do valor fixado no taxímetro, assim de evitar o mascaramento do desconto (...) Ou seja, o consumidor não é prejudicado com a implantação da tarifa única, pelo contrário, garante que o valor cobrado pelo serviço prestado esteja em conformidade com a Lei de regência.

A manifestação acima reproduzida (cópia em anexo) foi emitida no âmbito da instrução do procedimento administrativo [a que me referi] nº 08012.000544/2008-18, à época em trâmite nesta Secretaria, que visava apurar as condições concorrenciais no mercado de prestação de serviços de táxi do DF.

Nesse passo, solicita-se que seja informada qual foi a fundamentação legal adotada por essa Secretaria de Transportes para alterar o seu entendimento sobre a concessão de descontos, uma vez que não se tem conhecimento de alteração legislativa incidente sobre o setor em tela desde então.

Outrossim, por meio do aludido procedimento a SDE, em conjunto com a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – SEAE/MF elaborou aprofundado estudo com diversas sugestões para aprimorar a regulação do serviço de táxi. O referido estudo foi encaminhado a essa Secretaria, datado de 23 de junho de 2008.

Por oportuno, reencaminho o estudo em tela e solicito que sejam informadas quais foram as providências adotadas por essa Secretaria, desde o recebimento do aludido estudo, no sentido de promover uma maior concorrência no setor de prestação de serviços de táxi no Distrito Federal.

Atenciosamente, Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico.

Portanto, aqui está muito clara a manifestação do órgão do Ministério da Justiça que regulamenta e que

regula as relações econômicas para dizer que a tarifa única é para impedir uma tarifa maior, mas jamais para permitir o desconto.

Quero registrar que tenho procurado defender os taxistas de nossa cidade. Recentemente, cobrei da Infraero uma solução para os taxistas que têm o ponto de apoio no aeroporto do Distrito Federal e que, em função das obras de ampliação, estão ameaçados de perder seu espaço. Entendo que deve ser tarefa da Infraero, juntamente com o Governo do Distrito Federal, encontrar outro local que possa servir de ponto de apoio para os taxistas do Distrito Federal.

Também entendo que devemos garantir à Capital da República, além de uma qualificação de boa qualidade para os taxistas se preparem para receber os turistas internacionais, cujo número deve crescer muito em função da Copa, melhores condições dos pontos de táxi, dos pontos de apoio nas superquadras do Distrito Federal; não só nas superquadras do Plano Piloto, mas em todas as quadras, com pontos de apoio adequados, com locais em que os taxistas possam esperar os passageiros com conforto, com tranquilidade, com banheiros.

Aqui quero fazer essa defesa, que é a defesa dos consumidores, a defesa de que possamos ter a livre concorrência, que possamos ter um serviço de boa qualidade e que seja mais barato para a população do Distrito Federal.

Era esse registro que eu gostaria de fazer, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a direção dos trabalhos, neste instante, ao Senador Geovani Borges.

A Sr^a Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa, pelo tempo da liderança. V. Ex^a dispõe de 15 minutos. Foi isso que V. Ex^a pediu, né?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, nobre Presidente, Senador Geovani.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiras e companheiros, hoje participei, como uma das representantes do meu Partido, o PCdoB, da reunião do Conselho Político, juntamente com a Presidenta Dilma Rousseff e alguns de seus ministros. Participaram da reunião todos os partidos que compõem a base de sustentação do Governo da Presidenta Dilma.

Primeiro, quero registrar que, antes de entrar nos temas que debateríamos durante a reunião, a Presidenta fez um breve destaque, um breve relato acerca daquilo que a imprensa brasileira – e não é toda –, alguns segmentos da imprensa brasileira insistem em dizer: que as dificuldades e os problemas que ela estaria enfrentando em seu Governo seriam a herança do governo do ex-Presidente Lula.

Ela deixou bem claros, em pouquíssimas palavras – mesmo porque esse não foi o tema do debate –, a importância e o papel que cumpriu o Presidente Lula para que o Brasil chegasse ao ponto em que chegou; para que nós alcançássemos não só a estabilidade, mas também as condições positivas para fazer com que a Nação brasileira seja uma nação a serviço do seu povo e a serviço da sua gente.

É óbvio que faço a minha observação de que temos muito que avançar, mas, se fizermos uma comparação isenta de questões políticas – uma comparação somente numérica das condições estatísticas, das condições do Brasil de hoje, do povo brasileiro de hoje e do que era alguns anos atrás –, percebemos que houve uma melhoria significativa não somente das condições de vida do povo, mas uma melhoria significativa das possibilidades de o Brasil continuar crescendo, de o Brasil continuar se desenvolvendo.

Então, tenho certeza de que a opinião da Presidenta Dilma – e não somente dela – é de que o Presidente Lula não deixou absolutamente nenhuma herança negativa. Pelo contrário, tudo o que ele deixou foi extremamente positivo, tanto que podemos lembrar aqui o que foi a sucessão presidencial, o que foi a última campanha eleitoral, sobretudo para a Presidência da República. Uma mulher, pela primeira vez, elege-se no Brasil, e uma mulher, Senador Luiz Henrique, ex-Governador da querida Santa Catarina, uma mulher que nunca tinha sido candidata a nada.

Ela teve no meu Estado, por exemplo, a maior votação proporcional do Brasil, sem lá ter ido sequer uma vez durante a campanha: nem uma única vez a Presidenta Dilma, então candidata, esteve no Amazonas para pedir votos. Mas nós sabíamos que aquele seria o seu desempenho, porque muitas vezes ela lá esteve acompanhando, enquanto Ministra, o Presidente Lula.

E como o Estado do Amazonas vem se transformando nesses últimos anos! Aqui cito o exemplo do Amazonas não por ser o meu Estado, mas por ser, acredito, o melhor exemplo, porque é o Estado que tem a maior interface com o Governo Federal: 98% da nossa economia é fruto de um projeto coordenado, orientado e dirigido pelo Governo Federal, que é o projeto Zona Franca de Manaus. Então, é óbvio: a Zona Franca irá melhor ou pior, se desenvolverá mais

ou menos de acordo com o compromisso, a compreensão e o entendimento que tenha o Governo Federal.

O Presidente Lula é uma pessoa extremamente respeitada e admirada no meu Estado não apenas por seu carisma, pelo discurso fácil, que fala diretamente às pessoas humildes e ao coração de todos os brasileiros e brasileiras, mas sobretudo pelo compromisso que demonstrou nos seus oito anos com o Brasil e com as regiões menos desenvolvidas.

É óbvio que temos como centro, como meta, como objetivo principal do Governo o combate às desigualdades sociais. Então, nós precisamos entender que o combate às desigualdades sociais se fará, necessariamente, com o combate às desigualdades regionais. Por isso, as políticas de desenvolvimento regional têm sido valorizadas nesses últimos anos no País.

Mas houve uma segunda fase, quando entramos na pauta propriamente dita do Conselho Político no dia de hoje. Houve um segundo momento, quando se abriu a pauta da reunião, em que a Presidenta fez uma fala que foi por todos destacada.

Naquela etapa da reunião, discutíamos a crise econômica internacional e o posicionamento do Brasil diante dessa crise econômica. Ela disse o seguinte: “A crise a gente combate com investimento; a crise a gente combate com crescimento”.

Ou seja, não apenas dando sequência à reação que o Brasil teve em 2008, quando estourou a crise financeira e econômica internacional, a partir dos Estados Unidos da América do Norte. Todos nós recordamos que o ex-Presidente Lula e toda sua equipe econômica entenderam que a melhor forma de enfrentar e combater a crise seria dinamizar o mercado interno. E aí inúmeras ações de abertura de crédito foram efetivadas. Principalmente as pessoas mais carentes, de mais baixo poder aquisitivo, tiveram acesso facilitado ao crédito, e produtos importantes no sistema produtivo nacional também sofreram uma desoneração marcante.

Segundo a própria Presidente, com o que concordamos todos, há uma diferença da crise de 2008 para hoje. Apesar de a crise de hoje ter como base, como raiz a crise de 2008, ela tem um aspecto diferenciado. Todos nós sabemos que ela decorre principalmente do elevado endividamento de países do centro do capitalismo e por conta de seu descontrole fiscal.

Primeiro, quero deixar claro que as medidas foram anunciadas antecipadamente aos presidentes de partido, aos líderes partidários, na reunião do Conselho, e, logo em seguida, o Ministro Guido Mantega saiu para dar uma coletiva à imprensa, quando anunciou que uma das medidas para trabalhar o enfrentamento da crise será o aumento do superávit primário. Repito, o aumento do superávit primário, que hoje é de R\$117

bilhões e passará a ser R\$127 bilhões, o que representa 0,25% do PIB brasileiro.

E muita gente deve estar se questionando: “Como crescer, como ampliar os investimentos, se o que a Presidenta fez, se o que o Ministro da Fazenda fez foi anunciar um aumento do superávit primário?” Ora, essa questão diz respeito diretamente a uma mudança que acredito deva iniciar agora nas questões relativas às orientações na macroeconomia brasileira. Ou seja, possivelmente, essa medida deva iniciar um período de diminuição das taxas de juros oficiais de nosso País. Ou seja, dos juros da taxa Selic, dos mais elevados do mundo, se não os maiores do planeta, Senador Geovani Borges. E taxas que nós não mais podemos suportar, porque, se levarmos em consideração todas as medidas de desoneração que o Governo Federal vem fazendo, todas as medidas, o custo da dívida, do pagamento dos serviços da dívida brasileira, em decorrência da elevadíssima taxa de juros, tem sido maior do que tudo aquilo que tem sido feito. Então, esse aumento do superávit primário anunciado no dia de hoje deverá ser o início e a sinalização de um período de diminuição, de queda nas taxas de juros do Brasil.

Falarei aqui alguns dados, Sr. Presidente. O superávit, como eu já disse, de R\$117 bilhões aproximadamente, passará a R\$127 bilhões, com o aumento de R\$10 bilhões hoje anunciado.

O superávit alcançado no primeiro semestre deste ano, Senador Luiz Henrique, foi de R\$92 bilhões. Ou seja, bem acima da meta estipulada pelo Governo brasileiro, muito acima da meta estipulada pelo Governo brasileiro. Alcançamos um superávit no primeiro semestre, nos primeiros seis meses, de R\$92 bilhões. Entretanto, o serviço da dívida pública brasileira foi de R\$138 bilhões. O que significa dizer que tivemos um déficit nominal na ordem de aproximadamente R\$46 bilhões. Ou seja, serviço da dívida, R\$138 bilhões; com a economia que o Governo brasileiro fez, que é o chamado superávit primário, R\$92 bilhões; ainda faltaram R\$46 bilhões para fazer frente ao serviço público da dívida. Em decorrência de quê? Em decorrência exatamente das elevadas taxas de juros praticadas no Brasil.

Então, quero dizer que eu e meu partido temos sido uma das maiores críticas dessa tríade na macroeconomia brasileira: primeiro, câmbio flutuante; segundo, taxas elevadas de juros, o que obriga o Governo a fazer um elevado superávit também. Entretanto, quero aqui dizer que acredito e tenho muita expectativa de que a posição firme, sólida, não só do Ministro Guido Mantega, mas da Presidenta Dilma, uma posição extremamente firme, leva-nos a acreditar que, de fato – e nós aguardamos –, possa ocorrer, em breve, a redução da taxa de juros, porque só isso explica mais um au-

mento de R\$10 bilhões na meta, já elevadíssima, do superávit primário.

Espero também que, com todas essas medidas de desoneração que o Brasil vem adotando... Inclusive, a gente tem que cumprimentar o Governo brasileiro pelo grande esforço que vem fazendo para enfrentar a crise, um esforço gigantesco. Um esforço que vai de medidas de desoneração do nosso mercado, desoneração com o aumento das faixas daqueles que estão enquadrados no Super Simples, com um aumento importante da faixa; a desoneração da folha de pagamento, como um projeto piloto para segmentos importantes para a indústria brasileira, como a indústria têxtil, a calçadista, a de **software**, de móveis, ou seja, tendo os tributos desonerados; a desoneração de tributos para diversos outros segmentos produtivos brasileiros; a proteção da indústria nacional, com o endurecimento da fiscalização daqueles que trazem produtos subfaturados. Tudo isso é muito importante para o mercado interno, porque, como disse a Presidenta, não basta abrir o crédito, porque nós podemos abrir o crédito e, assim, expandir o mercado interno; agora, temos que tomar cuidado para que essa expansão não sirva como mercado para produtos importados, produtos fabricados em outras regiões do País. Daí a necessidade de outras medidas econômicas – e não só econômicas complementares – para que a gente possa superar a crise, porque abrir o mercado, expandir o mercado interno é importante, mas expandir a produção com desenvolvimento tecnológico é fundamental, para que o nosso desenvolvimento, para que o nosso crescimento seja cada vez mais sólido, Sr. Presidente.

Acredito que ela tenha a melhor das boas intenções. O aumento do superávit é uma sinalização ao mercado, sobretudo ao mercado internacional, ao grande capital. Do meu ponto de vista, Senador Paim, não era preciso essa sinalização, porque o Brasil é um dos países que têm uma proporção maior entre o tamanho da dívida e o pagamento de juros. Nós temos uma dívida geral – e não pública, que esta está em torno de 39% do PIB – em torno de 59% do PIB, e o Brasil gasta mais de 5% do PIB com o pagamento de serviços da dívida. Analisemos outras nações. A Grécia, por exemplo: 142% é a dívida total em relação ao seu PIB, e ela gasta em torno de 5,6% do Produto Interno Bruto; é o único país para quem o Brasil perde na proporção do dispêndio dos recursos para o pagamento dos serviços da dívida. A França tem uma dívida equivalente a 82% de seu

(Interrupção do som.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E eu concluo, Sr. Presidente.

Dizia que a França tem uma dívida de 82% em relação ao seu Produto Interno Bruto e despende, gasta com os serviços dessa mesma dívida, com juros, em torno de 2% do PIB somente.

Ou seja, acho que não necessitaria essa sinalização. Entretanto, o Brasil tem, há alguns anos, optado pelo caminho da segurança. E é esse caminho da segurança que faz com que essas medidas de hoje tenham sido anunciadas, para que a gente possa não permitir uma queda do PIB, que foi detectada nesse último período – uma queda pequena, mas houve uma queda, uma desaceleração da produção, do crescimento nacional –, mas que essas medidas possam servir para ampliar o crescimento e, num curto espaço de tempo, a gente inicie um ritmo de queda das taxas de juros. Assim, ganhará não apenas o Brasil; ganhará o povo brasileiro, que é o mais importante.

Presidente, o Ministro Guido Mantega nos deu a certeza de que os investimentos públicos não cessarão, não sofrerão nenhuma interrupção, nenhuma solução, não perderão a sua continuidade; eles continuarão todos os investimentos, principalmente aqueles que são necessários para preparar o nosso Brasil, o nosso País para eventos tão importantes que sediaremos nos próximos tempos.

Portanto, quero dizer que, pessoalmente, tenho algumas observações a fazer em relação a esse superávit exagerado e ampliado no dia hoje, mas continuamos confiantes na política do Governo Federal, da Presidenta Dilma, que fará com que a gente possa levar o Brasil para o caminho do desenvolvimento, mas um desenvolvimento com distribuição de renda.

E muito obrigada, muito obrigada mesmo a V. Ex^a, Senador Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Parabéns à Senadora Vanessa, que deu um exemplo aqui de conhecimento estatístico, boa de conta. *(Risos.)*

Agora, concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos, o tempo regimental, e mais a tolerância que V. Ex^a desejar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geovani Borges; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, é muito ruim quando, como parlamentar, como representante do Estado, a gente vem à tribuna denunciar malfeitos naquele Estado; mas esta é uma das principais missões do parlamentar: justamente fiscalizar e denunciar erros que aconteçam na administração do Estado e do País.

O assunto que trago hoje, de novo, diz-me respeito muito de perto: a questão da saúde. Sendo médico, fico indignado de ver como o atual Governador de Roraima faz pouco caso da saúde pública, isto é, da saúde do povo do meu Estado. Já vim aqui denunciar, por exemplo, roubo de medicamentos e de outros materiais na área de saúde, denúncias essas que foram comprovadas por uma operação feita pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, em que várias pessoas foram presas, lamentavelmente os peixes miúdos. Foi quando se constatou um roubo de R\$30 milhões com saúde, isto é, em compra irregular de medicamentos, medicamentos jogados fora que estavam fora ou dentro do prazo de validade, maracutaia que estava armada há muito tempo, Senador Geovani: compravam medicamentos em determinados laboratórios ou com representantes de laboratórios com prazo próximo de vencer; supunhamos, uma firma de um Estado “x” tinha um estoque de medicamentos que estava para vencer; aí se abria uma licitação, aliás, melhor, uma compra com dispensa de licitação, sob a alegação de urgência do medicamento; este era adquirido a um preço mais baixo no Estado “a”, porque estava para vencer, e comprado por um preço várias vezes maior no Estado de Roraima, porque se tratava “de emergência”.

Sr. Presidente, esse foi um caso comprovado por uma operação da Polícia Federal chamada Operação Mácula, ou traduzida para o nosso português mais comum: operação mancha. Uma mancha na saúde do meu Estado.

E, de lá para cá, inúmeros casos vêm acontecendo, Sr. Presidente. São pacientes mandados para casa, porque não há material para se fazer uma cirurgia; pacientes cujos parentes são obrigados a comprar o medicamento, porque falta o medicamento no hospital. Tudo, até alimentação mesmo, às vezes, os parentes têm que providenciar.

Pois bem, dias atrás, uma comissão de deputados estaduais, de tanto receber essas denúncias, foi fazer uma visita, uma inspeção no hospital público, mas o Secretário de Saúde e o Governador se indignaram e inclusive entraram com representação contra os deputados na Comissão de Ética da Assembleia Legislativa, porque aqueles parlamentares teriam constrangido os pacientes.

Pouco antes, o Governador do Estado, acompanhado de vereadores – interferindo, portanto, numa questão municipal –, foi ao hospital municipal, da prefeitura, o Hospital Santo Antônio, fazer jogo de cena, porque também naquele hospital estariam faltando medicamentos e equipamentos, etc. Só que ele se esqueceu de dizer que, como Governador do Estado, tem obrigação de repassar para o município um percentual para manutenção do hospital. E ele não faz

isso há muito tempo, por pinimba política. Não cuida do hospital do estado, que é o Hospital Geral do Estado, bem como não cuida da maternidade; e vai se intrometer no hospital municipal.

Agora, eu leio no jornal de hoje, o jornal **Folha de Boa Vista**, a seguinte matéria, com a manchete: “Vesícula...”

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/ PMDB – AP) – Antes de V. Ex^a ler essa manchete, que eu tenho certeza é muito importante para o pronunciamento que V. Ex^a está fazendo, um belo discurso nesta tarde de hoje, como, aliás, uma denúncia que exige muita responsabilidade, eu gostaria de pedir permissão a V. Ex^a para registrar a presença dos alunos do 4º ano da Escola Classe Jardim Botânico, Lago Sul, DF. Sejam bem-vindos.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sejam bem-vindos à nossa sessão de hoje, que é uma sessão não deliberativa, em que não há votação, apenas há os debates dos Senadores, as denúncias, como esta que eu estou fazendo aqui, e a abordagem de temas de interesse da Nação e dos nossos Estados.

Mas como eu estava dizendo, Senador Geovani, a matéria da **Folha de Boa Vista** de hoje: “Vesícula. Pacientes sofrem na longa fila de espera”. E diz a matéria da jornalista Vanessa Targino:

Aproximadamente 10 pacientes que estavam internados para serem submetidos a cirurgias de vesícula foram mandados de volta para casa sem realizar o procedimento, na sexta-feira, no Hospital Geral de Roraima. Eles ficaram mais de 24 horas internados em um dos blocos e foram dispensados após o comunicado do cancelamento por falta de ampolas da medicação atropina.

A maioria dos pacientes aguarda pela cirurgia [veja bem, Senador Geovani] há quase um ano e muitos estão passando por sérios problemas de saúde. A funcionária pública Maria do Perpetuo Socorro Mariano, 44 anos, foi uma das pacientes dispensadas. Ela já foi mandada de volta pela segunda vez, depois que foi convocada às pressas na tarde de quinta-feira para a internação.

Palavras da paciente:

Desta vez foram mais longe e até me internaram. Mas acabei não sendo operada por falta de material. Acho isso um absurdo, pois completa um ano no próximo mês que espero por essa cirurgia, pois estou muito debilitada por conta das pedras que estão na minha vesícula. Fiquei 24 horas me preparando internada

e cancelam a cirurgia. O médico auxiliar ainda deu a notícia rindo da nossa cara.

Eu não acredito que um médico, um colega – não vou me referir a esse especialmente – fique feliz com uma situação dessas. Talvez, para a paciente, tenha parecido que ele esteja rindo, talvez até de sofrimento por ver que não pode exercer o seu trabalho, porque falta medicamento ou falta material.

A paciente lembrou que existem outras pessoas na mesma circunstância que ela e até em situação pior.

[E palavras dela ainda:]

‘Uma senhora veio da cidade de Iracema e também teve a cirurgia cancelada. Ela nem andava direito e o abdome inchado’, [disse ao frisar que o seu quadro clínico também vem piorando a cada dia e que ela vive à base de remédios].

‘Venho sentindo muitas dores e, para aliviar, estou tomando analgésico a cada seis horas. Já não tenho mais nem esperança de fazer essa operação, que é considerada simples pelo médico [e é simples mesmo] por meio de videolaparoscopia. Não é culpa dele, porque sempre está disponível para nos atender, mas sempre ocorre um problema no HGR. Já ocorreram problemas no centro cirúrgico, manutenção de ar condicionado e até falta de material. Agora, falta medicamento’.

Outra paciente, que está na fila de cirurgia, desde maio deste ano, também reclamou da demora, pois as dores abdominais são intensas, necessitando até de internação. Ela disse que já fez todos os exames para a cirurgia, porém nunca surge uma vaga.

‘Quando tenho as crises, sou internada e muitas vezes é preciso comprar seringa [vejam bem, ela ou a família tem de comprar seringa] ou outro tipo de material para poder receber a medicação. Infelizmente, tenho que esperar, pois na lista há mais de 20 pessoas na minha frente. Devido à falta de material, o médico faz apenas uma operação por semana’.

Senador Geovani Borges, é realmente um escárnio com o povo. Enquanto o Governador é acusado de roubo em todas as áreas, inclusive na saúde, o povo passa por essas necessidades.

E o Secretário de Saúde, que era Secretário da Fazenda, que assumiu, com esse escândalo que houve da prisão e da constatação de um roubo de 30 milhões, que não é médico, mas um contador, parece que não

está conseguindo fazer a contabilidade da Secretaria de Saúde. O Governador, logicamente, não dá nenhuma atenção realmente à saúde. Aliás, ele não dá atenção a nada. Ele não dá atenção à educação; não dá à segurança; os professores estão reclamando, fizeram uma paralisação; os policiais, também.

Enfim, o meu Estado vive um caos desde que este Governador, pelo falecimento do titular, o Governador Ottomar Pinto, em 2007, assumiu o meu Estado, como dizia o Presidente Lula: nunca antes, na história do Estado, viveu tamanha corrupção, descaso com a população. E o Governador que foi eleito, de maneira corrupta, agora em 2010, teve o seu mandato cassado em fevereiro de 2011 e está no cargo, através de recursos que precisam ser julgados no Tribunal Superior Eleitoral. Enquanto isso, ele está fazendo uma verdadeira maracutaia generalizada, roubando e deixando o povo morrer ou ficar doente por falta de coisas elementares, como material de consumo, como medicamento.

Portanto, quero aqui fazer uma denúncia ao Ministério Público, tanto do Estado quanto Federal, porque vai dinheiro do Governo Federal para a saúde de Roraima. Quero chamar a atenção do Ministério da Saúde, porque não é possível continuar esse descaso e esse verdadeiro crime contra a população.

E o que é pior, o Governador age como uma espécie de ditador e acha que sequer os Deputados Estaduais, que têm obrigação, sim, de fiscalizar, podem ir ao hospital constatar a situação em que estão os pacientes, a situação em que está o hospital público.

Sei que, muitas vezes, muita gente iria dizer: “Mas isso, no Brasil praticamente todo, é assim”. Realmente, infelizmente, a saúde no Brasil está precária, mas o meu Estado, Senador Geovani, tem 451 mil habitantes, recebe dinheiro suficiente para prestar uma boa assistência e não presta porque estão roubando lá. Está provado, com esses 30 milhões que a Polícia Federal, num primeiro momento, já detectou, mas o roubo já vem desde que este Governador assumiu, repito, em dezembro de 2007, e continua porque para o mau caráter é muito fácil roubar na saúde. Como se consegue comprovar direitinho que o medicamento é comprado, é aplicado ou apenas consta no papel que é comprado e consta no papel que é aplicado?

Isso realmente é uma vergonha, e não posso ficar calado diante de um fato como este: ver pessoas sofrendo, sujeitas a morrerem inclusive. Não é só o mal que existe de elas ficarem com problemas de cálculo na vesícula, de pedra na vesícula, que dá uma série de disfunções, mal funcionamento do fígado, da digestão, de tudo, mas até de morrerem por uma complicação. No entanto, o Governador não pára de passear, não pára de roubar, e o povo que se lixe.

Quero deixar aqui, portanto, o meu registro. Não fui eleito para aqui acobertar malfeitos. Acho que é chegada a hora de os órgãos de fiscalização, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e também os órgãos federais de fiscalização botarem uma força-tarefa no meu Estado para passar a limpo essa roubalheira que não pára – e não pára às custas da vida e da saúde das pessoas.

Quero terminar, Senador Geovani, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição, na íntegra, dessa matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista** de hoje.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

**PACIENTES SOFREM
NA LONGA FILA DE ESPERA**

29-8-2011 01h19

Vaneza Targino

Aproximadamente 10 pacientes que estavam internados para serem submetidos a cirurgias de vesícula foram mandados de volta para casa sem realizar o procedimento, na sexta-feira, no Hospital Geral de Roraima (HGR). Eles ficaram mais de 24 horas internados em um dos blocos e foram dispensados após o comunicado do cancelamento por falta de ampolas da medicação atropina.

A maioria dos pacientes aguarda pela cirurgia há quase um ano e muitos estão passando por sérios problemas de saúde. A funcionária pública Maria do Perpetuo Socorro Mariano, 44 anos, foi uma das pacientes dispensadas. Ela já foi mandada de volta pela segunda vez, depois que foi convocada às pressas na tarde de quinta-feira para a internação.

“Desta vez foram mais longe e até me internaram. Mas acabei não sendo operada por falta de material. Acho isso um absurdo, pois completa um ano no próximo mês que espero por essa cirurgia, pois estou muito debilitada por conta das pedras que estão na minha vesícula. Fiquei 24 horas me preparando internada e cancelam a cirurgia. O médico auxiliar ainda deu a notícia rindo da nossa cara”, comentou.

A paciente lembrou que existem outras pessoas na mesma circunstância que ela e até em situação pior. “Uma senhora veio da cidade de Iracema e também teve a cirurgia cancelada. Ela nem andava direito e o abdome inchado”, disse ao frisar que o seu quadro

clínico também vem piorando a cada dia e ela vive à base de remédios.

“Venho sentindo muitas dores e, para aliviar, estou tomando analgésico a cada seis horas. Já não tenho mais nem esperança de fazer essa operação, que é considerada simples pelo médico, por meio da videolaparoscopia. Não é culpa dele, porque sempre está disponível para nos atender, mas sempre ocorre um problema no HGR. Já ocorreram problemas no centro cirúrgico, manutenção no ar-condicionado e até falta de material. Agora faltou esse medicamento”, lamentou.

Outra paciente que está na fila da cirurgia, desde maio deste ano, também reclamou da demora, pois as dores abdominais são intensas, necessitando até de internação. Ela disse que já fez todos os exames para a cirurgia, porém nunca surge uma vaga.

“Quando tenho as crises, sou internada e muitas vezes é preciso comprar seringa ou outro tipo de material para poder receber a medicação. Infelizmente tenho que esperar, pois na lista tem mais de 20 pessoas na minha frente. Devido à falta de material, o médico faz apenas uma operação por semana”, reclamou.

SESAU – A Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) informou, por meio da assessoria de comunicação, que o medicamento atropina está disponível tanto nas farmácias dos hospitais do Estado como no Departamento de Assistência Farmacêutica. Em relação à denúncia de cancelamento de cirurgias eletivas de vesícula na última sexta-feira, sob alegação de falta do medicamento, informou que o caso será apurado pela direção da unidade.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Mozarildo, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Gostaria de convidar V. Ex^a, se me der essa honra, para assumir a Presidência, pois sou o próximo orador. *(Pausa.)*

O Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Para uma comunicação inadiável, com aquele tempo previsto para uma segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito e autorizado a falar para uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço registro nos **Anais** desta Casa de um acontecimento em meu Estado que expressa a desmotivação e a angústia dos profissionais de educação.

Ainda estão sendo sentidas as ações de paralisação dos professores, técnicos e alunos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), contra o que eles classificam como um desmonte da educação pública. Os técnicos da Unifap, seguindo orientação nacional da categoria, lutam pela reformulação do seu Plano de Carreira e pelo aumento salarial dos atuais R\$1.034,00 para R\$1.645,00.

Sr. Presidente, estamos falando da unidade superior de ensino público, da nossa Universidade, objeto de extremo orgulho do povo da minha terra, do povo tucuju. Mas podemos perfeitamente incluir nessa pauta as demandas dos outros níveis estudantis.

Estamos finalizando o mês de agosto, e, para nosso desgosto, existem escolas no Estado do Amapá que, até hoje, estão sem professores. Estão sem professores, portanto, desde o início do ano. Não é preciso muita coisa para entender e estimar o prejuízo que isso acarreta para cada aluno e para o ensino como um todo. Nessa agonia, os que mais sofrem com o descaso são alunos das séries finais – do 8º Ano do ensino fundamental ao 3º Ano do ensino médio –, que estão mudando de escolas e que se preparam para os embates do vestibular, do PAS e de outras modalidades competitivas da educação. Eles ficam em evidente desvantagem.

Como se pode imaginar que uma turma de alunos esteja chegando ao fim do ano sem ter uma única aula sequer de determinadas matérias que serão cobradas posteriormente nas avaliações seriadas? Como vai ser o vestibular dessas moças e desses rapazes? E há um detalhe: a falta de professores atinge principalmente a área de Exatas, pois a grande cobrança por parte dos alunos é sobre a ausência de professores de Química, de Física e de Matemática.

Os alunos estão perdidos, sem respostas. Afirmando que, sem aulas, não estão preparados sequer para as provas finais de cada semestre, o que dirá para o vestibular, onde concorrem com milhares de pessoas, aliás, milhões, porque o sonho de cursar uma faculdade é buscado pelos jovens de todo o País.

É de se lamentar! Na rede municipal, o quadro foi reduzido em quase 50%. E esse fato agravou ainda mais a falta de professores.

Quem dará a resposta a essas carências, Senador Mozarildo, que preside esta Casa neste momento?

Então, senhores, o que há é uma somatória de reclamações, um rosário de queixas e de demandas que percorre desde o ensino fundamental, passa pelo ensino médio e chega às insuficiências do ensino superior, onde faltam também professores, laboratórios, equipamentos, infraestrutura. Digo isso, sem falar nas queixas salariais.

Essa é, portanto, uma radiografia resumida da situação da educação no Amapá, objeto hoje de minha denúncia e motivo do meu profundo dissabor.

Na área de educação, acho que Roraima, Sr. Presidente, não está diferente do Amapá. As denúncias que V. Ex^a fez há pouco desta tribuna são muito sérias.

Um jornal do Amapá, **A Gazeta**, na edição de sábado passado, trouxe uma denúncia muito séria: “Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem demissão”. V. Ex^a é médico e sabe o que isso significa num Estado com uma população tão sofrida, como é a do Estado de Roraima e a do Estado do Amapá.

“A crise que atinge a saúde do Amapá ganhou contornos dramáticos nas últimas 24 horas. A falta de iniciativa do Governo do Estado em atender as reivindicações dos médicos precipitou o movimento de demissão em massa. Só, ontem [no sábado da semana passada], 120 dos 500 médicos pediram demissão do serviço público. A defasagem de 24% de toda a força médica nos hospitais estaduais pode ter consequências sem precedentes, como o agravamento e até a morte de pacientes.”

É a chamada da matéria da **Gazeta**: “Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem exoneração do Estado. [...] a possibilidade de mais pacientes virem a óbito aumenta. Solução está nas mãos do governo estadual”.

Estou torcendo para que o Governo do Estado finalmente tome uma atitude. São vidas que estão em risco. É muito sério o que estou vendo aqui, em uma página inteira do jornal.

Vou solicitar à Presidência desta Casa que anexe esta matéria como peça do meu pronunciamento, na forma do Regimento.

Falei de educação e de saúde, fora o tema da segurança, que está um caos no meu Estado.

Agradeço a generosidade do tempo a V. Ex^a e concluo meu pronunciamento, repassando o jornal, para que faça parte como peça do meu pronunciamento. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR GEOVANI BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Jornal Verdade a **G**azeta

Sábado, 27 de agosto de 2011

CAOS NA SAÚDE

Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem demissão

A crise que atinge a Saúde do Amapá ganhou contornos dramáticos nas últimas 24 horas. A falta de iniciativa do governo do Estado em atender as reivindicações dos médicos precipitou um movimento de demissão em massa. Só ontem, 120 dos 500 médicos pediram demissão do serviço público. A defasagem de 24% de toda a força médica nos hospitais estaduais pode ter consequências sem precedentes como o agravamento e até a morte de pacientes.

DEFASAGEM NOS PLANTÕES

Em menos de 24 horas, 120 médicos pedem exoneração do Estado

Sem 120 médicos atuando nos **hospitais do Estado**, a possibilidade de mais pacientes virem a óbito aumenta. Solução está nas mãos do governo estadual.

STEFANNY MARQUES
DA REPORTAGEM LOCAL

Promessa feita, promessa cumprida. Ontem, parte dos médicos que decidiram, na noite de quinta-feira, suspender os plantões a partir do dia 1º de setembro, começou a pedir exonerações do governo do Estado do Amapá. Dos 500 que anunciaram a paralisação, pelo menos 120, ou seja, 24%, já oficializaram, no Conselho Regional de Medicina (CRM), o desejo de deixar o serviço público. Com o pedido em massa, a possibilidade de mais pacientes virem a óbito aumenta. A solução está nas mãos do governo estadual, que insiste em se manter em silêncio.

A medida é uma resposta ao não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Estadual (MPE), Sindicato dos Médicos do Amapá (Sinmed), Conselho Regional de Medicina e Secretaria de Saúde (Sesa). Atualmente, 504 médicos atuam na rede pública estadual, dos quais 50% trabalham mediante contrato administrativo. Eles reclamam da baixa remuneração paga nos plantões, irregularidades nas escalas e a falta de diálogo com o governo do Estado.

O executivo estadual deveria apresentar uma proposta de regularização dos plantões até o dia 31 deste mês, no entanto, como o diálogo não avançou, os profissionais decidiram tomar a atitude extrema de suspender os atendimentos e ain-

da pedir exoneração dos contratos administrativos.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Amapá, Fernando Antonio do Nascimento e Nascimento, esta é a primeira vez que a categoria se mobiliza para reivindicar seus direitos. "Nossa intenção não era tomar essa atitude extrema. Sabemos do nosso compromisso com os pacientes da rede pública, mas não encontramos outra alternativa", explicou.

A Federação Nacional dos Médicos estabelece que a média salarial dos profissionais deve ser em torno de R\$ 9.188,72. Os valores estipulados pela Secretaria de Saúde aos médicos do contrato administrativo chegam perto de R\$ 3.056,00 equivalente a 20 horas semanais. Ou seja, o Amapá paga menos de 50% do que é permitido pela lei aos médicos que atuam no serviço público.

O presidente do Sinmed afirma que buscou entendimentos com o secretário de Saúde, Edilson Pereira, e que ele teria se mostrado solícito aos pedidos do Sindicato, concordando ainda com a regularização dos plantões médicos. "O que nos surpreendeu foi a atitude do secretário que um dia após a conversa, sinalizou que nossos pedidos ainda demorariam a ser atendidos, pois passariam por análise e estudo", ressaltou Fernando Nascimento.

As escalas de plantões são valores adicionais pagos para complementar o salário dos médicos. O valor serve para cobrir o tempo de serviço dos profissionais no local de trabalho. Para cada plantão deveria ser pago o equivalente a R\$ 1.200, mas o governo do Amapá estabeleceu que as escalas não podem ultrapassar os R\$ 600. E para as escalas de sobre-aviso, ou seja, aquelas em que o médico pode ser acionado a qualquer hora do dia

para atender aos pacientes, é pago cerca de R\$ 250. A tentativa do Sinmed é negociar para que os valores dos plantões e das escalas sejam equiparados.

Crianças são atendidas em corredores do Pronto Atendimento Infantil

No único hospital com UTI pediátrica, a maioria das crianças são medicadas nos corredores que não são climatizados. Foi o que constatou a deputada Roseli Matos (DEM) em visita ao Pronto Atendimento Infantil (PAI), na última quinta-feira. O local, encaminhado à Comissão de Saúde, a deputada ressaltou que "a situação não é a ideal, pois os pacientes estão empilhados em macas nos corredores".

Acompanhada do presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Amapá (Sinmed), a deputada Roseli confirmou que o Pronto Atendimento Infantil possui apenas 20 máscaras de proteção. O equipamento é utilizado sem o devido cuidado, o que compromete a eficácia do tratamento das crianças, em virtude de higienização inadequada.

Segundo a parlamentar, a demanda por atendimento no PAI é o único hospital que possui 96 leitos. Ela acrescentou que "os 96 leitos não são suficientes para atender a demanda, quando o número de leitos é insuficiente, quando o número de leitos é insuficiente, quando o número de leitos é insuficiente". Em conversas com mães de pacientes, ela constatou que a maioria não procura o Pronto Atendimento de Saúde, ou quando procuram, não encontram atendimento.

Em perfeita sintonia com os problemas relatados, os profissionais do PAI também foram afetados. Para dar agilidade ao atendimento, foi criada uma escala extra. Isso foi relatado por Simone Queiroz, que está com a licença médica, mas que aproveitou para fazer um apelo. "Precisamos olhar por estes profissionais, pois eles estão fazendo grandes esforços, e percebemos que eles estão sobrecarregados".

Após presenciar as mesmas cenas de sobrecarga de trabalho, a deputada ressaltou que a situação é insustentável. "É uma situação insustentável, que já está sendo discutida na Assembleia Legislativa, e que o Executivo deve tomar providências imediatamente", concluiu Roseli. (Rég)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Geovani, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Federal de 1946 estabeleceu o princípio da aposentadoria compulsória para servidores públicos aos 70 anos. Naquele ano, a idade média do brasileiro mal chegava aos 45 anos, o brasileiro tinha uma expectativa de vida de 45 anos, ou seja, o brasileiro morria, em média, aos 45 anos. Hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o brasileiro morre, em média, aos 73 anos, e tudo indica que, dentro de cinco anos, a expectativa de vida crescerá para 75 anos. No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Cidadã de 1988 mantém a aposentadoria compulsória aos 70 anos. Essa é uma grande incongruência.

O jornalista Gaudêncio Torquato analisa essa questão na edição de **O Estado de S. Paulo** de domingo. Ao analisá-la, o jornalista foca mais especificamente os prejuízos que tem o Poder Judiciário pela perda de magistrados em pleno vigor, em plena capacidade intelectual, em plena experiência, em plena maturidade, que têm de ir para casa aos 70 anos de idade. Como Governador do Estado, Sr. Presidente, constatei a perda de vários Srs. Desembargadores que tinham condições de judicar por pelo menos mais dez anos, que estavam na plenitude da sua capacidade física e intelectual.

Não é apenas o Poder Judiciário que perde, o Itamaraty vem perdendo alguns de seus melhores quadros, que poderiam continuar servindo à diplomacia brasileira e ao nosso País, no auge de sua capacidade, no auge de seu pleno saber diplomático.

Por isso, Sr. Presidente, é fundamental que este Congresso, a Câmara dos Deputados aprove a emenda constitucional já aprovada nesta Casa, para impedir a continuidade da perda, pelo Estado, desses quadros fantásticos, dessa massa crítica experiente, que vai embora simplesmente por que atingiu a idade de 70 anos.

Estudo da Fiesp mostra que o Brasil economizaria R\$1,4 milhão/ano por trabalhador se o período de trabalho fosse estendido para 75 anos. Em cinco anos [diz a Fiesp], a economia na esfera federal seria de R\$2,4 bilhões. Jogando a planilha nos Estados e Municípios, a conta [de economia] chegaria aos R\$5,6 bilhões em cinco anos.

Por isso, Sr. Presidente, é fundamental que seja aprovada pela Câmara a Proposta de Emenda Constitucional nº 457, que, repito, já foi aprovada nesta Casa e que precisa do respaldo da Câmara, dos Srs. Deputados.

Faço aqui esse apelo e esse alerta, pedindo aos nossos colegas Deputados que tornem urgente a aprovação dessa PEC, que é fundamental para o Brasil, para que o serviço público não continue perdendo quadros qualificados, como tem ocorrido em grande proporção nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação de liderança, ao Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, desde o último final de semana, nosso País, forçosamente, passou a ter a necessidade de discutir os limites de iniciativas de órgãos de imprensa danosos à imagem de pessoas públicas, a partir de acusações vazias, falaciosas, lançadas a partir de dados que nada expressam. Não se trata de cercear a liberdade de expressão, como muitos procuram tergiversar, tentando, assim, liquidar o debate antes mesmo que ele se inicie. Trata-se, isto sim, de pôr fim a eventos como o produzido no último fim de semana pela revista *Veja*, em prejuízo aos limites da ética jornalística. Sob o falso pretexto de jornalismo investigativo, a revista provavelmente cometeu ato ilegal com a tentativa de invasão de domicílio, conforme será esclarecido em inquérito em curso na Polícia Civil do Distrito Federal.

Numa tentativa de incriminar o ex-Ministro José Dirceu e de tentar criar um clima negativo entre os integrantes da base aliada ao Governo, um dos repórteres da revista hospedou-se, na última quinta-feira, no Hotel Nauom, de Brasília, onde Dirceu se hospeda e recebe líderes partidários não do PT, mas de todos os demais partidos, inclusive do PSDB. Horas depois de se instalar no hotel, o repórter da revista tentou invadir o apartamento de Dirceu. Seu estratagema foi o de tentar enganar uma das camareiras do estabelecimento, dizendo que havia perdido as chaves do aposento. Após ser constrangida pelo funcionário da revista, a camareira, que não acreditou na mentira, denunciou o repórter à direção do hotel, que, às pressas, sem fechar a conta, fugiu do local do crime. Certo da impunidade, voltou ao hotel e, com falsa identidade, tentou invadir o apartamento pela segunda vez, apresentando-se como um funcionário da prefeitura da cidade de Varginha, de nome Roberto, que deveria deixar documentos importantes no aposento de Dirceu. Mas o falso testemunho

novamente não enganou, e a tentativa de invasão de domicílio não se consumou pela segunda vez.

A direção do hotel registrou a tentativa de violação de domicílio em boletim de ocorrência do 5º Distrito Policial do Distrito Federal, mas desconfia que outros crimes possam ter sido cometidos. Entre eles, estão o suborno de funcionários ou a instalação ilegal de grampos no sistema interno de tevê que garante a segurança do local.

Essa desconfiança se sustenta no fato de a revista ter publicado as imagens clandestinas do circuito interno em preto e branco. Ocorre, Sr. Presidente, que o sistema gera imagens coloridas. Diante dessas novas evidências de espionagem ilegal, a direção do hotel anunciou que também irá acionar a Polícia Federal. Caso se confirme essa suspeita, outro crime foi cometido. Crime que, na Inglaterra, recentemente, provocou o fim das atividades de um dos jornais mais vendidos no país, bem como a demissão e a prisão de vários de seus diretores.

O resultado já se encontra nas bancas: oito páginas de informações requestradas e ilações contra altos funcionários do Governo, Senadores e Deputados do Partido dos Trabalhadores, do PMDB e da própria oposição, sem nenhum fato ou informação concreta, a não ser a prova do crime cometido, com imagens de ambiente privado, obtidas ilegalmente.

A democracia conquistada neste País é um bem precioso, mas ela também vem acompanhada de outros valores caros ao País. A apuração minuciosa dos fatos, a partir de provas contundentes e de resultados de investigações já feitas, é necessária antes de se lançar qualquer acusação sem cabimento contra qualquer pessoa: homem público, cidadão ou cidadã.

Por fim, esperamos que a revista procure se pautar pela boa conduta do jornalismo ético, em respeito aos princípios democráticos brasileiros, e que atos como esses não voltem a se repetir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador João Alberto Souza, pelo PMDB do Maranhão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 2011 o Ano Internacional da Química.

Em consonância com as Nações Unidas, presto minha homenagem aos químicos pela relevância de seus serviços à sociedade. Mas, antes, é importante esclarecer a todos os relevantes benefícios que essa categoria vem proporcionando, contribuindo eficaz-

mente para o conforto, a segurança e a melhoria da nossa qualidade de vida.

De fato, senhores, o profissional da química não é apenas aquele que vive fechado em seu laboratório, cercado de tubos de ensaio, balões, pipetas, provetas, buretas, ou mesmo que passa o seu tempo manipulando alguns equipamentos sofisticados, distante da vida real. O profissional da química não se limita ao controle de qualidade no laboratório. Sua participação é imprescindível em diversos setores da economia.

É o profissional químico quem assegura a qualidade da água que consumimos; industrializa o leite e produz laticínios; fabrica o tecido de nossas roupas, alveja-o e tingem-o; produz os antibióticos e todos os insumos dos medicamentos; fabrica os defensivos agrícolas e os pesticidas, garantindo nossa produção agrícola; industrializa as rações para a pecuária e os fertilizantes para a agricultura; produz alimentos e os conservantes alimentares; fabrica o papel, o plástico e os laminados metálicos ou metalizados para embalagens. É ele quem obtém o álcool combustível. E, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Brasil já é líder mundial na produção de etanol e pioneiro no estudo do biocombustível. É ele que faz a exploração do petróleo e seus derivados; fabrica diversos produtos como o Viagra, o vinho, a cachaça, ora transformados em produtos de exportação.

Com efeito, senhoras e senhores, o papel do profissional da química é indispensável para a sociedade moderna. É ele quem tem a nobre missão de assegurar à sociedade, em geral, e ao consumidor, em particular, que os produtos colocados à nossa disposição atendam plenamente aos requisitos de identidade e qualidade exigidos pela população.

Os desafios do setor, no entanto, são muitos. Entre eles estão a preocupação com o meio ambiente, a capacitação dos profissionais, a falta de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

No que diz respeito ao meio ambiente, uma das inquietações está relacionada ao crescimento dos teores de substâncias químicas no ar e também em direção aos cursos d'água. Enfrentar esses desafios exige o aprimoramento de processos químicos industriais e o desenvolvimento de tecnologias de capacitação e tratamento desses poluentes.

No que se refere ao aspecto social, traduzido em termos de mercado de trabalho, vale salientar que a evolução da tecnologia química tem gerado milhares de empregos para o setor, e é por isso que o mercado de trabalho para os profissionais na área de química vive um momento exemplar.

Segundo um estudo feito pela Associação Brasileira de Química, até 2020, a indústria vai precisar de

200 mil a 300 mil profissionais formados nesse setor, seja em nível técnico, superior ou pós-graduação. Para se ter uma ideia da demanda, o aumento no número de vagas na área química em todo o Brasil cresceu 42% no primeiro semestre de 2011, em relação ao mesmo período de 2010, segundo o estudo.

Como se observa, investir no setor químico em grande escala é primordial para o fortalecimento da economia nacional, inclusive para que se concretizem as metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê recursos da ordem de R\$503,9 bilhões em obras de logística, energia, habitação e saneamento básico. Mas, no entanto, não podemos esquecer de investir no próprio profissional, capacitando-o adequadamente para as novas exigências do mercado.

A maioria dos bons profissionais da área, hoje, procura fora do País – nos Estados Unidos, na Alemanha – o conhecimento e a especialização necessários para atender a demanda do setor interno. Não podemos deixar que isso continue prevalecendo. Agora é a hora de investir em recursos humanos, nos profissionais da química, como também em pesquisa e em tecnologia para enfrentar os desafios de um desenvolvimento exigido pela globalização.

Senhoras e senhores, com essas palavras, parabênizo todos os profissionais de química do Brasil e encerro lembrando o nome de um grande químico francês, considerado o criador da química moderna, Antoine Lavoisier, em sua famosa frase: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nem mesmo os jornais, nem menos as revistas estão dando as informações plenas da situação de paralisia nas escolas brasileiras. Nem mesmo os **blogs**, **twitters**, **sites** conseguem, Senador Requião, dizer quantas crianças hoje estão sem aula, porque suas escolas estão paradas.

Mas o mais grave, Senador Requião, é que tentei ver se o MEC sabia, e o MEC não tem a menor ideia de quantas escolas, quantos Estados, quantas cidades, quantas universidades, quantas instituições federais de ensino médio estão paradas hoje. Não há no MEC uma sala de situação para saber o estado em que está hoje... Eu nem falo os indicadores educacionais. Eu falo a frequência às aulas, as escolas abertas, as escolas funcionando, os professores comparecendo.

Nós aqui, Senadores – eu pelo menos, apesar do esforço que tenho feito esses dias –, não sabemos quantas crianças hoje estão impedidas de assistir às aulas, porque as escolas estão paradas.

Nos últimos dias, houve um debate, notícias, sobre a desigualdade entre escolas públicas e particulares. Houve divulgação de informações sobre como está a situação do aprendizado e soube-se – percebeu-se, avaliou-se – que mais de metade das crianças não acompanham na série em que está o que deveria saber.

Divulgou-se também que 70% da população no Brasil é o que se pode chamar de analfabeto informal, tanto no Português quanto na Matemática. Isso a gente apura, e, depois de dois ou três dias de uma certa indignação, ninguém liga mais. Todo mundo esquece.

Ninguém esquece 16 de julho de 1950, quando o Brasil perdeu a Copa para o Uruguai. Essa data ninguém esquece! Agora, os dados, os indicadores e a situação da educação geram um certo incômodo, e, daqui a uma semana, ninguém fala mais, até que novos indicadores venham. Dos indicadores, pelo menos, tomamos conhecimento, mas o número de crianças hoje sem aula, porque as escolas estão fechadas; o número de universidades hoje sem aula porque as universidades estão fechadas; de escolas técnicas, isso nós nem conseguimos saber como está, e não temos ninguém neste País com a tarefa de carregar essa estatística.

Cada banco que entra em greve todo mundo sabe; cada vez que falta energia em qualquer casa, todo mundo sabe, mas toda vez que crianças ficam sem aula só os pais tomam conhecimento.

Há Estados no Brasil que já têm seus professores em greve há dois e até mais meses, e tudo continua normal, igual! –, como se daqui a alguns anos a fatura dessa paralisia não viesse a ser cobrada: cobrada sob a forma de ineficiência, cobrada sob a forma de desigualdade, cobrada sob a forma de vergonha, cobrada sob a forma de atraso, cobrada sob a forma de falta de competitividade. De tudo isso virá a fatura para nós, como está chegando hoje a fatura do dever de casa que não fizemos alguns anos atrás.

Nós estamos pagando. Todos sabem que o Brasil hoje perde competitividade todos os dias e só consegue ter uma balança comercial favorável por causa dos preços de produtos que exportamos há quinhentos anos: bens primários, **commodities** – com exceção de um ou outro, como é o caso dos aviões da Embraer.

Pois bem, nós estamos pagando hoje a fatura por um dever de casa que não fizemos no passado. Há pouco, o Senador Humberto Costa falou de violência. Essa violência é produto da falta do dever de casa feito cinquenta, trinta, vinte anos atrás e que continuamos sem fazer hoje. Continuamos sem fazer hoje o dever

de casa relacionado à educação. É claro que hoje nós temos merenda, nós temos ProUni, nós temos um piso salarial, mas nós não estamos fazendo o dever de casa para transformar o quadro trágico da educação brasileira. E a fatura virá, mas a fatura que chegará será mais grave do que a que está sendo apresentada a nós, de hoje, porque no passado não se fez o dever de casa.

E a gente sabe que não seria difícil começar a fazer o trabalho. Eu não digo que vai ser fácil fazer o trabalho da revolução educacional em um ano, dois anos, três anos, mas, se definirmos fazer isso, nós sabemos como. O Brasil sabe, a Presidenta sabe, está na mesa dela a proposta. E há outras propostas aí, a minha – citá-la não quer dizer que seja melhor do que a de outros – é a ideia de ir ampliando o número de escolas federais neste País, de tal maneira que, daqui a algumas décadas, duas no máximo – não precisamos de mais do que isso –, todas as escolas deste País seriam federais.

Falou-se muito esta semana na desigualdade entre a escola pública e a escola privada, mas tomando as públicas em conjunto. Se você retira daí as federais, a situação delas é melhor do que a média das particulares. Não vou dizer que seja melhor do que a melhor das particulares, mas é melhor do que a média. Por que a gente não começa a espalhar isso pelo Brasil? São apenas trezentas hoje. Por que a gente não começa a espalhar de maneira a, daqui a vinte anos, tornarmos federais todas as escolas brasileiras, como é o Colégio Pedro II, como são as escolas técnicas, os colégios de aplicação, os colégios militares e até mesmo alguns colégios particulares, que são federais porque seguem o mesmo padrão onde quer que esteja o colégio daquela marca, daquela sigla, com aquele nome.

As escolas particulares estão conseguindo padronizar a qualidade, não importa a cidade onde esteja o colégio – e não vou citar aqui os nomes para não fazer propaganda –, de tal a tal grupo educacional.

Por que as públicas – estatais, na verdade, porque pública é quando serve ao público, e só se serve ao público quando se tem qualidade –, por que não podemos fazer isso com as estatais? Ao longo de alguns anos, pelo estudo que deixei entregue na Casa Civil, levaria vinte anos, mas teríamos todas as escolas deste País com horário integral, com prédios bonitos, com equipamentos mais modernos, e pagando R\$9 mil por mês a cada professor, depois de um concurso muito difícil para ver quais entrariam e com compromissos como dedicação exclusiva e avaliação anual do desempenho e da qualificação do professor.

Se fizermos isso, não vamos passar pela situação que estamos passando hoje de ver nossas crianças sem aula por causa de greve, porque os professores não

conseguem receber o piso; ou outros porque pagam o piso, mas pagam um salário insuficiente; ou outros porque se paga um salário até não tão baixinho, mas a escola fica em um prédio degradado.

Por que se tem ar condicionado em banco e não se tem ar condicionado em escola, para que as crianças, nas cidades quentes, possam assistir à aula sem o calor infernal que caracteriza muitas das nossas cidades? Por que riem, como se fosse uma brincadeira, quando falamos que escola deveria ter ar condicionado? Por quê? Mas é a verdade. No Brasil de hoje, quando digo isso, as pessoas tomam como uma ironia, como uma brincadeira. Quero para as escolas o que damos aos bancos. Não precisa dar mais nada do que se dá aos bancos: prédios bonitos, funcionários bem preparados, salários altos e exigência para que trabalhem. Isso é possível, Senador Mozarildo.

Vejo a Presidente fazendo o esforço até necessário conjunturalmente, por exemplo, de aumentar o próprio superávit fiscal. Isso é necessário em alguns momentos, mas é lamentável que a política de um governo se restrinja a isso, sem dizer: isto é conjuntural deste ano, mas, nos próximos quinze, vinte anos, olhe aqui qual será o retrato de nosso País. Até porque parte da necessidade hoje de um superávit fiscal vem da falta do dever de casa feito pelos governos anteriores. E agora nós recebemos a fatura.

Venho aqui, Senador Mozarildo, simplesmente para lembrar: o Brasil está pagando uma alta fatura, nos dias de hoje, por não termos feito o dever de casa nos anos anteriores, em diversos aspectos, mas, sobretudo, não termos feito o dever de casa como governantes no que se refere à educação. E dizer que o que nós estamos deixando de fazer hoje – porque continuamos sem fazer – vai cobrar uma alta fatura, um alto preço, um custo muito alto daqui a alguns anos.

Nós, governantes deste País, da oposição ou não, Executivo ou Legislativo, não temos o direito de fechar os olhos como nós fechamos para o número de crianças sem aula neste exato momento no Brasil. Não temos o direito de fechar os olhos para a quantidade de universidades sem aulas neste momento no Brasil. Não temos o direito de fechar os olhos, porque, ao fecharmos os olhos para o que acontece hoje na escola, estamos fechando os olhos para o que vai acontecer no Brasil no futuro. Porque o melhor retrato do futuro de um país é a sua escola no dia de hoje.

Se alguém quiser ver como vai ser o futuro de um país, olhe para sua escola hoje. Não é diferente. É bonita a escola, os alunos estão contentes, os professores bem preparados e dedicados? O futuro vai ser bonito. A escola é feia, o prédio caindo, professores

descontentes, obrigados a greves, sem equipamentos, alunos sem motivação? O futuro do país é feio.

Nós estamos hoje construindo um futuro feio para o nosso País, porque não abrimos os olhos à realidade que estamos passando. Eu chego até a dizer que deveria pedir desculpas por não ter conseguido, mas eu duvido que outro aqui consiga, Senador Viana, saber quantas crianças estão sem aula hoje por causa de greve. O Ministério da Educação não tem esses dados. O Ministério da Educação nem se preocupa com isso, porque ele diz que educação é uma questão dos estados e dos municípios.

Não dá para este País ter futuro enquanto a educação de nossas crianças estiver nas mãos de pobres prefeitos, de pobres governadores e sem um sistema central que crie uma carreira nacional do magistério, como nós temos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Infraero, do Ministério Público, da Justiça, do Congresso. Por que o professor não tem uma carreira nacional do magistério? O simples gesto de um piso, até hoje, enfrenta muita dificuldade. Deve haver uma carreira nacional de magistério e um programa federal de qualidade educacional.

É isso que eu chamo de federalização, e isso não é para ser feito hoje, não é para ser feito já, não é nem mesmo para ser feito com as escolas e os professores de hoje; cria-se uma carreira nova, e esses professores migrarão se forem aprovados como professores federais. Já há professores federais, não estou falando nenhuma novidade. Os professores das escolas técnicas, do Colégio Pedro II, em cada uma das suas áreas, que são diversos colégios Pedro II, os professores do Instituto de Aplicação são federais; os professores das universidades são federais; os professores das escolas técnicas são federais.

Por que a gente não amplia isso, com um salário muito bom e exigência muito grande para eles?

Se a gente fizer isso, não vai ter que passar hoje o constrangimento de milhões de crianças sem aula porque os professores pararam; e pior: as dificuldades do futuro em consequência da paralisação de hoje. Um dia sem aula de uma criança hoje repercute no futuro. Quando a gente para a construção de um prédio, dez anos depois recomeça e põe o tijolo no lugar certinho; mas, quando para um processo educacional por algum tempo, a gente não consegue recuperar na mesma qualidade, na mesma dimensão.

Eu ouvi falar da fatura que nós estamos pagando hoje e da fatura que vamos pagar depois.

Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Viana, que, no Acre, conseguiu fazer com que o professor tivesse possivelmente o maior salário entre os professores da rede estadual.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Querido Senador Cristovam, V. Ex^a tem uma história de vida toda ela dedicada a este País através da educação. Aliás, toda essa dedicação tem trazido resultado por conta dessa maneira persistente com que V. Ex^a trabalha no sentido de alertar, de mostrar. Penso que o Brasil vive uma situação, e talvez o grande consenso nacional, hoje, nas conversas, do ponto de vista teórico, é que a maior prioridade do Brasil é educação; mas, na hora em que atitudes começam a ser tomadas, isso não se configura como a maior prioridade. De fato, V. Ex^a tem razão. No caso do Acre, nós éramos o 25º, 26º ou o 27º, dependendo do indicador, no Brasil, há pouco mais de dez anos. E, graças a Deus, hoje já disputamos os indicadores entre os dez Estados brasileiros. Mas isso é um começo. Foi uma ação também do ex-Governador Binho Marques, também um propósito de seguir o caminho de V. Ex^a quando Governador do Distrito Federal, e nós sempre disputávamos com o Distrito Federal o salário de professor. Mas também o Acre é um dos primeiros Estados a ter 100% – isso num Estado muito complexo, muito difícil –, 100% da rede municipal, estadual, com professores com nível superior. Foi um programa que nós financiamos, nós, Governo do Estado. Começou no meu Governo, depois com o Governador Binho, e agora com o Governador Tião Viana, um programa financiado pelo Governo para que todos os professores das redes municipais, os rurais e os urbanos, pudessem fazer faculdade. O Acre tem 22 municípios, implantamos um núcleo temporário da Universidade Federal nos 22 municípios. O que queria era me associar à preocupação de V. Ex^a. Tenho refletido, participei de um evento nos Estados Unidos, junto com alguns colegas, e o evento era para debater como podemos fazer mais pela educação, já que ela é uma prioridade. E V. Ex^a está trazendo um ponto de que, para mim, eu estou cada dia mais convencido, mas quem pode tratar com mais profundidade esse assunto é V. Ex^a: é que, do jeito que está estabelecido na Constituição – e hoje o seu discurso é exatamente em cima disso –, pelo menos isso não é o que está estabelecido na Constituição, adotou-se no País, como prática, que os municípios cuidam das crianças, os Estados cuidam dos adolescentes, e a União Federal cuida dos adultos. E os seus argumentos, os argumentos de V. Ex^a estão mostrando que isso não funciona. É um absurdo, porque, se a educação tem que passar por um processo de evolução, nós temos que começar pelas crianças. Aí nós colocamos o ente mais frágil da cadeia de poder, o município, e é ele que tem que cuidar, sim, mas não sozinho, não sem apoio, não sem um programa verticalizado nacional, como pode ser o piso nacional, que V. Ex^a prega com muita

precisão. Então, queria só pôr isso. Eu tenho refletido. Eu acho que, enquanto o Brasil fizer uma partilha da educação, uma parte, as crianças, quem cuida são os municípios; a outra parte, o Estado... Temos que trabalhar juntos, principalmente a União Federal, fazendo com que os critérios, as regras, a ação possa ser compartilhada com todos, principalmente na hora de fazer valer o que está estabelecido na própria Constituição. Então, Senador Cristovam, eu presencio isso. Muitos Estados têm municípios em situação precária, e nós entregamos na mão desses municípios a responsabilidade de eles nos entregarem um adolescente, para os Estados. Isso não tem funcionado. A prova é que, num momento de greve como esse, as crianças estão sem aula, e parece que o Brasil está funcionando. Se está funcionando assim, está funcionando muito mal. Então, parabéns a V. Ex^a por esse pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador.

Quero concluir, ...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. (PTB – RR) – Senador Cristovam, queria pedir permissão a V. Ex^a para registrar a presença aqui, nas nossas galerias, de um grupo de turistas da terceira idade, ou, melhor dizendo, da melhor idade, de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

Sejam bem-vindos ao nosso plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bem-vindos, e é um prazer estar falando na hora em que vocês estão aí.

Mas, Senador Jorge Viana, a ideia que permeia todos hoje de que educação é a prioridade é uma grande hipocrisia das direções brasileiras hoje. Todas! Não estou aqui excetuando ninguém! É uma hipocrisia!

A gente fala que educação é importante, mas vê o programa do Governo Federal que dá subsídio à indústria automobilística. Eu fiz as contas aqui um dia desses. O sacrifício fiscal que deram à indústria automobilística em um ano dava para pagar um valor de pelo menos R\$250,00 a mais para cada professor. A gente fala em educação, mas estão aí os estádios sendo construídos para a Copa do Mundo.

Aliás, Senador Requião, quero dar aqui uma sugestão aos professores em greve: vão à frente de cada estádio da Copa e coloquem uma faixa bem grande: “Este prédio é um exemplo de corrupção nas prioridades”. Ponham faixas como essa para mostrar ao povo que o dinheiro que poderia estar indo para educação, para saúde, está indo para financiar turistas que virão aqui assistir ao jogo – porque nós vamos assistir pela televisão, como assistimos à do Japão. Ponham essa faixa. Isso é uma corrupção nas prioridades e

demonstra uma grande hipocrisia quando se fala em prioridade à educação.

Quero concluir simplesmente lembrando: este discurso é sobre fatura, sobre a fatura social, sobre a fatura, a conta que nós estamos pagando por não termos feito o dever de casa no passado, e a conta que nós vamos pagar, daqui a cinco, dez, quinze, vinte anos, por causa da paralisia das escolas nos dias de hoje por intransigência de governadores, de prefeitos, ou porque eles não mostraram que não têm dinheiro, pegaram um avião e vieram aqui dizer ao Ministro: “Ministro, essas escolas são suas. Não tenho como mantê-las e tenho minhas crianças, tenho responsabilidade, mas não tenho como pagar”.

Eu acredito que a maior parte dos prefeitos não tem condições de pagar um salário bom para os professores, embora todos eles paguem salários bons para outras categorias. Venham aqui e entreguem ao Ministro. Digam: “Ministro, a responsabilidade é sua. Assuma minhas escolas. Federalize”.

A gente já fez isso quando precisou, e outros países também, quando bancos ameaçaram quebrar. Quando banco ameaça quebrar, o Governo chega lá e diz: “Está comprado o banco, aqui está o dinheiro para que o banco não quebre”. Quando a escola de um Município quebra, a gente deixa nas costas do prefeito, constringendo os professores a serem obrigados a entrar em greve, desarticulando os pais, desarticulando as mães, desarticulando as famílias e empobrecendo brutalmente a capacidade intelectual das nossas crianças.

Era isso, Senador Mozarildo, que eu tinha para colocar, com a minha indignação e com a minha frustração de não conseguir, em nenhuma fonte, saber quantas crianças hoje estão sem aula no Brasil, apesar de matriculadas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O Senador Paulo Paim permuta com o Senador Ataídes Oliveira, do PSDB do Tocantins.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuo contra o acúmulo de tributos que pesam sobre as folhas de salários pagas pelas empresas brasileiras. Por isso, apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2011, pelo qual proponho a redução do Custo Brasil a partir da extinção da contribuição ao Inkra, de que trata o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970.

O interessante, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que eu mesmo, há poucos dias, não sabia que as empresas

hoje, no Brasil, pagam duas alíquotas ao Incra: uma de 0,2%, por meio desse decreto-lei. Todas as empresas do segmento, menos as que estão enquadradas no Simples, pagam mensalmente; até as nossas indústrias automobilísticas, por exemplo. E a outra alíquota é de 2,5%, determinada pela Lei nº 8.212, de julho de 1991.

Srs. Senadores, vejam que nós temos duas alíquotas que as empresas pagam sobre a folha de pagamento bruta dos trabalhadores: a de 0,2%, que todo mundo paga; e a de 2,5%, que é paga pelas empresas do segmento. Isso me deixou admirado, porque nem eu mesmo sabia. Vim a descobrir quando fui buscar informações sobre o Sistema S.

Pois bem, não tributar em demasia o trabalho, além de favorecer a geração de emprego e renda, encontra forte apoio no próprio Governo Federal. É de interesse da nossa Presidente – ela tem dito isto sempre – desonerar a folha de pagamento das empresas. Isto muito me satisfaz, porque sabemos que os empresários são a força motriz de uma nação. São eles que dão emprego, que pagam impostos e que distribuem renda. Então, fico muito contente com essa visão da nossa Presidente Dilma.

A Minirreforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003, previu a hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento de salário. Entretanto, no meu entendimento, a desoneração da folha deve ser permanente e estender-se a todos os setores econômicos.

O fato é que, examinando cuidadosamente as múltiplas incidências do chamado Sistema S, deparei-me com uma verdadeira anomalia, como acabei de dizer, que é a contribuição para o Incra de 0,2% sobre a folha de salário devida por todas as empresas e entidades a elas equiparadas, exceto as enquadradas no Simples.

A contribuição para o Incra de 0,2% sobre a folha de salário das empresas em geral não mais se justifica, por várias razões que alinhio na justificativa do PLS, dentre as quais destaco a exigência simultânea de outra contribuição de 2,5%, também para o Incra, que incide novamente sobre a soma da folha mensal dos seus empregados pelas empresas do setor agroindustrial, principalmente.

Sei que os recursos arrecadados, dentre outras destinações, são utilizados para promover a Reforma Agrária no nosso País. Afirmando categoricamente que sou favorável ao Programa de Reforma Agrária, um programa que é indispensável para a desconcentração da propriedade de terras; para o desenvolvimento agrário; para a pacificação do campo; e para o progresso social.

Mas, do mesmo modo que sou favorável a esse programa, assim como aos demais programas gover-

namentais que visam a estabelecer a igualdade de condições entre nós brasileiros, entendo que esses programas devem ser financiados com os recursos orçamentários, até porque, hoje, a nossa economia tem condições de gerar recursos para todos sem onerar o cidadão ou as empresas.

Por entender que neste Parlamento a Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores também defendem o alívio da pesada carga tributária, que é imposta às empresas em nosso País, conto com o decisivo apoio de V. Ex^{as} para a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2011.

Pois bem, Presidente Anibal, essas duas alíquotas eu chamo de anomalia. Empresas que não têm absolutamente nada a ver com o segmento agrário pagarem 0,2%, para mim, é uma barbaridade. Por isso eu peço a extinção dessa alíquota e aguardo que este Parlamento seja sensível à situação das nossas empresas que hoje já trabalham naquela linha baixa de rentabilidade e que, repito, são as que dão emprego neste País.

Sr. Presidente, eu volto novamente – não posso deixar –, a falar sobre o Sistema S do nosso País. Eu não tenho alternativa. Quando você percebe que entidades paraestatais como o Sistema S, que hoje deve arrecadar, neste exercício, algo em torno de R\$15 bilhões, não é brincadeira...

E como já é do conhecimento da imprensa, deste Parlamento, há um requerimento de minha autoria, feito há mais de 60 dias, pedindo informações ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal não pôde atender às informações conforme eu as solicitei.

Então, por meio do Acórdão nº 2.172, de 2011, decidido em plenário pelo nosso TCU, com o nosso Presidente o Ministro Benjamin Zymler, o Ministro Valmir Campelo, o Ministro Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Jorge; e os substitutos, Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira, eles assinam: Benjamin Zymler, o Presidente; o Relator, Marcos Bemquerer Costa, bem como o Procurador Lucas Rocha Furtado.

Esse é um Acórdão do Tribunal, dando a mim as respostas solicitadas em parte. E aqui o Tribunal diz, meu Presidente – eu não quero estender-me muito porque é um assunto de que eu venho falando, desta tribuna, já por algumas vezes, mas eu gostaria de repetir aqui –, o nosso Tribunal, logo no início de seu acórdão, inicia com uma ressalva, e a ressalva diz o seguinte:

Na instrução inicial (peça 5), a 5^a Secretaria de Controle Externo consolidou os dados contábeis fornecidos pelas entidades, sem prejuízo de consignar a inviabilidade de aferir a sua correção, em razão de dois aspectos.

Aqui ele está dizendo, então, que deve ser feita uma correção por causa de dois aspectos:

O primeiro decorre do fato de o Sesi e o Senai arrecadarem diretamente as contribuições que lhes cabem, muito embora a Lei nº 11.457/2007 tenha atribuído competência à Receita Federal do Brasil para recolhimento das contribuições sociais.

O segundo relaciona-se com a ausência de divulgação na internet, por algumas entidades do 'Sistema S', de dados e informações atualizados acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, desatendendo à previsão inserida na LDO/2009 (Lei nº 11.768/2008, art. 6º, § 3º) e mantida nas LDOs subsequentes.

Então, veja aqui, meu Presidente, meu Senador Cristovam, que o nosso Tribunal coloca aqui logo, como ressalva, que o nosso Sistema S hoje – formado pelo Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senar, Sebrae e outros –, coloca, logo de início, que há uma contribuição feita indiretamente. A Lei nº 11.457 determina que tão somente a Receita Federal é que poderá receber essas contribuições. E, na verdade, o Sesi e o Senai não estão cumprindo a lei; estão infringindo a lei.

E se diz aqui, mais à frente, que mais de 50% da arrecadação feita por essas duas entidades é feita por fora. Isso demonstra que não há controle nenhum. O Governo Federal não tem controle algum sobre essas arrecadações indiretas. Isso é um risco à nossa Nação.

E não se trata de milhões, meu Senador Mozarildo Cavalcanti; trata-se de bilhões! Aqui nós estamos falando de R\$15 bilhões de arrecadação neste ano. Em 2010, foi de R\$12,4 bilhões.

E aqui também o nosso Tribunal começa com a ressalva, dizendo que não há prestação de conta alguma. Ele diz que não há transparência alguma do Sistema S, o que é de conhecimento de todos nós, deste Parlamento. Isso é um grande risco à nossa Nação, aos nossos trabalhadores e aos empresários, que já pagam com muita dificuldade.

Vejam que a partir da criação da Lei da Receita Federal do Brasil, pela Lei nº 11.457, repito, a atribuição da arrecadação das contribuições sociais a cargo do INSS passou a ser de competência exclusiva da Receita Federal do Brasil, conforme estipulado em seus arts. 2º e 3º.

Eu não vou, meu Presidente, ficar aqui, neste momento, repetindo o que eu já disse anteriormente, mas eu gostaria muito de fazer um apelo. Na verdade, eu não tenho os balanços patrimoniais dessas entidades – nem mesmo os órgãos que se dizem de fiscalização. Eu gostaria tanto de ter esses balanços patrimoniais.

O que eu tive, até agora, foram poucas informações, que são principalmente do Sesi, que tornou públicas, através da Internet, suas receitas e despesas. O Sesi arrecadou quase 5 bilhões de reais e passou de 2010 para 2011 com quase 3 bilhões de reais em disponibilidade financeira.

Diante desse quadro, Presidente, resta-me fazer o seguinte: eu imploro, em nome dos trabalhadores e empresários do nosso País, ao Tribunal de Contas, à nossa Receita Federal, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público da União, a nós, Parlamentares, à imprensa brasileira, que eu admiro tanto e de quem tenho dito aqui que é o nosso quarto poder de fato, e, por final, à nossa Presidente Dilma Rousseff que cobrem o cumprimento da lei, que cobrem do Sistema S a transparência, que fiscalizem o Sistema S, porque não estamos falando de milhões; nós estamos falando de bilhões.

A qualquer momento, Presidente, V. Exª vai ver que essa bomba vai estourar no Brasil, porque são administrados pelos mesmos administradores.

Um entra outro sai; depois, outro sai e o outro entra; um é presidente do Senar, é presidente da CNA, é presidente da nossa federação do nosso Estado. Ou seja, eles mesmos fiscalizam eles mesmos. Isso é um risco muito grande para eles próprios e para o nosso País.

Interessante. Acabei de receber aqui um jornalzinho, que diz o seguinte. O Senac, aqui, em Brasília, com essa arrecadaçãozinha que tem, Senador Mozarildo Cavalcanti, de R\$15 bilhões, recebi aqui o jornalzinho, o Senac oferecendo os seus serviços: O Senac-DF está com matrículas abertas para os cursos profissionalizantes de costureiro, auxiliar administrativo e informática básica. As aulas serão oferecidas nas unidades da Ceilândia, Setor Comercial Sul, Jesse Freire e 915 Norte, de manhã, a 3 de setembro. Preço: R\$320,00 a R\$900,00. Informações através dos telefones tais. Com R\$15 bilhões de arrecadação, esse é o valor do curso. Tem muitas e muitas faculdades em nosso País hoje que cobram muito menos do que isso. Eu já disse aqui que uma senhora que quer aumentar sua receita para ajudar seu marido quer fazer um curso de depilação tem que pagar três parcelas para o Sesc de R\$100,00. Já disse aqui também que um aluno do ITBA de São Paulo, que recebeu classificação A, Professor Senador Cristovam, o ITBA, um curso de tecnólogo, que recebeu classificação A, em 2008, esse aluno custou R\$7,2 mil. Esse aluno pagou R\$7,2 mil para um curso de Tecnólogo 1 nesse instituto ITBA.

No Sesc, nesse mesmo exercício de 2008, o aluno desse mesmo curso custou R\$10,6 mil. Alguma coisa está errada. Olha o preço desses cursos aqui, Senador

Cristovam. Como é que esses alunos podem, então, conseguir entrar, ter oportunidade e conseguir entrar no mercado de trabalho? Isso é que me deixa indignado com o Sistema S. O Sistema S foi criado para dar oportunidade, para capacitar essas crianças, esses jovens e colocá-los no mercado de trabalho.

Eu tenho repetido aqui que, no nosso Estado tão pobre, nas nossas menores cidades, o nosso povo nem sabe o que é Sesc ou Senai. E estão lá sendo levados pelo **crack**.

Eu disse aqui, na semana passada, que o Sesc comprou um prediozinho, o Senac comprou um prediozinho em São Paulo, no Bom Retiro, por R\$53 milhões, onde há uma piscina aquecida de 312 metros, no quarto pavimento, inclusive com teto retrátil.

Não dá, sabe, Presidente? Não dá, Senador!

Concedo um aparte a V. Ex^a, com todo o prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) Senador Ataídes, primeiro, eu fico feliz de ver Senador que pega uma bandeira e começa a carregá-la e leva até as últimas consequências a sua posição. Segundo, estou de acordo que dinheiro público a gente tem que fiscalizar com muito cuidado. Então, o dinheiro do Sistema S vem de recursos públicos e tem que ser fiscalizado. Ao mesmo tempo, eu queria dizer, em terceiro lugar – tem o quarto –, que, diante da omissão do Poder Público, aliás, do poder estatal em relação à educação, sobretudo ao ensino médio e ao ensino técnico, ainda bem que a gente tem instituições como essas, desde que a gente fiscalize como esse dinheiro é gasto; por que um aluno tem que pagar, se houve dinheiro vindo do Governo. Então, a gente tem que balancear, primeiro, a transparência, a fiscalização sobre o dinheiro aplicado pelo Sistema S; segundo, reconhecer o que de bom o Sistema S está fazendo que o Governo deveria fazer. Em último, apoiar a sua preocupação com essas reeleições sucessivas. Existe um projeto meu nesta Casa há anos que proíbe reeleição, por mais de uma vez, para qualquer cargo. Você pode ser dono por toda a vida – dono é dono –; agora, na hora em que a gente disser que para Deputado, Senador, Vereador, cartola de futebol, dirigente de escola de samba, presidente de sindicato só pode haver uma reeleição, ou seja, dois mandatos, nós vamos quebrar alguns vícios muito fortes da atividade do sistema brasileiro estatal e paraestatal. Nós estamos criando pessoas cuja profissão é ser presidente de instituição da qual ele não é dono.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Da qual ele não é dono ou ela não é dona, porque apenas está ali cumprindo o resultado de uma eleição.

Nisso eu estou de acordo com o senhor. É preciso quebrar essa repetição de mandatos que nós temos em todas as instituições, inclusive no Sistema “S”.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Senador, é sempre uma admiração poder ouvi-lo.

Eu sempre disse aqui nesta tribuna que sou, Presidente, defensor do Sistema “S”. Em nenhum momento eu disse que não sou defensor do Sistema “S”. O que eu busco no Sistema “S” é o que V. Ex^a disse: transparência, cumprimento da lei. Trata-se de tributo. E eu percebo que o Governo está falhando com as suas atribuições, ou seja: fiscalizar, acompanhar essas atividades do Sistema “S”.

Interessante, Senador. Estão aí os ditadores caindo mundo afora.

Nós não podemos ter ditadores aqui no Brasil, nós não podemos deixar que um Presidente da CNI fique por ali por dez, quinze, vinte mandatos, como o da CBF, por exemplo. A cada dia se fala desse cidadão, e ele está lá na cadeira, sentado. Essas eleições são uma porta aberta para a corrupção, nós sabemos disso. E o que me deixa muito indignado é que são sempre reeleitos, sempre reeleitos.

Agora percebo que vai ter uma eleição aí onde o Presidente da CNI já vai ser candidato à reeleição, o da CNA vai ser candidato à reeleição. Isso é muito ruim para o nosso País.

Concedo aparte ao nosso Líder, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco/PSDB – PR) – Obrigada, Senador Ataídes. V. Ex^a nos surpreendeu nesse período curto em que esteve aqui como representante do Tocantins pela sensibilidade ao escolher temas essenciais. Acabo de chegar e ouço V. Ex^a falar da importância da alternância no poder, para acabar com esses mandatos consecutivos em cargos executivos que fazem com que as pessoas se sintam proprietárias e não representantes de um segmento, proprietárias de patrimônios incríveis. E V. Ex^a citou inteligentemente a CBF, que é um dos casos recorrentes de longevidade no exercício de uma função delegada que deveria proporcionar a alternância, que é salutar e consubstancia um processo democrático, absolutamente imprescindível na vida de um País como o nosso. Parabéns a V. Ex^a. Sei que teremos oportunidade de ouvi-lo ainda esta semana. Quero cumprimentá-lo, especialmente pela bandeira que empalmou nesses dias, buscando dar transparência às ações do Sistema S, fazer com que possamos conhecer valores e sua aplicação, defendendo sempre a correção nesse investimento também fundamental.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado, meu ilustre Senador.

Estou encerrando, Presidente.

A continuidade desses presidentes, desses senhores, a continuidades desses presidentes...

(Interrupção do som.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ...dá nisso aqui, Sr. Presidente. Devo ter mais de cinquenta destes blocos de contas rejeitadas do sistema. Eu trouxe só um para mostrar para a imprensa. Trata-se de contas rejeitadas. Se elas são ajeitadas depois, não sei, mas são rejeitadas. Estão comigo mais de cinquenta, mas, se formos buscar na Internet, encheremos uma carreta hoje.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para pedir a minha inscrição como líder. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, Senadoras, volto a esta tribuna, volto ao plenário desta Casa por conta de uma reclamação, de uma solicitação, de uma exigência do povo acreano. Refiro-me aos problemas que o povo do Acre e uma parcela importante do povo de Rondônia vive hoje, por conta de problemas na travessia do rio Madeira, na BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco.

Sr. Presidente, V. Ex^a, que é um colega nosso do Acre, que semana passada tratou deste assunto, sabe da gravidade deste problema, tanto é que venho aqui, neste começo de semana, para denunciar o problema e pedir um posicionamento imediato das autoridades responsáveis.

As dificuldades de transporte na região são uma realidade na Amazônia brasileira há muitas décadas. A ocupação, o desenvolvimento dessa parte tão importante do Brasil e do mundo se deram em função dos rios, e mesmo a ocupação e o desenvolvimento da Região tendo origem nesse meio de transporte que faz uso da calha natural dos rios, nós não temos políticas para essa modalidade de transporte tão importante na região. Depois nós tivemos, com a chegada do transporte aéreo, um desafio novo, em vez de meses de viagem em embarcações, passamos para dois de viagens da Capital da República – na época

Rio de Janeiro – até a cidade de Rio Branco. Para um exemplo de um das cidades na parte mais ocidental da Amazônia brasileira – dois dias de viagem. A partir do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, ele estabeleceu um plano de fazer a integração rodoviária do Brasil e nós conhecemos o projeto da BR-364, ligando o Centro-Oeste do Brasil, o Sudeste do Brasil até a parte mais ocidental da Amazônia, passando por Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco até Cruzeiro do Sul, chegando, no final, no Boqueirão da Esperança – na fronteira com o Peru.

No período em que estive no Governo do Estado, de 1996 até 1999, eu me empenhei nesse projeto porque entendia que ele é um sonho do povo acreano e uma necessidade para que possamos estabelecer a integração do Estado do Acre.

Junto com esse projeto, trabalhamos também o projeto da BR-317, que liga a cidade de Boca do Acre, no Amazonas, passa por Rio Branco, por Senador Guiomard, e segue, passando por Brasileia, Capixaba até Assis Brasil na fronteira com o Peru.

Com a ajuda do então Presidente Fernando Henrique, realizamos parte desse sonho, levamos a BR-317 até a fronteira do Acre com a Bolívia, na tríplice fronteira, e com o Peru. No começo do governo do Presidente Lula, demos início à última etapa para a realização desse sonho, a última etapa de pavimentação asfáltica da BR-364, entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

Como parte do nosso projeto de desenvolvimento sustentável e de preparar a população para essa nova fase na vida do povo do Acre e, ao mesmo tempo, visando minimizar os impactos negativos, ambientais e sociais, e também levando em conta as condições e as peculiaridades regionais para fazer a pavimentação dessa estrada, tomamos a decisão de abrir várias frentes, a mais importante delas vindo de Cruzeiro do Sul rumo a Rio Branco.

Alguns, por falta de conhecimento ou por maldade, sempre se posicionaram contra essa estratégia de execução da obra. Mas só pode ser por maldade ou por desconhecimento, porque uma pessoa que minimamente conheça a realidade da região sabe o quanto é difícil trabalhar a pavimentação rodoviária naquela região do País.

O Acre não tem pedra; o Acre não dispõe, em boa parte do seu território, de um solo que se possa dizer que tenha um mínimo de suporte para a consolidação de uma rodovia. Daí, ao longo de décadas, começando ainda com Euclides da Cunha, já se discutia – discutimos hoje, e eu, particularmente, estou me dedicando, no mandato, a estudar esse tema – a necessidade de pensar, para a Amazônia, para o Brasil, e, especialmente para aquela região, a prioridade da

ferrovia, tendo em vista que a ferrovia é absolutamente mais adequada do ponto de vista ambiental, do ponto de vista econômico e, claro, por conta das questões de clima, de solo, e das peculiaridades da região amazônica, é o caminho melhor que poderíamos trilhar.

Esse é um sonho que se mantém muito vivo e que, com o passar dos anos, certamente se tornará realidade. Eu, neste momento, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, colegas Senadores, para dizer que a conclusão da BR-364 é uma realidade hoje. Os que não acreditavam estão tendo que se curvar diante da realidade pelo empenho do Governador Tião Viana, pelo empenho do ex-Governador Binho, pelo empenho do ex-Presidente Lula e pelo envolvimento e a decisão da Presidente Dilma. Estamos contando os meses para realizar o sonho da integração acreana, e isso certamente, se Deus quiser, se dará no próximo semestre, no próximo ano, como está estabelecendo o Governador Tião Viana em comunicação com o Ministério dos Transportes e com a Presidente Dilma. Deveremos ter a maior festa da história do Acre, porque será uma festa do Acre inteiro, com a ligação rodoviária da BR-364 de Cruzeiro do Sul a Rio Branco e com todas as pontes.

Mas o que me traz a esta tribuna hoje é o fato de que vamos ter ainda um problema grave. Contam-se os meses para a conclusão das obras da BR-364. Todas as pontes estão ficando prontas; já foram feitas muitas: sobre o rio Acre, sobre o rio Iaco, sobre o rio Caeté, sobre o rio Purus, sobre o rio Envira, sobre o rio Tarauacá, sobre o rio Liberdade, sobre o rio Juruá. São quase 3 km de pontes atravessando os grandes rios, que são paralelos no Acre. Mas hoje o problema grave que estamos vivendo é que vamos ter a BR concluída, mas um trecho importante ligando, na mesma BR-364, Porto Velho a Rio Branco, sem conclusão. Refiro-me à ponte sobre o rio Madeira, a ponte na margem do rio Madeira a mais ou menos 250 km de Porto Velho. Uma ponte de 1.084 m que, necessariamente, tem que ser um pouco maior, com um orçamento garantido desde 2009, um montante de R\$170 milhões. E nós estamos hoje vivendo neste momento, nesta semana, neste mês, um risco grave de desabastecimento no Acre, do combustível ao alimento, ou parte do abastecimento do Estado, comprometendo toda essa malha, todo esse trabalho feito, seja através da 317, ligando o Brasil com Bolívia e Peru, seja através da 364 que, agora, com a determinação do Governador Binho e com o trabalho, dia e noite, desenvolvido pelo Governador Tião Viana, está garantido o tráfego de carros entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul definitivamente este ano, pela primeira vez na história. Mas podemos ter uma interrupção do abastecimento do Acre por conta da irresponsabilidade que, ao longo desses anos vem se fazendo presente

pela ausência de se estabelecer uma prioridade na construção da ponte, na BR-364, no rio Madeira, entre Rio Branco e Porto Velho.

Quero, Sr. Presidente, antes de concluir, referir-me ao caminho de toda a bancada federal do Acre e de Rondônia. O esforço tem sido grande, do Governador Confúcio, do Governador Tião Viana, e de V. Ex^a mesmo, que preside esta Casa, que é coordenador da bancada e que esteve comigo no Ministério dos Transportes, em audiência, com a bancada de Senadores do Acre e de Rondônia. Muitos políticos de Rondônia já tentaram, muitos políticos do Acre já tentaram, mas não temos mais tempo a perder. Temos que resolver esse assunto.

O Governo Federal tem que concluir a análise desse tema e nós temos que estabelecer os prazos para que o Acre não fique refém de uma situação que envolve, obviamente, as questões naturais, com a seca anual do rio Madeira, mas envolve também um problema comercial, porque a empresa que administra esse transporte, que tem a concessão desse transporte, tem muitas dívidas com o povo de Rondônia e do Acre. Primeiro, pelo preço que cobra, que é um absurdo, é muito mais caro do que qualquer pedágio, mas também pelo péssimo serviço prestado à população com caminhoneiros, com pessoas que passam com suas famílias horas esperando o momento da travessia, durante o dia e, à noite, uma melhor sorte para poder seguir, seja de Rio Branco para Porto Velho ou de Porto Velho para Rio Branco, pela 364.

Com muita honra, concedo um aparte ao meu querido Senador e colega Randolfe Rodrigues, que acabou de vir do nosso Estado. Hoje falávamos por telefone e ele dizia as suas impressões com relação às mudanças que o nosso Estado vem experimentando.

Senador Randolfe, estou fazendo este pronunciamento, porque temos que resolver o problema dessa ponte. Um pouco mais de mil metros está destoando de toda uma prioridade estabelecida pelo Governo Federal na implementação da BR-317 e 364, no Acre. Sem essa ponte, a população corre o risco de viver um colapso no Acre. Pura irresponsabilidade dos que deveriam ter assumido a condução desse processo, da licitação à execução dessa obra, no Ministério dos Transportes.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Randolfe.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – É com muita honra que lhe apartei, meu querido Senador Jorge. Como V. Ex^a costuma dizer – e vou utilizar um termo seu –, eu. Nas cabeceiras do rio, visto que a minha terra é onde os rios que nascem na sua deságuam. Estive com o vice-Governador em exercício, com o Presidente da Assembléia, para apresentar o

nosso projeto de partilha do FPE e mobilizar a bancada federal do Acre, mobilizar o Acre neste sentido, projeto que V. Ex^a e o Senador Aníbal já subscrevem. Resolvi lhe apartear, permita-me dizer aqui, a impressão que fiquei do Acre. Permita-me dizer que a agenda que nós temos de realizar no Amapá, nós temos de cumprir em Macapá é a agenda que vocês realizaram nesses 12 anos de governos seguintes no Acre. Fiquei muito bem impressionado com a nova arquitetura urbana de Rio Branco. A melhor impressão é de como Rio Branco estava há 15 anos e como Rio Branco está hoje, com arquitetura urbana, com metas alcançadas de 100% da população ter hoje acesso a água potável, ter acesso a saneamento básico, fundamental numa região como a nossa da Amazônia, com a arquitetura urbana de Rio Branco, uma cidade de 380 mil habitantes, a minha capital de 420 mil habitantes, posso dizer com convicção hoje que quero realizar no Amapá a agenda que vocês já conseguiram cumprir e realizar no Acre, na realização de saneamento básico, na infraestrutura educacional, eu visitei as escolas modelos do Acre e fiquei, particularmente, impressionado com a estrutura e com o modelo de educação que se avançou no Acre nos últimos anos e com a infraestrutura de saúde. Olha Jorge e Aníbal, permitam me dirigir a vocês, queria lhe apartear para parabenizar, para cumprimentar vocês pela revolução que foi realizada no Acre ao longo desses anos.

Sei que não foi à toa. O Acre tem uma história belíssima que vem de Gálvez, vem de Plácido de Castro, tem a passagem de Chico Mendes, sei que não foi à toa a belíssima aliança que lá foi construída entre a luta dos povos da floresta, estive em Xapuri também, foi uma emoção particular visitar a terra de Chico Mendes acompanhado por Élon Martins, visitar o túmulo de Chico, visitar o solo sagrado onde Chico derramou o sangue e onde fertilizou o belíssimo projeto que vocês estão construindo no Acre, um projeto de cidadania, o termo que vocês usam de Florestania não é um termo de fato à toa. É uma agenda que nós queremos realizar no Amapá. É uma agenda que consegui reunir. Esta é a arquitetura política mais importante ou tão importante, como a arquitetura urbanística das obras que vi em Rio Branco e vi no contexto do Estado do Acre: a arquitetura política de aliançar um projeto de desenvolvimento com preservação da floresta. Essa síntese que vocês realizaram no Acre – permita-me dizer – é uma síntese que nós queremos para a Amazônia. Ainda bem que cheguei aqui a tempo de ouvir o seu pronunciamento e de fazer questão de apartear-lo, para dar o meu testemunho do que vi no Acre e das identidades que temos do local de onde os rios nascem para o local onde os rios deságuam no Amapá. Espero

que logo as correntezas dos rios levem - e levará, com certeza, com o envolvimento da população amapaense - para lá os bons ventos e as boas águas da segunda revolução acreana a que vocês têm dado curso no belo Acre, que presenciei nesse final de semana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Muito obrigado, querido Senador e amigo Randolfe. Eu só lamento não ter podido estar lá para te receber e compartilhar contigo, porque somos moradores do mesmo rio. Somos vizinhos: um, um pouquinho mais para a foz; o outro, um pouquinho mais para a cabeceira. É perto de quatro mil quilômetros de distância, mas somos moradores do mesmo rio. Eu sei do seu compromisso, do seu empenho, do seu sonho de ver toda a Amazônia sustentável, do ponto de vista socioambiental e também do ponto de vista da economia daquele povo, que merece uma condição de vida melhor.

De fato, está em curso no Acre um processo de mudança que chama a atenção e que virou referência para o Brasil e para os países vizinhos da Bolívia e do Peru, que nos visitam. Mas é um projeto feito a muitas mãos. Ele não tem um autor; somos todos colaboradores dele. Lá, nós trocamos a ideia da administração pelo cuidar: cuidamos do Acre, cuidamos do nosso povo. E os resultados estão vindo; as mudanças nos indicadores sociais estão vindo, as mudanças nos indicadores econômicos estão vindo, e toda uma infraestrutura no Acre está sendo consolidada, para que a gente possa ter uma melhoria definitiva na vida das pessoas e isso possa chegar às famílias que moram nos lugares mais distantes. A isso nos chamamos florestania. Essa é a base que buscamos, que é o desenvolvimento sustentável. Nós o queremos para toda a Amazônia e para todo o Brasil, mas no Acre, com a ajuda de muitos, especialmente do Presidente Lula, esse projeto já está em curso. Então, muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte.

Eu queria concluir, Sr. Presidente, agora propondo um encaminhamento. E é oportuno que V. Ex^a esteja presidindo aqui, porque eu gostaria de pedir que a Mesa do Senado desse seqüência a uma solicitação que eu pretendo, junto, inclusive com V. Ex^a encaminhar, como já tínhamos conversado um pouco antes de subir a essa tribuna, no sentido de pedir uma ação imediata do Ministério do Transporte, do Dnit e da Antaq. Eu já procurei o diretor técnico Pedro Brito, o recebi no meu gabinete, ele me falava que é possível nós colocarmos outra empresa imediatamente para melhorar nesse momento a prestação do serviço, porque não adianta insistir com a atual empresa. Ela tem, talvez, o melhor negócio do mundo, ela tem um faturamento... Algumas contas falam e, são números que o cálculo tem que ser empírico, mas quem conhece a realidade como nós conhecemos, quantas vezes estive ali se fala

em faturamento acima de um milhão de reais por mês; cobra-se por uma carreta de trem mais de 120 reais por uma travessia, uma simples Kombi paga quase 20 reais – mais caro do que qualquer pedágio no sul do País. Isso foi noticiado por veículos de comunicação de Rondônia, no caso, me refiro ao *Rondônia ao Vivo*, um **site** do Estado de Rondônia, que tem sempre trabalhado esse tema e tem ajudado quando denuncia os problemas; mas também pela imprensa do Acre, nos sites, nos jornais, nas televisões que colocam esse assunto. Então é muito importante que o Senado Federal, fazendo valer a vontade da bancada acreana e, tenho certeza, da bancada de Rondônia, possa solicitar uma ação imediata no sentido de oferecer um serviço melhor. Vamos ter já, já ter quilômetros e quilômetros de fila, já, já vamos ter ameaça – que espero não se configure em realidade – que é do colapso de abastecimento de combustível em Rio Branco e em todo o Estado do Acre e parte da Bolívia, e parte do Peru que hoje já depende também do Estado do Acre.

E queria propor por último, já que já tivemos, ainda quando o Ministro Alfredo estava à frente do Ministério do Transporte, o nosso colega hoje Senador e o Dr. Pagot era o Diretor Geral do Dnit, fizemos uma reunião com os três Senadores do Acre, os três Senadores de Rondônia pedindo, solicitando prazo para que se estabelecesse um novo projeto para a nova licitação, já que essa licitação da ponte tem sido calculada sistematicamente e nos leva a crer que tem, atuando por trás para que mantenham o serviço da balsa na mão privada, adiando, como vem sendo feita, nos últimos 10 anos, a construção dessa obra, que é tão importante. Ou seja, a BR-364 está ficando pronta e sequer é feita a licitação do Madeira.

Então, é hora de fazermos uma união da Bancada Federal do Acre, toda a Bancada, a Bancada de Rondônia, e uma diligência no Dnit, na Antaq e no Ministério de Transportes, para que não sigamos tendo esse problema tão grave, que é o risco do desabastecimento. Quem está pagando por isso é a população. A que mais sofre é a população carente do Acre.

Então, Sr. Presidente, são essas as minhas palavras e espero, sinceramente, ainda nesta semana, que possamos agendar com a Diretoria da Antaq, com a Diretoria nova do Dnit, com o novo Ministro e o novo Diretor-Geral do Dnit uma audiência da Bancada do Acre, com a Bancada de Rondônia, pedindo providência imediata para o transporte neste verão – chamamos agora de verão – e também um posicionamento sobre o Projeto Executivo e quando vamos ter a licitação para o início das obras, solucionando definitivamente o problema das obras da ponte sobre o rio Madeira na BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Viana, o pronunciamento que V. Ex^a faz na tribuna do Senado hoje é da máxima importância e tem a nossa mais absoluta solidariedade, como coordenador da Bancada Federal do Acre, porque o assunto é de extrema gravidade e diz diretamente respeito aos interesses do povo do Acre e de Rondônia, que verdadeiramente querem uma resposta para essa situação.

V. Ex^a pode ter certeza de que estaremos à disposição para somarmos esforços, no sentido de convencer o Ministério dos Transportes a realizar, o mais rápido possível, a licitação para início da construção da ponte sobre o rio Madeira e também uma solução paliativa para esse verão, porque o nível da água baixou muito, e a gente começa a ter problemas de abastecimento, nos próximos dias, tanto em Rio Branco quanto nos Municípios de todo o Vale do Acre, que dependem dos produtos que passam pela balsa.

Então, o pronunciamento de V. Ex^a é da máxima importância para o povo do Acre e de Rondônia e V. Ex^a tem a nossa mais irrestrita solidariedade.

Agora, com a palavra, pela liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias. Logo em seguida, teremos o pronunciamento do Senador Paulo Paim e, depois, pela liderança do PSOL, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro Mantega anunciou hoje a elevação da meta do superávit primário em 10 bilhões de reais, de 117 para 127 bilhões de reais.

O nosso objetivo não é adotar uma posição de contrariedade em relação a atos do Governo como rotina, mas é inevitável neste momento afirmamos que se trata, do ponto de vista econômico, de uma medida inócua que não contribui para a redução das taxas de juros e certamente não significa corte de gastos. Não é resultante este aumento do superávit primário do corte de gastos de custeio como se propalou. Na verdade esse aumento já ocorreu, uma vez que até julho alcançamos quase 80% do superávit primário previsto em função do aumento da arrecadação. O que determinou este anúncio foi o aumento de receita e não o corte de gastos.

De outro lado, além do aumento da arrecadação que é resultado da manutenção de uma carga tributária que esmaga os setores produtivos do País, além disso, tivemos a contribuição de empresas como a Vale e outras que tiveram renegociação de dívidas e ações judiciais resolvidas. Isso contribuiu também para o aumento da receita pública, que fez com que pudesse o Governo anunciar um aumento do superávit primário sem na verdade realizar corte de gastos.

O que nós gostaríamos é que o Governo anunciasse um programa de controle dos gastos públicos. Isto não aconteceu. Que o Governo anunciasse uma reforma administrativa para reduzir as despesas correntes. Isso não aconteceu.

Gostaríamos de ver o Governo empenhado em uma reforma administrativa que modernizasse o Estado brasileiro, eliminando os paralelismos, a superposição de ações existentes, fatos que elevam de forma significativa as despesas correntes, que são quase sempre despesas supérfluas, perfeitamente dispensáveis.

O que ocorreu, na contramão da redução do Estado em razão das privatizações realizadas, foi o aumento da estrutura burocrática do Estado brasileiro, com a criação de ministérios, de estatais, de diretorias, de agências, de departamentos, de cargos comissionados. Isso por quê? Porque cresceu também a base de apoio ao Governo, com a aliança de inúmeros Partidos que buscam o seu espaço no Executivo. O crescimento significativo da base de apoio ao Governo estimulou o aumento da estrutura burocrática do Estado, para que todos pudessem ser contemplados com o prêmio pela adesão; com a premiação pelo apoio oferecido ao Governo.

Portanto, se o Governo anuncia uma reforma administrativa, fica difícil acreditar no propósito de cortar despesas. Na verdade, o que deseja o Governo é evitar que, no Congresso Nacional, propostas importantes como a que regulamentava a Emenda 29 para definir a responsabilidade da União com a Saúde Pública no País sejam aprovadas.

Essas propostas evidentemente aumentam as despesas. Mas são despesas imprescindíveis. O que há hoje é um caos na saúde pública brasileira. Há pessoas amontoadas em corredores de hospitais, há pessoas que morrem nas filas dos hospitais, aguardando a oportunidade do atendimento.

E a responsabilidade pela saúde pública no País fica quase que exclusivamente na conta dos Municípios brasileiros, com a participação, obviamente, dos Estados, mas, sobretudo, com encargos que sobrecarregam o orçamento dos Municípios, especialmente os menores, que chegam a gastar com saúde pública até 30% da sua receita.

Portanto, o que ocorreu hoje no Palácio do Planalto, nessa reunião com lideranças governistas, foi esse chamamento. Foi como se o Governo dissesse ao Poder Legislativo: não aumentem despesas, não criem despesas, não aprovem a PEC 300, não aprovem a regulamentação da Emenda 29, porque nós estamos cortando. Vamos cortar gastos de custeio e aumentar o superávit em R\$10 bilhões. Isso não é verdadeiro. E eu repito: o aumento do superávit já ocorreu como

consequência do aumento da arrecadação que se verificou até julho. E nós não estamos contabilizando ainda os meses que restam até o final do ano.

Esse aumento de superávit em R\$10 bilhões, repito, não contribui para a redução de taxas de juros e também não chega ao patamar dos gastos do Governo com os serviços da dívida. Esses já chegaram a R\$138 bilhões, sem somarmos os serviços da dívida nos meses que restam até o final do ano.

Parece-me que tivemos hoje mais um espetáculo oficial, em que se tenta passar uma ação de eficiência do Governo, mas que, na verdade, não corresponde à realidade dos fatos. Repito, trata-se de mais uma tentativa de convencer a base aliada no Congresso Nacional a não aprovar medidas de importância para a população brasileira.

Quando se convoca o Poder Executivo a realizar uma reforma administrativa, a adotar programas de controle dos gastos públicos, o que se deseja é recuperar a capacidade de investir produtivamente do Estado brasileiro, que está comprometida exatamente pela irresponsabilidade de gestão, sobretudo uma consequência do aumento das estruturas burocráticas criadas nos últimos anos.

Portanto, Sr. Presidente, entendemos que cabe à Oposição continuar insistindo na tese de que a Presidente Dilma Rousseff está devendo ao País uma reforma administrativa e a mudança do modelo que já se esgotou. É evidente que cortar gastos, eliminando estruturas ociosas ou desnecessárias e combatendo a corrupção, certamente mereceria o aplauso da Oposição.

O anúncio do aumento do superávit como consequência do aumento da arrecadação certamente não nos faz admiradores do ocorrido. Ao contrário.

Concedo, ao Senador Randolfe, o aparte que solicita.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Alvaro Dias, o mais grave é o que significa o superávit primário: é a continuação do mesmo na política econômica; ou seja, a continuação de uma política econômica baseada em superávit primário, metas de inflação e altas taxas de juros. A continuação dessa política econômica, para os desafios que o Brasil tem nesta década, não resolve. A continuação dessa política econômica não resolverá sequer que o Brasil saia bem da iminente crise mundial que está afetando todas as nações do Planeta. Além do mais, é importante destacarmos que o superávit primário corresponde a 48%, ou seja, metade do Orçamento Geral da União; é metade do Orçamento Geral da União, que é tirado de investimentos. Nós temos visto a situação da saúde pública em todo o País – meu Es-

tado tem padecido e muito com isso. Essa ortodoxia econômica que atende somente ao capital financeiro não me parece ser a medida mais adequada para ser tomada pelo Governo. O Governo anuncia ampliação do superávit em 127 bilhões, mas isso é o caminho inverso; é a continuação do caminho da financeirização; é a continuação do caminho da ortodoxia econômica; é o inverso das alternativas que deveriam ser apontadas para os países se colocarem diante da crise mundial. É o inverso do caminho que, por exemplo, a China está buscando para resolver o problema da crise; a China está buscando ampliar sua capacidade de investimento. E a gente, Senador Alvaro, está indo no caminho inverso: aumentando o superávit primário e reduzindo a capacidade de investimento do Estado brasileiro. É lamentável.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Randolfe, sempre lúcido.

O que certamente deve ser ressaltado é o fato de que compromissos assumidos na campanha relativamente a reformas, esses compromissos foram, de forma ampla e irrestrita, ignorados; não há nesse período de sete meses de Governo nenhuma disposição da Presidente Dilma de promover reformas no País. O que se ouve reiteradamente é o desejo de buscar novas fontes de custeio para a saúde pública no Brasil. Até se admite a aprovação da Emenda 29, desde que se vincule a nova CPMF; não importa a sigla, desde que se arranquem recursos do contribuinte brasileiro. O Governo, em nenhum momento, admite cortar seus gastos, reduzir sua estrutura, mas pensa sempre em colocar o braço longo com a mão grande no bolso do contribuinte para retirar dele os recursos que sustentem uma alteração de legislação que imponha ao Executivo federal o repasse de recursos, como lhe compete, para a manutenção da saúde pública no Brasil. Em reforma tributária não se ouve falar; reforma administrativa, muito menos. O Governo não quer abrir mão do aparelhamento do Estado. O Estado tem que ser agigantado como é hoje para atender aqueles que oferecem o seu apoio, o apoio sempre subserviente às imposições do Poder Executivo.

É exatamente esse modelo, o modelo do aparelhamento do Estado, que produz corrupção e compromete a eficiência administrativa. É uma fábrica de escândalos, como estamos verificando no Brasil. Depois de 8,5 anos da implementação desse modelo, já temos a exata noção da sua nocividade.

Tenho repetido aqui inúmeras vezes. Se a Presidente Dilma Rousseff não acabar com esse modelo, não o sepultar definitivamente, certamente estará inviabilizando a sua gestão do ponto de vista da eficiência administrativa. Não há como concluir bem o

seu mandato, se esse modelo de promiscuidade, de relação espúria for mantido para assegurar um apoio esmagador no Congresso Nacional.

Sempre nos colocamos diante de uma realidade. O que vem ocorrendo no Brasil de uns tempos para cá, com o esvaziamento da oposição, desde o Município, passando pelo Estado e alcançando a União, não é bom para as instituições públicas, não é bom para o conceito e a imagem dos políticos brasileiros e pior ainda é para a democracia e para o País.

Hoje somos poucos fazendo oposição, seja no Município, seja no Estado, seja na União. Para a maioria dos políticos, é confortável estar na sombra do Poder. O que ocorre no Congresso Nacional é o reflexo desta tendência, um fenômeno que ocorre no País de uns tempos para cá. Poucos se submetem a essa missão de investigar o Executivo, de denunciar os seus equívocos, de fiscalizar e de se opor quando os erros são notórios, como ocorre ultimamente em nosso País.

Enquanto a Presidente Dilma aceita esse modelo, se submete a ele, até porque é artífice, uma vez que sempre foi considerada a gestora principal no mandato do presidente Lula. Se há uma herança nociva, como se admite, obviamente, ela é sócia dessa herança e foi a principal beneficiária dela na campanha eleitoral. Talvez seja esse o impasse vivido pela Presidente da República. Certamente, verifica que para o êxito da sua gestão é importante mudar, mas há compromissos inegáveis que não podem ser ignorados. A mudança poderá significar rompimento com a estrutura responsável pela sua presença na Presidência da República.

Enfim, Sr. Presidente, são essas algumas observações que improvisadamente fazemos depois do anúncio do Ministro Mantega, de aumento do superávit em 10 bilhões de reais, como se isso por si só fosse suficiente para o enfrentamento de uma crise que supostamente possa chegar ao nosso país como decorrência da crise internacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Aníbal, Presidente desta sessão; Senador Ataídes; Senador Requião; Senador Valadares; Senador Jarbas Vasconcelos; Senador Randolfe e Senador Eurípedes, aqui à nossa direita, eu faço um registro, o mesmo registro que, no meu entendimento, já fez a Senadora Ana Amélia. Porque entendo importante. Eu conversava com ela, quando cedi o meu lugar para ela e lhe fiz um aparte. É que estamos realizando no Rio Grande do Sul a nossa 34ª Expointer, que teve início no dia 27 e estende-se até o dia 4 de setembro. Fica

no Município de Esteio, lá na Região Metropolitana da nossa capital, Porto Alegre.

A 34ª Expointer é considerada a maior feira agropecuária da América Latina e uma das mais importantes e maiores exposições-feiras do mundo. Tendo como local o Parque de Exposições Assis Brasil, uma área de 141 hectares, que fica ao lado da BR-116, a feira, com certeza, é um momento em que o Rio Grande do Sul mostra as suas principais riquezas, fruto do suor e do trabalho da nossa gente. Já é uma marca, eu diria, que praticamente todos os Presidentes da República passem pela feira. O Presidente Lula esteve lá diversas vezes e a Presidenta Dilma também vai estar lá. Além disso, nós temos lá convidados, praticamente, dos cinco continentes.

A Expointer leva a marca da inovação e da qualidade como fatores que impulsionam o crescimento da economia do nosso Estado, fortalecendo aquilo que chamamos de projeto de desenvolvimento sustentado.

Lá, Sr. Presidente, estão em exposição avançadas tecnologias, máquinas modernas. O que há de melhor, eu diria, na genética pecuária gaúcha tem ali o seu espaço, como também temos convidados de outros países. Os melhores exemplares das raças criadas em solo gaúcho claro que têm ali o seu destaque.

Para se ter uma ideia do que representa essa feira, lembro aqui alguns números do ano passado: mais de quatro mil animais representando mais de 150 raças; cerca de três mil expositores; vendas superiores a R\$850 milhões; cerca de 400 eventos, entre palestras e seminários.

Esses números, eu diria, por si só, dão a dimensão e a certeza de que a Expointer espelha não só a grandeza, mas a diversidade e a pujança da economia gaúcha.

Quem for lá, com certeza, vai perceber a convivência harmoniosa entre o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade, numa verdadeira simbiose. De um lado, temos o produtor, o tratador de animais, o plantador, o artesão, o pequeno produtor, os agricultores familiares, os artistas da nossa cultura; do outro lado, aqueles que vivem na cidade e que nesse período se reencontram com suas verdadeiras raízes, porque é inegável que grande parte daqueles que vivem na capital, ou nas cidades que circulam a capital, Porto Alegre, veio do interior.

Por isso, Sr. Presidente, vimos, ouvimos, passemos e conversamos com milhares de gaúchos e gaúchas, além de delegações de outros Estados da Federação. A Expointer tem também a grata satisfação de receber a visita de representantes de outros países, como eu dizia, de praticamente todos os continentes.

Nesse final de semana, o público visitante ultrapassou 90 mil. No sábado, foram 49 mil pessoas. Quarenta e oito mil, quatrocentas e nove pessoas, precisamente, passaram pelo parque. Ontem, até às 18 horas, foram 42.357 pessoas.

Alguns dados importantes: a venda de animais rendeu, até agora, cerca de R\$2,730 milhões. Lembremos que ela começou no dia 27. Já ultrapassa a cifra de R\$2,730 milhões, ou seja, praticamente R\$3 milhões. A exposição de artesanato comercializou 3,78 mil peças. O valor em dinheiro ultrapassou R\$131 mil. A feira de agricultura familiar teve um volume de vendas, somente nesses dois dias, porque o dado que eu tenho é de dois dias, que ultrapassou R\$200 mil.

Os Bancos BRDE, Badesul, Bannrisul, Banco do Brasil e Sicredi receberam mais de R\$56,5 milhões em propostas de investimento para aquisição de máquinas e implementos agrícolas. O programa mais procurado é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Mas não é só isso. Após o término da feira, nos viremos aqui, dando continuidade a este pronunciamento, falar do resultado final do que foi a 34ª Expointer.

Sr. Presidente, eu quero ainda registrar a importância da decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal e já acatada pelo Ministério da Previdência. O Ministro Garibaldi anuncia a todos aqueles que foram prejudicados na sua aposentadoria, por não ter sido considerado o novo teto de 1991 a 2004, que agora estão sendo revistos todos esses cálculos que vão permitir que os aposentados que não tiveram um reajuste adequado sejam, então, consagrados. Alguns receberão entre R\$11 mil, R\$9 mil, R\$7 mil, R\$8 mil, conforme a situação. Que bom que o Supremo decidiu, e o Ministro está processando já os devidos pagamentos.

Quero também, Sr. Presidente, deixar muito claro que a nossa caminhada, eu diria, aqui no Congresso, para que os aposentados e pensionistas tenham direito a um aumento real em 1º de janeiro, independentemente da questão anunciada do superávit primário, há de continuar! Eu sou daqueles que dizem que, se dá para desonerar a folha – e eu não sou contra –, significa que dá também para pagar os aposentados e pensionistas; senão, em janeiro, eles receberão menos dos que os 13,5% já consagrados de reajuste, que vão ser dados para o salário mínimo. E quando eu digo menos, é menos que a metade: eles não receberão nem 6%, enquanto o salário mínimo receberá 13,5%.

É como alguém já me disse e eu repito: nós não podemos penalizar aqueles que pagaram, do seu suor, do seu trabalho, sobre dois salários, sobre três salários, sobre quatro salários, sobre cinco salários ou sobre dez salários, e, aí, não receberem o mesmo reajuste

que vai ser concedido. É por isso que eu venho seguidamente à tribuna insistir nessa tese.

Na sexta-feira ainda, Senador Ataídes, fiz um pronunciamento forte em que eu disse o seguinte: se continuarem a não querer dar o reajuste real a que tem direito o cidadão que pagou durante toda a sua vida, todos os trabalhadores, com o tempo, vão passar a ganhar um salário mínimo! A quem interessa isso? Interessa aos grandes bancos da chamada previdência, aí sim, financeira privada. Por quê? O cidadão, percebendo que o destino dele é não ganhar o reajuste e ganhar somente um salário mínimo, vai ter de procurar uma previdência privada. E a pergunta que fica e é feita pelos aposentados: “De que adianta eu pagar sobre cinco, seis, sete, oito, nove ou dez salários se o meu destino, no futuro, é receber somente um salário mínimo?” Aí seria a privatização da Previdência pública.

Nós fizemos uma série de debates nos Estados – o último foi em Minas. Teremos outro na quinta-feira, quando aqui estarão os representantes da Anfip, da Fenafisp, da Cobap, de outras entidades de aposentados e pensionistas e de centrais sindicais, a fim de buscarmos uma grande mobilização para garantir que, na peça orçamentária, haja aportes de recursos que garantam o reajuste dos aposentados, como também o fim do fator previdenciário.

Senador Ataídes, vou dar um aparte a V. Ex^a em seguida, mas veja bem: o Governo vai entrar num beco sem saída. Eu tenho alertado o Governo sobre isso. Se o Governo continuar com o fator previdenciário, o que os trabalhadores vão começar a fazer? E vão fazer isto corretamente – eu faria isto. Eles vão entrar com o instituto da desaposentadoria, que é assegurado ao servidor público e o Supremo, por sua vez, já está decidindo que é assegurado também aos outros trabalhadores. Devido ao fator, se ganhavam 2.000, vão se aposentar com 1.200, mas vão continuar trabalhando, porque a lei permite, e, no momento adequado, eles se desaposentam e, aí, eles se aposentam com um tempo maior de contribuição e idade. Resultado: durante um período, vão ganhar, em tese, salário integral na fábrica ou no banco ou no comércio e mais 70% ou 60% da aposentadoria; mais na frente, aposentam, não têm de devolver e, aí, vão ganhar aposentadoria integral, porque, mesmo com fator, com tempo maior de contribuição e idade, eles têm direito à aposentadoria integral. Já temos em torno de 20 milhões de aposentados que estão trabalhando e que poderão usar o instrumento da desaposentadoria.

Eu tenho perguntado também: se desonerarem totalmente, como ficam os 100 bilhões aproximadamente que são arrecadados pela Previdência, pela contribuição do empregador? O empregador paga so-

bre o total da folha; o trabalhador paga de 8% a 1%, no máximo, sobre 3.650. Ora, o empregador paga três vezes mais que o trabalhador. Se desonerarem de 20% para zero, de onde surgirão os 95 bilhões para resolver o problema da Previdência?

Por isso, estou dando mais um alerta: se quiserem desonerar a folha, não há problema algum, mas montem uma proposta consequente e responsável. Se isso for feito, nós estaremos satisfazendo, sim, o interesse do sistema financeiro, que é o da previdência privada. Qualquer cidadão que perceber que vai ganhar somente um salário mínimo, sendo que o rendimento dele é de cinco, três, quatro ou dez salários, vai ter de caminhar para a previdência privada.

Então, essas são as minhas preocupações que quero levantar neste momento. Depois, falarei, Senador Ataídes, sobre um tema que foi fruto de debates hoje, pela manhã, que foi a questão da redução de jornada e a redução dos encargos sobre a folha. V.Ex^a era convidado, inclusive para ser painalista, mas justificou que não poderia participar, porque estava em São Paulo.

Senador Ataídes, com a palavra.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Senador Paim, eu me sinto muito feliz, muito contente em saber que, nesta Casa, tem um Senador como V. Ex^a, que sempre carregou essa bandeira dos aposentados e pensionistas. Quando V. Ex^a está falando de correção da aposentadoria, nós estamos falando do direito adquirido dos trabalhadores, dos nossos aposentados e pensionistas. Não estamos falando que nós queremos alguma coisa dada a eles, como gratificação. Não. Nós estamos querendo, e V. Ex^a é muito sabedor desse assunto, que se deem a eles os direitos que eles têm, adquiridos. Eu me lembro, Senador, V. Ex^a acabou de colocar, não havendo, a partir de janeiro, as correções, eles vão, daqui a alguns dias, os nossos aposentados, que aposentaram sobre 10 salários mínimos, por exemplo, vão receber um. Isso já aconteceu no passado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De 20 para 10.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – É. No passado, eu me lembro muito bem, quem se aposentou com 15 salários mínimos, ao longo dos anos, chegou em 1986/87, estavam ganhando um ou dois salários mínimos. Quando veio a Constituição de 1988, aí se fez uma correção de 80%, salvo melhor juízo. Então, fico realmente muito feliz em saber que carrega essa bandeira e que é um direito adquirido dos nossos aposentados e pensionistas. Esse dinheiro que agora eles vão receber, determinado agora pelo nosso tribunal, lamentavelmente, muitos deles, meu Senador Paim, não vão estar vivos, não estão aqui mais na Terra para

receber esse dinheirinho, para comprar alguma coisa. Talvez, nem a sua própria pensionista, a sua própria esposa. Talvez, um filho; talvez, um neto. Isso é que é mais lamentável, porque eu posso dizer o seguinte: existem processos de perda de rendimentos dos nossos aposentados que estão nos tribunais há mais de 20 anos, mesmo sabendo que os aposentados têm privilégio no julgamento desses processos. Então, imagino e peço a Deus que tenham muitos que venham a pegar esses 11 mil, 9 mil, que o tribunal decidiu. Tomara. Mas a maioria já foi embora. Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço, Senador Ataídes, pelas suas considerações.

Permita-me, ainda, Sr. Presidente, usando os últimos cinco minutos, dizer que estamos fazendo lá na Subcomissão de Trabalho e Previdência, que presido, junto com a Comissão de Direitos Humanos, uma série de debates.

Fizemos um bom debate sobre aviso prévio proporcional e, no final, Senador Ataídes – V. Ex^a, naquele dia, não pôde ficar até o final –, por unanimidade, os empresários – fiz com os trabalhadores num dia e, depois, com os empresários – chegaram ao entendimento de que o Congresso tem que regulamentar, porque, se o Congresso não regulamentar, o Supremo vai regulamentar, e, no entendimento deles, será muito além daquilo que a gente pode construir como acordo aqui no Congresso. É por isso que eu tenho dito: “Que bom que o Supremo tem provocado esse debate do aviso prévio proporcional, que está na Constituição há mais de vinte anos”. O Congresso não votou essa matéria, mas não foi por falta de projetos.

Pois bem. Hoje o debate foi sobre a redução de jornada e a redução dos encargos sobre a folha. Já tinha feito com os trabalhadores, com as centrais e com as confederações, e hoje fiz com os empresários. Para mim, isso é importante, primeiro, porque, no dia em que eu discuti esse tema com as lideranças dos trabalhadores, todas as centrais e confederações mandaram representantes. Hoje, houve a mesma coisa. Tanto a FIESP, como a CNI, a Federação do Comércio, enfim, todas as federações de empresários mandaram seus representantes. Eu, é claro, estava presidindo. Sou autor de uma PEC, junto com o Senador Inácio Arruda – nós a apresentamos quando éramos Deputados –, da redução de jornada de 44 para 40. Mas, lá, eu não estava como autor da PEC; eu estava presidindo a sessão. Então, ouvi todos, como ouvi os representantes dos trabalhadores. O que ficou claro? Os trabalhadores querem a redução de jornada de 44 para 40. Os empresários, no dia de hoje, o que disseram? “Nós somos a favor de que esse tema seja discutido e ajustado entre a categoria profissional e a econômica,

construindo os acordos chamados coletivos ou mesmo por empresa”. Disseram eles que cerca de 50% dos trabalhadores brasileiros já trabalham em torno de 40 horas. Exatamente 39,8 – se não me engano – é carga horária, segundo eles, da maioria dos trabalhadores, fruto de acordos entre empregados e empregadores.

Bom, na próxima quinta, eu vou ouvir os aposentados e pensionistas, a Copab e outras entidades de caráter nacional, como a Anfipt, a Fenafisp. Por quê? Porque o tema é redução de jornada, mas também redução dos encargos sobre a folha. Depois de ouvir, nessa terceira audiência, os três setores – essa será a terceira e última –, vamos fazer uma única audiência, chamando três representantes de cada setor para se fazer o debate sobre os encargos, sobre a folha de pagamento e sobre a chamada redução de jornada.

Há argumentos para todos os lados. Alguns buscam experiências no mundo; outros buscam mais na América Latina, mas convicto eu estou de uma coisa: só é possível nós chegarmos a uma proposta de entendimento se houver muito boa vontade tanto por parte do empregado quanto do empregador.

Foi assim na Constituinte. Eu fui Constituinte, de 86 a 88, e naquela época nós defendíamos as 40 horas. E, mediante muita discussão, muito diálogo, chegamos a um acordo e passaram as 44. De 48 veio para 44.

Nesse momento, pelo que percebo, só com muito diálogo e entendimento, porque ninguém aqui tem força, na minha avaliação, para aprovar uma proposta de emenda constitucional, ou seja, três quintos para manter a sua posição. Então só mediante muita discussão, muito diálogo, muito bom senso e no campo que eu chamaria da razoabilidade.

A razoabilidade é...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou concluir, Sr. Presidente, pode ter certeza.

Aquilo que é possível dentro de um quadro em que a gente veja o que cada um acha o ideal e aquilo que é possível.

Era isso, Sr. Presidente. Só peço a V. Ex^a que considere na íntegra o meu pronunciamento sobre esse tema.

Confesso, Sr. Presidente, que eu ia fazer um outro pronunciamento sobre uma carta que recebi da Associação Nacional das Rádios Comunitárias, mas como não consegui falar com o Relator, que é o nosso colega Walter Pinheiro, que demonstra uma série de preocupações quanto à lei aprovada, vou preferir primeiro falar com o Walter, que está chegando a Brasília, sobre esse tema, então farei o pronunciamento, depois de falar com Walter Pinheiro, no dia de amanhã.

Obrigado, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, teve início no dia 27 de agosto, se estendendo até o dia 4 de setembro, no município de Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre, a 34^a Expointer – a maior feira agropecuária da América Latina e uma das maiores e mais importantes exposições-feiras do mundo.

Tendo como local o Parque de Exposições Assis Brasil, uma área de 141 hectares, ao lado da BR 116, a feira é um momento em que o Rio Grande do Sul mostra as suas principais riquezas, fruto do suor e do trabalho de sua gente.

A Expointer leva a marca da inovação e da qualidade como fatores que impulsionam a economia gaúcha, fortalecendo o projeto de desenvolvimento sustentado.

Lá estão em exposição avançadas tecnologias, as máquinas mais modernas, o que de melhor a genética da pecuária gaúcha tem. Os melhores exemplares das raças criadas em solo gaúcho.

Para se ter uma idéia do que representa esta feira, vou lembrar aqui alguns números do ano passado: mais de quatro mil animais representando mais de 150 raças. Cerca de três mil expositores. Vendas superiores a 850 milhões de reais. Mais de 390 eventos entre palestras e seminários.

Esses números, por si só, dão a certeza de que a Expointer espelha não só grandeza, mas a diversidade e a pujança da economia gaúcha. Quem for até lá vai perceber a convivência harmoniosa entre o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade, numa verdadeira simbiose.

De um lado, temos o produtor, o tratador de animais, o plantador, o fabricante, o artesão, o pequeno produtor, os agricultores familiares, os artistas da nossa cultura. E, de outro, aqueles que vivem na cidade e que neste período se reencontram com suas raízes.

Além de delegações de outros estados da federação, a Expointer tem também a grata satisfação de receber a visita de representantes de países de todos os continentes.

Sr. Presidente, nesse final de semana o público visitante ultrapassou os 90 mil. No sábado, 48.419 pessoas passaram pelo parque. Ontem, até as 18 horas, foram registradas 42.357 pessoas.

Alguns dados: A venda de animais rendeu até agora em torno de R\$ 2.730.000,00 (dois milhões e setecentos e trinta mil)

A exposição de artesanato comercializou 3.780 (três mil e setecentos e oitenta) peças. O valor chegou a ultrapassar os R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil).

A Feira da Agricultura Familiar teve um volume de vendas, até o momento, que ultrapassou os R\$ 200 mil. Os bancos BRDE, Badesul, Banrisul, Banco do Brasil e Sicredi receberam mais de R\$ 56,5 milhões em propostas de investimentos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O programa mais procurado é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, após o término da feira pretendo vir a esta Tribuna e relatar os resultados oficiais deste ano.

Aproveito para convidar a todos para conhecerem o estado do Rio Grande do Sul e dar um pulinho em Esteio, na 34^a Expointer.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, na Subcomissão Permanente do Trabalho e Emprego da Comissão de Assuntos Sociais foi debatida, com o setor empresarial, a “redução da jornada de trabalho e de encargos sobre a folha”.

A proposta de reduzir o tempo semanal de trabalho é antiga e, tem gerado certa polêmica. De um lado, temos os empregados que reivindicam diminuição da jornada semanal trabalhada de 44 horas para 40 horas.

E de outro, estão os grupos empresariais que estudam a proposta e buscam estratégias que freiem os possíveis prejuízos econômicos e na produção.

Eu venho defendendo a redução da jornada de trabalho há bastante tempo. Por razões óbvias. Com uma menor carga horária de trabalho, reduziremos problemas como stress, cansaço e, como consequência, doenças que tem origem por aí.

Com uma menor carga horária de trabalho, obteremos um resultado positivo em produtividade e qualidade de serviços prestados.

Com uma menor carga horária de trabalho, vamos acalmar a economia, gerar novos empregos, diminuir os níveis de trabalhos informais e expandir o ritmo da produção de serviços. Dados estatísticos dão conta de que, ao reduzir a jornada de trabalho, prevista na Constituição Federal de 44 para 40 horas, seriam gerados três milhões de empregos formais. Números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que até 31 de dezembro do ano passado os vínculos empregatícios ativos ultrapassaram a marca de 44 milhões. Já o número de trabalhadores inativos contratados com carteira assinada chegou a 22.679 milhões.

Informações relevantes, que mostram que um dos fatores que mais afeta diretamente a nossa posição econômica mundial é o aumento do número de empregos, juntamente com a carga fiscal paga pelos empregados e empregadores.

Pois bem, Senhoras e Senhores, todos sabemos que estamos falando de uma questão urgente e de grande importância para os companheiros e companheiras trabalhadores do nosso país.

E, para aqueles que buscam emprego também, pois como disse antes, essa é uma proposta viável e capaz de contribuir demais na luta contra o desemprego.

É uma proposta que irá colaborar imensamente com a modernização das relações trabalhistas e a criação de novos postos de empregos formais.

Aqui mesmo, nesta tribuna, já citei anteriormente o exemplo da experiência da redução de jornada de 39 horas semanais para 35 horas, feita na França, pelo Governo de Lionel Jospin (1997-2002).

Foram criados um milhão de empregos.

E, além da geração de mais empregos, essa medida foi capaz de reduzir os custos das empresas através da diminuição de contribuições.

Eu sou, de fato, Sr. Presidente, um defensor ferrenho dessa idéia. Tanto assim, que apresentei ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição número 75/2003 que propõe a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Há mais de 15 anos temos lutado para que a PEC seja aprovada e passe a se constituir em Lei.

É importante dizer que, parte do setor empresarial enxerga a proposta como sendo prejudicial ao avanço produtivo. Acredita que a redução da jornada acarretaria elevação de custos para a contratação de mão de obra...

Considera, também, que, caso seja aprovada, a PEC provocará a necessidade de substituição de mão de obra humana por máquinas e equipamentos. Tudo isso por conta dos altos custos de contratação de um empregado. Propus, aqui no Senado, que tanto empregados quanto empregadores se beneficiem desse avanço nas relações de trabalho. Aos empregados seria concedido, conforme expus nas falas anteriores, diminuição do tempo trabalhado. Aos empregadores, para que não se sintam lesados produtiva e economicamente, sugeri que ficassem isentos do pagamento de encargos trabalhistas e que, portanto, a folha de pagamento dos empregados fosse desonerada.

Para vocês terem uma idéia, só para a Previdência Social as empresas pagam 20% do salário bruto de cada empregado. Com o valor passando para 15%, a diferença seria substituída por uma alíquota de 2,5% incidente sobre a receita bruta arrecadada pela em-

presa. Ganhariam os empregadores, ganhariam os empregados. Somada a esta taxa, está a contribuição por parte dos empregados. Cerca de 8% a 11% do salário dos profissionais contratados são usados para o financiamento das aposentadorias e pensões do INSS.

Além de incentivarem o aumento da competição entre empresas, as altas taxações de impostos contribuem para a disseminação de empregos e trabalhos informais. É preciso que todos entendam que a redução de jornada só representará uma vitória se for fruto do entendimento, entre empregados, empregadores e governo, pois o país que queremos, está baseado na humanização das relações de trabalho, onde todos podem sair vencedores.

O empresariado brasileiro necessita de incentivos para a produção e redução de custos, enquanto que os empregados, que são a força viva do trabalho, necessitam de uma participação maior no sistema para ter uma vida digna.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

Se eu puder ter a honra, também, de participar dessa reunião gostaria muito de saber dos encaminhamentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será convidado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, pela Liderança do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr. Presidente Anibal Diniz, vou utilizar a tribuna nesta segunda-feira, para falar sobre o nosso projeto comum de nova partilha do Fundo de Participação dos Estados. Mas, antes de falar do projeto, eu gostaria de fazer duas saudações.

A primeira, já o fiz, aparteando meu querido amigo, Senador Jorge Viana, do Acre, e também o faço à bancada do Acre no Senado e ao povo acreano, reiterando, Senador Aníbal, a boa impressão que tive nesse final de semana, quando lá estive, do avanço da agenda de serviços de infraestrutura, de arquitetura urbana da cidade de Rio Branco, de políticas sociais obtidos pelo povo do Acre e por seu Governo. Para nós da Amazônia, esse avanço nas políticas públicas e sociais que ocorrem no Estado do Acre é uma referência.

Da mesma forma, estive, no último fim de semana, no solo sagrado de Xapuri. Foi de uma emoção particular. Em Xapuri, que conhecia somente das notícias de Chico Mendes, foi travada uma das mais belas batalhas amazônicas por um projeto amazônico de desenvolvimento sustentável e baseado na identidade

de dos povos da floresta, que teve como ícone, como principal referência, Chico Mendes.

Lá estive para prestigiar a filiação ao Partido Socialismo e Liberdade da companheira Dercy Teles de Carvalho, militante seringueira e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, sucessora, por conseguinte, de Chico Mendes. É com uma alegria enorme que nós do PSOL a recebemos em nosso partido, pelo que significa a luta dos seringueiros da Amazônia para todos nós. Ela é, de fato, a luta pela libertação do Acre.

O Acre, permita-me, Senador Aníbal, citar mais uma vez, tem uma história particular de heroísmo do povo brasileiro ao insistir que um território seja de fato seu. Um capítulo particular dessa luta heróica é o episódio da luta dos seringueiros, que tem Chico Mendes como sua principal referência.

Então, foi com emoção singular estar em Xapuri e uma alegria enorme receber a filiação da companheira Dercy em nosso partido.

Fui lá para encontrar o Governador Tião Viana – já o tinha encontrado anteriormente. Tenho a honra de compartilhar com os senhores, Senador Anibal e Senador Jorge Viana, o nosso projeto de nova partilha do FPE, V. Ex^{as} que são coautores do projeto. Estive também com o Vice-Governador do Acre em exercício e com o Presidente da Assembleia. A ideia era apoiar a mobilização que vocês, a bancada do Acre, os Senadores do Acre já iniciaram, para que, o quanto antes, haja o debate sobre o projeto de nova partilha do Fundo de Participação dos Estados.

Como me parece que há um conjunto de desinformações sobre o Projeto do FPE, resolvi utilizar a tribuna nesta segunda-feira, para dizer o que representa o nosso Projeto de Lei nº 289, de 2011.

Nós temos que remontar, para esclarecer o conteúdo do nosso projeto, ao que significa o FPE – Fundo de Participação dos Estados. É o principal instrumento econômico do pacto federativo. Para alguns Estados do Sul, Sudeste do País, talvez, de fato, ele corresponde muito pouco do que mobiliza sua economia. Mas para nós de Estados amazônidas representa, em alguns Estados como o meu, 75% de toda a receita do Amapá.

O que ocorre é que a partilha do FPE foi definida pela Lei Complementar nº 62, de 1989. Precisamente, é o art. 2º dessa Lei Complementar nº 62, de 1989, que faz a partilha dos recursos do FPE. O que ocorre, Senador Aníbal, é que, em 1989, quando foi definida a partilha na Lei Complementar nº 62, não se teve, concretamente, nenhum estudo sobre os dados, sobre os critérios que levariam a partilha dos recursos do FPE, naquela lei. Então, há algumas perguntas que necessitam serem feitas.

O que levou um Estado da Federação a ter 9% de toda a transferência constitucional do Fundo de Participação dos Estados, na Lei Complementar nº 62, de 1989? O que levou um Estado da Federação a ter 9% enquanto Estados como os nossos ficaram com 4% da partilha do FPE? Estados como o do Tocantins, meu querido Senador, ficaram com 4% da partilha. Qual o critério que foi definido em 1989 para que um Estado tivesse 9%, outro tivesse 7% e os nossos tivessem 4%?

Não há nenhum critério razoável que justifique isso, do ponto de vista econômico e do ponto de vista do princípio do FPE, que é um instrumento econômico para a constituição do pacto federativo. Só há um argumento que talvez justifique: o fato de, na época, haver políticos localizados em alguns Estados com maior poder de influência sobre o Senado, sobre a política nacional, e que tenham, por sua influência política, pautado essa partilha do FPE da forma como está.

Essa repartição, que dá 9% do FPE, por exemplo, para o nosso querido Estado da Bahia, e que dá 4% para o Acre, para o Amapá e para o Tocantins, e que dá 2%, Senadora Vanessa, para o querido Estado do Amazonas, essa partilha é injusta. E mais do que injusta. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal declarou que ela é inconstitucional. Ou seja, além de injusta, é inconstitucional.

O que significou isso ao longo do tempo? Significou que o Estado do Amapá, Senador Anibal, perdeu, ao longo dos últimos 20 anos, R\$638 milhões por ano. Significa R\$12 bilhões. Significa que o Estado do Acre, Senador Anibal, perdeu, ao longo dos anos, R\$700 milhões. Significa quase R\$14 bilhões. Esse recurso – não tenho outra palavra – foi tirado indevidamente dos nossos Estados, porque não houve, na Lei Complementar nº 62, de 1989, critérios técnicos, critérios econômicos para estabelecer a atual partilha do FPE.

Meu querido Senador Ataídes Oliveira, faço questão de ouvir o seu aparte.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco/PSDB – TO) – Senador Randolfe, a consequência de tudo isso que V. Ex^a acaba de colocar nessa tribuna, com tanta clareza, com tanta precisão, é que os nossos Estados, hoje, devem algo em torno de R\$440 bilhões, impagáveis. Os nossos Estados não têm condição de pagar. Esse é o resultado. Os nossos Municípios tiveram uma queda, salvo melhor engano, em torno, nestes últimos anos, de praticamente 9%, e as atribuições e as ações sociais, as atribuições das ações sociais determinadas pelo Governo Federal aos nossos Municípios aumentaram. Veja que coisa ortodoxa: tira o dinheiro e aumenta a responsabilidade dos nossos Municípios. Os nossos Prefeitos estão sem a mínima condição de governar os seus Municípios, as suas cidades. O resultado é isso

aí. Agora, isso vai ter que mudar. Os nossos Estados não dão mais conta de pagar, os nossos Governadores estão em condições terríveis e a nossa grande expectativa é essa grande distribuição dos *royalties* do petróleo. Ou eles repararem essa perda terrível que V. Ex^a acaba de colocar com toda clareza. Queria só fazer esse registro, meu Senador. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Meu querido Senador, incorporo o vosso aparte.

Quero dizer que conversei com a Ministra Gleisi, que tenho dialogado aqui com o nosso líder do Governo no Senado, que subscreve também o nosso projeto de lei da partilha do FPE, no seguinte sentido: há três debates que considero fundamentais para o Brasil e para o nosso pacto federativo no momento. Um é o FPE, o outro é a partilha dos *royalties* do petróleo e o terceiro é a guerra fiscal, é o ICMS da origem e o ICMS do destino.

Nesses três temas, há Estados que ganham, há Estados que vão perder. Esses três temas não podem ser tratados indevidamente. Somente alerto que, em relação ao FPE, há uma decisão pairando sobre a cabeça do Congresso Nacional, assim como a espada pairava sobre a cabeça de Dâmocles. É a decisão do Supremo Tribunal Federal, que diz que a atual partilha é inconstitucional. Significa dizer que, se até dezembro de 2012 – e, em virtude disso, eu chamo a atenção –, nós, do Congresso Nacional, não legislarmos sobre o FPE vamos delegar para o Supremo Tribunal Federal que, mais uma vez, legisle sobre um tema que não tivemos competência para legislar ou, ainda, corremos o risco de ser movida alguma ação e o Supremo Tribunal Federal decretar a suspensão do FPE dos Estados da Federação brasileira.

Para São Paulo isso significa 1% da sua receita; para o Amapá, para o Amazonas, para Tocantins, para o Acre, para Rondônia é sempre mais de 50% da receita. Imagine, Senador Raupp, imagine 50% da receita do nosso Estado, do dia para a noite, ser suspensa. Então, o Congresso Nacional, o Senado não pode prevaricar. E aqui faço um apelo à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, lá na Comissão se encontram dois projetos, um da lavra nossa, subscrito também pelo Senador Romero, pelo Senador Valdir Raupp, pelo Senador Aníbal Diniz, pelo Senador Jorge Viana e outro pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O quanto antes a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Comissão de Assuntos Econômicos têm que produzir um debate e tem que votar. Não importa se é o nosso projeto, se é outro projeto, se é o projeto ajustado, mas o Senado Federal, o Congresso Nacional brasileiro não pode se omitir – e este é o termo, eu vou utilizar um termo do Código Penal

que podem utilizar aqui, o termo é omissão. A omissão nesse caso é pecaminosa, é criminosa, a omissão nesse caso corresponde – aí é um dispositivo do Código Penal – a prevaricar. Nós, do Congresso Nacional, não podemos prevaricar sobre esse tema. O quanto antes precisamos que tramite nas Comissões e que seja votado.

Senador Valdir Raupp, é com imenso prazer que ouço o seu aparte.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Senador Randolfe, V. Ex^a está surpreendendo todo o País com a sua juventude, com a sua determinação, um Senador jovem, muito sábio, parece até que é veterano aqui no Congresso Nacional. Parabeno-o pelos temas debatidos, pelos temas apresentados. Esse Projeto da distribuição do FPE, esse novo formado, que deverá ser aprovado aqui no Senado, já era para ter acontecido há algum tempo. Mais uma vez o Congresso Nacional está se omitindo de legislar. A Ministra Ellen Gracie, que em breve estará deixando o Supremo Tribunal Federal, pois está se aposentando, deu uma entrevista recentemente dizendo que o Congresso Nacional tem ficado omissos em muitas matérias e que o Supremo Tribunal Federal muitas vezes tem que legislar. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o TSE – Tribunal Superior Eleitoral. O Congresso durante todo esse tempo não aprovou uma reforma eleitoral profunda, assim todos os anos o TSE tem que baixar leis, aplicar resoluções, interpretando a Constituição, para legislar em nome do Congresso Nacional. A questão do FPE no passado, eu não sei quantos anos, mais de vinte, trinta anos.

O SR. RALDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vinte anos. A Lei Complementar 62 foi de 1989.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Vinte anos. Naquela época o critério foi em cima de população, de pobreza, Estados que naquela época eram pobres, hoje estão um pouco mais ricos. E agora mudou essa realidade, em vinte anos a realidade muda. Nós já estamos devendo a aprovação de uma lei para mudar esses critérios e fazer justiça. O projeto de V. Ex^a faz justiça com alguns Estados e não prejudica tanto os outros, como V. Ex^a estava falando, questão de São Paulo e outros. Eu estava pensando, antes de V. Ex^a se referi aos *royalties* do petróleo, exatamente a mesma coisa. Acho que o Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo não vão perder nada, vão deixar de repartir, vão deixar de dividir, caso fique tudo para eles, os *royalties* do petróleo, com os outros Estados da Federação. As águas profundas, as águas nacionais, não são de Estado nenhum. A Constituição diz que já o subsolo não é de Estado nenhum. O subsolo não é nem mesmo do proprietário da terra onde estão as jazidas de minérios no subsolo. O subsolo é da União e

as águas nacionais também, como o nome já diz. As águas nacionais também são da União. Então, o pré-sal é mais do que justo que seja dividido para todos os Estados e para todos os Municípios brasileiros. É isso que devemos fazer, com todo respeito ao querido Governador do Rio de Janeiro, que é do meu partido, Sérgio Cabral, ao meu Prefeito do Rio de Janeiro que é Eduardo Paes, que é do PMDB, o Governador do Espírito Santo, enfim, a bancada aqui no Senado e na Câmara Federal, parlamentares do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, acho que é mais do que justo a repartição dos **royalties** do petróleo para todos os Estados e todos os Municípios brasileiros. Essa nova configuração da distribuição do Fundo de Participação dos Estados, também deve ser feita da mesma forma, com justiça, e justiça é o projeto de V. Ex^a que assinei e que outros senadores também assinaram. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Honra-me muito Senador Valdir Raupp ter V. Ex^a como um dos subscritores, como um dos companheiros que junto conosco está subscrevendo esse projeto.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Randolfe, eu gostaria de um aparte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Valadares, com todo prazer lhe concederei o aparte, mas ainda sobre o aparte do Senador Valdir Raupp, só para destacar, o Estado de Rondônia tem perdido, desde 1989, dois bilhões de reais com a partilha anterior do FPE.

Então, na verdade, não estamos pedindo, os Estados não estão pedindo nada a mais e nada a menos, estamos pedindo que os nossos Estados, que tem perdido recursos com a partilha atual, da forma como é, que, repito, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, possam ter recuperado o que já perderam.

Neste sentido, eu gostaria de destacar um tema. Quem sou eu para fazer aqui advertências, mas gostaria de dialogar com os Governadores dos Estados da Amazônia, em particular. A nova partilha do FPE não trata simplesmente de mantermos a reserva de 85% para os Estados do Norte e Nordeste. Manter a reserva de 85% e utilizar como palavra de ordem, por exemplo, que nenhum Estado perca, significa manter a injustiça que é cometida contra os nossos Estados da Amazônia, que têm perdido, e muito. Eles têm perdido dois bilhões, como Rondônia tem perdido; têm perdido seiscentos milhões, como o Amapá tem perdido; têm perdido setecentos milhões, por ano, ao longo dos últimos vinte anos, por conta de um casuísmo político ocorrido em 1989. Não tem outro termo para o que aconteceu em 1989, no art. 2º da Lei nº 6.289,

que é a Lei da Partilha do FPE, que foi resultado de um casuísmo político que deu origem à atual partilha, sacrificando, em especial, os Estados da Amazônia.

Nosso grande debate, nesse caso, é em especial com outros Estados irmãos do Nordeste. São Estados irmãos nossos, mas nós não podemos, na partilha de 85%, ser prejudicados por outros Estados.

Ouçó, com o maior prazer, os apartes. Senador Valadares, permita-me, é o que diz o cavalheirismo, primeiro as damas. Então, Senadora Vanessa Grazziotin, que já tinha pedido; em seguida, o Senador Valadares.

Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Randolfe. Não é a primeira vez que V. Ex^a traz ao Plenário desta Casa um debate relativo a um tema tão importante, que é o pacto federativo. Na realidade, quando V. Ex^a trata da distribuição dos **royalties** do pré-sal – e é só o que estamos discutindo, pois não queremos trabalhar naquilo que já foi licitado, no que já está pactuado no Brasil – estamos diante de uma grande descoberta que fará com que o Brasil não seja um consumidor, mas sim um exportador de petróleo para o mundo inteiro. É óbvio, haja vista que está a mais de duzentos metros da costa brasileira, que precisamos debater como o Brasil inteiro se beneficiará dessa riqueza que é brasileira, que é brasileira. E V. Ex^a traz também o debate acerca do seu projeto do Fundo de Participação dos Estados, do FPE – não vou repetir o que já foi dito aqui –, que estamos obrigados a aprovar, mesmo porque não há uma regra definida ainda, democraticamente. Eu também tenho um projeto, e V. Ex^a sabe, que tramita e muda as regras. E nós queremos debater a questão. Não quero que o meu projeto seja aprovado. Tenho certeza de que V. Ex^a também não. O que nós queremos é construir coletivamente um critério justo. Hoje, por exemplo, a Bahia tem quociente de 9.3%

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E a pergunta a ser feita: o que estabeleceu esse quociente? Qual foi o critério?

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Exato. Qual o critério, diferente do que tem sido dito aqui, não há um critério, a Bahia tem quociente de 9.3%. O seu Estado o quociente – salvo engano – é de 2.8, o meu Amazonas é de 2.7%

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O Amazonas é um dos mais prejudicados.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – É um dos mais prejudicados, é de 2.7% o quociente do Amazonas. Então, qual é o critério definido? Nós temos de levar em consideração uma série de fatores, o IDH, a dimensão, a população...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– A preservação ambiental.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– A preservação ambiental, que aí V. Ex^a coloca 5% e eu coloco 2%, mas levamos em consideração a política tributária. A repartição de recursos no Brasil tem que levar em consideração aqueles Estados que têm extensas áreas de proteção ambiental. É claro que não são áreas bloqueadas, elas podem ser trabalhadas em prol do desenvolvimento. Agora, é um investimento que vai requerer anos porque trabalha muito com a inovação, com a ciência e tecnologia, pesquisa, o conhecimento de uma riqueza que o Brasil não conhece e que os brasileiros não conhecem ainda. Então, cumprimento V. Ex^a e tenho certeza que em breve nós estaremos, como estamos, enfrentando um grande debate acerca do Código Florestal, em breve enfrentaremos outro grande debate que é acerca do novo pacto federativo, principalmente em relação ao FPE e aos **royalties** do petróleo do pré-sal. Parabéns, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Obrigado Senadora Vanessa.

Enfim, tanto o nosso projeto quanto o projeto de V. Ex^a o fundamental é que o Senado legisle, o fundamental é que o Senado o quanto antes debata. Os nossos projetos estão na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Tem que sair o quanto antes de lá, porque nós vivemos sob um prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal e nós não podemos nos omitir em relação a esse debate.

Concordo plenamente com V. Ex^a, os nossos Estados foram injustiçados. Tem o nosso projeto, tem o projeto de V. Ex^a e podem ser fundidos num projeto só o quanto antes. O importante é o reconhecimento de que a partilha atual é injusta e necessitamos de uma nova partilha.

Senador Valadares, com muita honra e prazer que ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Com a maior brevidade porque V. Ex^a já está no final de seu pronunciamento, mas eu queria registrar o meu apoio ao seu projeto porque V. Ex^a coloca em debate um dos grandes temas que, certamente participam não só da preocupação do Senado como também da Câmara dos Deputados e dos prefeitos municipais de um modo geral. Os Municípios estão praticamente falidos, as prefeituras fizeram um acordo com o governo da União e, neste acordo os Municípios se comprometeram a pagar suas dívidas perante a Previdência Social. Logo depois dessa repactuação das dívidas surgiram novas dívidas por meio de precatórios submetidos pela Justiça. Os Municípios, então, a maior parte deles, estão sem aquela chamada certidão

negativa até para receber dotações orçamentárias às emendas individuais dos Parlamentares. Por isso, V. Ex^a vem, em boa hora, atender aos reclamos dos Estados. A mudança a que V. Ex^a se refere tão-somente aos Estados ou também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Aos Estados.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Não inclui os Municípios?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Não, porque o Projeto de nossa autoria e de outros Senadores dialoga com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que decretou inconstitucional a partilha do FPE.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Sim. Então, se ela é inconstitucional para os Estados, deve ser também para os Municípios.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Com certeza.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Então, seria de bom alvitre que talvez V. Ex^a, ou algum de nós, pudesse fazer uma emenda incluindo o interesse municipal, porque a política começa e se realiza nos Municípios. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Perfeito, Senador Valadares. De fato, esse é um debate fundamental para o pacto federativo.

A Constituição de 88 elevou o Município à condição de ente federado, e a razão pela qual existe o FPE para os Estados é a mesma pela qual existe o FPM para os Municípios.

Concluindo, querido Senador Presidente, o nosso Projeto partiu de um dado concreto. Recepcionamos o resultado dos estudos do grupo de trabalho do Conselho Nacional de Política Fazendária. Ou seja, fizemos um projeto partindo do início de debate que aconteceu no Fórum de Secretários da Fazenda do País.

Estamos à disposição, tanto eu quanto a Senadora Vanessa Grazziotin e os outros Senadores – Anibal, Jorge Viana, Valdir Raupp e Romero Jucá, que subscrevem o Projeto – para debater os critérios que estabelecemos.

Um deles, por exemplo, é a preservação ambiental. Acho que não é de bom tom, o Brasil, às vésperas de uma Conferência Mundial do Meio Ambiente, argumentar contrário à necessidade de preservação das unidades de conservação. Creio que é importante o Brasil chegar, no ano que vem, na sua Conferência Mundial de Meio Ambiente, que será sediada no Rio de Janeiro, apresentando um produto concreto, dizendo que compensa os Estados da Federação que têm, em seu território, a preservação da maioria de seu território.

E para concluir, Sr. Presidente, quero reiterar um diálogo com os governadores, e foi por isso que visi-

tei o Acre neste fim de semana. É fundamental que os Governadores da Amazônia se mobilizem para dizer o seguinte: a máxima não pode ser somente a preservação dos 85% para os Estados do Nordeste e do Norte. Na verdade, somos prejudicados em função da disparidade com alguns Estados do Nordeste. Nós temos que enfrentar esse debate no fórum de governadores, e a máxima não é de que alguns Estados não podem perder. Alguns

terão que perder para que seja feita justiça. E os Estados que venham a perder – se nós caminharmos juntos com os debates dos **royalties** do petróleo e do ICMS – poderão ganhar nos outros debates.

Por fim, no projeto estamos estabelecendo uma fase de transição que poderá ser de cinco anos, de sete anos, de dez anos, o que impedirá que algum Estado possa repentinamente perder os seus recursos.

Enfim, Sr. Presidente, não quero me alongar, quero agradecer a condescendência de V. Ex^a para esse debate que é um debate desta Casa, que é um debate da Casa da Federação, que é um debate do Senado. E quero apelar para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o quanto antes coloque para a votação os projetos que lá tramitam sobre o FPE, sob pena de nós, do Congresso Nacional Brasileiro, prevaticarmos – utilizando o termo do Código Penal e não a omissão – em relação a esse debate fundamental para a Federação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ataídes Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Parabéns, Senador Randolfe, pelo seu extraordinário discurso, sobre um assunto de tamanha importância para os nossos Estados e Municípios. Mais uma vez, obrigado, Senador.

Com a palavra o nobre Senador Roberto Requião, por favor.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. e Sr^{as} Senadores e Senadoras, “nada mais se parece a um saquarema do que um luzia no poder”.

Eu atribuí essa frase a Oliveira Viana, porque através dele a conheci. Mas depois recebi uma explicação mais detalhada de um assessor aqui do Senado, e a frase vem da época do Império. Ela é mais antiga.

Eu me reporto a essa frase por dois motivos: por uma discussão que fui ter nas Minas Gerais, a convite do Deputado Celinho, do PT, e de Rogério Dias, sobre o salário mínimo regional e sobre as novas medidas

anunciadas pelo Governo Federal. “Nada mais se parece a um saquarema do que um luzia no poder”. O nosso Governo Federal anuncia o aumento do superávit primário. Aliás, com um corte orçamentário que deve ser aprovado pelo Congresso Nacional que corresponderia a uma redução dos juros.

Li agora há pouco um artigo do economista Amir Khair, Secretário das Finanças da Prefeitura de São Paulo, que, lá no passado, em uma época, assumiu um cargo de Chefe do meu gabinete de Deputado Estadual no Paraná. O Amir raciocina sobre isso: “Não, não cairão juros porque o Banco Central está a serviço do capital financeiro”.

E essa medida, associada, por exemplo, ao veto da Presidenta Dilma ao aumento concreto dos salários dos servidores são barretadas, aceno ao capital, aos rentistas, que lucraram no último ano... tenho fontes diversas para avaliar esse lucro. Tenho uma do IPEA, de R\$260 bilhões de juros; o Amir fala em R\$226 bilhões durante o último ano. Esse último ano deve contabilizar os meses deste ano também.

E eu não vejo firmeza nas mudanças. O discurso do Ministro Mantega não é ruim, mas as medidas são homeopáticas, e as sinalizações são para o mercado, e não para o País.

A Presidenta quer o apoio do Congresso Nacional nas suas medidas. Eu gostaria de apoiar medidas que atendessem aos interesses do Brasil, e não de conserto de uma crise sob a perspectiva do mercado financeiro.

Mas o assunto a que quero me referir ainda é esta reunião que tivemos em Minas Gerais, um ciclo de debates sobre o salário mínimo regional.

Fui convidado porque implantei o salário mínimo regional no Paraná. Aliás, o salário mínimo regional do Paraná é o mais alto do País. Quando eu estava para implantar o regional paranaense, escutava, por parte da Fiep e de alguns setores do comércio e da indústria, as críticas mais disparatadas: o salário mínimo regional vai desempregar as empregadas domésticas, vai provocar o desemprego em massa; o salário mínimo regional desestrutura a economia. Aliás, com devida redução sociológica, as mesmas críticas que, lá no passado, se fizeram contra a abolição da escravatura, as mesmas críticas contra a redução da jornada de trabalho para as 40 horas que nós estamos tentando hoje.

Mas eu não precisava discutir a questão do mínimo regional. O mínimo regional do Paraná incorpora a cada ano – ele foi criado em 2006 –, junto com a inflação, a produtividade. E foi a falta da inclusão da produtividade que levou os Estados Unidos ao desastre: congelamento do salário dos trabalhadores, empréstimos de longo prazo e juros altos, até que ninguém

conseguia pagar mais o empréstimo que devia, e a economia norte-americana cai como um castelo de cartas.

Parece que os luzias no poder hoje, no Brasil, repetem o vezo ortodoxo dos saquaremas. E medidas corajosas deixam de ser tomadas, embora vez por outra apareça um discurso realmente progressista, que não é acompanhado concretamente por medidas econômicas.

Foi duro o jogo em Minas Gerais. Quando fui convidado, eu me recordei da veemência, aqui no plenário do Senado, dos nossos companheiros do PSDB contra o congelamento do salário mínimo da Dilma. E pensava eu, lá nas Minas Gerais: terei essa mesma veemência a favor de um piso mínimo regional, que Minas não implantou até hoje. Implantado no Paraná; pelo Luiz Henrique, em Santa Catarina; no Rio de Janeiro; se não me engano também em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mas em Minas, não.

Mas a oposição era terrível. Uma representante do governo vai à tribuna e diz ao conjunto de trabalhadores: “Imaginem vocês se vocês tiverem que pagar R\$2 mil para uma empregada doméstica, jamais poderão ter uma empregada doméstica.” Falácia absoluta! O piso mínimo regional no Paraná, que é o mais alto no Brasil, dá a uma empregada doméstica um salário mínimo de mais ou menos R\$660,00, se bem me recordo; jamais R\$2 mil. Por outro lado, se alguém não puder pagar uma empregada doméstica, não tem nisso justificativa para restaurar o regime da escravidão no Brasil.

Nós podemos avançar de forma extremamente concreta com o salário mínimo regional em todos os Estados do País.

Senador Ataídes, o salário mínimo regional abriga apenas os trabalhadores não sindicalizados, os que não têm oportunidade de um dissídio coletivo por um órgão de representação da sua categoria; e não atinge os funcionários públicos, que têm os seus salários fixados por um ato jurídico complexo, com a participação do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sanção do Poder Executivo. Então, as prefeituras ficam fora. E nós sabemos que muitas prefeituras paupérrimas do Brasil têm um número enorme de funcionários, quase que com a função de um Bolsa Família, porque, nos Municípios, não existe atividade econômica alguma. Nisso não se mexe. Não se mexe nos sindicalizados.

Mas, em Minas, de repente, aparece-me um cidadão que se dizia representante da Força Sindical, dizendo: “Não acenem com a felicidade que não virá para os trabalhadores mineiros, porque o mínimo regional é rigorosamente impossível”.

No Paraná, eu ouvia essa mesma conversa durante todo o período de implantação do nosso mínimo regional. E ele está implantado. E ele foi um sucesso.

Agora, junto com o mínimo regional no Paraná, fizemos algumas compensações. Por exemplo: microempresa, Senador Ataídes, não paga imposto algum no Paraná; e as pequenas empresas pagam cerca de 2% do seu movimento.

Os trabalhadores mais pobres têm energia elétrica gratuita, compensada pelo Estado, não pela nossa companhia de energia. E a água e o serviço de tratamento de esgoto têm uma tarifa social de R\$5,00, pela água e pela coleta e o tratamento de esgoto das famílias mais pobres. A luz gratuita garante o banho quente no inverno, garante a lâmpada acesa no final de tarde, para que o filho de um trabalhador possa cumprir os deveres da escola.

Quem paga? Paga o Erário. É caro? Não é barato. Porque o que o Erário investe na energia elétrica economiza no posto de saúde, nas pneumonias e nos problemas decorrentes da falta absoluta de uma geladeira, por exemplo, para preservação de alimentos.

No Paraná, nós conseguimos para os agricultores que resolvem plantar aquilo que é carente no Brasil, como o trigo, o seguro integral por parte do Governo Federal e do governo estadual. E nós evoluímos com essas políticas de forma extraordinária.

Quando reduzi a zero o imposto das microempresas, diziam: “O Governador quer acabar com a arrecadação.” Não, Ataídes, o custo da máquina arrecadatória é muito maior do que se arrecada da pequena empresa; e o pequeno empresário, posto em sossego, sem a pressão do fisco estadual, se capitaliza e gasta no mercado formal, nos grandes estabelecimentos comerciais, com a compra da geladeira, da televisão, dos bens de consumo duráveis que acabam entrando no círculo virtuoso da arrecadação e dos investimentos públicos em educação, em saúde, em infraestrutura. Pois muito bem, deu certo no governo do Paraná. Por que a oposição do governo de Minas Gerais? E por que os Estados brasileiros, todos eles, não estabeleceram o seu salário mínimo regional? No Paraná, o governo que me sucedeu já abandonou a política inicial porque corrigiu o salário mínimo que havíamos estabelecido em 6,6%. Esquecendo a produtividade, corrigiu só com o processo inflacionário, quando o aumento deveria ter sido, no mínimo, de 14,6%. É regressão.

Mas o que se pode dizer do PSDB e do nosso Governo Federal a respeito dos seus comportamentos na economia? Exatamente o mesmo comportamento. É a submissão à ortodoxia. A diferença é que existem algumas políticas sociais por parte do PT que são implementadas, na verdade. Mas a política econômica é de absoluta submissão à ortodoxia; nada muda. Tudo como dantes no quartel de Abrantes. E cada vez mais

me convenço de que nada mais se parece com um luzia do que um saquarema no poder.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB – TO) – Obrigado, Senador.

Pela liderança do PSB, concedo a palavra ao nobre senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, conjuntamente com as lideranças partidárias que apóiam o Governo, nós, presidentes de partidos, participamos de uma reunião com a Presidenta Dilma que considero fundamental para os destinos do nosso País, no que tange às medidas ali anunciadas por Sua Excelência e, posteriormente, de forma pública, pelo Ministro Mantega; medidas essas que visam, sem dúvida alguma, atenuar o impacto da crise internacional, colocando uma barreira a qualquer interferência negativa, do que está acontecendo nas economias avançadas, aqui neste país.

Seria falta de responsabilidade se o Governo fizesse ouvidos de mercador, achando que o Brasil está imune a todos os movimentos financeiros e econômicos que acontecem mundo afora. E a Presidente Dilma, do alto de sua responsabilidade, resolveu acautelar-se, prevenir o futuro, construir fórmulas capazes de enfrentar a turbulência internacional sem prejuízos aos programas sociais, já criados, e sem prejuízo das ações do Governo que visem manter o emprego, fomentar o desenvolvimento por meio de investimentos anteriormente programados.

As medidas não vão atingir os programas sociais do Governo; elas não vão atingir o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC; elas não vão atingir o Brasil sem Miséria, Programa do Governo Federal para tirar da pobreza extrema mais de 14 milhões de brasileiros; elas não vão atingir também o Programa Brasil Melhor, que apóia as atividades econômicas de segmentos importantes do empresariado nacional, notadamente a indústria manufatureira, que é a que mais se ressentiu dos efeitos da crise gerada nos Estados Unidos e na Europa. Medidas como a renúncia fiscal, o apoio à micro e à pequena empresa, todas aquelas atividades governamentais anunciadas publicamente pela Presidenta Dilma, não vão sofrer solução de continuidade.

O objetivo do Governo é economizar com o incremento da meta de superávit primário, é economizar para que o Brasil possa pagar a sua dívida, para que o Brasil, no médio prazo, possa reduzir as taxas de juros, que são as mais elevadas do mundo, o que prejudica substancialmente as nossas empresas. Ora, se temos

hoje taxas de juros elevadas isso faz com que o capital internacional procure aqui especular para tirar partido financeiro dessa vantagem. Mas, se o Brasil reduzir as taxas de juros – e isso vai acontecer no médio prazo –, nós vamos reduzir o Custo Brasil, nós vamos ajudar as empresas que exportam e vamos contribuir para que os programas de desenvolvimento aconteçam com mais celeridade.

No Brasil, como disse o Ministro Mantega, nós temos uma situação fiscal sólida. Os investimentos estão sendo feitos, mas eles são insuficientes para a promoção do nosso desenvolvimento, para gerar os empregos que nós queremos. E o efeito mais benéfico, a queda de juros, é o objetivo primacial dessas medidas tomadas pela Presidenta Dilma.

Nós temos, hoje, um montante de reservas que nunca tivemos e nunca pensamos em ter: mais de R\$400 bilhões. Isso dá um colchão de segurança ao Governo para que, no caso de uma crise maior que venha aqui para o Brasil, o Banco Central tenha um instrumento indispensável para salvaguardar os interesses dos investimentos das empresas e do mercado, impedindo que haja, como houve, em 1998 ou 1999, uma queda acentuada da nossa moeda, o que veio provocar, naquela data, no século passado, uma crise sem precedentes.

Então, aumentar o superávit primário em 10 bilhões – antes, estávamos prevendo um superávit primário de 81,7 e ele vai ser de 91,7 – não significa, de modo nenhum, que o Governo vai conter os investimentos e que o Governo vai impedir a realização dos programas já anunciados anteriormente. O Governo dá o seguinte recado: nós não vamos reduzir os gastos até agora anunciados e comprometidos, mas nós não vamos gastar mais do que estamos gastando. E não gastando mais do que estamos gastando nós faremos economia, uma economia de, no mínimo, R\$10 bilhões, que vão ter um significado importante para a consolidação, para a concretização do nosso equilíbrio fiscal.

Portanto, a Oposição, cumprindo o seu papel, aqui disse que o Governo está cortando investimentos, que o Governo está tomando medidas que vão prejudicar a economia nacional. Não é verdade. O que o Governo está fazendo é justamente isto: manter os investimentos e proteger a economia nacional de uma possível – e não estamos livres de que isso aconteça – interferência da crise aqui, no Brasil.

Senador Valdir Raupp, eu concedo a V. Ex^a o aparte; V. Ex^a que estava presente, juntamente com tantos outros Senadores, como o Senador Eduardo Amorim, e pôde testemunhar que o compromisso de Dilma com o crescimento do Brasil continua de pé.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Nobre Líder Senador Antonio Carlos Valadares, eu estava presente na reunião do conselho, assim como estive presente na reunião anterior, também, há uns 20 dias atrás, quando já se previa uma diminuição nas despesas – não nos investimentos, como V. Ex^a está falando –, uma redução das despesas sem diminuir os investimentos, o que não é uma coisa muito fácil de acontecer. A preocupação que eu tenho, Senador Valadares, não é nem pelo aumento do superávit primário, que poderia retirar alguns investimentos do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Mas os investimentos estão diminuindo em função da desaceleração das obras que estão programadas no País. Eu lamento dizer isso a um Senador da base. Sou o Presidente do PMDB nacional, que é o segundo maior Partido da base. Eu poderia até dizer o primeiro, porque temos a maior bancada aqui no Senado e uma bancada quase igual à do PT na Câmara dos Deputados. Somos o Partido da base que tem o Vice-Presidente da República. Este ano houve – infelizmente, não é culpa da Presidente da República nem dos ministros – e a conjuntura levou a se diminuir um pouco a aceleração dos investimentos. Nós estamos a apenas quatro meses de terminar o ano, e as obras, algumas paradas; outras, em ritmo mais lento, até pelos problemas que aconteceram em alguns ministérios. E não vejo que haja mais tempo de executar o que estava previsto no Orçamento deste ano. Então, automaticamente, sem que haja corte, sem que haja aumento de superávit, já vai haver uma economia no Orçamento deste ano, porque não se vai executar o que estava previsto no Orçamento. E eu vejo, de repente, o Governo, com todo o respeito, deixando de liberar R\$1 bilhão, R\$2 bilhões para cumprir emendas parlamentares, emendas individuais que vão ajudar as prefeituras, pequenas prefeituras espalhadas por todo o País. Isso ajuda muito na economia local. Então, acho que o Governo não deveria restringir tanto a liberação de verbas, sendo que, automaticamente, algumas obras grandes que consomem muito dinheiro já estão paralisadas, ou por um problema de fiscalização, ou por um projeto malfeito, ou por uma licitação, ou por um projeto básico que não teve projeto executivo. Com isso, “n” obras no País hoje estão paralisadas por problemas de projeto. Então, essa economia já está sendo feita automaticamente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ainda bem que V. Ex^a está dizendo que não é por falta de pagamento,...

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...mas por causa, vamos dizer, da falta

de previsão na elaboração dos projetos e também em virtude da fiscalização intensa dos órgãos de controle.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Exatamente. O grande problema...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aqui e acolá se manda parar uma obra porque há indícios de irregularidades, há indícios de superfaturamento ou indícios de subfaturamento. E a obra é automaticamente paralisada, enviado o resultado para o Congresso Nacional resolver, para a Comissão de Orçamento.

De modo que dinheiro, a meu ver, não é o problema; recurso não é o problema. Houve, nesses sete meses, um aumento da arrecadação, se não me engano, de mais de R\$90 bilhões...

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Bilhões de reais!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...em relação ao mesmo período do ano passado. Quer dizer, o Governo está economizando com o superávit primário R\$10 bilhões, mas a arrecadação está aumentando muito mais do que esse superávit que o Governo acrescenta nos planos dele.

As obras, a paralisação dessas obras, a nossa preocupação maior seria se faltasse dinheiro. E não é, parece-me, o que está faltando.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – O grande problema do nosso País é projetos. Por isso é que temos de nos preocupar também com a formação de técnicos, de engenheiros, de técnicos de projetos, para que os projetos saiam bem feitos e não tenham esse problema, e com o rigor, é lógico, nas licitações, nos contratos, para que não haja paralisação logo no início ou no meio das obras. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a foi governador e sabe muito bem que os órgãos de controle – Tribunal de Contas, CGU, Ministério Público – estão preparadíssimos para o exercício de seu papel fiscalizador. São técnicos da mais alta qualificação que são enviados aos Estados, aos Municípios e também às obras do Governo Federal, para justamente fiscalizar projetos como os que V. Ex^a acaba de citar aí, alguns dos quais defeituosos. Por quê? Porque, na hora da sua elaboração, faltou um técnico realmente competente, com a qualificação necessária, para poder executar aquele projeto, sem nenhuma interrupção. Infelizmente, está acontecendo isso. Nós, do Congresso, demos todas as condições aos órgãos do controle, pagando bem. Ora, um funcionário do Tribunal de Contas que vai fiscalizar uma pobre prefeitura do interior do Amazonas, que ganha 10 ou 20 vezes mais que o funcionário presidente de uma comissão, está muito melhor preparado que

aquele que está nos confins do mundo, executando licitações e fazendo obras. Então, nós preparamos o controle e a fiscalização, mas não preparamos quem vai executar. A verdade é essa. No Brasil, está faltando isto: qualificação de pessoal e melhoria salarial dos funcionários que vão cuidar daquilo, porque alguém que está numa comissão de orçamento ou numa comissão de licitação deve ter não apenas preparo, mas também uma boa remuneração, para não ser tentado a fazer besteira, a fazer coisas como as que o Brasil está lendo nos jornais.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco/PSC - SE) – Senador Valadares, um aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Amorim, é com muito prazer que concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco/PSC – SE) – A Presidente Dilma hoje nos ressaltou – e o senhor bem repetiu lá – que crise se combate com crescimento. Todos concordaram, mas se consegue crescimento gastando com qualidade. Confesso que fiquei um pouco preocupado naquilo que trata dos gastos com a saúde, sobretudo a regulamentação da Emenda nº 29. A Emenda nº 29 põe qualidade nos gastos com a saúde, porque ela coloca os limites daquilo que é saúde e daquilo que não é saúde, fazendo com que os maus gestores não utilizem dos poucos recursos da saúde com aquilo que não é saúde, os poucos recursos da saúde com outras áreas que nada têm a ver com saúde, utilizando-se dessa brecha, desse espaço, desse vazio da lei para justificar esses gastos indevidos, penalizando mais ainda a nossa saúde. Nosso Estado de Sergipe é um dos poucos da Federação que cumpre a Emenda 29, gastando dentro daquilo que manda a lei, cumprindo os 12%. Mas nós sabemos que vários e vários outros Estados, Estados grandes, estão muito longe de cumprir. Então, não é justo que aqueles que cumprem realmente paguem pelos que não cumprem, pelos que não têm saúde realmente como prioridade. Mas eu gostei da fala da Presidente quando ela disse que uma das grandes preocupações do Governo dela era realmente promover uma saúde de qualidade, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo, agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu discurso. V. Ex^a tocou num assunto que realmente foi, a meu ver, o principal tema da reunião, dos debates que ali foram travados, e a preocupação da Presidenta da República em universalizar, como a própria Constituição prevê, a saúde, saúde de boa qualidade e que seja gratuita para todos. E, para isso, ela falou de forma bastante clara que o Brasil precisa de recursos financeiros, de mais recur-

sos financeiros, para melhorar a saúde da população. E eu acho, como V. Ex^a falou, que a qualidade do serviço de saúde também está diretamente relacionada com a regulamentação da Emenda 29, que é o Projeto de Lei Complementar nº 306-B, de 2008, que se encontra na Câmara dos Deputados. Passou aqui, no Senado, foi para lá. E, lá, na Câmara dos Deputados, está prevista uma votação para o dia 28 de setembro, se não me engano.

Ora, o grande lance da discussão dessa matéria não é apenas a regulamentação pura e simples do uso do dinheiro proveniente da saúde. Eu já fiz denúncias aqui de que cerca de 20 Governadores não estavam cumprindo a Constituição. Os Estados são obrigados a aplicarem 12% em saúde; os Municípios, 15%. Os Municípios estão aplicando.

Agora, nem todos os Estados estão aplicando os 12% que são obrigados a aplicar, mas, quando o fazem, aplicam de forma subliminar, dizendo, por exemplo, que obras de saneamento são consideradas obras de saúde que deveriam participar do cômputo da aplicação dos 12%. Então, isso está lá na Câmara. A Câmara está regulamentando e dizendo como é aplicado esse dinheiro.

Então, o grande lance que eu estou lhe falando é o seguinte: o Governo reconhece esses vazios que são criados, essas brechas que são criadas para burlar a legislação, mas reconhece também que os recursos são insuficientes para dar uma atenção maior, uma universalização, gratuidade e serviço de boa qualidade. Para tanto, o Congresso, principalmente a Câmara dos Deputados, vai ter que se deter numa nova fonte de recursos, porque a Presidenta foi taxativa quando afirmou que é muito difícil, com os recursos atuais, prestar um serviço melhor para a saúde do Brasil. Mas está na mão da Câmara dos Deputados, e, daqui até o mês de outubro, teremos uma solução.

Sr. Presidente, hoje é o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Nós sabemos que a fumaça do cigarro, segundo dados publicados, traz, pelo menos, 4.700 substâncias que podem causar danos à saúde, e 90% dos casos de doença de pulmão provêm do uso indiscriminado do cigarro, do fumo, do tabaco. Então, é da maior importância que nós aqui chamemos a atenção para esse problema, que não é apenas nacional, é mundial.

O dia 31 de maio é o Dia Mundial de combate ao uso do fumo, e, hoje, dia 29 de agosto, é o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Ele foi instituído há 25 anos pela Lei 7.488, de 1986.

Estima-se que as doenças cardiovasculares e pulmonares, além dos cânceres, são responsáveis por dois terços de todas as mortes ocorridas no Planeta e seus principais fatores de risco que afetam tanto os

países pobres quanto as nações desenvolvidas são o tabagismo, o alcoolismo, a inatividade física e a alimentação inadequada.

Somente o tabagismo é responsável por um terço de todas as neoplasias, por quase 30% dos casos de infarto do miocárdio e pela maioria das doenças respiratórias crônicas.

O tabagismo é uma das mais graves preocupações de nossas autoridades sanitárias e de todos os profissionais da área de saúde, bastando lembrar que o cigarro mata por ano cerca de 200 mil brasileiros, muitos deles fumantes passivos, ou seja, não fumantes expostos à fumaça do cigarro alheio.

A propósito, cabe lembrar que tivemos aqui em Brasília o IV Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo, que reuniu representantes de organizações governamentais e não governamentais.

O evento foi promovido pela Aliança de Controle do Tabagismo, uma associação muito atuante que congrega mais de 500 organizações empenhadas nessa causa.

Agora, uma curiosidade, Senador Eduardo Amorim, benéfica para nós, que somos sergipanos: entre os órgãos governamentais representados no citado seminário estava a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura de Aracaju, que desde 2004 mantém ações estratégicas de promoção da saúde e de preservação do tabagismo na capital sergipana.

Essas ações somadas a iniciativas como a lei municipal de 2009 que proíbe fumar em locais públicos têm contribuído para que Aracaju tenha proporcionalmente o menor número de fumantes do Brasil. Aracaju é quem menos fuma no Brasil, conforme revelou recente pesquisa do Ministério da Saúde. Então, quanto menos fumantes menos pessoas expostas aos problemas causados pela fumaça do cigarro.

O índice de fumantes com idade acima de 18 anos em Aracaju é de 8%. A média brasileira é de 15,5%. Parabéns, Aracaju.

No Dia Nacional de Combate ao Fumo, eu quero homenagear a nossa capital e, por intermédio do Prefeito Edvaldo Nogueira, traduzir a manifestação do PSB de regozijo pela luta da Prefeitura de Aracaju em favor da saúde de nosso povo.

Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Ex^a a inserção, digo melhor, a publicação, na íntegra, do discurso que faço no dia nacional consagrado ao combate ao fumo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Ministério da Saúde realiza nesta segunda-feira, dia 29, em todo o país, o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Esse dia foi instituído através da Lei 7.488/1986. Estima-se que as doenças cardiovasculares e pulmonares, além dos cânceres, são responsáveis por dois terços de todas as mortes ocorridas no planeta, e seus principais fatores de risco, que afetam tanto os países pobres quanto as nações desenvolvidas, são o tabagismo, o alcoolismo, a inatividade física e a alimentação inadequada. Somente o tabagismo é responsável por um terço de todas as neoplasias, por quase 30% dos casos de enfarte do miocárdio e pela maioria das doenças respiratórias crônicas.

O Brasil participará da Cúpula das Doenças Não Transmissíveis, que será promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, no próximo mês. Na ocasião, será apresentado o Plano Brasileiro para o Enfrentamento das Doenças Não Transmissíveis, moléstias cuja incidência vem crescendo de forma acelerada em nosso País e em todo

Sr. Presidente, o Brasil, aliás, é signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que prevê a adoção de medidas sem as quais o Brasil não atingirá as metas estabelecidas no plano que a Presidente Dilma apresentará na reunião de cúpula da ONU.

O tabagismo, de fato, é uma das mais graves preocupações das nossas autoridades sanitárias e de todos os profissionais da área de saúde, bastando lembrar que o cigarro mata, por ano, cerca de 200 mil brasileiros, muitos deles fumantes passivos – ou seja, não fumantes expostos à fumaça dos cigarros alheios.

A propósito, cabe lembrar que tivemos aqui em Brasília, no período de 8 a 10 deste mês, o IV Seminário Alianças Estratégicas para o Controle do Tabagismo, que reuniu cerca de 80 representantes de organizações governamentais e não governamentais ligadas às áreas de saúde, direitos humanos e meio ambiente, entre outras, para debater medidas que visem reduzir o uso do tabaco. O evento foi promovido pela Aliança de Controle do Tabagismo, uma associação muito atuante que congrega mais de 500 organizações empenhadas nessa causa.

Entre os órgãos governamentais representados no citado seminário estava a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Aracaju, que desde 2004 mantém ações estratégicas de promoção da saúde e de prevenção do tabagismo na capital sergipana. Essas ações, somadas a iniciativas como a Lei Municipal nº 3.756 e 2009, que proíbe fumar em locais públicos, têm contribuído para que Aracaju tenha proporcionalmente

te o menor número de fumantes do Brasil, conforme revelou recente pesquisa do Ministério da Saúde. O índice de fumantes com idade acima de 18 anos é de 8% em Aracaju, enquanto a média nacional é de 15,5%.

Esses números, nobres Colegas, demonstram que políticas públicas adequadas e campanhas de conscientização são eficientes para reduzir os danos do tabagismo; e justificam a mobilização de entidades como a Aliança de Controle do Tabagismo para que seja aprovado o PLS nº 315/2008, do ilustre Colega Senador Tião Viana, que proíbe o uso do tabaco em ambientes fechados. O citado projeto, que tem o meu apoio incondicional, tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem se destacado no continente como o país que vem reduzindo a prevalência do tabagismo mais rapidamente. Embora a notícia seja alvissareira, ainda é muito pouco. É preciso lembrar que o preço do cigarro brasileiro é um dos menores do mundo. É preciso, também, refutar as alegações dos fabricantes de cigarros de que a proibição do tabaco em estabelecimentos comerciais afeta as vendas e a geração de empregos. Esse suposto impacto já foi desmentido em pesquisas diversas, realizadas em diversos países, como o Canadá, os Estados Unidos e a Inglaterra. Além de proteger os não fumantes, as autoridades sanitárias devem também intensificar as campanhas para demonstrar que o uso do tabaco mata seis milhões de pessoas em todo o mundo, a cada ano.

Por todos esses motivos, faço um apelo aos nobres Colegas para que se empenhem no cumprimento rigoroso das determinações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da qual somos signatários.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Ataídes Oliveira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Valadares, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Passamos a palavra ao nobre Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

Em seguida, ao Senador Eduardo Amorim, como líder, e ao Senador Valdir Raupp, como orador inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos acompanham pelas redes sociais na Internet, é com muita alegria que compareço à tribuna na noite de

hoje para registrar a minha participação em evento promovido pelo Governo do Distrito Federal, pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com a Semp Toshiba, pela comemoração de seus 50 anos de existência no Brasil, um evento enxadrista que contou com a presença do grande mestre internacional Garry Kasparov, o maior enxadrista de todos os tempos.

Apesar de ter se aposentado das competições, ele continua um jogador atual, contemporâneo. No encontro de hoje, houve uma simultânea em que ele jogou com treze praticantes do xadrez.

O Ministro Aloizio Mercadante não se encorajou a enfrentá-lo, com medo do que seria manchete no dia seguinte, mas eu, representando o Senado, e o Governador Agnelo Queiroz nos encorajamos a jogar contra o Garry Kasparov. Foi uma experiência fantástica estar com o, sem dúvida, maior jogador de xadrez de todos os tempos.

Ao mesmo tempo, fomos presenteados com o último livro de Garry Kasparov: **Xeque-Mate – a Vida é Jogo de Xadrez**, que é este que eu apresento aqui.

E por que faço tanta questão de fazer este registro aqui na tribuna do Senado? Porque a presença de Garry Kasparov no Brasil pode servir de grande estímulo para a garotada aprender a jogar xadrez, estudar um pouco do xadrez, não só como competição, mas como ciência mesmo, como aplicação exata na busca de resposta precisa para cada um dos problemas que a vida apresenta. E é muito interessante porque Garry Kasparov não é um enxadrista excêntrico, daqueles que, para se aplicar ao jogo de xadrez, deixa de ser gente, deixa de viver a vida. Não, ele é um profissional, ele tem a sua profissão da qual sobrevive e é um participante da política. É nascido no Azerbaijão, mas tem nacionalidade russa e nacionalidade americana. É um ativista político e tem dedicado grande parte do seu tempo a contribuir para a popularização do xadrez, que é algo muito praticado na Rússia, nos países do leste europeu, mas que está vivendo um momento muito especial no Brasil.

Veja só que, nessa atividade de hoje, nós pudemos conhecer a enxadrista Katherine Vescovi, de 12 anos, uma garotinha brasileira, campeã nacional até a categoria sub-18. Imaginem só que uma garotinha de 12 anos joga até com jogadoras de quase 18 anos e é a campeã nacional. Ela é a representante do Brasil no sul-americano, inclusive é campeã sul-americana também e representante do Brasil nas competições mundiais.

Isso tudo para ressaltar como o Brasil também vive um momento importante. A Confederação Brasileira de Xadrez tem desenvolvido programas nesse sentido.

Alguns Estados têm adotado o xadrez como disciplina obrigatória nas escolas. O Estado do Paraná, na cidade de Curitiba, tem alguma experiência nesse sentido, e muitas escolas públicas têm adotado o xadrez como disciplina complementar. Pode até se tornar disciplina obrigatória, como forma de incentivar o fortalecimento do raciocínio lógico das crianças.

Por isso, a atividade de hoje, promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministro Mercadante, em parceria com a diretoria da Semp Toshiba, aconteceu lá na sede do Sebrae, mas contou com a participação desses personagens e também com a presença especial de 150 alunos da rede pública do Distrito Federal. Isso tudo como forma de incentivo a que o xadrez seja propagado para as crianças, para que elas tenham acesso, tenham contato com essa prática o mais cedo possível, para que possam se desenvolver com muito mais competência e tenham muito mais habilidade para se deparar com os problemas.

Houve um momento importante no pronunciamento do Ministro de Ciência e Tecnologia sobre todo o esforço que está sendo feito para que as empresas produzam **tablets** para serem popularizados no Brasil, inclusive as partidas de xadrez aconteceram em **tablets** da Semp Toshiba. E uma coisa me chamou bastante a atenção no discurso proferido pelo Garry Kasparov, que foi o seguinte questionamento: uma pessoa, para chegar ao nível de excelência a que chegou Garry Kasparov, tem uma receita pronta e acabada para o sucesso?

Ele fala que quando tinha 12 anos começou a ser uma celebridade do xadrez mundial. Porque ele foi campeão juvenil com 17 anos, e campeão mundial aos 22 anos, em 1985. Ele tinha 22 anos e foi o campeão mundial mais jovem da história. E desde que foi campeão, ele não deixou de ser campeão. Ele abandonou o xadrez em 2005. Ele deixou de jogar oficialmente, mas ele não havia passado o título de campeão para ninguém, porque não havia sido derrotado numa competição oficial da Federação Internacional de Xadrez. Então se perguntava muito para ele qual era o segredo, qual a fórmula mágica para se chegar a esse nível de excelência.

E a mesma pergunta vale para todas as áreas, porque, quando vemos alguém de sucesso, o caminho mais fácil, o caminho da simplificação é sempre falar: qual é o segredo do sucesso? E ele acabou, depois que se aposentou como enxadrista, refletindo sobre essas tantas perguntas e resolveu escrever a respeito e mostrar que a experiência de cada um é particular e que cada um tem que se desenvolver a partir da sua potencialidade, para que ninguém se sinta incapaz de superar as suas próprias dificuldades.

Ele escreve com muita precisão a esse respeito e me pareceu muito interessante partilhar esta reflexão, a reflexão de que o sucesso não vem pronto e acabado; ele não tem uma receita, ele é fruto de muito trabalho. Cada um na sua e aplicar o máximo possível para atingir a excelência. Então, ele escreve, logo no início, sobre o segredo do sucesso, o seguinte:

Quando eu era um astro adolescente do xadrez, em uma União Soviética apaixonada pelo jogo, desde cedo me acostumei a dar entrevistas e a falar em público. Além de perguntas eventuais sobre hobbies e garotas, essas primeiras entrevistas voltavam-se unicamente para a minha carreira enxadrística. Posteriormente, em 1985, tornei-me campeão mundial com a idade de 22 anos, o mais jovem da história e, daí em diante, o tipo de perguntas que me eram feitas mudou radicalmente. Em vez de me pedirem informações sobre jogos e torneios, as pessoas queriam saber como alcancei um sucesso sem precedentes. Como é que eu conseguia me esforçar tanto? Quantos lances à frente eu conseguia ver? O que se passava em minha cabeça durante o jogo? Eu tinha memória fotográfica? O que comia? O que fazia toda noite antes de dormir? Em resumo, quais eram os segredos do meu sucesso?

Essas curiosidades todas se colocavam acima da própria prática do jogo; as pessoas queriam saber do que se tratava esse sucesso, como ele o havia conseguido. Mais adiante, ele vai mostrar que cada um de nós cria a sua própria fórmula singular para tomar decisões. Nosso objetivo é aproveitar essa fórmula ao máximo, identificá-la, avaliar seu desempenho e encontrar meios de aperfeiçoá-la. Isso exigirá grande honestidade de autoavaliação e do quanto você realizou o seu potencial. Não existem jeitinhos. Esse não é um livro de dicas e truques. É um livro sobre autoconhecimento e desafio, sobre como desafiar a nós mesmos e aos outros para que possamos aprender a tomar as melhores decisões possíveis.

Estamos falando de um exímio conhecedor de xadrez, que mostra que o xadrez, na realidade, é importante para compreendermos não só o jogo em si, o jogo arte ciência, porque ele tem sua beleza, ele tem seu encanto, ele é competitivo, mas ele é fundamentalmente ciência e nos ensina, nos desafios da vida, que as tomadas de decisões desde muito cedo têm que ser feitas com muito senso de ética, de honestidade, de autoconhecimento, de busca de aperfeiçoamento, a partir do próprio esforço.

Então, diante de uma situação como essa – e louvo a oportunidade de ter participado desse evento com Garry Kasparov –, a gente vem refletir sobre a nossa política e a gente percebe que o segredo do sucesso

na política também não é uma fórmula pronta e acabada, é uma construção como fruto de muitos esforços.

A gente só atinge determinado patamar na vida com o fruto de muitos esforços. E aqueles que, porventura, resolvem atalhar o caminho para tentar ludibriar o meio ou as pessoas acabam sempre, de uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, desmascarados, postos a prova, acabam quebrando a cara.

Então, o fundamental para a gente é saber que temos que praticar a política com o mesmo sentimento com que um atleta de alta *performance* procura se aplicar para ter o melhor resultado.

Vejo aqui, Senador Paim, já disse em outro pronunciamento e repito, V. Ex^a aqui nesta Casa é sempre um dos primeiros, senão o primeiro, a chegar e um dos últimos a sair, senão o último a sair. Para mim V. Ex^a é um exemplo de parlamentar, completamente dedicado aos temas que estão presentes na vida das pessoas. Para mim esse é um exemplo de excelência. Qual é o exemplo do sucesso do Senador Paim? O segredo é estar sempre disponível, sempre aberto a ouvir, sempre disposto a fazer aquelas suas audiências públicas, ouvido cada um dos segmentos com toda atenção, com todo respeito, com toda generosidade, buscando sempre saídas. Se as respostas a gente não tem, porque é muito natural não termos as respostas, mas gente pode buscar coletivamente, com muito esforço, com muita dedicação, quais são as melhores saídas. E V. Ex^a, para nós, é um exemplo fundamental de como a política pode ser praticada na busca, senão da perfeição, mas pelo menos do melhor resultado possível com a nossa potencialidade. Nós podemos nos dedicar em busca sempre do melhor resultado.

Partindo para a conclusão, Senador Paim, quero me somar ao pronunciamento do Senador Jorge Viana, feito hoje à tarde na tribuna do Senado, em que ele fez uma reflexão sobre o tanto que avançou a BR-364, no Estado do Acre, de Rio Branco à Cruzeiro do Sul. A BR-364 está praticamente com cerca de 90% concluída, mas todas as pontes já estão praticamente concluídas. Na estrada de Rio Branco à Brasília/ Assis Brasil, que é a rodovia do Pacífico, é a BR-317, também completamente concluída, levando a ligação do Acre, no Brasil, para o Peru e de lá para os portos do Pacífico.

Ao mesmo tempo em que, em 12 anos, foi possível executar todas essas obras no Estado do Acre, uma parte delas será concluída até 2012 com o Governador Tião Viana, que está muito empenhado nisso e nós temos de enfrentar o drama da ponte sobre o rio Madeira, que nunca acontece. São feitas licitações, licitações são tornadas públicas, depois há recursos

daqui e dali, um tipo de impedimento para que essa ponte sobre o Rio Madeira aconteça.

É uma ponte fundamental para as populações do Acre e de Rondônia. Agora mesmo estamos no forte do verão, no período mais seco onde o nível das águas nos rios baixa completamente e nós vamos nos deparar com filas quilométricas de carros, caminhões e carretas para fazer essa travessia do rio Madeira.

Os valores são escorchantes, desde R\$ 13 por um veículo menor, uma moto ou um carro de passeio, até R\$ 130 por uma carreta carregada.

Seguramente é o pedágio mais caro do Brasil e nós precisamos de uma solução para esse problema.

O Senador Jorge Viana fez um pronunciamento da máxima importância, pedindo às autoridades do Ministério dos Transportes que acelerem o máximo que puder a realização da licitação para construção da ponte sobre o rio Madeira, na BR-364, ligando Porto Velho, capital de Rondônia, a Rio Branco, capital do Acre; para que essa licitação aconteça o mais rápido possível e que possamos dar uma resposta para esse povo, porque não é possível as pessoas ficarem pagando todos os dias.

A notícia que se tem – e o Senador Jorge Viana falou aqui em números aproximados – é que, para cada dia, na balsa do rio Madeira, em que a ponte não é construída, a empresa que opera o sistema de balsa tem uma arrecadação de R\$60 mil. E R\$60 mil, por dia, é algo como R\$1,8 milhão por mês de faturamento. Aí certamente o grupo que opera esse sistema não tem nenhum interesse que aconteça a ponte sobre o rio Madeira.

Por isso, o Senador Jorge Viana fez um apelo aqui, e eu quero reforçá-lo, no sentido de que as bancadas federais do Acre e de Rondônia possam fazer fileira junto ao Ministério dos Transportes para que a gente tenha uma resposta, o mais rápido possível, no sentido da construção dessa ponte. Porque, num país como o nosso, com os esforços todos que a nossa Presidenta Dilma está fazendo para garantir que as obras do PAC tenham continuidade e sejam concluídas com sucesso, não podemos permitir que as populações do Acre e de Rondônia tenham de esperar por mais uma década para ter uma ponte sobre o rio Madeira, na BR-364.

Esse é o apelo que fazemos às autoridades do Ministério dos Transportes, ao Ministro Paulo Passos, que é uma pessoa solidária com a Amazônia, solidária com o Estado do Acre. Tenho certeza de que ele vai levar muito a sério essa proposição. Nós vamos, nos próximos dias, com o Senador Jorge Viana, os Deputados Federais e Senadores da bancada de Rondônia e da bancada do Acre, tentar uma nova audiência com o Ministro dos Transportes, para que tenhamos uma

resposta, tanto no sentido de iniciar o processo licitatório para a construção da ponte sobre o rio Madeira, quanto no sentido de tentar uma medida, ainda que paliativa, para esse período final do verão, em que provavelmente vamos ter filas quilométricas na travessia da balsa, porque, com o nível muito baixo das águas, a balsa tem dificuldade de transitar de um lado para o outro, e cria-se um transtorno terrível para o abastecimento de todo o Estado do Acre. Há produtos que vão até a Bolívia pela BR-317, o que acaba gerando um transtorno geral para essa população.

E a gente espera confiantemente que o Ministro Paulo Passos se sensibilize com essa reivindicação e tente fazer com que se acelere mais uma vez esse processo licitatório, que já foi interrompido no passado mais de uma vez e aí a gente espera que, agora, possa acontecer o processo licitatório e possa haver uma data para o início dessa ponte, que é fundamental para tirar do isolamento a população do Estado do Acre.

Era isso, Senador Paim. Muito obrigado pela atenção, e a gente fica na expectativa de que, a exemplo de Garry Kasparov, a gente se dedique o máximo possível para aprender cada vez mais da política e cada vez mais da missão de servir, porque ser político é ser consciente da sua missão de servir. Está no primeiro ensinamento de Jesus Cristo: “Quem quer ser o primeiro, seja aquele que está disposto a servir”. E nós, que adotamos a vida pública, temos que estar plenamente à disposição, a serviço do outro, a serviço da sociedade e temos que nos dedicar o máximo possível para produzir o melhor resultado dos nossos mandatos.

Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Anibal Diniz. Permita que eu diga que V. Ex^a chegou tranquilo à Casa e confesso que, de tanto ouvi-lo na bancada e na tribuna, cada vez o respeito mais, pela competência, pela qualidade dos pronunciamentos, pela convicção e a honestidade que eu percebo na sua fala. É um orgulho ser parceiro de V. Ex^a e ouvir essas palavras que V. Ex^a, de forma muito tranquila, dirigiu a este Senador. Pode saber que recíproca é verdadeira.

Tenho muito respeito pela sua conduta como Senador da República.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço.

Senador Eduardo Amorim, como Líder do PSC.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, é com grande satisfação que ocupo hoje a tribuna desta Casa, para

homenagear a minha querida cidade natal Itabaiana, localizada na região agreste do Estado de Sergipe. Terra de pessoas simples e trabalhadores.

Poucos são aqueles que tiveram o privilégio de nascer à sombra de tão bela serra. Eu, meus Senhores, tive essa benção divina. Itabaiana fica a 54 km da Capital do nosso Estado de Sergipe e tem em seu nome guardada a tradição do tupi guarani, língua que retrata a origem do nosso povo. Segundo Sebrão Sobrinho, nosso conterrâneo e um dos maiores historiadores de Sergipe, Itabaiana significa “naquela serra tem uma aldeia onde mora gente”.

E foi nesse belo cenário, criado pelo bom Deus e pela natureza, que, em 1590, com o início da colonização da província sergipana, iniciada por Cristóvão de Barros, foi erguido o arraial de Santo Antônio, em homenagem ao santo que, anos mais tarde, se tornaria o padroeiro e protetor dos filhos de nossa terra.

Em 1675, a Irmandade das Almas comprou o Sítio do Padre Pedroso de Góes, pároco de São Cristóvão, com o intuito de ali erguer o templo onde, hoje, encontra-se construída a Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Em 1678, três anos depois, Itabaiana já era distrito, vinte anos depois, em 1698, foi elevada à categoria de Vila. No ano de 1727, a Vila já possuía Câmara Legislativa. Porém, um dia em especial ficou marcado nos Anais da nossa história. Esse dia foi 28 de agosto de 1888 – portanto, ontem, fez 123 anos – quando a Vila foi elevada à categoria de cidade, na Presidência de Francisco de Paula Prestes Pimentel.

Nessa época, Sr. Presidente, a Filarmônica Nossa Senhora da Conceição já fazia mais de 100 anos. Esta, a mais antiga do Brasil, uma das mais antigas da América Latina, que hoje educa e qualifica jovens de todas as idades – tem mais 600 alunos –, que sobrevivem da abnegação de muitos professores. Temos, em Sergipe, em pleno agreste sergipano, a Filarmônica mais antiga do nosso País e uma das mais antigas da América Latina, com mais de 250 anos de existência.

Senhoras e Srs. Senadores, grandes são os talentos do povo da nossa terra, mas faço questão de ressaltar dois, quais sejam: a força e a determinação de seus filhos. Povo que conseguiu erguer uma cidade sem grandes indústrias longe dos grandes centros urbanos, em uma região pouco destacada no

cenário nacional. Contudo, Itabaiana é um dos grandes centros e um dos mais dinâmicos do nosso Estado, destacando-se pelas atividades comerciais e produtos agrícolas, e aí o papel que a feira e o comércio desempenham para o crescimento do nosso Estado e do nosso Município.

Foi utilizando a força da agropecuária e a capacidade de negociação, trazida no DNA da nossa terra, que os cidadãos desse ilustre Município conseguiram construir um lugar singular para viver.

Os filhos de Itabaiana estão presentes em cada canto desta Nação, seja vendendo castanha manufaturada artesanalmente – se encontrarem alguma castanha manufaturada artesanalmente em algum canto, em alguma praia, verifique se a origem não é de Itabaiana –, seja dirigindo caminhões – Itabaiana tem **per capita**, por habitante, a maior frota nacional e quiçá uma das maiores frotas de caminhões do Planeta –, caminhões esses que, nas rodovias do nosso imenso País, espalhadores pelo território nacional como profissionais liberais, ou mesmo representando nosso povo aqui no Congresso Nacional, por onde muitos já passaram, deixando sua contribuição no processo de democratização e construção de um País melhor para todos os brasileiros. E, aqui, não posso deixar de citar o saudoso conterrâneo, o ex-Senador Passos Porto, figura ilustre de Itabaiana e de Sergipe, falecido em outubro no ano passado.

Venho de uma família humilde, uma família que traz consigo as marcas do povo itabaianense, que são: a força do trabalho, a determinação, o respeito ao próximo e a confiança no futuro.

Cito como exemplo Maria Carreira, mulher que matinha ao lado de uma cancela,...

(Pausa.)

Desculpe-me, Presidente. A garganta de vez em quando falha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo meu Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Tranquilo estou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está V. Ex^a fazendo um belo pronunciamento e eu, na verdade, estou fazendo essa interrupção para que V. Ex^a possa se recuperar; somente isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Muito obrigado.

... conduzindo um carro de bois, para conseguir o sustento de sua família, com a determinação e a coragem com as quais, hoje, tantas mulheres conduzem suas vidas e de suas famílias e que temos o prazer de homenagear através da Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, eu gostaria de mencionar o Parque Nacional da Serra de Itabaiana, lugar com inúmeras cachoeiras, rico em vegetação nativa de mata atlântica e com uma fauna abundante. Nesse espaço, também está o, internacionalmente conhecido Parque dos Falcões, o único no Brasil que tem a liberação do Ibama para criar aves de rapina em cativeiro. Nossas

riquezas naturais são tantas e tão importantes que nos tornamos área de preservação ambiental.

E é por tudo isso que precisamos interiorizar mais nossos pensamentos e nossas ações. Muitos de nós viemos de cidades interioranas, lugares simples em que são valorizadas a força da palavra, do trabalho e a honra da família. E é em momentos difíceis, como os que estamos vivendo hoje, que o resgate desses valores nos dá inspiração e força para continuarmos lutando por uma cidade, um Estado e um País cada vez melhores para se viver, com índice baixo de violência e aumento na qualidade e na oferta de escolas, além de maior efetividade nos serviços de saúde.

Quero aqui parabenizar cada homem, e o faço através de um jovem, o conhecido Jamisson, da Itnet, um sonhador, um abnegado que, no interior do nosso Estado, montou uma empresa que presta serviços de informática e que leva informação para centenas e centenas de milhares de sergipanos. Quero parabenizar também cada mulher da minha terra, por conseguirem vencer, minuto a minuto, a luta do dia a dia. E que, em seus 123 anos de emancipação, Itabaiana possa se orgulhar cada vez mais de seus filhos.

Sr. Presidente, agradeço aqui por essas palavras. Quero dizer que é uma honra muito grande ter nascido naquele canto do meu Estado e do meu País, vivido e habitado por pessoas obreiras, pessoas simples, pessoas determinadas e vocacionadas, sobretudo, para o trabalho. São pessoas que acordam cedo, que preenchem e que vão, de feira em feira, em cada canto do nosso Estado, vender os seus produtos, produzidos por eles mesmos ou comercializar...

Mas são abnegados para o trabalho e têm uma força de vontade enorme, como o nosso povo, a nossa gente, o povo brasileiro tem.

E, hoje, vi mais uma vez no semblante da Presidente Dilma a vontade enorme de que este País continue a crescer, de que este País venha a ser um exemplo não só para o mundo, mas para nós, brasileiros.

Que a justiça social se faça, que o sonho de todos os brasileiros, de ter escola, de ter saúde de qualidade, de ter emprego, de ser feliz, seja pleno e aconteça o quanto antes. Vi isso no semblante da nossa Presidente.

Com a ajuda de todos nós, faremos deste País um País cada vez melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns, Senador Eduardo Amorim, brilhante como sempre.

Permita-me, Senador Eduardo Amorim, quando V. Ex^a tomava água e falava do seu Estado, dessa bela cidade, é natural até que, naquele momento, a gente respire fundo e tome água para conter um pouco as

emoções. Isso que é o bonito, para mim, do pronunciamento. V. Ex^a falou com a alma, com o coração.

Meus cumprimentos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE)

– Com certeza, Sr. Presidente. A emoção, por vezes, trai até a voz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é bonito. Pode saber que é muito bonito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – É muita adrenalina, é muita endorfina. Como médico, sei porque conheço um pouco da fisiologia.

Muito obrigado pela sua paciência de estar aqui nos ouvindo, mas eu não poderia deixar de ressaltar a história do nosso povo e da nossa gente, construída no trabalho, construída com famílias humildes, mas abnegadas, que entendem que o trabalho realmente dignifica. E essa vocação o nosso povo e a nossa gente têm.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns. Esse foi o Senador Eduardo Amorim.

Passamos a palavra, de imediato, ao Senador Valdir Raupp, que fala como orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, do nosso querido Rio Grande do Sul, que tem abrigado lá muitos parentes e milhares de amigos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi alguns Senadores fazerem relatos, aqui da tribuna, sobre a reunião do Conselho Político com a Presidente Dilma, com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, Ideli, da Coordenação Política, Miriam Belchior, do Planejamento, Gilberto Carvalho, da Articulação, e líderes de todos os partidos da base no Senado e na Câmara, presidentes de partidos, e lá eu estava como Presidente do PMDB nacional. E ficamos tranquilos, já pela segunda vez, em reuniões do Conselho, de que o Brasil vai resistir bravamente, firme, como resistiu na crise de 2008/2009, às turbulências internacionais.

E mais uma vez o mundo vivencia uma crise. O mundo vai comprar menos, o mundo vai importar menos, mas o Brasil vai estar preparado com reservas da ordem de mais de US\$350 bilhões, com previsões de aumento dessas reservas, de crescimento do PIB aí na faixa dos quatro pontos percentuais, geração de emprego quase plena. Enfim, o Brasil vai continuar crescendo, apesar da crise, de o cenário internacional não ser muito favorável. O Brasil vai continuar crescendo, vai continuar gerando emprego, distribuindo renda – crescimento com distribuição de renda, esse é o melhor caminho –, promovendo melhoria na educação, esperamos que não falem recursos para melhorar a

saúde, a segurança pública, temas tão debatidos na sociedade brasileira e que precisamos melhorar.

Acho que esses pontos o PMDB tem discutindo com certa frequência algumas bandeiras de luta; lutas como as que tivemos no passado, como a redemocratização do País, as Diretas Já e tantas outras travadas pelo PMDB e por outros partidos, é claro, e que agora o PMDB novamente estará travando em todo o Brasil, discutindo em todo o País. Eu já visitei 20 Estados brasileiros, devo visitar todos até o final deste ano. Eu queria até o final de setembro, mas não sei se será possível. Mas até o final do ano, com certeza, eu estarei passando pelas 27 unidades da Federação brasileira, sempre defendendo essas bandeiras: saúde, segurança pública, educação e, é claro, a geração de emprego não pode ficar fora e a distribuição de renda também não.

Então, parabenizo a Presidente Dilma e todos os seus Ministros, em especial os da área econômica, por estarem atentos, trabalhando diuturnamente para que o Brasil, mais uma vez, possa resistir a essa crise internacional e saia lá na frente com o crescimento da sua economia.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar aqui sobre um tema: juventude.

Recebi, com bastante alegria, a notícia de que o Rio de Janeiro foi escolhido como a cidade que acolherá a próxima Jornada Mundial da Juventude, a se realizar daqui a dois anos, mais precisamente em 2013.

O anúncio foi feito pelo próprio Papa Bento XVI, no domingo, 21 de agosto, na oportunidade em que Sua Santidade encerrava a 26^a Jornada, que aconteceu na capital espanhola, em Madri.

Talvez escape aos não católicos, Sr. Presidente, a importância dessa escolha para nós católicos, e eu diria até para nós brasileiros, independentemente do credo professado por cada um.

Em primeiro lugar, as jornadas mundiais da juventude estão entre os principais eventos promovidos pela Igreja católica no mundo. Elas foram idealizadas pelo querido Papa João Paulo II em 1985, e a primeira jornada já ocorreu no ano seguinte, em Roma.

Cada jornada envolve a participação de milhões de fiéis, e, como não poderia deixar de ser, a presença de jovens católicos é maciça, pois as atividades de cada jornada são voltadas, primordialmente, para o fortalecimento da fé católica entre os jovens e para a construção de pontes de amizade entre os povos e as culturas que participam do evento.

O segundo ponto que eu gostaria de ressaltar é o fato de que a escolha do Brasil para sediar a próxima jornada é sinal inequívoco da confiança da Igreja

ja em nossa capacidade de sediar um evento dessa magnitude.

Não tenho a menor dúvida de que a escolha do Rio de Janeiro como sede da 27ª Jornada Mundial da Juventude foi influenciada positivamente por nossa condição de anfitriões da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Uma das manifestações mais evidentes do novo espaço ocupado pelo Brasil no cenário internacional é a realização de eventos dessa grandeza, que demandam uma capacidade infraestrutural capaz de corresponder às expectativas e atender às necessidades das centenas de milhares de pessoas que visitarão o País nessas ocasiões. É orgulho para nós brasileiros e principalmente para o Rio de Janeiro.

Eu quero parabenizar o Governador do meu partido, Sergio Cabral, que já foi Presidente da Assembleia Legislativa, como Deputado estadual, já foi Senador da República, quando tive oportunidade de conviver com ele aqui no primeiro mandato, e depois foi eleito Governador do Rio de Janeiro. Eu falava para o Sergio Cabral, quando ele já estava eleito governador, mas ainda não havia assumido, no final do mandato aqui no Senado, que se ele resolvesse o problema de segurança pública no Rio de Janeiro ele estaria credenciado para disputar a Presidência da República e ser presidente do País. Isso está acontecendo. Com determinação, o Governador Sergio Cabral está conseguindo resolver o problema de segurança pública. Que ninguém tenha dúvida: se ele não tivesse melhorado este cenário da segurança pública no Rio de Janeiro, certamente o Brasil não estaria apto a sediar no Rio de Janeiro a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas em 2016 e tantos eventos de massa que o Rio de Janeiro tem sediado, e agora esta jornada da juventude.

O terceiro ponto que eu quero destacar é, justamente, a magnitude que deve alcançar a Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro.

A Jornada de Madri, por exemplo, reuniu mais de dois milhões de pessoas de 193 países. Se considerarmos que o Brasil é o maior País católico do mundo, com mais de 145 milhões de fiéis, e que será a primeira vez que uma Jornada Mundial da Juventude se realizará no Brasil, podemos antecipar com tranquilidade que a Jornada do Rio deve superar os números registrados em Madri.

Por falar no Rio de Janeiro, no Governador Sérgio Cabral, eu queria também enaltecer e parabenizar o Prefeito do Rio de Janeiro, companheiro também do PMDB, Eduardo Paes, que vem fazendo um trabalho magnífico. Com essa parceria do Prefeito Eduardo Paes, do Rio de Janeiro, do Governador Sérgio Cabral, como Governador do Rio de Janeiro, com o Presidente Lula,

no governo passado, e agora no Governo da Presidente Dilma, é que está sendo possível... Por isso, sempre advoguei a tese da parceria, do trabalho em parceria. Ninguém é bom sozinho. Ninguém faz nada sozinho. O trabalho tem que ser feito em parceria. Com essa parceria do Governo Federal, do Governo Estadual do Rio de Janeiro e do Governo Municipal da cidade do Rio de Janeiro, fica possível colher esses frutos na área da segurança pública, na área da humanização das favelas, da pacificação das favelas. Em todas as áreas, o Rio de Janeiro tem despontado como modelo para o restante do País e até para outras cidades mundo afora.

Que bom seria se essas parcerias pudessem ocorrer em outros Estados brasileiros – e deve ocorrer, mas não em todos, infelizmente –, em outras cidades brasileiras! Seria muito melhor para todos os brasileiros!

Vale destacar que a 27ª Jornada deve contar com a presença de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, naquela que será sua segunda visita ao Brasil, o que, certamente, atrairá ainda mais pessoas a um evento que, desde já, será um dos principais a se realizar no País, em 2013.

Em nome do PMDB, anuncio que a juventude do nosso Partido será devidamente representada na Jornada, com a presença de jovens peemedebistas de todo o País. Acreditamos, no PMDB, que a Jornada Mundial da Juventude oferecerá às futuras lideranças do País, católicas ou não católicas, uma oportunidade ímpar para o exercício da fraternidade, o intercâmbio com outras culturas e o fortalecimento dos melhores valores da humanidade. E essas são qualidades que valorizamos no nosso Partido e não nos podem faltar no futuro.

Finalmente, registro que neste mês de agosto, depois de vinte anos, a juventude do PMDB voltou a integrar no quadro da executiva da União Nacional dos Estudantes, UNE. Inclusive, por diversas ocasiões, recebi jovens peemedebistas do país todo em meu gabinete para tratar do assunto que, felizmente, resultou nessa integração. Eu estou muito feliz, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os jovens do PMDB voltem, depois de vinte anos, a integrar a União Nacional dos Estudantes brasileiros, UNE, que está sempre contando com o nosso apoio, com o apoio da Executiva Nacional do PMDB.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp, pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à

Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na semana passada, lembramos a passagem dos 30 anos de morte do cineasta Glauber Rocha, falecido em 22 de agosto de 1981. Gostaria hoje de juntar-me aos que renderam justa homenagem à memória deste que foi um dos personagens mais importantes e influentes da cena artística brasileira nos anos 1960 e 1970.

De fato, Senhor Presidente, é impossível falar das artes e da cultura no Brasil durante esse complexo período, que coincidiu com a ditadura militar, sem mencionar o nome de Glauber Rocha. Glauber fazia parte da geração de artistas que inclui nomes como os de Hélio Oiticica, Torquato Neto, Caetano Veloso, Chico Buarque, geração que ao mesmo tempo ampliou e deu novas direções ao rico impulso criativo que floresceu no Brasil a partir da década de 1950, com criadores como Oscar Niemeyer, Tom Jobim e Vinícius de Moraes, Haroldo e Augusto de Campos, Clarice Lispector, entre outros. Coube à geração de Glauber dar continuidade a essa explosão criativa que se seguiu ao fim da 2^a Guerra e à redemocratização – enfrentando, no processo, as grandes dificuldades postas pelo início de um novo ciclo autoritário no Brasil, logo no início dos anos 60. Foi assim que essa geração, para além de sua contribuição ao movimento das artes e da cultura nacional, prontamente assumiu o papel de resistência, com tudo o que isso implica para a criação artística.

Não é exagero dizer que Glauber Rocha foi um dos artistas e intelectuais brasileiros mais influentes daquele período. O movimento do Cinema Novo, de que é o representante mais perfeito, teve, sem dúvida alguma, um impacto relevante na evolução da arte cinematográfica na segunda metade do século XX. Com seus filmes e com sua ampla produção teórica, Glauber Rocha deixou uma marca inconfundível no cinema, inscrevendo definitivamente o Brasil na história da sétima arte.

Como figura pública, Glauber Rocha tornou-se quase um ícone. Sua figura expressiva, seu tom sempre polêmico, seu estilo muitas vezes agressivo são marcas registradas daquele período que englobou a instalação da ditadura militar, sua evolução e, finalmente, sua distensão, a partir do final da década de 1970. Muitos de nós certamente ainda se lembram de sua marcante participação no programa Abertura, da TV Tupi, um evento importante naquele momento em que o País pouco a pouco se preparava para a volta à democracia.

Glauber Rocha morreu como viveu, envolvido nas polêmicas provocadas por seu último filme, *A Idade da Terra*, e totalmente absorvido pelo trabalho criativo. Poucos meses antes de ser internado, em Portugal, já doente, trabalhava em vários projetos de roteiros. Aos 42 anos, encontrava-se em plena maturidade intelectual e artística.

Sua morte prematura privou o País de um de seus artistas, pensadores, intérpretes mais originais. Mas como sempre acontece com os grandes criadores, vai-se o homem, fica a obra.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Só queria agradecer aos companheiros do Amazonas, que nos convidaram para estar no debate do Estatuto do Motorista. Mas, como nesse dia haverá um debate aqui na Casa sobre a questão dos aposentados e pensionistas, não poderei estar presente. Até porque, na quinta-feira e na sexta-feira, a Presidenta Dilma vai estar em Canoas, no Rio Grande do Sul.

Com esses esclarecimentos, vamos encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 531, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 531, de 2011, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica.*

(Lido no Senado Federal no dia 17-8-2011)

Relator revisor: Senador Flexa Ribeiro (Sobrestando a pauta a partir de: 10-6-2011)

Prazo final prorrogado: 05-09-2011

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2011, que

altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, as Leis nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e 12.249, de 11 de junho de 2010, o Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; revoga a Lei nº 7.029, de 13 de setembro de 1982; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 532, de 2011).

(Lido no Senado Federal no dia 24-8-2011)

Relator revisor: Senador Vital do Rêgo
(Sobrestando a pauta a partir de: 13-6-2011)

Prazo final prorrogado: 8-9-2011

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 451, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 475, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que fixa normas, nos termos dos incisos

III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

(Pendente de:

- leitura do parecer da CCJ;
- emissão de pareceres da CRA e da CMA.)

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 476, de 2011)

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.

(Pendente de:

- leitura dos pareceres da CCJ, CCT e CDH;
- emissão de parecer da CRE.)

6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro

signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta*

o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 127, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 2011 (nº 2.818/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 24 de junho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 741, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 128, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 2011 (nº 2.861/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre Cooperação no Campo da Agricultura, assinado em Brasília, em 24 de junho de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 742, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Simon.

13

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do*

Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

14

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao *Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

15

REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.013, de 2011, do Senador Wellington Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2011, com o Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2010, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nº 166, 629, 630, de 2007; 8, 29, 104, 116, 189, 201, 224, 268, 279, 335, 362, 458, de 2008; e 256, de 2009, por regularem matérias correlatas (*royalties de petróleo*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.
Boa noite!

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
376-M	Anibal Diniz	43, I	24 a 26.08	Licença Saúde
377-M	Garibaldi Alves	13	30.08 a 01.09	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

29/08/2011

segunda-feira

- 16h30** Recebe Dom Sérgio da Rocha, Arcebispo da Arquidiocese de Brasília
Sala de Audiências
- 17h** Recebe os Editores da Revista Líder Performance, Any Regina Rothmann, Soraia Schutel e Ângelo Acorssi
Sala de Audiências
- 17h30** Recebe a Deputada Ana Arraes
Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditário Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDDB).

5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. n° 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n^os 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: ssepi@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE
DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 15

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (5)	
Gleisi Hoffmann (PT) (4)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾
RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(2,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- ****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício n° 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
VAGO ^(6,9)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

** . Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽¹⁰⁾	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfê Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 14/07/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº s 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

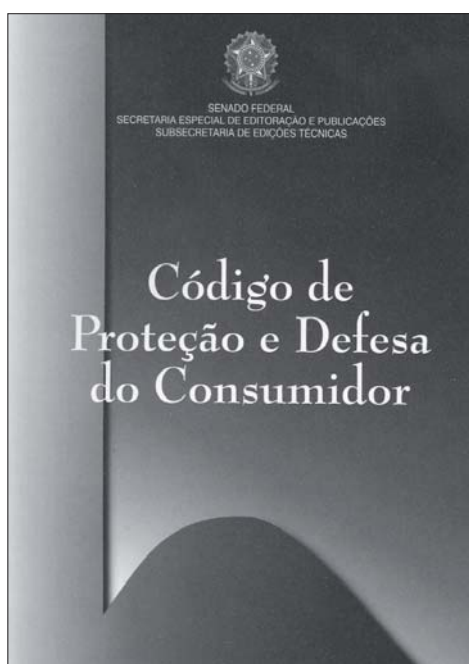
Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 260 páginas

OS: 2011/14452